



**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

**GEOPOLÍTICA DE TIMOR-LESTE NO SUDESTE ASIÁTICO: ESTRATÉGIA  
DE HEDGING DE TIMOR-LESTE VIS-À-VIS A AUSTRÁLIA E A INDONÉSIA**

Alarico da Costa Ximenes

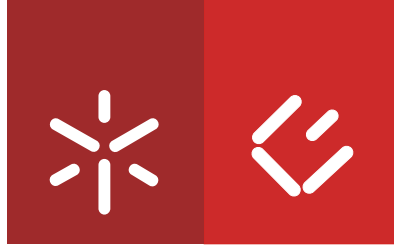
Alarico da Costa Ximenes

**GEOPOLÍTICA DE TIMOR-LESTE NO SUDESTE  
ASIÁTICO: ESTRATÉGIA DE *HEDGING* DE  
TIMOR-LESTE *VIS-À-VIS* A AUSTRÁLIA E A  
INDONÉSIA**

UMinho | 2021

abril de 2021





**Universidade do Minho**

Escola de Economia e Gestão

Alarico da Costa Ximenes

**GEOPOLÍTICA DE TIMOR-LESTE NO SUDESTE  
ASIÁTICO: ESTRATÉGIA DE *HEDGING* DE  
TIMOR-LESTE *VIS-À-VIS* A AUSTRÁLIA E A  
INDONÉSIA**

Tese de Doutoramento

Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais

Trabalho realizado sob orientação do

**Prof Doutor José António de Passos Palmeira**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença [abaixo](#) indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### ***Licença concedida aos utilizadores deste trabalho***



**Atribuição  
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

**Agradecimentos:**

Há, certamente, tantas pessoas que contribuíram de alguma forma para este trabalho, pelo que é sempre muito difícil nomear todos eles neste espaço restrito. Aqueles que por acaso não forem mencionados, poderão ter a certeza de que farei isso pessoalmente assim que nossos caminhos se cruzarem.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu Orientador Científico, Prof. Doutor José António de Passos Palmeira, pela sua firmeza e paciência para me guiar durante esta árdua jornada. Além disso, não posso deixar de referir a devida gratidão a todos os docentes do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, tais como: Prof Doutora Isabel Maria Estrada Carvalhais, Prof Doutora Laura Cristina Ferreira-Pereira, Prof Doutora Ana Paula Brandão, Prof Doutora Maria do Céu Pinho Ferreira Pinto Arena, Prof Doutora Sandra Dias Fernandes, Prof Doutora Alena Vysotskaya Guedes Vieira, Prof Doutor Jorge Tavares da Silva, Dra. Estela Vieira, Senhora Maria Lage e o Dr. Antony Michael Lavender.

Agradeço também aos meus colegas Cristina Sampaio, Pedro, Leonardo, Luís Ferreira, Gilmar, Francisco, Mustafa e Immanuel, pela nossa amizade desde que nos conhecemos como estudantes de doutoramento que me apoiaram durante os tempos difíceis.

Muito obrigado à minha família, nomeadamente os meus pais, pelo seu apoio incondicional.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## **GEOPOLÍTICA DE TIMOR-LESTE NO SUDESTE ASIÁTICO: ESTRATÉGIA DE *HEDGING* DE TIMOR-LESTE *VIS-À-VIS* A AUSTRÁLIA E A INDONÉSIA**

### **Resumo:**

Esta investigação aborda a Geopolítica de Timor-Leste no sudeste asiático, analisando o que se define como uma estratégia de *hedging* de Timor-Leste face à Austrália e à Indonésia. Examina as relações históricas de Timor-Leste com os seus vizinhos mais próximos, desde um passado marcado por momentos de conflitualidade, até ao presente pautado por políticas de cooperação, nos planos bilateral e multilateral. Se no primeiro caso se pode falar no embrião de um “triângulo de desenvolvimento” Dili-Camberra-Jacarta, no segundo emerge a (próxima) integração de Timor-Leste na ASEAN (de que a Indonésia é membro influente) e a manutenção do seu estatuto de observador no Fórum das Ilhas do Pacífico (onde pontifica a Austrália).

O potencial estratégico de Timor-Leste evidencia potencialidades geoestratégicas e vulnerabilidades económicas e sociais, o que releva a importância das suas políticas públicas e da política externa. Neste caso, a aposta no multilateralismo e a diversificação das alianças, como é caso da sua pertença à CPLP, reforçam a sua soberania estratégica no contexto do sudeste asiático. Identifica-se a prática daquilo que se define como uma estratégia de *hedging* de Timor-Leste face à Indonésia e à Austrália e conclui-se que a mesma se adequa ao potencial estratégico do país e é congruente com a sua geopolítica no sudeste asiático. Por fim, enunciam-se algumas orientações estratégicas que se consideram adequadas à prossecução daquilo que comunmente se designa de “interesse nacional” timorense, tirando partido do teor de um conjunto de entrevistas efetuadas a personalidades locais, bem como da consulta documental e bibliográfica que serviu de base a este trabalho.

**Palavras-chave:** Austrália, Estratégia de *Hedging*, Geopolítica, Indonésia, Timor-Leste.

**EAST TIMOR GEOPOLITICS IN SOUTHEAST ASIA: EAST TIMOR HEDGING STRATEGY  
*VIS-À-VIS* AUSTRALIA AND INDONESIA**

**Abstract:**

This Doctoral Thesis intends to approach the Geopolitics of East Timor in the Southeast Asia in order to define an East Timor hedging strategy with Australia and Indonesia. It examines the historical relations of East Timor with its closest neighbours, from a past marked by moments of conflict, to the present guided by cooperation policies, at bilateral and multilateral levels. If in the first case one can speak of the embryo of a "development triangle" Dili-Canberra-Jakarta, in the second emerges the (the soon) integration of Timor-Leste into ASEAN (of which Indonesia is an influential member) and the maintenance of its observer status at the Pacific Islands Forum (where Australia pontificates).

The strategic potential of east Timor sheds light upon a constellation of geostrategic potential, economic, and social vulnerabilities, which highlights the importance of its public policies and foreign policy. In this case, the commitment to multilateralism and the diversification of alliances, such as its membership of the CPLP, reinforce its strategic sovereignty in the context of Southeast Asia. It overall unveils the practice a strategy of hedging of Timor-Leste *vis-à-vis* Indonesia and Australia and we may conclude that it fits the strategic potential of the country and it is congruent and consistent with its geopolitics in Southeast Asia. Finally, we enunciate some strategic orientations deemed appropriate for the pursuit of what is commonly called the Timorese "national interest", taking advantage of the content of a set of interviews conducted with local personalities, as well as the documentary and bibliographic consultation that served as the landmark for the completion of this work.

**Keywords:** Australia, East Timor, Geopolitics, Hedging Strategy, Indonesia.



## ÍNDICE GERAL

---

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
Problemática e Enquadramento do Tema	4
Objetivos da Análise	7
Objetivo Geral	7
Objetivos Específicos	7
Metodologia	8
Estado da Arte	14
Formulação do Problema	16
Delimitação da pesquisa	23
Estrutura	24
<b>I.    TIMOR-LESTE: UM ESTADO DO SÉCULO XXI COM SEQUELAS DO PASSADO</b>	26
1.    Colónia Portuguesa	26
2.    Instabilidade Política	28
3.    Ocupação Indonésia	34
4.    Processo de Independência	35
5.    Normalização Democrática	41
6.    Síntese do Capítulo I	44
<b>II.   GEOPOLÍTICA DE TIMOR-LESTE</b>	46
1.    Conceito de Geopolítica	47
2.    Geopolítica no Sudeste Asiático	49
2.1 ASEAN	50
2.2 Fórum das Ilhas do Pacífico	53
3.    Geopolítica de Timor–Leste	56
3.1 Relações Bilaterais	57
3.1.1 Indonésia	57
3.1.2 Austrália	58
3.1.3 China	62
3.1.4 Japão	63
3.1.5 Candidato à ASEAN	68

3.1.6	Observador no Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF)	71
4.	Síntese do Capítulo II	73
<b>III.</b>	<b>TIMOR-LESTE E A INDONÉSIA: DO CONFLITO À COOPERAÇÃO</b>	76
1.	Desenvolvimento Histórico das Relações (da Ocupação à Independência)	76
2.	Relações bilaterais e multilaterais (ASEAN)	81
3.	Síntese do Capítulo III	89
<b>IV.</b>	<b>TIMOR-LESTE E A AUSTRÁLIA: O MAR DE TIMOR QUE OS SEPARA E APROXIMA</b>	91
1.	Histórico das Relações (da II Guerra Mundial à Independência)	91
2.	Relações Bilaterais e Multilaterais (Fórum das Ilhas do Pacífico)	93
3.	Síntese do Capítulo IV	104
<b>V.</b>	<b>POTENCIAL ESTRATÉGICO DE TIMOR-LESTE NO SUDESTE ASIÁTICO</b>	106
1.	Objetivos Estratégicos Nacionais	108
2.	Vulnerabilidades de Timor-Leste	113
2.1	Novo Estado em Vias de Desenvolvimento	113
2.2	Pequeno Estado no meio de dois “gigantes”	117
3.	Potencialidades de Timor-Leste	120
3.1	Localização geoestratégica	121
3.2	Recursos Naturais	122
3.3	Cooperação Bilateral e Multilateral com Países Lusófonos (CPLP)	123
4.	Síntese do Capítulo V	130
<b>VI.</b>	<b>ESTRATÉGIA DE <i>HEDGING</i> DE TIMOR-LESTE FACE À AUSTRÁLIA E À INDONÉSIA</b>	134
1.	Conceito de <i>Hedging</i>	135
2.	Geoestratégia de Timor-Leste	141
3.	Estratégia de <i>Hedging</i> de Timor-Leste	143
3.1	Políticas Públicas	145
3.2	Política Externa	153
4.	Síntese do Capítulo VI	159
	<b>CONCLUSÃO</b>	162
<b>VII.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	170
<b>VIII.</b>	<b>ANEXOS</b>	179
	Anexo 1 – Carta do Primeiro Ministro Australiano ao Presidente Habibie	179
	Anexo 2 – Modelo da Entrevista	182

Anexo 3 – Os Entrevistados	184
Anexo 4 – Entrevistas Efetuadas	185
Anexo 5 – Acordo entre Portugal e a Indonésia sobre a questão de Timor-Leste	245

## Índice de Abreviaturas e Siglas/Acrónimos

ACNUR	– Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ACP	– África, Caraíbas e Pacífico
ADB	– Banco Asiático de Desenvolvimento
ADF	– Assistência da Força de Defesa Australiana
AICEP	– Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMPT	– Associação Popular Monárquica Timorense
APEC	– Asia-Pacific Economic Cooperation
ARF	– ASEAN Regional Fórum
AET	– Atividade Económica Timorense
APODETI	– Associação Popular Democrática da Timorense
ASEAN	– Association of Southeast Asian Nations
ARF	– ASEAN Regional Forum
AusADI	– Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional
BAD	– Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, profissionais da Informação e Documentação
BAKIN	– Serviço Secreto Militar Indonésio
CAVR	– Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação
CNRT	– Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste
CPLP	– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CVA	– Comissão da Verdade e Amizade
DP	– Dialogue Partners
DRECA	– Departamento de Relações Exteriores e Comércio do Governo da Austrália
EAS	– Signatories and East Asian Summit
EIU	– The Economist Intelligence Unit
ET	– Estado Timorense
EU	– União Europeia
EUA	– Estados Unidos da América
FALINTIL	– Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor-Leste
FARI	– Forças Armadas da República da Indonésia
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FRETILIN	– Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente

IDE	– Investimento Direto do Exterior
INTERFET	– Força Internacional para Timor-Leste
ITLFF	– fórum de Amizade Indonésia-Timor Leste
JPDA	– Joint Petroleum Development Area
ODA	– Official Development Assistance
OGE	– Orçamento Geral do Estado
OMC	– Organização Mundial de Comércio
OMG	– Organização Mundial de Comércio
ONU	– Organização das Nações Unidas
PALOP	– Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PED	– Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB	– Produto Interno Bruto
PIF	– Pacific Islands Forum
PKI	– Partido Comunista Indonésio
PNTL	– Polícia Nacional de Timor – Leste
PWC	– Price Waterhouse Coopers
RDTL	– República Democrática de Timor–Leste
RI	– República da Indonésia
SAARC	– South Asian Association for Regional Cooperation
TAC	– Treaty of Amity and Cooperation
TIC	– Tecnologias de Informação e Comunicação
TL	– Timor-Leste
UDT	União Democrática Timorense
UNCTAD	– United Nations Conference on Trade and Development
UNTAET	– United Nations Transition Administration of East Timor
USD	– United States Dollar

## TABELAS

---

Tabela 1 - Taxas de Liberdade dos Países (CPLP e OUTROS) .....	42
Tabela 2 - Acordo de Planemanto Estratégico da Austrália e Timor-Leste para o Desenvolvimento de 2011.....	61
Tabela 3 - ODA do Japão em Timor-Leste (milhões de dólares) .....	65
Tabela 4 - Relações Timor-Leste com Austrália e Indonésia .....	66
Tabela 5 - Relações Multilaterais de Timor-Leste .....	67
Tabela 6 - Importação Total da Indonésia para Timor-Leste .....	83
Tabela 7 - Comércio Exterior Total de Timor-Leste para a Indonésia.....	84
Tabela 8 - Importações Indonésia/Comércio Externo.....	84
Tabela 9 - Exportação de Mercadorias Não-Petrolíferas por País de Destino 2004-2008.....	86
Tabela 10 - ASEAN Dialogue Partners (DP), Treaty of Amity and Cooperation (TAC) Signatories and East Asian Summit (EAS) Participants.....	87
Tabela 11 - Participação em instituições regionais.....	88
Tabela 12 - Financiamento da Austrália para Timor-Leste.....	97
Tabela 13 - Principais Projetos em 2013. Desembolsos reais (milhões de dólares) .....	99
Tabela 14 - Comparação Entre Doações e Execuções.....	103
Tabela 15 - Objetivos, Vulnerabilidades e Potencialidades de Timor – Leste.....	107
Tabela 16 - Objetivos estratégicos para TL do ponto de vista das relações internacionais. ....	108
Tabela 17 - Principais Indicadores Macroeconómicos.....	112
Tabela 18 - Evolução da Balança Comercial.....	113
Tabela 19 - Vulnerabilidades de Timor-Leste .....	114
Tabela 20 - Vulnerabilidades de Timor-Leste .....	117
Tabela 21 - Principais Clientes.....	124
Tabela 22 - Principais Fornecedores .....	125
Tabela 23 - Principais Produtos Transacionados em 2015.....	126
Tabela 24 - Investimento Direto .....	127
Tabela 25 - Medidas Tomadas a Nível Interno e Externo por Timor-Leste para Manter o Equilíbrio perante a Influência da Austrália e Indonésia .....	144
Tabela 26 - Entrevistas Realizadas e Respetivos Entrevistados.....	184

## **GRÁFICOS**

---

Gráfico 1 - Importações Indonésia/Comércio Externo .....	85
Gráfico 2 - Desembolso Efetivo de 2013 por Setor (%) por Agência Doadora .....	100
Gráfico 3 - Desembolso Efetivo de 2013 por Setor (%) por Agência Executora .....	102
Gráfico 4 - Principais produtos importados por TL, 1996-1999 .....	110
Gráfico 5 - Principais produtos exportados de TL, 1996-1999.....	110

## **FIGURAS**

---

Figura 1- Timor-Leste (TL, 2020, p. 1061) .....	1
Figura 2- Timor no Sudeste Asiático (UNILAB, 2012).....	3
Figura 3 - Desenho da Elaboração da Pesquisa .....	14
Figura 4 - Boletim de voto para a independência de TL.....	39
Figura 5 - Comparação entre todos os países relativo à pontuação das liberdades (CPLP e OUTROS)...	43
Figura 6 - Mapa de Timor-Leste.....	46
Figura 7 - Principais Etapas na Criação da ASEAN.....	52
Figura 8 - Despesas do Governo de Timor-Leste e Assistência ao Desenvolvimento no Exterior 2008-2012 (US\$ Milhões) .....	95
Figura 9 - Posição Geográfica de Timor-Leste no Sudeste Asiático .....	121
Figura 10 - Desenho das Medidas Internas a Adotar .....	146
Figura 11 - Desenho das Medidas Externas a Adotar .....	153

## **IMAGENS**

---

Imagem 1 - A evolução da população de TL (1880-2004) e as projeções para 2050.....	2
Imagem 2 - Proclamação Unilateral pela FRETILIN da República Democrática de TL .....	33
Imagem 3 - Ilhas do Pacífico.....	54
Imagem 4 - Países que apoiaram TL na ONU de 1975 a 1982.....	77
Imagem 5 - Produção Agrícola dominante por aldeia em 2001 .....	115

## Introdução

---

Timor-Leste (TL), com a sua forma original de ilha em forma de crocodilo, é composto pela parte oriental da Ilha de Timor, pela Ilha de Ataúro com 144 Km<sup>2</sup>, pelo Ilhéu desabitado de Jaco<sup>1</sup> de 4 Km<sup>2</sup> no estreito de Wetar, e pelo enclave Oecússi de 850 Km<sup>2</sup>, este último localizado na parte Ocidental da Ilha de Timor.

**Figura 1 – Timor-Leste (TL, 2020, p. 1061)**



O conjunto dos territórios atrás referidos, ocupam uma área de cerca de 15.000 km<sup>2</sup> (TL, 2020). TL apresenta-se como um Estado com uma ampla frente de mar a norte, a sul e a leste, uma vez que se situa no cruzamento da Ásia, nomeadamente do sudeste asiático (Viana, 2008, p. 2) com o Pacífico. TL possui, por isso, um importante território marítimo (as suas águas Territoriais têm uma área de 16.000 km<sup>2</sup>). Tem uma linha costeira de 700km e tinha cerca de 1,324.094 milhões de habitantes, em 2018<sup>2</sup>, um número crescente de pessoas se comparado com 2004, altura em que possuía uma população de 830 mil habitantes, segundo números de Serra (2004, p. 1). Essa é uma tendência que se tem verificado ao longo dos anos prevendo-se mesmo o seu crescimento ainda mais rápido nos próximos anos como se pode ver na imagem seguinte.

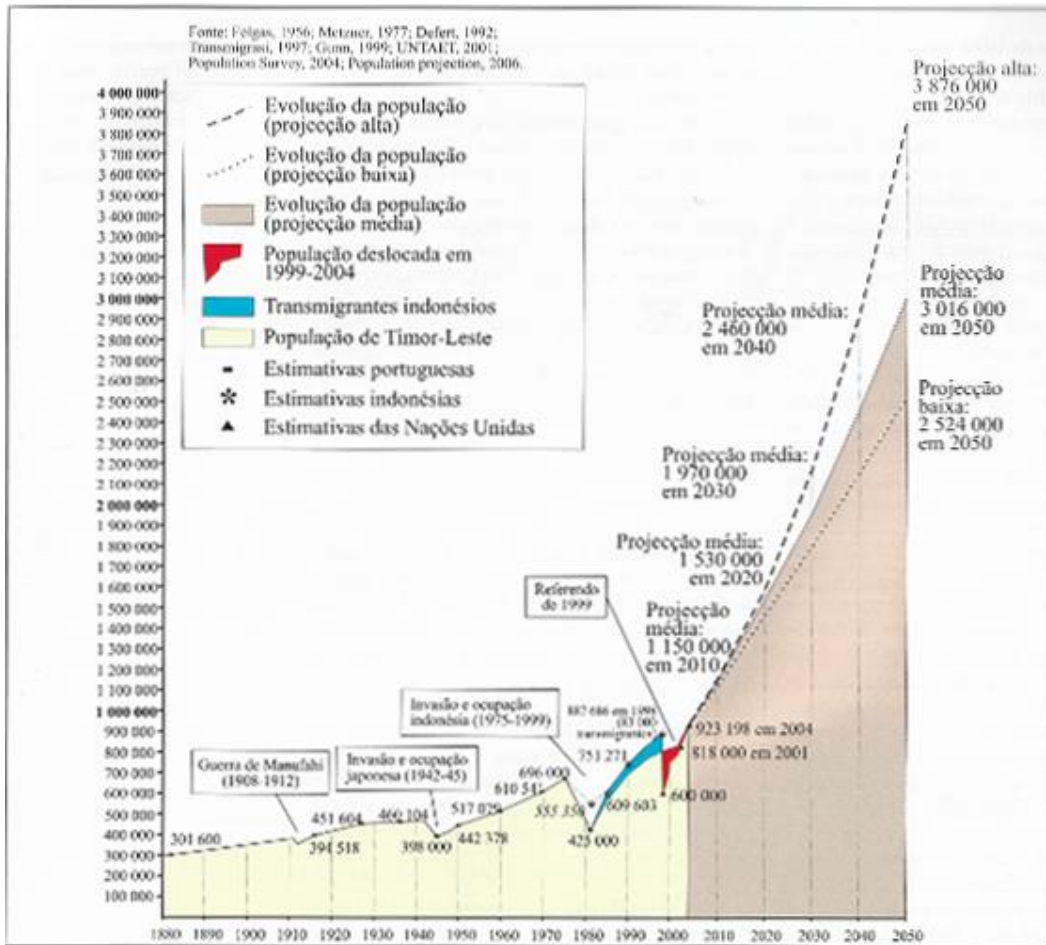
---

<sup>1</sup>Artigo 4º da Constituição RDTL: [http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/constituicao\\_rdtl.pt.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/constituicao_rdtl.pt.pdf), p. 9 (Acedido em 22 de mar. de 2019).

<sup>2</sup> <http://www.worldometers.info/world-population/timor-leste-population/> (Acedido em 29 de março de 2019).



## Imagem 1 - A evolução da população de TL (1880-2004) e as projeções para 2050



Fonte: (Durand, 2010, p. 151)

TL tem como línguas oficiais o Português e o Tétum<sup>3</sup>, e o Bahasa Indonésio e o Inglês como línguas de trabalho<sup>4</sup>. A moeda adotada é o Dólar Americano. Em termos geográficos, Timor-Leste está incluído na região asiática, mais concretamente no sudeste asiático e é ladeado a oeste pela Indonésia e a sul pela Austrália, duas importantes potências regionais tal como se pode ver na figura seguinte.

<sup>3</sup> Constituição da RDTL, 20 de maio de 2002. Artigo 13º versículo 1: O Tétum e o Português são as Línguas Oficiais da RDTL, p.11 (Acedido em 22 de março de 2019).

<sup>4</sup>Artigo 159º: A língua Indonésia e a Inglesa são línguas de trabalho em uso na Administração Pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário, p.45.

**Figura 2 – Timor no Sudeste Asiático (UNILAB, 2012)**



TL tornou-se um país independente a 20 de maio de 2002, necessitando, por isso, de fazer opções políticas de cooperação com outros Estados. Essas opções políticas podem ser consideradas uma estratégia de afirmação e integração no mercado internacional. Se essa estratégia for baseada em dados geográficos então estamos perante uma geoestratégia (Boniface, 2019, p. 15).

As interações internacionais, para um Estado recente e pequeno como Timor-Leste, tornam-se por isso fundamentais como objetivos de geoestratégia política que serve os seus objetivos geopolíticos. A sua localização, as relações estabelecidas e a estabelecer, integrando diferentes campos disciplinares de interação tendo em conta aspetos da sua geografia, ambiente social, histórico, cultural e humano de modo a orientar a sua política de atuação, intervenção e alinhamento relativamente aos outros Estados, especialmente os seus vizinhos mais próximos e influentes na região, que definimos através do conceito de *hedging*.

Estes fatores, dada a sua relevância, do ponto de vista nacional e regional, são as razões que justificam o nosso estudo e a escolha do presente trabalho, intitulado “Geopolítica de Timor-Leste no Sudeste Asiático: estratégia de *hedging* de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia”. Este trabalho é

desenvolvido no âmbito do Doutoramento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho. Faz enfoque na estratégia de *hedging* de TL e tem como respaldo as relações geopolíticas estabelecidas e a estabelecer na região, aborda a questão relativa às relações com os seus principais parceiros e vizinhos, a Austrália e a Indonésia, de modo a responder à pergunta que orientou toda a nossa investigação, que a seguir apresentamos.

## **Problemática e Enquadramento do Tema**

O nosso enfoque principal assenta na nossa pergunta de investigação: “Uma estratégia de hedging de Timor-Leste face à Indonésia e à Austrália é congruente com a sua geopolítica no sudeste asiático?” e insere-se numa abordagem geopolítica e na estratégia de *hedging* inserida nas relações entre TL e os seus principais parceiros e vizinhos, a Austrália e a Indonésia.

Relativamente à definição de *hedging* seguimos, numa primeira análise (no capítulo 0, secção 0, fazemos um estudo mais pormenorizado deste conceito), a apresentada por Fiori & Passeri (2015), em que o Estado assume uma estratégia que cultive uma posição intermédia que evite ter que escolher um lado em detrimento de outro lado, ou seja “cultivate a middle position that forestalls or avoids having to choose one side [or one straightforward policy stance] at the obvious expense of another” (Fiori & Passeri, 2015, p. 685).

Avançando com a proposta de criar e desenvolver um triângulo de crescimento, a estratégia de *hedging*, identifica um conjunto de estratégias multidimensionais e "políticas de segurança" adotadas por pequenos atores nas suas relações relativamente às grandes potências, que evitam a escolha, de um dos lados com a “despesa” óbvia de excluir um outro lado, como nos padrões clássicos de comportamento, através de uma orientação mais direta de “*balancing*” ou balanceamento de poder que sugere que os Estados atuem de maneira a impedir que um poder se torne hegemónico, e *bandwagoning*, em que afirma que o alinhamento, com uma coligação poderosa, ajudará o país alinhado a apaziguar e alcançar alguma medida de segurança (Gunasekara,2015,216a).

Segundo o autor, “o conceito de *hedge* revela o seu valor explicativo real quando aplicado a atores pequenos e médios nas suas relações com um grande poder, sob a condição de uma mudança de distribuição de poder nos níveis regional ou global” (Fiori & Passeri, 2015, p. 685).

Trata-se, assim, de uma estratégia ou posicionamento político a adotar, sendo, no entanto, de grande importância considerar que esse mesmo país mantém relações com os demais países vizinhos e que a nação, falando de Timor, mantém a ajuda dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>5</sup>, e que vem desde a luta pela independência contra o regime militar de Suharto<sup>6</sup>. Assim, interessa-nos para o nosso estudo esse processo da independência de Timor-Leste, as relações estabelecidas no passado, porque desempenham também um papel significativo na estratégia de *hedging* de Timor-Leste com os seus principais e influentes vizinhos, a Austrália e a Indonésia.

A propósito ainda da CPLP, a que atrás nos referimos, será importante notar que Timor-Leste constitui um dos Estados que apresenta uma dimensão geográfica relativamente pequena no âmbito dessa Comunidade. O seu território tem, como já dissemos, apenas 15.000 km<sup>2</sup>, o que o torna a seguir a São Tomé e Príncipe e a Cabo Verde, o terceiro país mais pequeno da CPLP.

Existe, de facto, um reconhecimento factual de que Timor-Leste enfrenta a complexidade estratégica de *hedging* com a Austrália e a Indonésia após a independência como um país pequeno, “*a small state*” (Willis, 2016), dado Timor-Leste se encontrar localizado entre as duas potências regionais, que são a Austrália e a Indonésia (Matos, 2001, p. 32).

Reconhece-se assim que apesar de Timor-Leste ser um país relativamente pequeno e um Estado recente (a partir de 2002), tendo a sua independência sido restaurada no século XXI, não se pode deixar de considerar o facto de, geograficamente, ser vizinho desses dois países referidos e que são, relativamente a si, extremamente grandes, conforme Willis reconhece, “*a big neighbourhood*” (Willis, 2016).

---

<sup>5</sup>A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é uma organização internacional formada por países de língua portuguesa, cujo objetivo consiste no aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar a sua independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante, e em 2014, a Guiné Equatorial foi aceite, por consenso, como membro pleno da CPLP (CPLP, 2007).

<sup>6</sup> Foi presidente da Indonésia entre 1967 e 1998.

Por isso, esta tese busca centra-se nos principais aspetos que dizem respeito à adoção de uma estratégia de *hedging* de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia, como forma de ultrapassar os conflitos, as ameaças no âmbito económico, os constrangimentos ao comércio, a cooperação em matéria de defesa e de segurança e, ao mesmo tempo, apontar soluções, tendo sempre presente o apoio da CPLP e da ajuda internacional para o seu desenvolvimento enquanto país independente.

Deste modo, destacamos o facto de Timor-Leste apresentar um posicionamento e um valor geoestratégico de grande relevância para esta região no âmbito dessa estratégia de *hedging*, que constitui fundamentalmente um canal significativo no panorama marítimo internacional e que estabelece a ligação entre o Oceano Índico, a Indonésia, o Oceano Pacífico e a Austrália, por estar posicionado na demarcação entre o Sudeste do Continente Asiático e a Oceânia.

O que atrás referimos faz com que haja urgência relativamente ao desenvolvimento da região, e em relação com uma estratégia de *hedging* de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia, o que sublinha concomitantemente o relevo desta temática.

Importa sublinhar que a estratégia de *hedging* de Timor-Leste com a Indonésia começa a partir da independência, não esquecendo, por um lado o facto de a Indonésia ser o vizinho mais próximo de Timor-Leste, tanto em termos de fronteira terrestre como marítima, mas também devido ao facto de a Indonésia ser um dos principais apoiantes do desenvolvimento económico, do comércio e dos recursos humanos de Timor-Leste e por outro lado que existem obstáculos no que tange à estratégia de *hedging* de Timor-Leste relativamente à Indonésia, especialmente em relação às regiões fronteiriças do país, na medida em que falta clareza na delimitação da fronteira. Pelo que um pedido unilateral de posse dos recursos naturais ao redor desta área poderá ser considerado como eventual fator de tensão entre os dois países.

Assim sendo, com este estudo, e atendendo ao facto de ser aplicado a um país jovem, que está a dar os primeiros passos na cena internacional, pensamos contribuir significativamente para desvendar o conhecimento da realidade de um território e de um povo nos seus aspetos económico e comercial, e político, na esfera da cooperação, defesa e segurança, cuja história não começou apenas com a sua

independência. Com efeito, Timor-Leste apresenta um conjunto de características que fazem dele um verdadeiro “*case study*” no domínio da ciência política e das relações internacionais.

Foi, portanto, com base nas razões que atrás expusemos, e tendo em vista a temática de investigação, que optamos pelo critério de análise geopolítica e da estratégia de *hedging* de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia, pelo que passamos de seguida a enunciar os objetivos deste estudo.

## **Objetivos da Análise**

Apresentamos a seguir os objetivos deste nosso estudo dividindo-os em objetivo geral, e este, por sua vez, em objetivos específicos que a seguir apresentamos.

### **Objetivo Geral**

O período que vai desde a independência do país (2002) até à data que nos seria exequível elaborar este trabalho (2017), balizam o período temporal da “Análise Geopolítica e de *hedging* de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia”, objeto deste nosso trabalho. Abarca assim um espaço temporal pós-independência, abrangendo um período de quinze anos (2002-2017), de modo a responder à pergunta de investigação:

“Uma estratégia de *hedging* de Timor-Leste face à Indonésia e à Austrália é congruente com a sua geopolítica no sudeste asiático?”

### **Objetivos Específicos**

- Avaliar, numa perspetiva sistémica, a problemática das relações de TL com a Indonésia e a Austrália, no plano bilateral e multilateral, considerando os seus antecedentes históricos.
- Identificar o potencial estratégico de TL, através de um levantamento de potencialidades e vulnerabilidades, tendo em vista analisar a sua geoestratégia.

- Verificar a adequação do conceito de *hedging* às relações de TL com a Indonésia e a Austrália e avaliar os efeitos dessa estratégia face ao “interesse nacional” timorense.
- Averiguar a viabilidade de um “triângulo de desenvolvimento” TL-Indonésia-Austrália no sudeste asiático.

## **Metodologia**

Neste nosso estudo, o investigador assume-se como o principal instrumento do estudo, através da obtenção de dados de consulta de documentos, de bibliografia e, fundamentalmente, pela narração de acontecimentos, ouvindo personalidades de referência da vivência timorense. Nesse sentido, o método pelo qual optamos foi o método qualitativo. Segundo Coutinho (2014, p. 28), “a investigação qualitativa associa-se [...] a métodos que conduzem á obtenção de dados de tipo narrativo” em que o investigador é via de regra o principal “instrumento de medida” do estudo (Coutinho, 2006, p. 5).

O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão (Gil, 2008, p. 94).

Quando o método qualitativo é aplicado, habitualmente envolve o “levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso”. (Gil, 2008, p. 27) cabendo ao pesquisador a “tarefa de encontrar, selecionar e analisar os documentos que servirão de base aos seus estudos” (Kripka, Scheller, & Bonotto, 2015, p. 57) com base num conjunto de possíveis diferentes instrumentos, entre os quais, os que são geralmente utilizados: “questionários, entrevistas, observação, grupos focais e análise documental” (Kripka et al., 2015, p. 57), com o fim de compreender um fenómeno e, assim, obter informações do objeto investigado.

A inquirição (ou o efetuar um inquérito ou entrevista) a uma pessoa pode ser feita a partir de questionários ou entrevistas. O questionário apresenta-se sob uma forma estruturada de perguntas efetuadas abertas. A entrevista é uma conversa provocada explicitamente pelo entrevistador (investigador), dirigida às pessoas selecionadas com base num plano de investigação, (Ramos &

Naranjo, 2014, p. 141-144), isto é, com base em determinadas características de pertença a certa categoria social, a um dado grupo, com certas experiências, com a finalidade de tipo cognitivo assente num esquema flexível de interrogação.

Segundo Bell (1998) as entrevistas podem assumir formas desde mais estruturada (Neste caso poderá até assumir a forma de um questionário) ou mais formais, passando pelas menos estruturadas ou informais, até às completamente informais, “cuja forma é determinada por cada entrevistado” (Bell, 1998, p. 120). Ainda segundo Judith Bell, para quem entrevista pela primeira vez, “será mais fácil usar o formato estruturado”. (Bell, 1998, p. 120). No entanto, para sermos mais rigorosos, quanto à estruturação, existem basicamente dois tipos de balizas ou limites pelas quais as entrevistas são abrangidas:

**A entrevista estruturada** – é uma entrevista que exige rigor na colocação de perguntas ao entrevistado. É padronizada ao nível do modo de formulação das perguntas na sequência destas e na utilização de vocabulário. Deste modo, o entrevistador deve seguir rigorosamente o guião da entrevista, enquanto o entrevistado deve responder exclusivamente ao que lhe foi perguntado. Este tipo de entrevista poderá ter a vantagem de, por um lado, imprimir maior rigor na informação, mas, por outro lado, poderá fragilizar na medida em que o entrevistado vê de alguma forma limitada a sua espontaneidade.

**A entrevista não-estruturada** – este tipo de entrevista permite maior liberdade de atuação tanto para o entrevistador como para o entrevistado. É uma espécie de conversa livre, muito embora o primeiro não deva sugerir respostas ao seu interlocutor. Por sua vez, a entrevista **não-estruturada** pode assumir a forma de **entrevista dirigida** em que a conversa é centrada num assunto preciso e com perguntas girando em torno dele ou de **entrevista não-dirigida**, onde reina uma completa liberdade de conversação. Entre as duas situa-se a **entrevista semi-dirigida**.

Entre os extremos da entrevista estruturada e a entrevista não-estruturada aparece a entrevista **semi-estruturada** em que a entrevista, nem é inteiramente livre e aberta, nem é orientada por um leque inflexível de perguntas estabelecidas previamente. Contudo, o entrevistador possui um referencial de perguntas-guia, suficientemente abertas, que serão lançadas à medida do desenrolar da conversa e



não necessariamente pela ordem estabelecida no guião ou da forma como inicialmente foram formuladas.

Nesse tipo de entrevista, deseja-se que o entrevistado discorra livremente e o entrevistador vai surgindo de modo natural, com precisão e sentido de oportunidade, cuja finalidade é encaminhar a comunicação para os objetivos da entrevista, sempre que se verificar oportuno, tendo em consideração os seus propósitos (Pardal & Correia, 1995, p. 65-66).

Neste nosso trabalho recorreremos a entrevistas semi-estruturadas, com orientação semi-dirigida, a partir da elaboração de um conjunto de questões a serem colocadas aos entrevistados e efetuadas a algumas figuras de relevo no âmbito sociocultural e político de Timor-Leste e a académicos com capacidade de análise sobre a problemática em debate. Tal como foi inicialmente previsto usamos igualmente o recurso à entrevista, também a atores políticos ou burocratas com interferência na política externa de Timor-Leste. Esta nossa recolha de informação abrangeu também a análise de bibliografia pertinente para a temática (Palmeira, 2010, p. 24).

A recolha de dados é uma das fases mais importantes da investigação porque se obtêm dados da realidade pela aplicação de diferentes técnicas. Isso acontece tendo em vista que a escolha da fonte errada pode não levar à resposta do problema de pesquisa, bem como, pode não ser a fonte mais segura. Portanto, saber procurar e “escolher” os dados relevantes aproxima o pesquisador do fenómeno estudado.

A fase inicial de recolha de dados começa com uma revisão da literatura., fase esta que envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação. Segundo Bento (2012) a revisão da literatura:

envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revistas científicas, livros, actas de congressos, resumos, etc.) relacionada com a sua área de estudo; é, então, uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema. A revisão da literatura é indispensável não somente para definir bem o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento (Bento, 2012, p. 42).

Isso acontece devido à necessidade de aprofundamento sobre o tema investigado, com o intuito de caracterizar a relação internacional de Timor-Leste com a Austrália e com a Indonésia. O desenvolvimento do estudo exigiu a obtenção de dados secundários, a saber, a consulta dos arquivos históricos e diplomáticos, ordenamentos jurídicos, regulamentares, decretos lei, relatórios de organizações governamentais e privados, relacionados com a Austrália e Indonésia, artigos, teses, publicações dos jornais e outras informações relevantes com o tema do nosso trabalho, assim como dados obtidos de *websites* que apresentam fatores que justifiquem o seu prestígio e fundamentalmente a sua credibilidade.

No que se reporta às literaturas críticas, recorreu-se a uma vasta pesquisa bibliográfica numa perspetiva interdisciplinar, refletindo deste modo, sobre a própria lógica da investigação em Ciência Política e Relações Internacionais.

Entre os dados que foram objeto de análise incluiu-se a documentação oficial, acedida, nomeadamente, através do Governo de Timor-Leste, especificamente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e do gabinete do Presidente, especificamente do gabinete dos Assuntos das Relações Internacionais do Parlamento Nacional.

Relativamente à análise documental na pesquisa qualitativa atrás mencionada, acontece quando a natureza das fontes “não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados.” (Kripka et al., 2015, p. 3). A esse propósito Gil (2008, p. 51), acrescenta que informações já processadas podem ser recolhidas também, pois podem receber outras interpretações.

A análise documental e as entrevistas foram os instrumentos de pesquisa por nós utilizados associando-se desse modo à aplicação de um estudo de carácter exploratório, tendo subjacente estes pressupostos uma vez que, segundo Sampieri, Collado, & Lucio (1991),

os estudos exploratórios servem para aumentar o grau de familiaridade com fenómenos relativamente desconhecidos, obter informações sobre a possibilidade de realizar uma investigação mais completa sobre um contexto particular da vida real, investigar problemas de comportamento humano que os profissionais de determinada área considerem cruciais, identificar conceitos e variáveis promissoras, estabelecer prioridades para investigações posteriores ou sugerir afirmações (postulados) verificáveis [...] com um denominador comum e investigar algo pouco investigado ou desconhecido” (Sampieri et al., 1991, p. 59).

Merece realce a utilização das entrevistas por serem recomendadas em estudos exploratórios “com o propósito de proporcionar melhor compreensão do problema,” (Gil, 2008, p. 114)”. Nesse sentido, e ainda segundo Gil (2008),

A entrevista informal é recomendada nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado. Nos estudos desse tipo, com frequência, recorre-se a entrevistas informais com informantes-chaves, que podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais, personalidades destacadas etc. (Gil, 2008, p. 111).

Os entrevistados selecionados para esta investigação foram, todos eles, autoridades com conhecimento da área em estudo. Procedeu-se à inquirição das percepções, a partir da construção inicial de um guião com treze perguntas fechadas, para apurar, agrupadas nos tópicos que a seguir enunciaremos:

- a) Relações Timor-Leste com Austrália e com Indonésia.
- b) Timor-Leste e Organizações Regionais Internacionais.
- c) O modelo da entrevista pode ser visualizado em Anexo 2 – Modelo da Entrevista e as entrevistas podem ser vistas em anexo.

## **A**

---

Tabela **26** – apresenta a relação das entrevistas e dos entrevistados.

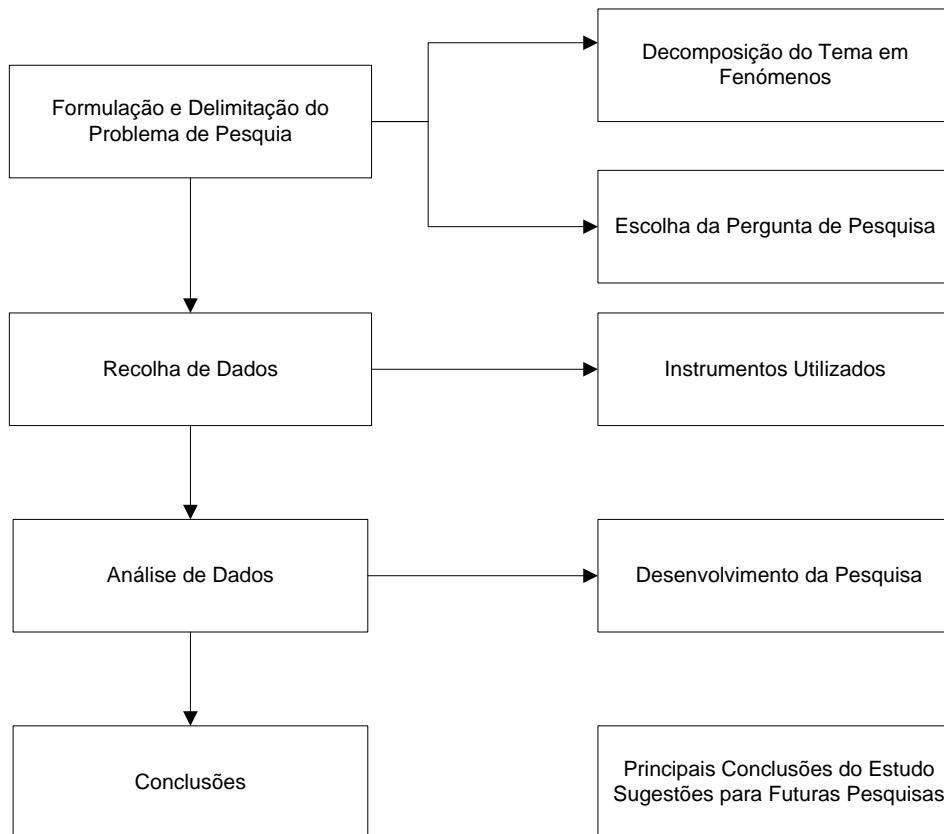
Tendo em conta os pressupostos aqui enunciados, levámos a cabo, numa primeira fase, uma análise documental e bibliográfica assente nas relações entre Timor, a Austrália e a Indonésia e, numa segunda fase, usámos como instrumento de recolha de dados um conjunto de entrevistas realizadas a personalidades de referência no âmbito social, económico e político e no contexto da realidade timorense.

Este estudo qualitativo de carácter exploratório justifica-se também devido aos próprios objetivos do estudo, que procuram analisar a estratégia de intervenção política, de acordos a estabelecer e de relações de um pequeno país, inserido num dado contexto geopolítico, como Timor-Leste, numa abordagem com países que são potências regionais como é o caso da Austrália e da Indonésia, no período de 2002 a 2017.

Através do método qualitativo pelo qual optamos e cuja escolha atrás fundamentamos, fizemos uma abordagem sobre os diversos procedimentos técnicos que nos serviram de suporte para o desenvolvimento da vertente empírica da investigação. Conforme Freitas & Jabbour, 2011, a abordagem qualitativa centra-se no reconhecimento das características de situações, eventos e organizações.

Para facilitar a compreensão do processo metodológico, apresentamos de seguida as fases de desenvolvimento do presente estudo através do desenho de investigação, que pode ser visualizado na Figura 3.

**Figura 3 – Desenho da Elaboração da Investigação**



**Fonte:** adaptado de Bitencourt (2001, p. 67)

Estabelecidos que estão os fundamentos da nossa investigação, cabe-nos agora efetuar o estudo do estado da arte donde sairá a formulação e a delimitação do nosso problema que seguir apresentamos.

### **Estado da Arte**

A delimitação do objeto de análise da tese é precedida de uma revisão de literatura com o intuito de observar o estado da arte e de encontrar e definir um nicho temático que represente um valor acrescentado para o conhecimento na área dos estudos asiáticos, subárea do sudeste asiático, aplicado a Timor-Leste e à sua geopolítica, bem como à sua estratégia de *hedging* face à Austrália e à Indonésia.

Em termos de enquadramento regional registamos o contributo de Tomé (2016) no que tange ao multilateralismo e ao regionalismo na Ásia-Pacífico, evidenciando o papel dos principais atores e de atores secundários como Timor-Leste.

A idiossincrasia de Timor-Leste é traçada no Atlas editado pela Lidel, em 2002, da autoria do Grupo de Estudos de Reconstrução de Timor-Leste e da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, que apresenta o enquadramento geográfico do território no sudeste asiático e as suas características históricas, culturais, económicas e políticas.

Do ponto de vista geopolítico destaca-se o contributo de Durand (2010) que no seu atlas histórico-geográfico sobre Timor-Leste procura desmistificar a ideia de que se trata de um país pequeno, ao situá-lo como 42º em área e 44º em população em termos mundiais.

A dimensão é sempre relativa e no caso de Timor-Leste sobressai a sua pequenez face ao gigantismo dos vizinhos, Austrália e Indonésia, como constata Brown (2004), no *Taiwanese Journal of Australian Studies*.

A vertente geopolítica é explorada noutros artigos, designadamente por Mendes, Hermenegildo e Palmeira (2010), numa obra coletiva que resulta de uma conferência realizada em Díli, em 2009, intitulada “Compreender Timor-Leste”. Destaque, na mesma publicação, para os contributos de Cunha, no domínio da realidade constitucional timorense, e de Feijó, no plano da resistência timorense e da construção da identidade nacional.

As vicissitudes relacionadas com o nascimento do novo Estado são dissecadas por Centeno e Novais (2006), numa análise sobre a evolução “da Nação ao Estado” que sublinha as dificuldades do processo, por razões de ordem externa e interna.

A problemática interna condiciona a política externa que constitui o cerne desta investigação, pelo que são particularmente pertinentes os contributos de Sahin (2014), no *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, do German Institute of Global and Area Studies. O mesmo se diga de Margesson e Bruce

(2019), em relação às dinâmicas políticas, ao desenvolvimento e ao envolvimento internacional de Timor.

No domínio específico da política externa e da segurança e defesa do novel país, os condicionamentos geoestratégicos são caracterizados por Sambhi (2019), do Strategic and Defence Studies Centre.

No que concerne à estratégia de *hedging*, registamos o contributo de Goh (2006) que no artigo “Understanding Hedging in Asia-Pacific Security” analisa a sua prática no espaço geopolítico da Ásia-Pacífico, inserindo-a no contexto da segurança regional.

Timor-Leste afigura-se nos um estudo de caso no âmbito da estratégia de *hedging* observada em atores geopolíticos da Ásia-Pacífico, sobretudo no domínio específico da segurança, o que justifica a orientação da nossa investigação para a temática da geopolítica de Timor no sudeste asiático e, concretamente, para a sua estratégia de *hedging* face à Austrália e à Indonésia.

Constatamos que há uma convergência de análises relativamente à idiosincrasia de Timor-Leste e aos seus condicionamentos estratégicos, sendo nosso propósito de analisar de que forma o país, nascido em 2002, pode maximizar o seu potencial estratégico e minimizar as suas vulnerabilidades e verificar até que ponto a sua estratégia de *hedging* face à Austrália e à Indonésia é congruente com esses objetivos.

## **Formulação do Problema**

A importância geográfica de TL releva de se encontrar localizado numa movimentada rota do comércio mundial de mercadorias entre o Índico e o Pacífico, mas sobretudo entre dois grandes atores geopolíticos regionais, nomeadamente, a Indonésia e a Austrália, com particular realce para as fronteiras de dois continentes, a Ásia e Oceânia. Esta situação evidenciou-se no final da Guerra Fria com a sua ocupação pela Indonésia em 1975, após a qual, um movimento timorense com ligações a Moscovo se teria apoderado do poder em Dili.

A “crise financeira de 1997-1998, desencadeada na Ásia, provocou o descalabro económico da Indonésia” (Centeno & Novais, 2006, p. 52), tendo afetado a governação de Suharto, e provocando um conjunto de reformas democráticas no país, não conseguindo, no entanto, esse governo resolver essa crise.

Assim, o regime Suharto caiu não só motivado pela crise financeira, mas também pelas fortes pressões internacionais que acabariam por culminar com o *referendum*<sup>7</sup> aos Timorenses para decidir entre um Estado autónomo ou um Estado independente (autonomia versus independência). Importa referir que o regime Suharto concordou com o *referendum* e a maioria das populações rejeitaram a autonomia, o que significaria a independência.

Neste sentido, as Nações Unidas apressaram-se a pedir à Austrália que liderasse a força da manutenção da paz em TL porque, por um lado, em termos geográficos, a Austrália encontra-se muito mais perto de TL e, por outro lado, também possui um poder militar que é inegavelmente muito superior na região.

Com a independência, TL viu-se confrontado com um conjunto de problemas que combinavam a sua atitude diplomática e estratégica com a construção do Estado e a resposta económica de modo a colmatar, por um lado, as necessidades de recursos e, por outro, fazer face às rivalidades de todos os tipos, desde as rivalidades de poder não só político e de movimentos políticos, mas também no seio do poder de influência sobre os territórios e populações. A sua posição geográfica e a estratégia política a seguir, num contexto de proximidade com dois importantes e poderosos vizinhos, levou a que Dili pensasse a sua política tendo em conta esses fatores, ou seja a sua estratégia geopolítica de intervenção nessa região.

Na verdade, a sua posição geográfica e a estratégia política a seguir, num contexto de proximidade com dois importantes e poderosos vizinhos, levou a que Dili assumisse a necessidade de definição de

---

<sup>7</sup> A palavra Referendo ou plebiscito vem da palavra latina plebiscita, que significa eleição direta, na qual os eleitores têm a oportunidade de escolher ou rejeitar uma oferta / proposta. Nas Nações Unidas (ONU) serem chamadas Autodeterminação. O referendo geralmente está relacionado à escolha da atitude, é claro, deve basear-se em consciência e não pressionar outras partes. O processo é realmente direto, público, gratuito, secreto e honesto e justo. Referendo do latim, que significa votar para tomar uma decisão interna. Num referendo, geralmente as pessoas que têm o direito de voto pediram sua opinião. Os resultados do referendo podem ser considerados vinculativos ou não vinculativos. Citado através: <http://indaharitonang-fakultas.pertanianunpad>.



uma política tendo em conta esses fatores, ou seja a sua estratégia geopolítica de intervenção nessa região, até porque, como diz Brown (2004) “A combinação de relações bilaterais e trilaterais que ligam Indonésia, Timor-Leste e Austrália estará, durante a próxima década, entre as relações regionais mais difíceis do Sudeste Asiático a serem desenvolvidas e, ao mesmo tempo, as mais importantes” (Brown, 2004, p. 37).

Sabendo que “[O] o poder dos Estados nas relações internacionais está directamente relacionado com a sua capacidade de materializar objectivos estratégicos” (Palmeira, 2010, p. 41), interessou-nos, por isso, tal como preconiza Fiori & Passeri (2015), o conjunto de estratégias multidimensionais “políticas de segurança”, adotadas por pequenos atores nas suas relações com as grandes potências, que evitam a escolha de um lado com a despesa óbvia pela exclusão de outro, bem como uma orientação mais direta, como no caso dos clássicos padrões de comportamento de *balancing* ou *bandwagoning*,

Hedging strategy, which identifies a set of multidimensional “insurance policies” adopted by small actors in their relations *vis-à-vis* great powers, that avoids the choice of one side at the obvious expense of another as well as one more straightforward policy stance, as in the case of the classic balancing or bandwagoning patterns of behaviour (Fiori & Passeri, 2015, p. 5).

Segundo o autor, “o conceito de hedge revela seu valor explicativo real quando aplicado a atores pequenos e médios nas suas relações com grandes poderes, sob a condição de uma mudança de distribuição de poder nos níveis regional ou global” (Fiori & Passeri, 2015, p. 9). Trata-se, assim, de um conceito novo adotado por TL (Teles, 2000, pp. 569-573)<sup>8</sup>.

Sendo de grande importância considerar que o país mantém relações com os demais países vizinhos e que a nação mantém a ajuda dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>9</sup>, que vem desde a luta pela independência contra o regime militar de Suharto. Assim, interessa-nos para

---

<sup>8</sup> Timor-Leste: Território composto pela parte oriental da Ilha da Timor, pela Ilha de Ataúro, pelo Ilhéu de Jaco e por Oecússi, localizado na parte Ocidental da Ilha Timor. Foi uma Colónia Portuguesa de facto até 1975 e de direito até outubro de 1999. Foi ocupado pela Indonésia entre dezembro de 1975 e outubro de 1999, altura em que foi considerado território não-autónomo na aceção do artigo 73 da Carta, sob Administração das Nações Unidas em processo da transição para a independência. De acordo com o Preâmbulo da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, a independência de Timor-Leste foi proclamada pela Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) em 20 de novembro de 1975, e vê-se internacionalmente reconhecida a 20 de maio de 2002.

<sup>9</sup>A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é uma organização internacional formada por países de línguas portuguesas, cujo objetivo consiste no aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar a sua independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante, e em 2014, a Guiné Equatorial foi aceite, por consenso, como membro pleno da CPLP. Citado através [http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/cceg/ix\\_cceg/Estatutos-CPLP.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/cceg/ix_cceg/Estatutos-CPLP.pdf).

o nosso estudo a independência de TL, como também se considera significativa a sua estratégia de *hedging* com a Austrália e a Indonésia, bem como as relações estabelecidas com a CPLP em geral, e com Portugal em especial.

Importa notar que TL, segundo Raimundo (2014), a par de S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde, constitui um dos Estados que apresenta uma dimensão geográfica relativamente pequena no âmbito da CPLP. O seu território tem 15,000 km<sup>2</sup>, o que, com a exceção de S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde, é o país mais pequeno, comparativamente aos outros países membros da CPLP.

Devemos atender a que existe um reconhecimento factual de que TL tem enfrentado a complexidade estratégica de *hedging* face à Austrália e à Indonésia após a independência, como um país pequeno “*a small state*” (Willis, 2016, p. 38), e que se encontra localizado entre duas potências, que são a Austrália e a Indonésia (Matos, 2001, p. 32). Assim, reconhece que apesar de se tratar de um país pequeno e um Estado recente (a partir de 2002 foi restaurada a sua independência – século XXI), não se pode deixar de considerar o facto de, geograficamente, ser vizinho de dois países extremamente grandes “*a big neighbourhood*” (Willis, 2016, p. 38).

Por isso, este projeto visa refletir sobre essa estratégia de *hedging* como forma de ultrapassar os conflitos, as ameaças no âmbito económico, que possa incentivar o comércio, a cooperação, defesa, segurança, justiça e, ao mesmo tempo, apontar soluções, tendo sempre presente o importante apoio da CPLP e da ajuda internacional para o seu desenvolvimento enquanto país independente. É ainda importante não esquecer, também, outras relações externas como as que Margesson & Bruce (2019) ressalvam como sejam as relações com os Estados Unidos, a China, e com as organizações regionais de relevância, como por exemplo a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)<sup>10</sup>, no sudeste asiático, esta vista “como oportunidade importante para estabelecer e proteger os limites da identidade do Estado” (Sahin, 2014, p. 21), e o Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF)<sup>11</sup> na Oceânia. Destacamos estas embora tenhamos consciência de outras são também importantes para o multilateralismo regional

---

<sup>10</sup> A Associação de Nações do Sudeste Asiático, mais conhecida pela sua sigla em língua inglesa ASEAN (Association of Southeast Asian Nations), é uma organização regional de Estados do Sudeste Asiático instituída em 8 de agosto de 1967 através da Declaração de Bangkok. No que se reporta à sua formação original, a organização era composta pela Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia. Mais tarde aderiram a esta organização o Brunei (1984), Vietname (1995), Myanmar (1997), Laos (1997) e Camboja (1999), num total de dez Estados membros. Timor-Leste participa como observador.

<sup>11</sup> O Fórum das Ilhas do Pacífico, mais conhecido pela sua sigla em língua inglesa PIF (Pacific Islands Forum), é uma das principais organizações políticas e económicas do Pacífico Sul. Fundada em 1971, é composta por 18 membros: Austrália, Ilhas Cook, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Polinésia Francesa, Kiribati, Nauru, Nova Caledónia, Nova Zelândia, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, República das Ilhas Marshall, Samoa, Salomão Ilhas, Tonga, Tuvalu e Vanuatu. (PIF, 2017).

como por exemplo a South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC) na Ásia meridional e a Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC) na Ásia-Pacífico (Tomé, 2016, p. 130).

Deste modo, destacamos o facto de TL apresentar um posicionamento e um valor geoestratégico de grande relevância para a região onde se insere, que constitui, fundamentalmente, um grande canal no panorama marítimo internacional e que estabelece a ligação entre o Oceano Índico, a Indonésia, o Oceano Pacífico e a Austrália, por estar posicionado na demarcação entre o Sudeste do Continente Asiático e a Oceânia. Tudo isso faz com que haja urgência em relação ao desenvolvimento da região, o que sublinha concomitantemente o relevo desta temática.

Relativamente à Indonésia, importa sublinhar que a estratégia de *hedging* de TL com a Indonésia começa a partir da independência, não apenas devido ao facto da Indonésia ser o seu vizinho mais próximo, tanto em termos de fronteira terrestre como marítima, mas também devido ao facto da Indonésia ser um dos principais apoiantes do desenvolvimento económico, do comércio e dos recursos humanos de TL. Contudo, existem obstáculos à estratégia de *hedging* de TL relativamente à Indonésia, especialmente em relação às regiões fronteiriças do país, na medida em que falta clareza na delimitação da fronteira, pelo que, um pedido unilateral de posse dos recursos naturais ao redor desta área poderá ser considerado como eventual fator de tensão entre os países.

Desta forma, havendo tensão, em determinado momento, no que tange aos assuntos supra mencionados, embora seja sempre de evitar, seria certamente atenuada, na medida em que a Indonésia sentir-se-ia sempre pressionada a considerar o facto de TL se constituir um membro da CPLP, organização esta que integra países de três continentes nomeadamente Portugal, como representante do continente Europeu, e também membro da União Europeia, o Brasil, representante da América Latina, e os restantes países do continente Africano, tal com Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Equatorial.

Neste sentido, a CPLP reveste-se de extrema importância para TL e constituirá sempre uma espécie de contrabalanço – *leverage* – relativamente ao poderio regional instalado, quer pela Indonésia, quer pela Austrália, ou outros países mais importantes da região, como por exemplo a China e o Japão.

Relativamente à Austrália, TL tem também cooperação bilateral com a Austrália desde a sua independência. Pese embora a luta contra a ocupação do regime militar no passado, a Austrália nunca

reconhecera a luta dos timorenses. Pelo contrário, reconheceu a sua integração na Indonésia, ao mesmo tempo que a Austrália e a Indonésia celebravam um *memorandum* de entendimento entre os dois países para explorar os recursos do Mar de Timor e que vigorou até 1999. Assim, consideramos relevante esta temática não só pela sua particularidade, como também pela escassez bibliográfica.

Por outro lado, TL estabeleceu relações multilaterais no seio da CPLP, em conformidade com a declaração de Lisboa, onde os seus países membros manifestaram intensão especial no sentido de apoiar TL, designadamente no que concerne à reintrodução do idioma Português, adotando, assim, a Língua Portuguesa como uma das línguas oficiais de TL (Abrantes et al., 2008, p. 6). Este autor considera de particular importância o compromisso para envidar esforços para apoiar TL na cooperação para a reintrodução, promoção e difusão da Língua Portuguesa, um dos pilares fundamentais de diferenciação e sobrevivência identitária da jovem nação inserida numa região bastante dinâmica e competitiva.

A inserção de TL na CPLP, um país maioritariamente católico, constituiu um ganho, não só para a CPLP, mas também reforçou o peso de *hedging* de Timor, designadamente no plano económico, comercial, e de cooperação na defesa e segurança, junto da Austrália e da Indonésia. A adoção do português como língua oficial, a par do tétum, contribuirá para reforçar a identidade de TL no plano social, no Sudeste Asiático (especialmente perante a Indonésia) e Oceânia (Austrália), o que permite distinguir TL dos seus vizinhos mais próximos.

Embora geograficamente TL se encontre localizando longe dos restantes países da CPLP, no plano político e cultural, tem encontrado na organização lusófona e nos seus Estados membros apoios significativos para a construção da nação, isto é, desde o período da luta de libertação até à reconstrução do país após a independência. De referir que, ainda hoje, continua a receber apoios. Nesta perspetiva, a cooperação com a CPLP pode ser analisada como um fator de equilíbrio regional tendo em conta que o país está localizado entre o Oceano Índico e o Oceano Pacífico, na fronteira entre a Ásia e o Oceânia.

TL, situa-se no Sudeste Asiático, o que, segundo os princípios da ASEAN, todos os países que se situam nessa região podem tornar-se seus membros, pois esta tem um carácter regional. A integração de TL nesta organização pode ser considerada mais eficaz no sentido de criar alinhamentos de maior

estabilidade política e económica relativamente à sua estratégia de *hedging*. Assim, este projeto de investigação tem como objetivo primordial analisar aspetos relevantes relacionadas com essa estratégia.

A inserção de TL na CPLP, constituiu, como dissemos, um ganho para a CPLP, mas também reforça o seu peso geopolítico e geoestratégico, designadamente no plano económico e comercial, na esfera da cooperação, defesa e segurança junto da Austrália e da Indonésia, ou seja, reforça a sua estratégia de *hedging*, entendida aqui, como veremos mais adiante com mais pormenor (secção 0) como “a competição e a cooperação simultâneas ou o exercício cumulativo do unilateralismo, do bilateralismo, do multilateralismo, do regionalismo e da internacionalização” (Tomé, 2010, p. 408).

A cooperação com a CPLP, a integração na Associação das Nações do Sudeste Asiático e a participação no Fórum das Ilhas do Pacífico pode ser analisada como um fator de equilíbrio regional ou de *hedging* tendo em conta a sua localização (entre o Oceano Índico e o Oceano Pacífico, na fronteira entre a Ásia e a Oceânia). TL está situado no sudeste asiático e segundo os princípios da ASEAN (Palmeira, 2010, p. 43), todos os países que se situam nessa região podem tornar-se membros da organização, pois esta tem um carácter regional.

TL é um país que está a dar os primeiros passos na cena internacional, em que as relações, especialmente as relações entre Díli, Camberra e Jacarta se revestem de grande importância. Alguns fatores importantes a ter em conta são, por exemplo os problemas relativos à “pesca, contrabando (de mercadorias, drogas, pessoas), recursos marinhos, defesa” (Brown, 2004, p. 59), o subdesenvolvimento e o desemprego, que afetam a instabilidade na região assim como o combate à pobreza das populações, até porque 41.8% viviam abaixo do limiar de pobreza em 2014 (Sambhi, 2019, p. 2) e, segundo “as Nações Unidas, a instabilidade e volatilidade da situação de segurança em Timor-Leste, iniciada em abril de 2006, afetaram os meios de subsistência de grande parte da população” (Margesson & Bruce, 2019).

Com este estudo, pensamos e esperamos contribuir significativamente para desvendar o conhecimento da realidade de um território e de um povo, a sua economia, comércio, cooperação, defesa e segurança, cuja história não começou apenas com a sua independência. Com efeito, TL apresenta um

conjunto de características que fazem dele um verdadeiro “*case study*” no domínio da ciência política e das relações internacionais.

Pelas razões expostas, e tendo em vista a temática de investigação, optamos pelo critério de análise da estratégia de *hedging* de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia. Os objetivos desta pesquisa serão desenvolvidos no espaço temporal pós-independência, abrangendo um período de quinze anos que começa em 2002 e termina em 2017. Consideramos que uma década e meia é suficiente para analisar os dados e permitir o projeto da pesquisa para fazer uma análise a cada cinco para obter os dados da investigação mais adequados ao projeto.

### **Delimitação da pesquisa**

O estudo terá em especial atenção essa prática de *hedging*, privilegiando a análise geoestratégica, na perspectiva das relações internacionais, sobretudo com a Austrália e a Indonésia, mas também com outros grandes espaços que interfiram com o potencial dessa estratégia de que é exemplo a CPLP.

Neste emaranhado de dimensões geopolíticas e relações entre os membros de diferentes regiões, parece não estar definido um posicionamento claro sobre os atributos diferenciadores que desencadeiem e privilegiem aproximações benéficas e frutuosas com todos esses membros.

Assim, e em função do atrás exposto, a delimitação do nosso problema de investigação foi desenvolvida em duas etapas.

Primeira etapa: A decomposição do tema em fenómenos – definiram-se aqui as variáveis de pesquisa, que foram as seguintes.

a) O processo de análise geopolítica de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia, tendo como enfoque a construção teórico-evolutiva do tema de estudo, ou seja, buscou-se retratar a história das relações entre os países quer do ponto de vista bilateral quer multilateral.

b) O potencial geoestratégico de Timor-Leste tendo como enfoque a sua importância geoestratégica e a sua estratégia de *hedging* face à Austrália e à Indonésia.

Segunda etapa: Consiste na avaliação da política externa de Timor-Leste relativamente aos seus vizinhos, de forma a responder à questão: Como é que o Timor-Leste desenvolve a estratégia de *hedging* com a Austrália e a Indonésia?

Para responder e refletir sobre a esta problemática, alguns outros questionamentos são levantados:

a) Timor-Leste tem participado ativamente na estratégia de *hedging* relativamente à Austrália?

b) Timor-Leste tem participado ativamente na estratégia de *hedging* relativamente à Indonésia?

Terceira etapa: Resposta à pergunta de investigação principal: Uma estratégia de *hedging* de Timor-Leste face à Indonésia e à Austrália é congruente com a sua geopolítica no sudeste asiático?

## **Estrutura**

O presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: começamos, numa primeira fase, por discriminar a problemática e enquadramento do tema para depois apresentarmos a definição dos nossos objetivos, a metodologia seguida, justificando, por um lado a análise documental efetuada, e, por outro, as entrevistas realizadas, seguida do estado da arte. De seguida, dividimos o trabalho em diversos capítulos que passamos a apresentar.

O primeiro capítulo, intitulado Timor-Leste, um Estado do século XXI, com sequelas do passado, aborda aspetos importantes da sua história desde a chegada dos portugueses até à sua independência e normalização democrática.

O segundo capítulo faz uma análise do ponto de vista da sua geopolítica, primeiramente quer como candidato quer como parte integrante de importantes organizações regionais e depois nas suas relações bilaterais e multilaterais com outros países e organizações.

O terceiro e o quarto capítulos descrevem as relações de Timor-Leste com a Indonésia, desde o conflito à cooperação e as relações de Timor-Leste com a Austrália através do mar que os separa e aproxima, respetivamente.

O quinto capítulo enuncia o potencial estratégico de Timor-Leste no sudeste asiático. Este capítulo divide-se em três partes, objetivos estratégicos nacionais, vulnerabilidades e potencialidades de Timor-Leste.

Por fim, no sexto capítulo, apresentamos a estratégia de *hedging* face à Austrália e face à Indonésia, contextualizando também a necessidade de *hedging* com os países da CPLP como uma forma estratégica para assegurar e promover o desenvolvimento do Timor-Leste. Definimos neste capítulo o conceito de *hedging*, e abordamos a geoestratégia de Timor-Leste e finalmente a estratégia de *hedging* de Timor-Leste.

Finalmente apresentamos as conclusões finais e sugestões para futuras investigações.



## **I. TIMOR-LESTE: UM ESTADO DO SÉCULO XXI COM SEQUELAS DO PASSADO**

---

Sabe-se que TL foi, desde tempos remotos, visitado por outros povos, especialmente de regiões próximas e alguns desses povos, atraídos pelo comércio do sândalo, deixaram alguns testemunhos. Algumas missões antropológicas têm tentado desvendar o seu período pré-histórico através de achados arqueológicos como por exemplo quando em 1930 o capitão Correia de Campos recolheu “um conjunto de espólios sepulcrais da região de Alas [...] que se compunha de ossos, objetos de adorno [...] e fragmentos de cerâmica local e importada” (Figueiredo, 2004, p. 56-57). Foi, no entanto, com a chegada dos portugueses que a sua história passou a ser registada e como tal mais conhecida.

### **1. Colónia Portuguesa**

Timor-Leste era já conhecido dos Portugueses, navegadores e comerciantes, da época quinhentista, para trocarem especiarias e sândalo vindo das montanhas, por armas, tecidos e instrumentos feitos de ferro. A sua história remete-nos e liga-nos, no entanto, para o período dos descobrimentos portugueses, no ano de 1500. Por essa altura, e tal como em muitos outros descobrimentos de novas terras e mundos, os portugueses fizeram lá desembarcar missionários em 1512 com o objetivo da cristianização e expansão da fé cristã (segundo carta enviada a Afonso de Albuquerque, no reinado de D. Manuel I, pelo navegador português Rui de Brito).

Essa carta é o primeiro documento conhecido acerca da descoberta da ilha de Timor pelos portugueses e é datada de 1514 – está depositado no arquivo nacional da Torre do Tombo e disponível para consulta digital<sup>12</sup> -, que Rui de Brito Patalim, Capitão de Malaca, enviou para Afonso de Albuquerque, Governador das Índias, sobre a situação de Malaca. Nessa carta refere-se que são avistados navios que partiam de Timor. Sabe-se que os portugueses se sentiam atraídos pelos recursos naturais da ilha, entre o quais a madeira de sândalo (McIntyre, 1977, p. 69). Sabe-se também que “a ilha de Timor é pela primeira vez cartografada por um português. Francisco Rodrigues [...] «*a ilha de timor onde nasce o sândalo*»” (IPJ, 1997, p. 1).

---

<sup>12</sup> <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3768897>

A cristianização foi também um dos objetivos dos portugueses, tal como o fizeram sempre na época dos descobrimentos. Após essa cristianização, foi então que, em 1702, à região de Timor foi atribuído o primeiro Governador nomeado por Portugal, António Coelho Guerreiro (Tavares, 2017, p. 3). Com a chegada do primeiro Governador português em 1702 deu-se início à fase de governação colonial de Timor.

Timor foi sendo alvo de inúmeros interesses e rivalidades ao longo da sua história. Uma das primeiras dessas rivalidades surgiram no século XIX e ocorreram entre portugueses e holandeses, sendo posteriormente resolvida com “o tratado de 1859, que consagrava a divisão entre um Timor Ocidental holandês - centrado em Cupang – e um Timor Oriental português – com capital em Díli – a que se juntavam o enclave de Oecussi, a ilha de Ataúro e a ilha de Jaco” (Lamarca, 2003, p. 15 citando Silva 2000).

Mais tarde, aquando da Segunda Guerra Mundial, embora Portugal não tivesse participado nessa guerra, Timor foi, no entanto ocupado por tropas australianas e holandesas, a pretexto da invasão japonesa, na sequência do ataque japonês a uma base americana, o Ataque a Pearl Harbour, em 1941. Mais à frente, em fevereiro de 1942, Timor foi invadido pelos japoneses tendo nessa altura ficado célebre a atitude do Régulo D. Aleixo Corte-Real, que por se ter recusado a entregar a bandeira portuguesa, foi por isso executado. Os aliados e os voluntários timorenses passaram, nessa altura, a recorrer à guerrilha, mesmo após a retirada dos australianos, pagando por isso um preço elevado em vidas humanas.

No final do conflito, Portugal recuperou a sua antiga concessão, aí permanecendo e tendo Oliveira Salazar, Primeiro Ministro aquando da ditadura em Portugal, tido sempre a preocupação de manter os interesses portugueses e a paz em Timor. Só após a revolução democrática portuguesa de 1974 se passou a viver em Timor um forte período de instabilidade acabando com a invasão e anexação Indonésia da Ilha.

## 2. Instabilidade Política

Timor-Leste tinha sido descoberto pelos portugueses há mais de quatrocentos e cinquenta anos. Muitas vezes houve rebeliões contra essa presença pelos reis em TL durante esse período. Uma onda de insegurança política em Timor-Leste começou desde a presença portuguesa em TL, no início do século XVI, mantendo-se lá até 1974. No entanto, após a Revolução dos Cravos em Portugal, em 25 de abril de 1974, onde o colapso do governo autoritário de Caetano foi causado por uma revolução democrática liderada por António de Spínola, foi necessário que Portugal modernizasse toda a ordem nacional, incluindo a ordem renovadora nas esferas da política e da economia. Para que a brisa fresca da democracia soprasse nas colónias da Ásia e da África, incluindo TL, o processo de descolonização foi preparado e lançado por Portugal para as colónias.

Portugal deu às suas colónias a oportunidade de estabelecerem partidos políticos de acordo com procedimentos formais de um país democrático, incluindo TL. Assim, a elite política em TL respondeu ao processo de descolonização, formando e estabelecendo vários partidos políticos como um dos requisitos de um Estado democrático no quadro da liderança da independência de TL, depois disso, vários partidos foram estabelecidos, como por exemplo o APODETI (Associação Popular Democrática da Timorese). Este partido político foi fundado em 27 de maio de 1974<sup>13</sup>. Os fundadores deste partido argumentaram que seria impossível a TL tornar-se um Estado, porque TL não dispunha de massa crítica composta por, *inter alia*, intelectuais, técnicos e poder económico que garantissem a sua existência enquanto país no futuro.

Essa posição tinha por base um duplo objetivo com diferentes opções, onde, por um lado, as elites políticas desses partidos como Guilherme Maria Gonçalves e José Fernando Osório Soares, que defendiam a integração com a República da Indonésia. Segundo eles, TL tinha um pano de fundo histórico comum e ideais comuns com a Indonésia. Outros, nesse partido, queriam a independência. No entanto, o partido emitiu uma declaração de que não era possível que TL fosse independente. Contudo, uma vez que o partido APODETI foi formado com o objetivo de unir TL ao Estado Unitário da

---

13 Chega. 2010. Laporan Komisi Penerimaan, Kebenaran, dan Rekonsiliasi (CAVR). Vol. I. Editora: Kepustakann Popular Gramedia. 172. [https://books.google.pt/books?id=EChDwAAQBAJ&pg=PA172&lpg=PA172&dq=tokoh-tokoh+APODETI&source=bl&ots=umA5x2bUCR&sig=ACfU3U0\\_ZuyqIrUM2uzfRfPzCeV0gYN2og&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKewijOPitp4HpAhWYAWMBHRfIDuUO6AEwDHoECBIOAO#v=onepage&q=tokoh-tokoh%20APODETI&f=false](https://books.google.pt/books?id=EChDwAAQBAJ&pg=PA172&lpg=PA172&dq=tokoh-tokoh+APODETI&source=bl&ots=umA5x2bUCR&sig=ACfU3U0_ZuyqIrUM2uzfRfPzCeV0gYN2og&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKewijOPitp4HpAhWYAWMBHRfIDuUO6AEwDHoECBIOAO#v=onepage&q=tokoh-tokoh%20APODETI&f=false) (Acedido em 1 de abril de 2020).

República da Indonésia, para que o partido recebesse total apoio do Governo Suharto como Presidente da Indonésia na época, o apoio que este partido recebeu do regime de Suharto não era apenas apoio moral, mas incluía fundos de assistência ou apoio não militar à existência do partido.

O Governo de Suharto aproveitou esta situação continuando a lançar campanhas e a formar oposição pública de que a Indonésia não estava interessada no governo de TL, incluindo o seu território, e muitas vezes confirmou, tanto a nível nacional como internacional, que uma grande parte da população portuguesa de Timor apoiou a integração com a Indonésia. Mas uma coisa que o governo de Suharto nunca soube foi que o partido APODETI não era apoiado pela maioria da comunidade timorense portuguesa.

A APODETI queria a integração com a Indonésia, enquanto que o partido União Democrática Timorense (UDT), que foi criado em 11 de maio de 1974, desejava a autonomia progressiva para TL, mantendo relações administrativas com Portugal, porque antes da chegada do governador Lemos Pires em novembro de 1974, este partido recebeu amplamente apoio oficial de Portugal, pelo que politicamente esse foi um dos fatores motivadores do partido UDT.

A UDT queria formar uma federação sob proteção portuguesa, com o lema “levantar, afundar com Portugal”, tendo figuras como Francisco Xavier Lopes da Cruz e Mário Viegas Carrascão. A UDT, no entanto, recusava a independência total, o seu raciocínio era quase o mesmo do da APODETI, um dos quais era que a UDT considerava TL ainda fraco no campo económico, além de que TL não tinha pessoal instruído suficiente para liderar o país. Mas o desejo de uma federação com Portugal não durou muito a partir de meados de 1975. A UDT mudou de rumo, não desejando uma federação com Portugal e o partido inclinava-se para a integração com o Estado indonésio, seguindo os passos da APODETI.

A seguir vem o partido KOTA (Dos Filhos de Heróicos das Montanhas). O partido foi liderado por José Martins e foi fundado em 8 de novembro de 1974. O nome desse partido era anteriormente a Associação Popular Monárquica Timorense (AMPT), liderado por Thomas Ximenes. O então partido KOTA, originado pelo AMPT, tinha a mesma crença que o partido APODETI e o partido UDT, que

basicamente viam que as condições políticas, económicas e sociais não permitiam que TL se tornasse um Estado independente.

O partido KOTA sublinhou que, no futuro, TL não se tornaria um Estado independente, mas juntar-se-ia à Indonésia. Entretanto, também no mesmo ano de 1974, mais concretamente a 5 de setembro de 1974, surge o partido trabalhista que, a determinada altura, se chegou a juntar aos outros partidos como o partido UDT, o partido APODETI e o partido KOTA. Mas estes quatro partidos políticos tinham opções diferentes em relação à independência de TL.

Em 20 de maio de 1974 foi constituída a Associação Social Democrata de Timor (ASDT), mas mais tarde, em 11 de setembro, o partido ASDT mudou o seu nome para Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), sendo os seus principais protagonistas: Francisco Xavier do Amaral, Nicolau do Reis Lobato, José Ramos Horta, Mari Alkatiri e Abílio Araújo, que defendiam a independência total de TL por causa do apoio da maioria do povo de TL. O partido ASDT era democrático e moderado em comparação com a FRETILIN, considerando que o partido FRETILIN era radical e exigia a independência total de TL. A FRETILIN opôs-se fortemente à federação ou autonomia com Portugal e opôs-se fortemente à integração com o Estado indonésio.

Nenhum dos outros partidos reconhecia a existência da FRETILIN, embora este último recebesse efetivamente apoio maioritário do povo de TL, ao contrário dos anteriores, que, por isso mesmo, formaram uma coligação contra o partido FRETILIN na luta pela independência de TL. Havia assim diferentes visões políticas. A FRETILIN, apoiava declaradamente a independência de TL, ao passo que o partido APODETI queria que TL fosse integrado no Estado indonésio, e o partido político KOTA, Trabalhista, UDT queriam ingressar ou federar com Portugal.

Mais tarde, o Partido UDT e a FRETILIN formaram uma frente anti-integração que contou com o apoio da maioria da comunidade timorense, mas a fusão ou coligação dos dois partidos não durou muito e a UDT deixou a coligação devido a diferenças ideológicas, incluindo sentimentos de suspeita mútua entre seguidores das duas partes. A UDT retirou-se da coligação e mudou de direção, voltando a defender a pró-integração com a Indonésia, enquanto o Partido FRETILIN era considerado comunista e com uma

ideologia de esquerda porque foi influenciado por vários novos ativistas comunistas que retornaram de Portugal para TL.

Naquela época, a estratégia política utilizada pela FRETILIN era uma lavagem cerebral, mudando a mentalidade do povo timorense sobre a luta pela libertação e o reconhecimento da identidade nacional de TL e a consolidação da ideologia e igualdade de direitos e graus, classe social, incluindo forças organizadoras para a defesa do território de TL.

Por outro lado, ao mesmo tempo, ensinando os timorenses a ler e escrever na língua tétum, iam construindo um sistema agrícola cooperativo em direção à independência total. Os cinco partidos políticos (FRETILIM, APODETI, UDT, KOTA e Trabalhistas) visavam diferentes objetivos e ideologias para alcançar a independência de TL que certamente não eram fáceis, mas a situação permaneceu tranquila, até à visita de Almeida Santos, como Ministro de Portugal, Coordenador de Políticas Internacionais para TL, no contexto de uma mudança de cargo do Governador Alves Aldeia para o Coronel Mário Lemos Pires. O primeiro passo dado por Pires foi definir o futuro de TL, legalizar os partidos políticos e preparar escolhas<sup>14</sup> onde as eleições foram realizadas, e a FRETILIN saiu vitoriosa.

A situação piorou em agosto de 1975, quando houve um golpe e um contragolpe entre a UDT e a FRETILIN, o que levou o governo timorense e as forças portuguesas a serem confinados na área portuária de Dili. Perdeu-se completamente o controlo da situação, até o governo português em Timor deixar Dili para a ilha de Ataúro, o que causou insegurança política em TL e abriu espaço para a guerra civil e a invasão legalizada. Na sequência destas constantes instabilidades e tendo o apoio de grandes potências como as atrás referidas, a 7 de dezembro de 1975 (Peter & Cabral, 2002, p. 1061) deu-se a anexação de TL pela Indonésia iniciando-se assim um longo período de ocupação.

Mas a história provou que a invasão de TL esteve mais relacionada com a Guerra Fria e o imperialismo da América e da Austrália. A estratégia de repressão da Indonésia em relação ao movimento de independência de TL surgiu para impedir rebeliões de independência em todas as partes da Indonésia. O regime de Suharto estava ofuscado pelo golpe em 1965, liderado por oficiais do exército junto com o Partido Comunista Indonésio (PKI). Outra razão para o propósito da invasão foi o problema da geografia

---

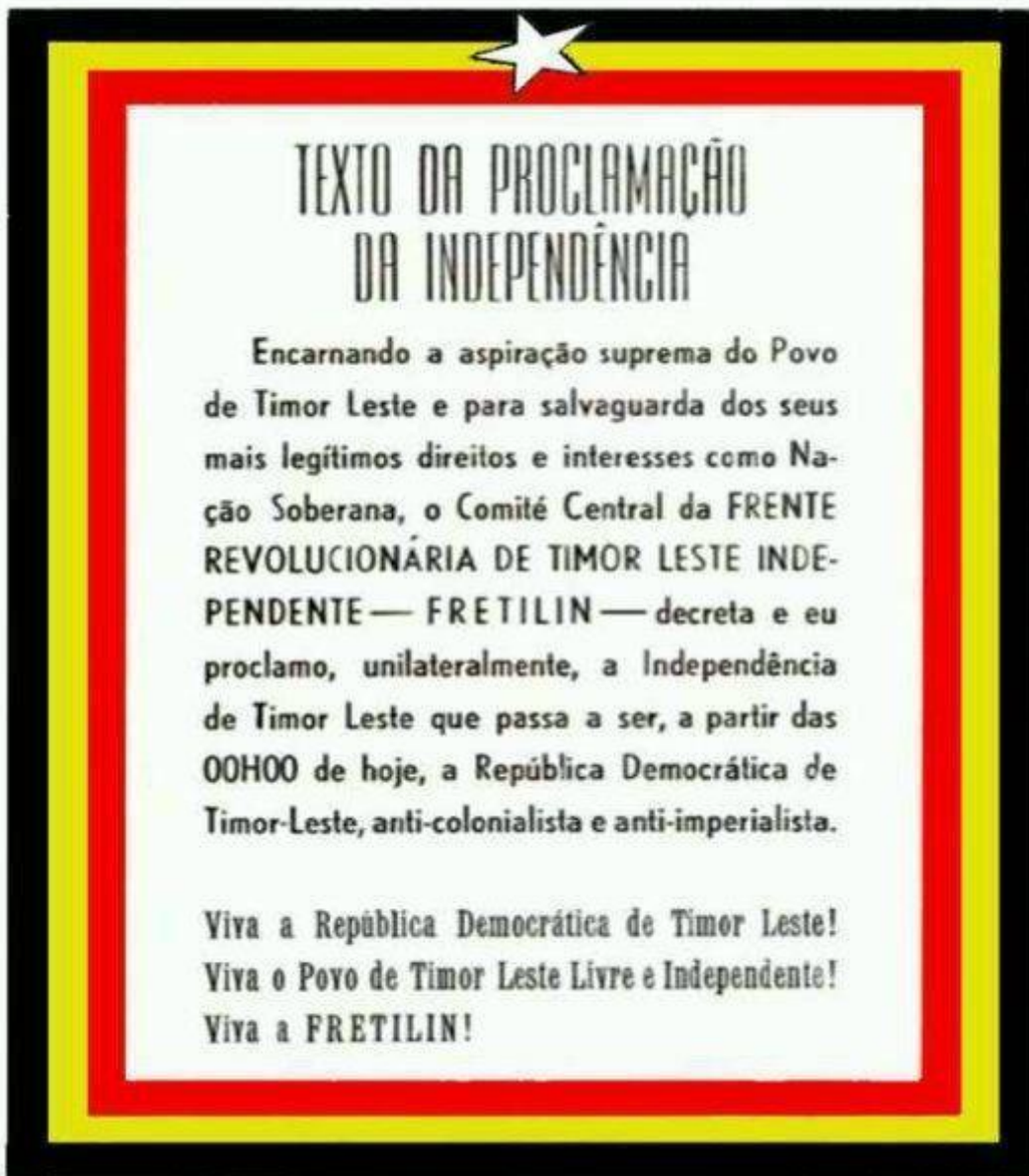
<sup>14</sup> <http://casacomum.org/cc/dossiers/independencias/timor.html> (Acedido em 25 de abril de 2020).

e da geopolítica, onde TL estava geograficamente próximo do partido comunista chinês que ainda estava no círculo da Guerra Fria.

A Indonésia tinha relações e apoio dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha, preocupados com o progresso comunista. A FRETILIN era vista como comunista pelos seus vizinhos da Indonésia, América e Austrália, por isso não podia ser tolerada. Assim, o serviço secreto militar indonésio (BAKIN) iniciou um trabalho de divisão entre os partidos pró-independência, promoveu o apoio popular da APODETI, enquanto a nível internacional, a Austrália e os Estados Unidos dão luz verde à Indonésia com o fortalecimento da visita do presidente dos Estados Unidos Gerald Ford e do secretário de Estado Henry Kissinger a Jacarta no âmbito de suposta ação de invasão naquela época.

Para impedir a anexação da Indonésia e buscar apoio internacional, a FRETILIN em 28 de novembro de 1975, proclamou a República Democrática de Timor-Leste unilateralmente, como indicado no seguinte texto:

**Imagem 2 - Proclamação Unilateral pela FRETILIN da República Democrática de TL**



**Fonte:** Fundação Mário Soares e Arquivo & Museu da Resistência Timorense<sup>15</sup>

Em resposta à proclamação unilateral de independência da FRETILIN, alguns dias depois, os partidos políticos anti-independência de TL e/ou pró-integração com o Estado unitário da Indonésia fizeram uma contra proclamação conhecida como declaração de Balibo, preparada pelo grupo pró-integração de Bali, vigiado de perto pelos militares indonésios e lido em Balibo. A chamada declaração de Balibo foi emitida em 30 de novembro de 1975, cuja essência condenava a proclamação unilateral da FRETILIN e a declaração de Balibo proclamando a integração no Estado indonésio, ao mesmo tempo solicitando

<sup>15</sup> <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.264>



ao governo e ao povo da Indonésia que tomassem as medidas necessárias para proteger a vida das pessoas que agora se colocavam como parte do povo indonésio<sup>16</sup>.

Partindo da declaração de Balibo, foi seguida a emissão da Lei n.º 7 1976, relativa à integração de TL com a República da Indonésia e TL na 27ª província oficial da República Unitária Soberana da Indonésia. Embora, de facto, TL tenha sido ocupado pelo governo indonésio, mas por lei, as Nações Unidas ainda consideravam TL como tendo o direito à independência, conforme escrito nesta resolução:

[...] In fact, in its very first resolution on East Timor S/RES/384 (1975) the UN SC recognises 'the inalienable right of the people of East Timor to self-determination and independence in accordance with the principles of the Charter of the United Nations and the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples, contained in the General Assembly (GA) Resolution 1514 (XV) of 14 December 1960 (Avgustin, 2020, p.1).

### **3. Ocupação Indonésia**

Foi o início de um longo período sob administração portuguesa, que culminou com a declaração unilateral da sua independência em 28 de novembro de 1975, cerca de um ano após a instauração em Portugal do regime democrático de 25 de Abril de 1974. Mais tarde, TL foi ocupado e anexado pela Indonésia. A anexação do território de Timor-Leste tornou-se oficial a 7 de dezembro de 1975. TL foi então declarado fechado ao mundo internacional por um período aproximado de 13 anos durante o qual foram muitos os incidentes e massacres de civis que aí ocorreram, ainda que estes não tivessem sido muito do conhecimento da comunidade internacional. Na verdade, foram até esquecidos por esta no processo de luta pela independência de TL em oposição à ocupação ilegal das forças armadas indonésias durante o regime de Suharto, que envolveu o país num conflito civil e militar com vista à obtenção da sua independência. O desiderato do povo de TL acabaria por acontecer cerca de sete anos depois, com a restauração dessa mesma independência no dia 20 de maio de 2002.

---

<sup>16</sup> [http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/timor/03\\_historia\\_do\\_conflicto.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/timor/03_historia_do_conflicto.pdf) (Acedido em 16 de abril de 2020).

O processo de aprovação da resolução que instituiu a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET)<sup>17</sup> iniciou-se em 1999. Em 30 de agosto os timorenses foram, finalmente, chamados a pronunciarem-se sobre o seu futuro, ou seja, sobre o direito à autodeterminação, em conformidade com o Direito Internacional, em particular com a Carta das Nações Unidas.

Nessa ocasião foram apresentados aos timorenses dois cenários: a independência ou um estatuto de autonomia alargada e integração formal, oficial, legítima e legal na Indonésia. Os resultados foram claros, com uma taxa de participação acima de 90%, mais concretamente 98.6%, revelando que 78,5% dos eleitores votaram pela independência da RDTL, ou seja, estes eleitores rejeitaram autonomia.

#### **4. Processo de Independência**

Desde a anexação do território de Timor-Leste, oficialmente ocorrida a 7 de dezembro de 1975, TL foi declarado fechado ao mundo internacional por cerca de 13 anos durante os quais muitos incidentes de massacre de civis ocorreram que não eram conhecidos (ou eram ignorados) pela comunidade internacional no processo da luta pela independência de TL em oposição à ocupação ilegal das forças armadas indonésias durante o regime de Suharto.

Durante a governação de Mário Carascalão em 1988, houve a abertura de TL ao mundo internacional, contudo, antes de 1988, a visita a TL era muito limitada e tinha de haver aprovação ou permissão especial do governo de Jacarta. Durante esse período de confinamento, houve muitas violações dos direitos humanos, o que resultou em muitas vítimas do povo timorense.

Dos muitos incidentes de violações dos direitos humanos que afetaram o povo, o que mais preocupou a comunidade internacional, foi o incidente de Santa Cruz em 12 de novembro de 1991<sup>18</sup> levado a cabo

---

<sup>17</sup> UNTAET: United Nations Transitional Administration in East Timor.

<sup>18</sup> O único ato que mantém uma história política mais significativa para o povo de Timor-Leste é o Massacre de Santa Cruz. Na manhã de 12 de novembro de 1991, uma missa memorial do ativista político Sebastião Gomes Rangel foi realizada na Igreja Motael. Sebastião Gomes foi morto na igreja pelas forças de segurança Indonésia. Após a missa, cerca de 3000 pessoas juntaram-se ao que testemunha ocular denunciou como uma procissão pacífica no cemitério de Santa Cruz (Blau & Fondebrider, 2010, p. 1251). Alguns meses antes, o governo indonésio havia se oposto à inclusão de um jornalista australiano em uma proposta de visita da delegação portuguesa a Timor-Leste: em protesto, a delegação foi cancelada em outubro de 1991, as tensões

pelo exército indonésio sobre civis desarmados num total de aproximadamente três mil pessoas. Ficou conhecido como o massacre do Cemitério de Santa Cruz de que resultaram duzentos e setenta e uma vítimas mortais, duzentos e setenta e oito pessoas feridas, duzentos e setenta desaparecidos e cento e três hospitalizados (Blau & Fondebrider, 2010, p. 1251).

Esse acontecimento “constituiu um ponto de viragem do foco mediático relativamente a este território remoto” (Centeno & Novais, 2006, p. 35), o que, inevitavelmente, constituiu também, e finalmente, o ponto de viragem no processo de independência em TL. Após o “massacre” de Santa Cruz, o processo de luta do povo de timorense levou a um ponto de esperança de independência. Por essa altura, em 1996, destacavam-se duas figuras timorenses, José Ramos Horta e Carlos Filipe Ximenes Belo que receberam o prémio Nobel pela sua luta no contexto de uma solução apropriada e pacífica do problema de TL. Eram dois caminhos diferentes, mas o objectivo era só um, a independência de TL.

Enquanto o Bispo Ximenes Belo pedia ao governo da Indonésia para examinar e esclarecer os assassinatos ocorridos no cemitério de Santa Cruz, José Ramos Horta, “lutava” pela independência de TL para convencer a comunidade internacional a apoiar a independência, opondo-se à ação militar indonésia contra os defensores pró-independentistas.

Um ano depois, em 1997, a Indonésia enfrentou uma onda de mudanças extremas que causaram o colapso da economia indonésia, marcada pela crise financeira, que teve um impacto nos setores político, económico e social, causando tumultos em toda a Indonésia, exigindo a renúncia de Suharto. Diante de várias pressões nacionais e estrangeiras, Suharto finalmente renunciou, marcando o fim do regime autoritário na Indonésia, que foi substituído por B.J. Habibie, o qual marcou o desenvolvimento do processo de democratização.

Pode-se dizer que B.J.Habibie foi um dos presidentes da Indonésia que teve enorme influência na independência de TL. Dois anos depois, precisamente em 1999, o Presidente B.J. Habibie anunciou a opção de plena autonomia para TL, sob várias condições, nomeadamente as relativas à política

---

em Dili foram aumentadas conforme o perfil internacional de sua causa. Posteriormente, na procissão para o cemitério de Santa Cruz (Ibidem) foi sugerido que havia um desafio incomumente aberto da autoridade indonésia, como exibido por alguns membros do processo que, segundo relatos, gritaram slogans pró-independência e levaram bandeiras para o Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN). A procissão ou demonstração foi descrita como uma unidade pacífica e controlada até que, sem aviso ou provocação, as forças de segurança indonésias dispararam contra a multidão (Ibidem).

externa, salvaguardando os inimigos de invadir países estrangeiros ou outros, e os assuntos financeiros continuarem a ser de responsabilidade não atribuída ao povo de TL.

Se por um lado a Indonésia enfrentava protestos instáveis do próprio povo indonésio devido ao impacto da crise financeira, por outro, o problema de TL tornou-se uma pedra na diplomacia Indonésia no exterior. Ao mesmo tempo, a Indonésia precisava contar com assistência traduzida em empréstimos da comunidade internacional mas, para isso, o problema de TL deveria ser resolvido na agenda das Nações Unidas.

A Indonésia mantinha TL como a vigésima sétima província, a crise financeira piorava e os distúrbios ocorriam em todos os lugares. Não conseguia um empréstimo para remediar a crise por causa do problema de TL, a não ser que libertasse TL para que pudesse receber uma injeção de fundos de ajuda para restaurar a economia do país.

Assim, em agosto de 1998, o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) Kofi Annan convidou Ali Alatas como Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e Jaime Gama como Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal para se reunirem nos Estados Unidos para discussões aprofundadas sobre o futuro de TL.

Durante a reunião, os dois Ministros dos Negócios Estrangeiros tiveram divergências de opinião na resolução do problema de TL, que, do lado indonésio, considerou que implementar autonomia especial era o melhor passo no processo de independência mas os portugueses discordaram dessa escolha, uma vez que defendiam a realização de um referendo. Se o povo o recusasse, em alternativa eles teriam que ser independentes.

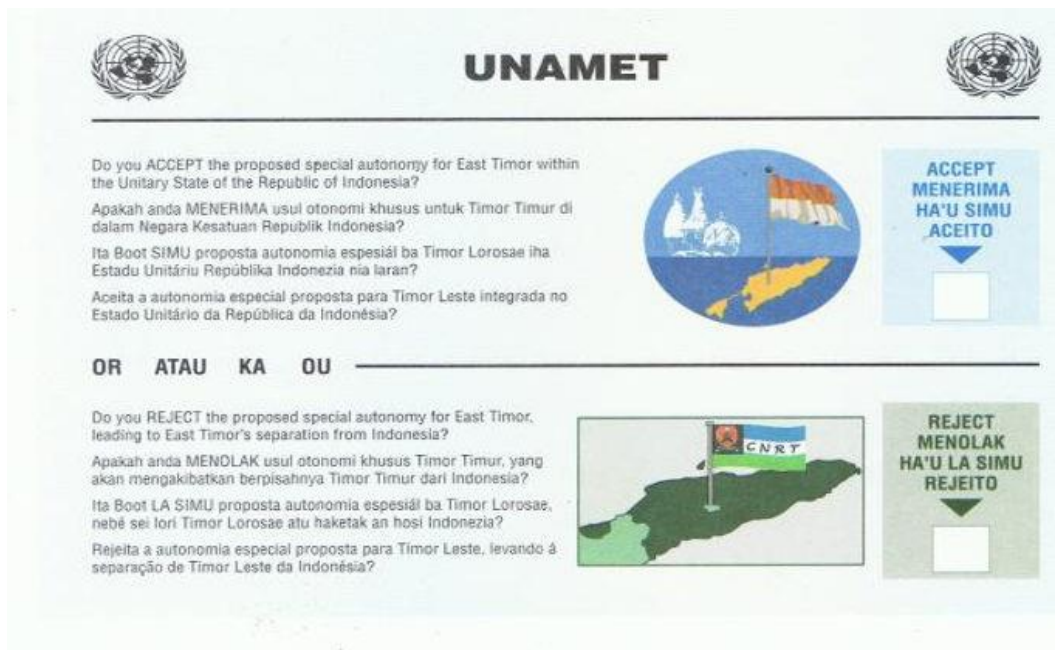
Embora os dois Ministros dos Negócios Estrangeiros não tenham concordado nessa reunião, o desejo de uma resolução abrangente e completa do problema de TL continuou em 1999. Não foi apenas uma reunião entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, mas também foi realizada uma reunião entre timorenses que apoiavam a integração de TL no Estado unitário da Indonésia e

timorenses que procuravam garantir a independência de TL. Ou seja, o mesmo que votar nas eleições que aceitam ou rejeitam a ampla autonomia oferecida pelo governo indonésio.

Assim, em 5 de maio de 1999, foi assinado um acordo entre a Indonésia e Portugal, testemunhado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, onde existiam dois artigos relevantes para o processo de independência de TL, a saber, o artigo 5 e o artigo 6 (Ver anexo 0, Capítulo 0 ). O Artigo 5 contém uma ampla proposta de autonomia a ser aceite pelo povo de TL. O governo indonésio devia iniciar as ações constitucionais necessárias para implementar o quadro especial de autonomia e Portugal deveria iniciar o processo necessário para remover TL da lista de territórios que não estavam sob governo próprio da agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas. De outro modo, a questão de TL seria removida da agenda internacional visto que o artigo 6 do acordo declarava que, se uma autonomia especial fosse rejeitada, a Indonésia deveria iniciar uma ação legal para terminar a ocupação e concordava que o procedimento de transferência de poder fosse realizado pacificamente. Com base no acordo de 5 de maio de 1999, o governo indonésio comprometia-se a ser responsável pela estabilidade da segurança em TL durante o processo de consulta popular a realizar em 30 de agosto de 1999.

O referendo foi essencialmente entre optar por aceitar a proposta de autonomia especial no Estado unitário da República da Indonésia ou rejeitar a proposta de autonomia especial, o que resultaria na separação de TL da Indonésia, descrita mais claramente da seguinte forma nos boletins de votos dessa altura que se poder ver na figura seguinte.

**Figura 4 - Boletim de voto para a independência de TL**



**Fonte:** <https://up.pt/portuguesuporto/tag/timor-leste/>

Depois que as Nações Unidas anunciaram os resultados em 4 de setembro de 1999, 78,5<sup>19</sup> por cento dos eleitores timorenses tinha rejeitado a autonomia. O referendo em TL, organizado pela Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET – United Nations Mission in East Timor), liderada por Iam Martin “foi o culminar de uma batalha diplomática histórica e constituiu um êxito assinalável da diplomacia portuguesa. Ramos-Horta disse que «Portugal inteiro deve orgulhar-se deste feito épico»” (Gomes, 2018, p. 347). Após o referendo e antes do anúncio dos resultados houve caos, violência, conflito, terror, intimidação em várias áreas da cidade de Dili, não apenas para a comunidade pró-independência, mas também para funcionários locais e internacionais da UNAMET, de modo que finalmente a UNAMET evacuou de TL para Darwin com a assistência da Força de Defesa Australiana (ADF).

Finalmente, em setembro de 1999, o Presidente B.J. Habibie teve que aceitar a intervenção de forças internacionais das Nações Unidas lideradas pela Austrália, conhecidas como Força Internacional em Timor-Leste (INTERFET). Assim, com base na Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o número 1264 estabelecido em 15 de setembro de 1999, foi formado e acordado com as

<sup>19</sup> Special Report Series. The Carter Centre, Waging Peace, Fighting Disease, Building Hope. Observing the Public Consultation 1999 Process in East Timor. One Copenhagen. 2000.9. [www.cartercenter.org](http://www.cartercenter.org) (Acedido em 14 de abril de 2020).

forças multinacionais lideradas pela Austrália, com capacidade de restaurar a paz e acabar com a violência enquanto se normalizava a estabilidade e a segurança no processo de independência de TL. A Austrália contribuiu com o maior número de tropas 5.500 soldados (Londay, 2020) em TL no ano que integrou a força de manutenção da paz em comparação com as tropas de outros países que também integraram a operação.

De acordo com o mandato do acordo de 5 de maio de 1999 que Indonésia e Portugal haviam celebrado em como entregar o poder, os resultados do referendo provaram que o povo de TL queria a independência. Assim, em 25 de outubro de 1999, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu resolução número 1272, em que desde 25 Outubro 1999 até 20 de maio de 2002, a UNTAET tinha a responsabilidade geral pela administração de TL e estava habilitada a exercer toda a autoridade legislativa e executiva, incluindo a administração da justiça. O mandato da UNTAET consistia nos seguintes elementos:

- Garantir a segurança e manter a lei e a ordem em todo o território de TL;
- Estabelecer uma administração eficaz;
- Auxiliar no desenvolvimento de serviços civis e sociais;
- Assegurar a coordenação e prestação de assistência humanitária, reabilitação e assistência ao desenvolvimento;
- Apoiar a capacitação para o governo autônomo;
- Auxiliar no estabelecimento de condições para o desenvolvimento sustentável (MacQueen, 2014, p. 2).

A UNTAET em TL atuou como um governo interino no contexto do estabelecimento de um sistema legal até que o sistema de governo de TL fosse formado. Além disso, ao tomar as rédeas do governo, TL já não seria governado por funcionários internacionais, mas por cidadãos de TL em atividades administrativas.

Como um meio de preparar os timorenses para assumirem o controle total do governo, foi realizada uma eleição para a Assembleia Constituinte que foi finalmente transferida para a Assembleia

Consultiva Nacional e para o Parlamento Nacional de Timor. A eleição do Presidente como condição de um Estado democrático soberano que culminou, finalmente, em 20 de maio de 2002.

## **5. Normalização Democrática**

Entre o início da intervenção externa em TL em setembro de 1999 e até à crise política nacional de 2006, o sucesso de TL foi duramente conquistado e garantido apenas por duas intervenções internacionais autorizadas pelas Nações Unidas em 1999 e 2006 (Shoesmith, 2020, p. 2). Primeiro, em agosto de 1999, quando, após a consulta popular, organizada por uma Missão das Nações Unidas, a *UNAMET*, o povo timorense, em eleições livres e democráticas, decidiu o seu futuro pela independência, em detrimento da manutenção na República da Indonésia, como região autónoma especial. A morte de mais de 1400 timorenses e a destruição de todas as estruturas e infraestruturas, levou a ONU a autorizar a intervenção da força multinacional *INTERFET* para repor a ordem e preparar as bases para a constituição de um novo Estado, através de uma Administração Transitória, chefiada por Sérgio Vieira de Mello.

Depois, quando em março de 2006 cerca de 590 militares desertaram das Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), devido a problemas políticos e salariais entre os elementos da polícia nacional de TL (PNTL) e das F-FDTL, provocando a instabilidade, que se estendeu às ruas e à população em geral. Por essa altura e para impedir a instabilidade já instalada, as Nações Unidas destacaram para TL uma missão de paz bem como uma forte equipa para apoiar o desenvolvimento a fim de possibilitar a consolidação política e democrática do Estado.

A RDT independente, que surgiu como a nação mais nova em 20 de maio de 2002, tornou-se, por si só, uma entidade política completamente nova, como país soberano, tendo nascido como a nação mais nova no século XXI e sendo por si própria uma instituição política perfeitamente atual na arena política da relações internacionais, não obstante a gravidade das tensões políticas de 2006 e dos desafios consecutivos da política de segurança do sistema, do regime político que persistia confiável à constituição de 22 de março de 2002, tendo como principal “fonte escrita [...] a constituição portuguesa” (Centeno & Novais, 2006, p. 70), como um fundamento básico e fundamental de democracia.



O sistema do governo de TL adere, finalmente, ao sistema político semipresidencialista com o Parlamento Nacional. “O Parlamento Nacional é um órgão colegial e unicameral, cujo plenário é composto por Deputados diretamente eleitos. É constituído por um mínimo de 52 e um máximo de 65 Deputados (art. 93.º, n.º 2 da constituição)” (Vasconcelos et al., 2011, p. 309), eleito diretamente por qualquer cidadão timorense que já tenha o direito de votar. Esse ato de voto veio provar que a democracia em TL estava a progredir, apesar de ser um país recém-independente e embora ainda existissem deficiências, mas não tão gravosas quanto alguns países membros da ASEAN e até alguns países membros da CPLP.

De acordo com a pontuação atribuída pelos relatórios da *Freedom House, Freedom in The World Report*, a democracia em TL é considerada livre, com uma pontuação global de 71 (para um máximo de 100), com um valor de 32 (num máximo de 40) nos direitos políticos e de 39 (para um máximo de 60) nas liberdades civis. É uma posição honrosa pois que, por exemplo, entre os países da CPLP, TL encontra-se numa posição destacada como se pode ver na tabela seguinte, onde também se apresentam os valores para alguns países da ASEAN e os países com a pontuação máxima.

**Tabela 1 – Taxas de Liberdade dos Países (CPLP e OUTROS)**

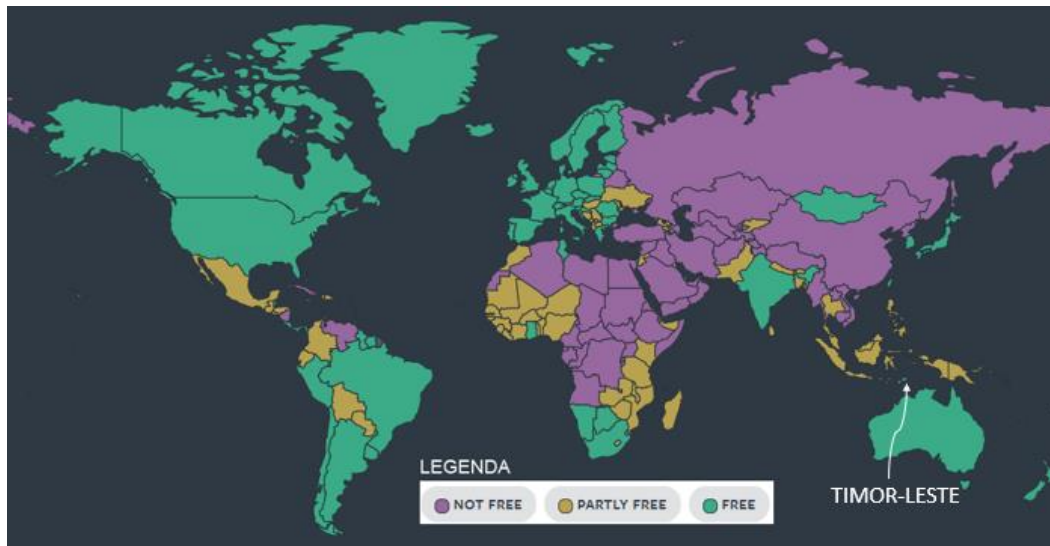
	PAÍS	"STATUS"	TOTAL SCORE	POLITICAL RIGHTS	CIVIL LIBERTIES
C P L P	PORTUGAL	Livre	96	39	57
	CABO VERDE	Livre	92	38	54
	S.TOMÉ E PRINCIPE	Livre	84	35	49
	BRASIL	Livre	75	31	44
	TIMOR LESTE	Livre	71	32	39
	GUINÉ-BISSAU	parcialmente livre	46	17	29
	MOÇAMBIQUE	parcialmente livre	45	14	31
	ANGOLA	Não Livre	32	11	21
O U T R O S	INDONÉSIA	parcialmente livre	61	30	31
	TAILÂNDIA		32	6	26
	FILIPINAS		59	25	34
	FINLÂNDIA, NORUEGA SUÉCIA	e Livre	100	40	60

**Fonte:** Adaptado de Freedom House, Freedom in The World Report<sup>20</sup>

<sup>20</sup> <http://www.freedomhouse.org> (Acedido em 25 de abril de 2020).

Olhando para os países em todo o mundo que o mapa seguinte nos apresenta poderemos verificar a excelente posição de TL no contexto internacional.

**Figura 5 – Comparação entre todos os países relativo à pontuação das liberdades (CPLP e OUTROS)**



**Fonte:** Adaptado de Freedom House, Freedom in The World Report

Foram diversas as formas de normalizar a democracia em TL como um Estado independente em 2002, (apesar de esta ter sido abalada pela crise político-militar em 2006) e que a seguir serão expostas.

A UNTAET, como já referimos, ofereceu uma oportunidade para a elite política e para o povo, no seguimento da Resolução 1338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 31 de janeiro de 2001, que reconheceu que era responsabilidade da Administração Transitória das Nações Unidas em TL garantir eleições livres e justas em colaboração com o povo timorense, a fim de formar partidos políticos para competir nas eleições gerais. Aquando da formação do governo de transição, a UNTAET teve também a responsabilidade de preparar a base legal para a democratização, como foi o caso de a 16 de Março de 2001 ter sido “promulgado o regulamento para a eleição de uma Assembleia Constituinte de 88 membros” (Gorjão, 2004, p. 1053), e a seguir a eleição da assembleia nacional a

30 de agosto de 2001, com a participação de mais de 91% do eleitorado (mais concretamente 384.251 pessoas), valor este consideravelmente maior do que em qualquer democracia estabelecida (King, 2003, p. 747).

Apesar de inúmeros percalços vividos no país ao longo desta sua curta existência, a verdade é que se trata de um país com a sua democracia perfeitamente estabilizada. Atualmente, TL tem dois partidos políticos com maior influência nomeadamente, o partido político do Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste<sup>21</sup> (CNRT), que é um partido de centro liderado por Xanana Gusmão e o Partido político da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente<sup>22</sup> (FRETILIN), que é um partido de esquerda liderado por Mari Bim Amude Alkatiri. Os dois partidos têm diferentes ideias sobre a política doméstica, económica, de defesa e segurança de Timor-Leste entre si, mas, ambos lutam pelos interesses nacionais comuns.

## **6. Síntese do Capítulo I**

Neste capítulo fizemos o enquadramento histórico de Timor-Leste desde o período de administração portuguesa, altura em que há registos uma vez que antes da presença dos portugueses não há muito conhecimento sistematizado sobre o território e o seu povoamento, havendo apenas alguns estudos iniciados a partir do século XX e com base em missões antropológicas e estudos arqueológicos.

Passamos depois ao período de ocupação Indonésia, mais ou menos coincidente e na sequência da revolução democrática acontecida em Portugal em 1974. Desde 1975 e durante cerca de um quarto de século registou-se essa ocupação e anexação pela Indonésia, o que desencadeou um conflito civil e militar com vista à obtenção da sua independência, o que acabaria por acontecer cerca de sete anos depois, com a restauração dessa mesma independência no dia 20 de maio de 2002.

---

<sup>21</sup> Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste é um partido político de Timor-Leste fundado pelo primeiro-ministro Xanana Gusmão em março 2007 como preparação para a eleição parlamentar de 2007.

<sup>22</sup> A Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente é um partido político de esquerda de Timor-Leste. Foi anteriormente um movimento de resistência que lutou pela independência de Timor-Leste, primeiro de Portugal e depois da Indonésia, entre 1974 e 1998. Era originalmente a Associação Social Democrática Timorense.

Abordamos também o processo da independência onde, após um regime autoritário de Suharto, emergem algumas figuras importantes no processo que culminaria na independência de TL. Destacam-se assim B.J. Habibie, o novo presidente indonésio surgido após o afastamento do seu antecessor, resultado da profunda crise financeira e da instabilidade em que o país mergulhou, que abriu as portas das negociações para o referendo de TL, o bispo Ximenes Belo e Ramos Horta, a quem foi atribuído o prémio Nobel da Paz em 1996 pelo seu papel em prol de TL.

Após longas e difíceis negociações entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia protagonizadas nas figuras de Jaime Gama e Ali Alatas, respetivamente, foi finalmente assinado em 5 de maio de 1999 um acordo entre a Indonésia e Portugal, testemunhado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, onde existiam dois artigos relevantes para o processo de independência de Timor-Leste, a saber, o artigo 5 e o artigo 6 (Ver anexo 0, Capítulo 0 ). O Artigo 5 contém uma ampla proposta de autonomia a ser aceita pelo povo de TL, o governo indonésio devia iniciar as ações constitucionais necessárias para implementar o quadro especial de autonomia, e Portugal deveria iniciar o processo necessário para remover TL da lista de territórios que não estão sob governo próprio da agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A 4 de setembro de 1999 o povo timorense foi chamado a decidir sobre o seu futuro e 78,5% dos eleitores votaram a favor da independência. Nesse contexto, em outubro de 1999 iniciou-se um período de transição sob a tutela administrativa da ONU que durou 3 anos e culminou então, com a restauração da RDTL, dando início à caminhada de TL enquanto Estado Soberano e de Direito em 20 de maio de 2002, cuja normalização democrática está, neste momento, perfeitamente instituída, sendo, aos olhos do mundo, considerado um país democrático e livre.

## II. GEOPOLÍTICA DE TIMOR-LESTE

Timor-Leste encontra-se dividido em 13 distritos: Bobonaro, Liquiçá, Dili, Baucau, Manatuto e Lautém na costa norte; Cova-Lima, Ainaro, Manufahi e Viqueque, na costa sul; Ermera e Aileu e Oecussi-Ambeno, enclave no território indonésio. E cada distrito é formado por subdistritos, com uma capital. Atualmente a capital do país é Dili, sede do município homónimo, situando-se na costa norte da ilha de Timor que é a mais oriental das pequenas ilhas da Sonda incluindo *solor e flores* (Feijó, 2008, p. 146). Dili é o principal porto e centro comercial de administração de Timor-Leste e tem cerca de 150 mil habitantes, com uma área 884 km<sup>2</sup> (ver Figura 6)

**Figura 6 – Mapa de Timor-Leste**



**Fonte:** Guia Geográfico (2019)

Em termos demográficos, é o distrito de Dili que apresenta a maior concentração da população do país. Aproximadamente um terço da população vive em cidades, sendo que Dili concentra 74% da população urbana. Do total da população do país, cerca de um milhão e cem mil timorenses, 49% são mulheres. Timor-Leste é considerado um país jovem, mais de 40% da população está na faixa etária

menor de 14 anos e somente 8% dos habitantes tem mais de 60 anos, sendo considerado um país com grande potencial de crescimento económico, segundo dados de CESO-CI (2013).

O país faz parte do sudeste asiático, região onde muitos outros países também se inserem, alguns deles autênticas potências regionais (como é o caso da Austrália e da Indonésia). Será importante para este novo país, para que o Estado possa administrar de forma integrada e o melhor possível o seu território, adotar uma política que sirva o interesse nacional, por um lado respeitando a sua geografia e por outro lado respeitando a sua história, tendo sempre como orientação a criação de um ambiente de paz e prosperidade nessa região, ou seja, definir e alinhar uma estratégia geopolítica para Timor.

A terminologia geopolítica nasceu de uma proposta de divisão da política, como um ramo da ciência política, sendo adotado pelo sueco, académico, professor, geógrafo e politólogo Rudolf Kjellén em 1905. Inicialmente o estudioso, interpreta “[...] o Estado por analogia com o indivíduo enquanto ser vivo e, no processo em que a política, como ciência, procura entender o Estado, relacionava a política com cinco ciências vizinhas, a jurisprudência, a sociologia, a etnologia, a história e a geografia” (Correia, 2012a, p. 229). Mais tarde, Kjellén (1917) viria a desenvolver o conceito geopolítica em 1917, na sua obra “O Estado como Forma de Vida” (“Der staat als lebensform”).

## **1. Conceito de Geopolítica**

“O termo "geopolítica", [...] refere-se a tudo o que diz respeito às rivalidades de poder ou influência sobre os territórios e populações que ali vivem: rivalidades entre poderes políticos de todos os tipos - e não apenas Estados, mas também entre movimentos políticos ou grupos armados” (Boniface, 2016, p. 13 citando Yves Lacoste) que “combina uma esquematização geográfica das relações diplomático-estratégicas com uma análise geo-económica dos recursos e uma interpretação das atitudes diplomáticas de acordo com o modo de vida e o meio ambiente” (Boniface, 2016, p. 13 citando Gérard Chaliand) ou, como “[A] a ligação do Homem ao território e a forma como este o transforma e o administra” (Palmeira, 2006, p. 34), embora, para esse conceito, reconheça múltiplas apreciações.

Kjellén desenvolveu o conceito de uma geopolítica que respeita “os seus fundamentos conceptuais, enquanto disciplina que assenta na combinação da geografia e da política, mas invertendo a interação mútua destes elementos, passando-se de uma geografia como instrumento em benefício da política, a uma política como instrumento colocado ao serviço da geografia” (Correia, 2012b, p. 229).

Um dos conceitos estratégicos nacionais de Timor-Leste é um território como um espaço estratégico de interesse nacional permanente (Palmeira, 2010, p. 191). Desde 2002, o território da RDTL compreende a superfície terrestre, a zona marítima e o espaço aéreo, delimitados pelas fronteiras nacionais, que historicamente integram a parte oriental da ilha de Timor, o Enclave de Oecússi Ambeno, a ilha de Ataúro e o Ilhéu de Jaco.

O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN) de Timor-Leste, aprovado em 2016, estabelece como prioridades para a política externa timorense “os países vizinhos, nomeadamente a Austrália e a Indonésia; os países membros da Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) e do Pacific Islands Forum (PIF); a China e os Estados Unidos da América; Portugal e os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); os países onde existam comunidades de timorenses em número significativo” (CEDSN, 2016, p. 6).

“Nenhum país pode fazer política externa no vazio e, para que Timor-Leste seja bem-sucedido, deve desenvolver uma política alinhada à sua situação geopolítica” (Willis, 2016, p. 237). De facto, o estudo da geopolítica, a que atrás já fizemos referência, é uma área de conhecimento multidisciplinar, e analisada em dois campos distintos, acerca do prisma da ciência geográfica e sob a perspetiva política. “A análise geopolítica é uma metodologia utilitária para determinar o potencial dos Estados enquanto atores políticos do sistema internacional” (Palmeira, 2010, p. 7), tendo como principal desígnio que “os objetivos da política externa de Timor-Leste visam garantir sua segurança e prosperidade a longo prazo” (Willis, 2016, p. 238) .

O I Fórum Económico Global da CPLP – a CPLP e a globalização – reconheceu o potencial geoestratégico e geopolítico de Timor-Leste enquanto plataforma de contacto entre os países da CPLP, Sudeste Asiático e Pacífico; “um Hub ou Plataforma entre a CPLP, a ASEAN e os Países do Pacífico, como plataforma para a captação de investimentos e parcerias empresariais” (CPLP, 2016, p. 4), o

que ajuda também para que “Timor-Leste deve igualmente precaver-se para que não se transforme num peão da geopolítica indonésia-australiana, e para que não ofenda involuntariamente um dos lados em favor do outro, o que complicaria as relações entre aqueles dois países” (IEEI, 2002, p. 5), evitando correr o “risco de ser o brinquedo de nações mais poderosas” (Willis, 2016, p. 238).

“O critério regional é muitas vezes seguido na distribuição de lugares nas organizações [...], neste domínio, onde o lóbi geopolítico tende a funcionar, a CPLP pode ter um papel” (Palmeira, 2010, p. 42). Nesse sentido, “considerando o potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste, a opção pela língua portuguesa foi sem dúvida uma opção corajosa e vitoriosa, e que vai no sentido de ajudar a combater o isolamento político de Timor-Leste face às duas potências regionais, a Indonésia e a Austrália” (Sousa, 2016, p. V). Nesse sentido, as autoridades timorenses apressaram-se a criar um quadro legal de modo a reconhecer a necessidade de estabelecer um período de “transição para uma nova paisagem linguística e de integrar a totalidade da comunidade timorense na nova nação, acarinha a reemergência do português como um fator de diferenciação no contexto geopolítico local – tanto em relação ao passado recente de anexação pela Indonésia, como no plano mais vasto da predominância do inglês nesta zona do globo” (Feijó, 2008, p. 151-152), o sudeste asiático.

Atendendo a que, de acordo com o que atrás descrevemos, a geopolítica combina uma esquematização geográfica das relações diplomático-estratégicas com uma análise geoeconómica dos recursos e uma interpretação das atitudes diplomáticas de acordo com o modo de vida e o meio ambiente, segue-se, naturalmente, uma análise dessa mesma geopolítica, esta agora inserida no contexto do sudeste asiático que a seguir abordaremos.

## **2. Geopolítica no Sudeste Asiático**

São várias as associações criadas para a defesa de interesses comuns nas regiões da Ásia, a SAARC, a ASEAN e o PIF na Oceânia tal como diz Tomé (2016) quando afirma: “Ao nível sub-regional, o destaque vai para a SAARC na Ásia meridional, a ASEAN no Sudeste asiático e o PIF na Oceânia” (Tomé, 2016, p. 130). Timor é membro observador do PIF e pretende ser admitido como membro da ASEAN, pedido esse formulado em 2011.



De modo a reforçar a estratégia para o seu crescimento, Timor-Leste tomou algumas medidas geopolíticas como por exemplo: é membro permanente da CPLP, pediu a adesão a membro permanente da ASEAN, e é membro observador no PIF, cuja função visa reforçar a cooperação entre os países independentes do Oceano Pacífico e representar os seus interesses e na concertação de posições regionais em várias questões políticas e de diplomacia.

Quer a ASEAN quer o PIF desempenham para Timor importantes papéis, primeiramente nesse triângulo de cooperação Indonésia - Timor-Leste - Austrália e também com todos os restantes países do pacífico e sudeste asiático. A seguir abordaremos mais em pormenor os aspetos relativos a cada uma dessas organizações.

## **2.1 ASEAN**

A ASEAN, é uma organização de âmbito regional, fundada em 1967, hoje com membros como (ordem alfabética): Brunei Darussalam, Cambodja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname (ASEAN, 2019a).

Para termos uma noção mais exata da importância desta organização será importante atendermos à carta dos princípios de funcionamento da ASEAN onde constam todas as vertentes, sendo possível verificar os pilares fundamentais na cooperação entre os países que se inserem nesta organização. Nesse sentido e servindo-nos das palavras de um nosso entrevistado, Sahat Situros (ver entrevistas efetuadas na secção 0) a cooperação entre os países membros da ASEAN está fundamentalmente centrada em três pilares, o pilar económico, o pilar das políticas de segurança e o pilar sociocultural. Basicamente, a cooperação tem respaldo no estatuto da ASEAN, na carta da ASEAN, sendo que dos três pilares, a cooperação é especificada nos domínios técnicos de cada país. Jesuino Alves especifica detalhadamente cada um desses pilares:

- a) Pilar económico: com o objetivo de eliminar as barreiras económicas. Uma das maneiras é fomentar a unidade económica na região, incluindo a formação da Sociedade Económica da ASEAN (MEA) em 2016, que visa fortalecer a cooperação que existe até agora. A abertura

económica e o envolvimento em diversas estruturas de cooperação económica podem fornecer um valor agregado às economias nacionais de seus países membros, com maior acesso aberto a produtos de exportação e aumentar a competitividade das indústrias domésticas. A cooperação realizada abrange vários domínios, como a indústria, o comércio e a criação de zonas de comércio livre da ASEAN.

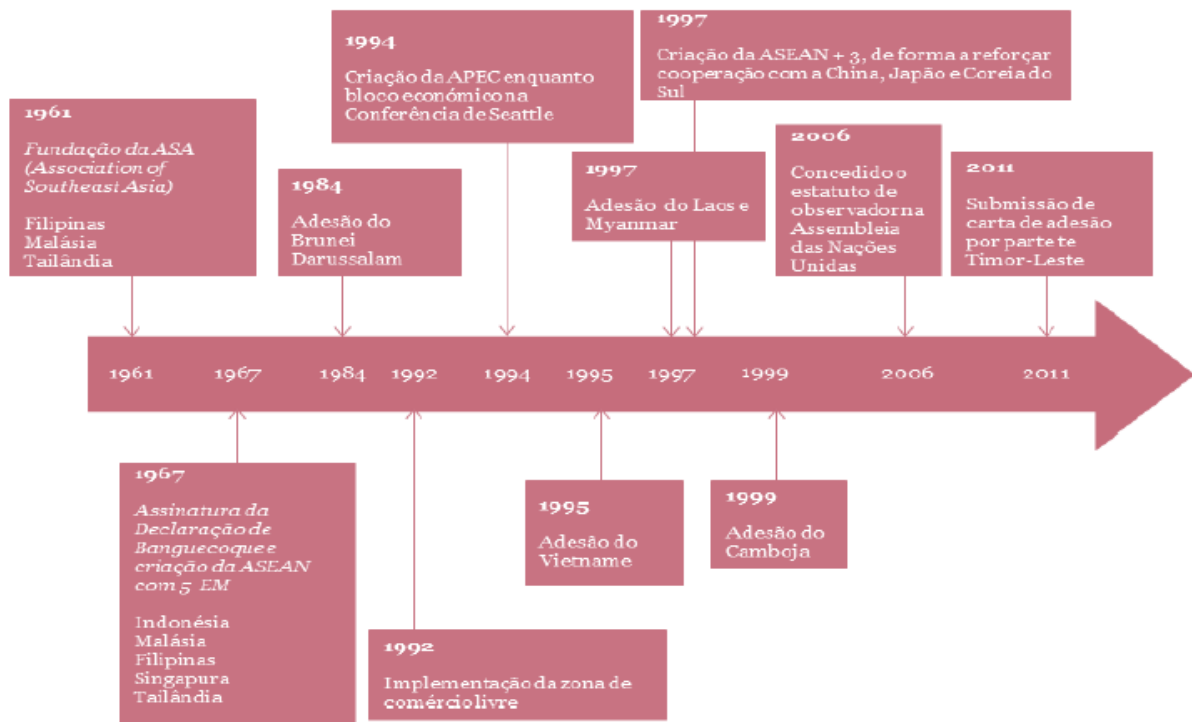
- b) Pilar sociocultural: a cooperação realizada neste pilar abrange os campos da educação, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente e clima, gestão de desastres naturais, emprego, desenvolvimento social, redução da pobreza, empoderamento das mulheres, controlo de drogas e administração pública e civil.
  
- c) Pilar político e de segurança: A colaboração através deste pilar visa criar / manter a segurança, a estabilidade e a paz nos países membros da ASEAN, em particular, e no mundo em geral. A cooperação em política e segurança é realizada através de instrumentos como Paz, Liberdade e Neutralidade (Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade-ZOPFAN), Tratado de Amizade e Cooperação-TAC e Áreas Livres de Armas Nucleares. Tratado sobre Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático – (SEANWFZ). Além desses três instrumentos, há também um fórum de cooperação em política e segurança chamado ASEAN REGIONAL FORUM (ARF).

O seu objetivo principal é, segundo o nosso entrevistado Arão Noé de Jesus (ver entrevistas efetuadas na secção 0) acelerar o crescimento económico, o progresso social e o desenvolvimento cultural na região por meio de esforços conjuntos, em espírito de igualdade e parceria a fim de fortalecer os alicerces de uma comunidade próspera e pacífica das Nações do Sudeste Asiático, promover a paz e a estabilidade na região, através do respeito permanente pela justiça e pelo Estado de direito no relacionamento entre os países da região e a adesão aos princípios da Carta das Nações Unidas, promover a colaboração ativa e a assistência mútua em assuntos de interesse comum nos campos económicos, social, cultural, técnico, científico e administrativo, prestar assistência mútua na forma de instalações de treinamento e pesquisa nas esferas educacional, profissional, técnica e administrativa, colaborar de forma mais eficaz para a maior utilização de sua agricultura e indústrias, a expansão de seu comércio, incluindo o estudo dos problemas do comércio internacionais de mercadorias, a melhoria de suas instalações de transporte e comunicações e a elevação do nível de vida de seus

povos, promover estudos no Sudeste Asiático, manter uma cooperação estreita e benéfica com as organizações internacionais e regionais existentes, com objetivos e propósitos semelhantes, e explorar todas as vias para uma cooperação ainda mais estreita entre si.

A sua sede encontra-se na Indonésia. Desde a sua fundação, a organização cresce por meio de tratados. A Figura 7 apresenta as principais etapas da criação da ASEAN.

**Figura 7 – Principais Etapas na Criação da ASEAN**



**Fonte:** (CPLP, 2014, p. 24)

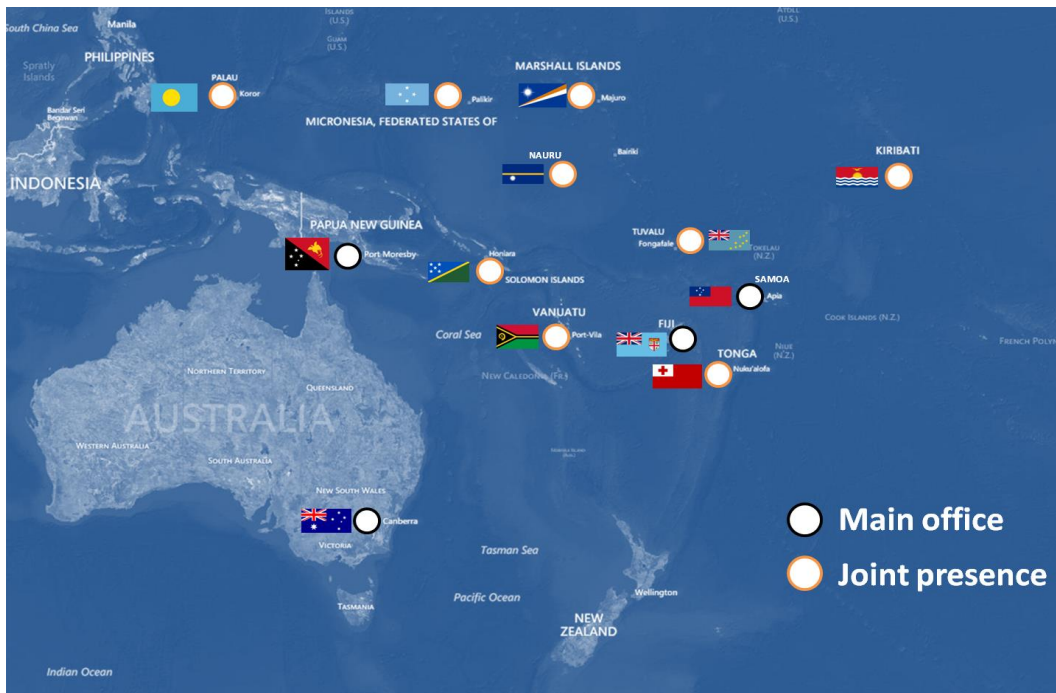
Em 4 de Março de 2011 Timor-Leste submeteu carta de adesão, período este em que a Indonésia detinha a presidência rotativa da organização. Todos os países membros da organização participaram na análise de adesão, guiados pelos três pilares fundamentais da organização, tal como referimos atrás: política e segurança, a economia e os pilares socioculturais, o que trouxe importantes benefícios a Timor-Leste.

## **2.2 Fórum das Ilhas do Pacífico**

O Fórum das Ilhas do Pacífico, que visa reforçar a cooperação entre os países do oceano pacífico, é uma organização fundada em 1971, “congregando actualmente dezasseis Estados membros (da Austrália ao Palau), dois membros associados (Nova Caledónia e Polinésia Francesa), dez observadores (da ONU a Guam) e dezassete “parceiros de diálogo” (do Canadá à Turquia)” (Tomé, 2016, p. 130). Para termos a noção dos países participantes, poderemos informar que, por exemplo, o trigésimo nono Fórum das Ilhas do Pacífico, realizado em Niue de 19 a 20 de agosto de 2008, contou com a presença de Chefes de Estado e de Governo da Austrália, Ilhas Cook, Kiribati, Nauru, Nova Zelândia, Niue, Papua Nova Guiné, República das Ilhas Marshall, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu e representantes dos Estados Federados da Micronésia e Palau. A Nova Caledónia e a Polinésia Francesa participaram na sessão formal como Membros Associados e Timor-Leste, Tokelau, Wallis e Futuna, o Secretariado da Commonwealth e as Nações Unidas como observadores (Niue & Alofi, 2008, p. 1).

Trata-se de um conjunto de países, a maior parte dos quais têm uma população inferior a 1 milhão de pessoas. Há, no entanto, países muito mais populosos como é o caso da Austrália com um pouco mais de 25 milhões, a Papua-Nova Guiné com cerca de 5 milhões, tal como a Nova Zelândia, também com cerca de 5 milhões, representadas no mapa a seguir.

### Imagem 3 - Ilhas do Pacífico



Fonte: (ONU, 2020, s/p)

Perante a questão colocada aos nossos entrevistados: Qual a relação entre TL e o PIF? De que forma é que TL beneficia da relação com esta organização? As respostas apontam para, além das relações históricas existentes, os benefícios daí decorrentes.

- Áreas da economia, desenvolvimento da cultura, do comércio e do turismo;
- Pescas, segurança ambiental e partilha de experiências sobre segurança e desenvolvimento;
- Consolidar as relações diplomáticas no domínio da defesa, garantir que os seus interesses sejam adequadamente representados e que se constituam novas oportunidades de inserção de TL na economia regional e internacional, o que contribuirá para alargar o espaço de autonomia e liberdade e reduzir as vulnerabilidades do país, consolidando, do mesmo modo, a sua participação plena como sujeito de direito na sociedade internacional de Estados;
- Facilita o estabelecer de relações económicas e piscatórias. TL pode partilhar experiências sobre desenvolvimento, democracia, boa governação e sobre reformas políticas;

- Partilha de experiências sobre como gerir recursos naturais, erradicar a corrupção e capacitar instituições públicas melhorar as relações através da cooperação bilateral, no setor económico, capacitação das instituições eleitorais gerais e cooperação ambiental;
- Relação histórica, económica e política partilham benefícios no campo das alterações climáticas, deriva benefícios da biodiversidade única e do Desenvolvimento do Turismo Sustentável.

As respostas dadas desvendam interesses na área política (partilha de experiências e desenvolvimento em aspetos das liberdades, da democracia) na área económica (comércio, turismo e pescas), na área da segurança (redução das vulnerabilidades) e benefícios associados à biodiversidade e partilha e intervenção na área das alterações climáticas.

Na verdade, e após uma breve consulta à página oficial do PIF23 pode facilmente constatar-se as várias vertentes nas quais Timor-Leste, como membro observador da organização, poderá usufruir de um conjunto de ações relativas a:

- Prioridades Regionais – Incluem-se aqui preocupações com mudança climática e gestão de riscos, especialmente os relacionados com os desastres naturais. Nas pescas, a expansão e os retornos do setor podem ser alcançados por meio de maior aproveitamento e otimização de valor, tanto na esfera pública quanto na privada; na conservação e gestão dos oceanos; na saúde, especialmente na resposta ao “*cervical cancer*”; no aspeto relativo aos direitos das pessoas com deficiência; no apoio às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); no impacto dos testes nucleares na República das Ilhas Marshall; questões relativas à violação dos direitos humanos e à mobilidade regional.

---

<sup>23</sup> <https://www.forumsec.org/>

- Questões económicas e comerciais - Negociações pós-Cotonu. É um quadro abrangente e juridicamente vinculativo que descreve as relações entre os países da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e da EU; desenvolvimento e integração regional do comércio; acordos comerciais sub-regionais; sistemas de comércio multilateral e perfis comerciais do PIF.
- E ainda questões relativas a Desenvolvimento sustentável; Governo, Segurança; reuniões permanentes no fórum, permitir o acesso a concursos, compras e vagas de emprego e todo um conjunto de eventos calendarizados para debater e fazer face a problemas comuns dando um contributo para políticas de desenvolvimento de cada país em particular e da região em geral.

### **3. Geopolítica de Timor–Leste**

Com dois tão importantes e poderosos vizinhos, e partindo do princípio que qualquer tipo de relação deve ter como suporte o respeito mútuo, “the combination of bilateral and trilateral relationships linking Indonesia, East Timor and Australia will, over the next decade or so, be amongst the most difficult Southeast Asian regional relationships to develop, and at the same time the most important” (Brown, 2004, p. 1).

As secções que se seguem constituem o resultado de investigação e também da análise das entrevistas que levamos a cabo. Pela análise dessas entrevistas verifica-se existir um consenso perante os entrevistados, que a cooperação bilateral e multilateral entre os três países (Timor-Leste, Austrália e Indonésia) têm benefícios para todos.

Será importante aqui referir que, após a recolha das informações relativas às entrevistas, foram feitas a identificação e a codificação das entrevistas. O material foi organizado e agrupado por questões, permitindo analisar os vários pontos de interesse, apontados pelos inquiridos, em comum. O conteúdo original, foi mantido em anexo, para permitir uma análise mais detalhada dos dados, bem como a

abertura de lacunas para futuras investigações. A interpretação dos dados baseia-se integralmente nas respostas obtidas nas entrevistas.

A relação bilateral e multilateral entre Timor-Leste, Austrália e a Indonésia, está, atualmente, em crescente fortalecimento, tal como se pode verificar pelo que a seguir abordamos.

### **3.1 Relações Bilaterais**

As relações bilaterais entre Dili, Jacarta e Camberra cobrem atualmente um vasto leque de valências que vão desde a educação, saúde, acesso ao mercado de trabalho, comércio, negócios, acordos sobre fronteiras, militar, polícia, agricultura, petróleo (no caso da Austrália) e a criação de comissões de verdade e reconciliação (no caso específico da Indonésia). Será também importante acrescentar, dada a sua importância na região e nas relações com TL, as relações com a China e o Japão.

#### **3.1.1 Indonésia**

A Indonésia tem vindo a apresentar várias iniciativas para fomentar o crescimento económico de Timor-Leste, através do desenvolvimento de algumas áreas como: área cultural, área económica, área da educação, área militar, área da saúde e área florestal.

- a) Área cultural: criação do Centro Cultural em Dili. O centro oferece formação do idioma indonésio e são disponibilizados computadores e biblioteca, proporcionando aos timorenses a possibilidade de aquisição de um melhor e maior conhecimento da cultura da Indonésia;
- b) Área económica: criação do Comité Conjunto de Coordenação para desenvolver cooperativas, pequenas e médias empresas nos dois países. A criação do Comité Conjunto de Políticas, tem a função de desenvolver e discutir a possibilidade de novas áreas de cooperação entre os países. O Comité é integrado por representantes de ambos os países, com a função coordenar e monitorar a implementação de ações envolvendo projetos de desenvolvimento e cooperação. O comité também é responsável pela promoção comercial bilateral, marketing, parcerias comerciais, formação,



organização de seminários, simpósios e conferências. Atualmente, a Indonésia é o maior parceiro comercial, responsável por 80% dos produtos básicos importados por Timor-Leste (CPLP, 2014, p. 17);

- c) Área da Educação: o Governo Indonésio concedeu autorização para estudantes timorenses estudarem na Indonésia;
- d) Área Militar: a cooperação militar e de defesa entre os dois países, pela criação do cargo do Adido de Defesa baseado em Jacarta;
- e) Área da Saúde: o âmbito da cooperação, compreende serviço de saúde hospitalar, produtos farmacêuticos e dispositivos médicos. Nesta área é incluído o desenvolvimento de recursos humanos, no campo das doenças infecciosas, especialmente nas áreas fronteiriças, e treinamento para enfrentar pandemias, no campo da saúde materna e infantil, abrangendo a imunização e nutrição;
- f) Área Florestal: cooperação bilateral no campo da silvicultura. A cooperação é afirmada na forma de um memorando de entendimento. A cooperação na área florestal abrange as seguintes atividades: reflorestamento e reabilitação florestal, pesquisa, extensão,

### **3.1.2 Austrália**

Relativamente à Austrália, mesmo admitindo que é difícil esquecer a integração de interações de cooperação bilateral entre a Austrália e Timor-Leste durante os 25 anos de ocupação indonésia, os resultados na era da independência de Timor-Leste tornaram-se importantes nas relações entre os dois países porque estiverem posicionadas em princípios lógicos e imparciais em várias relações bilaterais entre os dois países, especialmente do ponto de vista da economia e da política, que pareciam ser fatores fundamentais desde a independência de Timor-Leste (Brown, 2004, p. 13).

Contudo, o padrão de relações entre a Austrália e Timor-Leste nem sempre tem sido bom, mas não há dúvida de que até agora ainda existe um objetivo respeitável de reciprocidade entre os dois países. Assim, os interesses de Timor-Leste, além dos interesses da Austrália, posicionam-se para que as relações políticas e económicas dos dois países não sejam mutuamente prejudiciais, mas

complementares. Pode-se ver que, ao nível do governo, a relação é talvez mais harmoniosa e deve ser sábia.

As relações bilaterais desejadas pela Austrália pretendem que Timor-Leste permaneça nacionalmente e internacionalmente seguro como garantia de assistência bilateral da Austrália (Brown, 2004, p. 13). A Austrália sabe que Timor-Leste não é independente em questões políticas, porque tem, especialmente, um desenvolvimento economicamente pobre, pese embora o facto de Timor-Leste ser produtor de produtos alimentares importantes como o café e o óleo. Todavia o seu sistema produtivo não têm sido gerido da melhor forma por causa de recursos humanos limitados. Por outro lado, Timor-Leste precisa do respaldo político da Austrália para fortalecer a posição de Timor-Leste no contexto regional – ASEAN – e no fortalecimento das relações de cooperação intergovernamentais entre os Estados Membros. As relações entre Camberra e Díli, como disse, têm-se desenrolado frequentemente com algum distanciamento. A elite política australiana não está em Timor-Leste há quase cinco anos, mas a relação voltou ao normal desde o estabelecido acordo de fronteira marítima permanente em 2018 (Leach, 2019, s/p).

Timor-Leste é um Estado membro da nova comunidade internacional, pelo que não só é necessário o seu desenvolvimento económico e político, mas também o desenvolvimento consolidado da sua identidade como um Estado independente e soberano, (Sahin, 2014, p. 4) interna e externamente, como base para o desenvolvimento social, económico e político dos líderes timorenses (Sahin, 2014, p. 4-7).

Relativamente aos marcos mais importantes nas relações entre Camberra e Díli comecemos por referir o importante papel desempenhado pela Austrália no processo que viria a conduzir Timor à sua independência, primeiro, na década de 1990, sob a liderança do Primeiro Ministro Australiano John Howard, quando a Austrália passou a dar apoio à luta de Timor-Leste pela independência da Indonésia e depois pela sua participação na missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas a 11 de junho de 1999, por meio da resolução 1246, UNAMET, cujo objetivo era a realização da consulta popular aos timorenses, que viria a terminar na independência do seu país.

Depois, e para lá das ajudas financeiras conhecidas como país doador, a que mais à frente faremos referência (Tabela 12, secção 0), e nos interesses relativos à questão da divisão das receitas de petróleo e gás através do designado “Timor Gap Treaty” e das suas fronteiras marítimas já reconhecidas por ambos os países, há um conjunto de preocupações presentes nos programas de cooperação que vêm já de programas anteriores e que têm por base a saúde, educação, emprego, produtividade, infraestruturas, desenvolvimento, segurança e estabilidade. Assim foi, por exemplo, em 2009, num programa de ajuda prestada pela Austrália, designado AusAID, cujo resumo a seguir apresentamos.

1. Reforço da prestação de serviços básicos de saúde e educação, inclusivamente com um foco especial na saúde materna e infantil
2. Aumento do emprego através de:
  - a. Aumento da produtividade agrícola.
  - b. Melhoria das infraestruturas, inclusivamente através de iniciativas de mão de obra intensiva.
  - c. Promoção da formação profissional.
  - d. Promoção do desenvolvimento do setor privado, inclusivamente através do aumento do acesso ao microcrédito.
3. Melhorar a responsabilização, a transparência e a integridade do Governo.
4. Construir as bases para uma comunidade mais segura (AusAID, 2009, p. 8).

Estas preocupações têm sido mais ou menos transversais aos programas mais recentes de ajuda e cooperação australianos, e que se espelham nos programas de cooperação do governo australiano. Isso mesmo se pode constatar num relatório apresentado pelo governo timorense acerca do progresso do programa da Austrália em 2011 em relação aos objetivos do Acordo de Planemaneto Estratégico da Austrália e Timor-Leste para o Desenvolvimento de 2011, que a seguir apresentamos.

**Tabela 2 - Acordo de Planemanto Estratégico da Austrália e Timor-Leste para o Desenvolvimento de 2011**

Nº	Objetivo
1	Agricultura. Alcançar o objetivo principal de segurança alimentar até 2020 e expandir o setor agrícola, melhorando as práticas agrícolas e adotando medidas para aumentar a produção de culturas específicas.
2	Água, saneamento e higiene. Até 2030, todos os cidadãos de Timor-Leste terão acesso a água potável e saneamento básico e melhorado.
3	Estradas. Manter a nossa rede de estradas atual, incluindo um grande programa de reabilitação, reparo e melhoria de estradas. Novas estradas somente serão construídas se servirem a objetivos económicos ou sociais importantes.
4	Educação e treino. Até 2030, o povo de Timor-Leste estará a viver numa nação onde as pessoas são educadas e conhecedoras, capazes de viver vidas longas e produtivas e têm oportunidades de aceder a uma educação de qualidade que lhes permita participar nas atividades económicas, sociais e desenvolvimento político de sua nação.
5	Saúde. Até 2030, Timor-Leste terá uma população mais saudável como resultado de serviços de saúde abrangentes e de alta qualidade acessíveis a todos os timorenses.
6	Segurança. A Polícia Nacional de Timor-Leste será totalmente reformada e operará com profissionais qualificados e comprometidos, apoiados por infraestruturas e equipamentos modernos e regidos por regulamentos que apoiem a eficácia, responsabilidade e boa governação do setor.
7	Gestão do setor público e boa governação. Garantir que o setor público tenha a capacidade de implementar o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, prestar serviços de qualidade ao povo de Timor-Leste e construir as bases para o futuro com um ambiente moderno e uma nação próspera.

**Fonte:** (AusAID, 2012, p. 7)

A par destas preocupações governamentais é importante também referir que são várias as grandes empresas australianas que operam em Timor “Among the major Australian companies operating in East Timor are Thrifty Car Rentals, Telstra (which runs the Dili mobile phone network as part of its

domestic Australian network), Harvey World Travel and Harvey Norman Discount Stores” (Brown, 2004, p. 13), o que demonstra o interesse em Timor-Leste que essas grandes empresas representam.

### **3.1.3 China**

As relações entre TL e a China começaram quando TL proclamou a independência unilateral pela FRETILIN em 28 de novembro de 1975. A China foi um dos primeiros países do mundo a reconhecer a independência de TL, ao mesmo tempo que ajudava financeiramente e com armas para as forças armadas que lutaram contra os militares indonésios no mesmo ano (Hutt, 2018, s/p). Quando TL restaurou a independência de TL em 2002, a China também foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com TL (RDTL, 2014b).

A nível de relações comerciais, TL apesar de importar alguns produtos, a China é um dos quatro maiores países importadores de TL depois da Indonésia, Singapura, e Austrália (Russell, 2009, p. 8). Também na área das grandes obras, TL contratou empresas chinesas para construir grandes projetos de infraestruturas que consistiram em redes de eletricidade de alta tensão em todo o território timorense e rodovias no sul do país. Por exemplo, em 2017, a *China Harbour Engineering Company* foi subcontratada para construir um porto em Tibar (Hutt, 2018, s/p).

Outro aspeto importante no relacionamento com a China é o facto de que desde a independência de TL, a China forneceu fundos para a construção de edifícios governamentais modernos, como o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de TL, o Edifício do Ministro da Defesa e Sede da Força da Defesa de TL, e o Palácio Residencial (Marston, 2019, p. 4).

É sabido que é importante para a China que TL continue a reconhecer a integridade da China garantindo assim que TL não cai no campo diplomático de Taiwan sobre *one China Policy* (Margesson & Bruce, 2019, p. 20). Contudo, por outro lado, Ramos Horta ainda quer que a China faça mais por TL,

Pequim precisa fazer mais para ajudar o país. Porque não podemos continuar a emitir apenas declarações sistemáticas, sobre como são boas as relações, a China também deve dar vários passos em frente, para ver como pode apoiar de maneira mais qualitativa o desenvolvimento de TL (Hutt, 2018, s/p).

A China tem aumentado o seu investimento através da cooperação bilateral com TL, não apenas nos interesses políticos e económicos em TL ou vice-versa, mas também para equilibrar a influência dos Estados Unidos no Sudeste Asiático (Marston, 2019, p. 20).

### **3.1.4 Japão**

As relações entre TL e o Japão já vêm do tempo da II Guerra Mundial quando, naquela época, a TL se chamava Timor Português. Nessa altura o povo de TL confrontou e lutou contra os japoneses ao lado dos australianos. Nessa altura, TL viveu e sofreu a pior época da história da nação. A esse propósito Shizuma argumenta que:

Como resultado da invasão dos Aliados em dezembro de 1941 e das operações militares subsequentes no território, Timor-Leste foi uma das grandes catástrofes da Segunda Guerra Mundial em termos de relativa perda de vidas. Tendo em conta apenas o custo humano, Timor Português sofreu muito pior do que qualquer outro país do Sudeste Asiático ocupado pelos japoneses (Ishizuka & Lloy, 2008, p. 121).

Mais tarde, aquando da Resolução 384 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o reconhecimento dos direitos irrevogáveis do povo timorense à autodeterminação e independência, na qual instava o governo indonésio a retirar sem demoras todas as suas tropas do território, a posição política do Japão foi totalmente pró-Jacarta e anti-TL porque, o Japão mantinha relações económicas com o governo indonésio, de modo que ficou claro que, segundo Ishizuka & Lloy (2008, p. 121) geopolítica se cruza com geoeconomia.

Depois, aquando da crise da desvalorização da rupia Indonésia em 1997, que levou ao aumento do desemprego, desencadeando vários impactos sociais e políticos que levaram à queda do regime de Suharto, marcada pela transferência de poder para Habibie, não havia outra escolha para a Indonésia senão tomar medidas para fazer as pazes com TL, dando-lhe a possibilidade de ser independente,

medida essa anunciada a 27 de janeiro de 1999 por Ali Alatas, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia.

O Japão acolheu a decisão de Jacarta e expressou as suas esperanças numa solução pacífica em TL. Nessa época, o Japão enviou três policiais civis e vários oficiais militares como ligação à UNTAET no âmbito do processo de construção da paz em TL com base na resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1246, de 11 de junho, que anunciava a organização e a realização de um referendo em TL sobre o pacote de autonomia oferecido pela Indonésia, que foi acordado pela Indonésia e Portugal em 5 de maio de 1999. Além disso, o Japão também contribuiu ativamente para o financiamento da UNTAET, quando autoridades ao nível ministerial japonês visitaram TL durante o período do referendo.

Desde então, as relações bilaterais de TL com o Japão têm decorrido de forma positiva e em harmonia, tornando-se o Japão o primeiro anfitrião da conferência de países doadores para TL. O próprio Japão assegurou alguns fundos de ajuda a TL nessa altura, alocados da seguinte forma: 130 milhões de dólares em assistência financeira ao longo de três anos para o desenvolvimento de TL; 100 milhões de dólares para o desenvolvimento e 30 milhões de dólares para assistência humanitária (Ishizuka & Lloy, 2008, p. 123). Na sexta Conferência de Doadores para TL em Dili, o governo japonês prometeu outros 60 milhões de dólares em assistência financeira ao longo de três anos.

Posteriormente, em fevereiro de 2007, o Japão concedeu 720.000 dólares em assistência financeira para as eleições presidenciais e parlamentares em TL. Oficialmente, o Ministério Negócios Estrangeiros do Japão declarava que a assistência japonesa ao desenvolvimento em TL consistia nas quatro áreas prioritárias a seguir: 1. Agricultura e Desenvolvimento Rural; 2. Manutenção e Melhoria das Infraestruturas; 3. Desenvolvimento de Recursos Humanos e Desenvolvimento Institucional; e 4. Consolidação da paz (Ishizuka & Lloy, 2008, p. 123).

Essa ajuda pode ser vista na Tabela seguinte em que, tendo como exemplo o período entre 2001 e 2005, a quantidade de *Official Development Assistance* (ODA) do Japão para TL tem aumentado todos esses anos.

**Tabela 3 - ODA do Japão em Timor-Leste (milhões de dólares)**

<b>Ano</b>	<b>Assistência Técnica</b>	<b>Subvenção</b>	<b>Total</b>
<b>2001</b>	8.6	0.33	8.93
<b>2002</b>	4.93	0.81	5.74
<b>2003</b>	5.62	3.31	8.93
<b>2004</b>	3.82	6.06	9.88
<b>2005</b>	5.48	27.93	33.41
<b>Total</b>	28.87	67.51	96.38

**Fonte:** (Ishizuka & Lloy, 2008, p. 124)

Especialmente, 27,93 milhões de dólares em auxílio financeiro em 2005 foram os oito maiores montantes entre os Estados asiáticos (Ishizuka & Lloy, 2008, p. 124), sendo que este valor é considerado relativamente significativo para um micro Estado como TL.

### **Relações Multilaterais**

Timor, “um pequeno Estado inserido numa grande vizinhança” (Willis, 2016, p. 238), insere-se num contexto geopolítico “Entre dois vizinhos gigantes - Indonésia e Austrália - Timor-Leste pode ser considerado seguro e protegido. Mas Timor-Leste poderia ser facilmente utilizado para servir os interesses desses dois Estados, que geralmente partilham interesses comuns, mas também diferem em alguns objetivos estratégicos” (ASPI, 2011, p. 22). Nesse sentido, as relações multilaterais de Timor, quer sejam com os países integrantes da CPLP quer sejam com os seus mais importantes vizinhos, não podem ser isoladas de um contexto de relações multilaterais. Relativamente aos seus vizinhos Austrália e Indonésia, e às relações com eles estabelecidas, estes foram os temas abordados e como tal os mais visíveis nas entrevistas efetuadas e cujos resultados a seguir apresentamos.



**Tabela 4 - Relações Timor-Leste com Austrália e Indonésia**

Cooperação	Austrália	Indonésia
<i>Armando Maia</i>	Cooperação bilateral com a Austrália nos domínios da educação, emprego, petróleo. Envio de equipa de especialistas em saúde. Concessão bolsas de estudo.	Envio de equipa de especialistas em saúde. Concessão bolsas de estudo a jovens timorenses para escolas na Indonésia.
<i>Isildo Coelho</i>	A cooperação entre Timor-Leste e a Austrália na educação. Acesso ao mercado de trabalho. investimento.	A cooperação desenvolve-se na área da educação, do comércio, e dos negócios
<i>Sahat Situros</i>	Estabelecimento da fronteira marítima.	Cooperação para estabelecer a fronteira marítima e territorial.
<i>Arcanjo da Silva</i>	Nos domínios militar, polícia (segurança pública), educação.	Esquecer a história do passado, criação de comissões de verdade e reconciliação e comissões de verdade e amizade.

**Fonte:** Entrevistas efetuadas

Timor-Leste tem também relações multilaterais importantes no seio da CPLP, em conformidade com a Declaração de Lisboa, onde os países membros dessa organização manifestaram intenção especial no sentido de apoiarem Timor-Leste, designadamente no que concerne à reintrodução do idioma Português em Timor-Leste, adotando, assim, a Língua Portuguesa como uma das suas línguas oficiais. Nesse sentido foram “definidas linhas de orientação no ensino que visam especificamente a aprendizagem da Língua Portuguesa, através da formação especializada dos professores para o ensino do Português como uma das línguas oficiais” (Abrantes et al., 2008, p. 6).

A partir das entrevistas efetuadas, e tal como fizemos para as relações bilaterais, elaboramos uma síntese do que os nossos entrevistados consideram importante realçar neste capítulo das relações multilaterais, que a seguir apresentamos.

**Tabela 5 - Relações Multilaterais de Timor-Leste**

Entrevistado	Descrição da entrevista
Armindo Maia	Timor-Leste, a Austrália e a Indonésia trabalham em conjunto no campo das águas marinhas limpas, e na colaboração entre as universidades nestes três países no campo do desenvolvimento.
Isildo Coelho	De referir a cooperação na área da investigação sobre a água, a biodiversidade marítima, e o estímulo das relações económicas entre os três países.  Cooperação na área da economia, nomeadamente no investimento e o comércio, visa melhorar a relação entre os cidadãos dos três países através do desenvolvimento e inovação das telecomunicações e dos transportes, como é o caso das Rotas do voo de Kupang-Dili-Austrália.  Pretende-se incrementar a área do turismo e da cultura.
Jesuíno Alves	Várias reuniões trilaterais foram realizadas nos últimos 3 anos, incluindo interconexões terrestres, marítimas e aéreas relacionadas, assuntos marítimos, agricultura, turismo e intercâmbios culturais
Arão Noé de Jesus	O Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional 2011-2030 estatui que “é dever do governo de Timor-Leste estabelecer e manter as melhores relações possíveis com os governos de todo os países no mundo, independentemente do tamanho, localização ou ideologia”.
Filomeno da Paixão de Jesus	Timor-Leste, Austrália e Indonésia também têm cooperações multilaterais nas áreas da educação e da proteção da biodiversidade (proteção do coral no mar, por exemplo)
Arcanjo da Silva	Embora a cooperação multilateral entre os três países se tenha estabelecido nas áreas das mudanças climáticas, existem também outras cooperações entre os três países na área da biodiversidade, há cooperação no campo da investigação científica conjunta sobre a água entre as universidades dos três países.

**Fonte:** Entrevistas efetuadas

Apesar de os entrevistados se referirem apenas às relações trilaterais Timor, Austrália e Indonésia, é também é importante destacar não só as relações estabelecidas no âmbito da CPLP que no início

desta secção referimos mas também as relações estabelecidas no âmbito da integração de organizações como a ASEAN, o PIF, de que já falamos anteriormente (secção 0).

### **3.1.5 Candidato à ASEAN**

À geopolítica de TL não poderá ser indiferente à sua presença na ASEAN, uma poderosa organização regional, a qual certamente trará importantes benefícios para TL. Para analisar esses benefícios, os nossos entrevistados deram um importante contributo como se pode verificar pelas suas várias opiniões favoráveis à integração de Timor-Leste na ASEAN, apontando para isso várias e importantes vantagens tal como veremos a seguir.

O nosso entrevistado Arão Noé de Jesus (ver entrevistas efetuadas na secção 0), entende que, do ponto de vista económico, com cerca de 600 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente 2 biliões, a ASEAN constitui um grande potencial de mercado para Timor-Leste. Do ponto de vista da Defesa Nacional, esta organização é um fórum de intervenção relevante para a resolução de problemas que afetam a segurança regional, especialmente no âmbito das novas ameaças e de reforço de cooperação com os Estados membros.

Outro dos nossos entrevistados, Jesuíno Alves (ver entrevistas efetuadas na secção 0), Diretor da CPLP, é de opinião que Timor-Leste pode contribuir para a ASEAN em termos de erradicação e prevenção do crime transnacional, movimentos terroristas, tráfico de drogas e direitos humanos. Jesuíno Alves considera também que a colaboração entre os todos os países membros, acelera o crescimento económico e o progresso social. Integrar a ASEAN é visto como uma medida para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e da Indonésia.

Isílio Coelho afirma na sua entrevista (ver entrevistas efetuadas na secção 0) que no quadro da ASEAN existem várias formas de cooperação, como a cooperação bilateral e a multilateral, reforçando a cooperação entre os países, na esfera económica, política, social, cultural, segurança e cooperação na área militar.

Segundo Arcanjo da Silva (ver entrevistas efetuadas na secção 0), o tipo de cooperação entre os países membros da ASEAN deve ser mais focada na cooperação técnica entre os países membros da ASEAN, na solução de problemas e respostas rápidas a desastres naturais, por exemplo.

Filomeno de Jesus referiu-nos na entrevista (ver entrevistas efetuadas na secção 0) que Timor-Leste beneficia da assistência mútua em setores como a agricultura, comércio e indústria.

Para Sahat Situros (ver entrevistas efetuadas na secção 0), a adesão à ASEAN permite derivar vantagem da importação a preços mais baratos e de alta qualidade de produtos básicos dos países membros da ASEAN. Timor-Leste obtém também vantagens nas exportações dos seus produtos para os países membros da ASEAN, podendo isso funcionar como uma motivação para Timor-Leste estimular o desenvolvimento físico e não físico e poder fortalecer a posição de Timor-Leste em matéria de política internacional. Timor-Leste pode contribuir para a partilha de experiências na resolução de problemas entre países usando instituições institucionais internacionais, especialmente no campo da democracia e direitos humanos.

Dionísio Babo (ver entrevistas efetuadas na secção 0) ressalta a importância de se fortalecer a posição de negociação política e económica.

Arcanjo da Silva (ver entrevistas efetuadas na secção 0) resume a sua resposta do seguinte modo: em primeiro lugar, é de referir que existe a cooperação no domínio da cooperação da ASEAN. A cooperação no domínio económico inclui a cooperação no domínio da abertura de centros de promoção, especialmente através do comércio, do turismo e do investimento. Existe cooperação no fornecimento de reservas alimentares quando um país da ASEAN sofre uma crise alimentar devido a um desastre – segurança alimentar. Existe cooperação na implementação de projetos industriais como fertilizantes, cobre, vacinas, carbonato de sódio. De referir ainda a colaboração em áreas de livre comércio, como a eliminação de impostos, que pode estimular e aumentar o investimento diretamente entre os países da ASEAN.

A ASEAN estimula a cooperação no domínio da segurança política com respaldo no sistema jurídico internacional, de modo que a cooperação possa mitigar disputas internacionais devido a diferenças nos sistemas políticos em vários países. Os Ministros da Defesa reúnem com regularidade com os Ministros da Segurança dos países membros da ASEAN para discutir a cooperação política e diplomática no setor de defesa e segurança dos países da ASEAN.

A nomeação de Embaixadores e Representantes consulares é importante entre os países da ASEAN. O Acordo de extradição da ASEAN alinha a cooperação no campo político relativamente a suspeitos de crimes que fugiram para os países da ASEAN. O acordo de zona livre de armas nucleares é sobre a proibição de armas nucleares nos países da ASEAN. E os acordos regionais são pacíficos, livres e neutros importantes na promoção da paz.

A cooperação da ASEAN no campo social fomenta o desenvolvimento do bem-estar social, a redução de problemas sociais, o desenvolvimento de recursos humanos e a melhoria do bem-estar. Além disso, há cooperação da ASEAN noutros campos como os sócio-culturais, no domínio da cooperação, na esfera da cultura e informação, educação, juventude e desportos, direitos das mulheres e igualdade de género, direitos das crianças, bem-estar social, desenvolvimento de grupos desfavorecidos, redução da pobreza e desenvolvimento rural, trabalho, meio ambiente, gestão de desastres naturais e assistência humanitária e saúde.

Arcanjo da Silva (ver entrevistas efetuadas na secção 0) responde ainda que Timor-Leste beneficia no setor económico, comercial, do turismo, investimento, negócios, defesa e segurança. Beneficia da estabilidade do desenvolvimento económico e cooperações regionais.

Para Isílio Coelho (ver entrevistas efetuadas na secção 0), a ASEAN permite o acesso a um mercado potencial no século XXI e a possibilidade de acesso à China, à Índia, ao Japão, e outros países. A ASEAN constitui-se como um mercado de grandes dimensões ao qual Timor-Leste pode aceder para exportação e importação de bens.

Permite também resolver o seu passado e afirmar o seu futuro com os países membros da ASEAN em aspetos como direitos humanos, o valor da democracia e o valor da reconciliação no quadro da ASEAN. Timor-Leste pode ser uma fonte de cooperação, comércio, *inter alia*, entre os membros dos países da ASEAN e da CPLP, podendo, nesse aspeto construir centralidades novas e interessantes em termos da geopolítica.

Armindo Maia (ver entrevistas efetuadas na secção 0) faz referência a fatores económicos e políticos a derivar de relações de boa vizinhança/proximidade. Ressalta também que outra vantagem é a de ter acesso a produtos importados dos países membros da ASEAN, em especial da Indonésia, a um preço baixo, para que possa melhorar o nível de vida do povo de Timor-Leste.

De facto, Timor-Leste “fez progressos assinaláveis na sua integração como membro observador, estando agora a implementar a “Comunidade ASEAN” com base nos pilares político e de segurança, económico e sociocultural” (Tomé, 2016, p. 130). A integração de Timor-Leste na ASEAN como membro efetivo, representará certamente uma forma de expandir os interesses económicos e a segurança coletiva regional assim como potencializar o seu crescimento económico.

### **3.1.6 Observador no Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF)**

Perante a questão colocada aos nossos entrevistados: Qual a relação entre TL e o PIF? De que forma é que TL beneficia da relação com esta organização? As respostas apontam para, além das relações históricas existentes, os benefícios daí decorrentes, a saber:

- Áreas da economia, desenvolvimento da cultura, do comércio e do turismo.
- Pescas, segurança ambiental e partilha de experiências sobre segurança e desenvolvimento
- Consolidar as relações diplomáticas no domínio da defesa. Garantir que os seus interesses sejam adequadamente representados e que se constituam novas oportunidades de inserção de TL na economia regional e internacional, o que contribuirá para alargar o espaço de autonomia e liberdade e reduzir as

vulnerabilidades do país, consolidando, do mesmo modo, a sua participação plena como sujeito de direito na sociedade internacional de Estados

- Facilita o estabelecimento de relações económicas e piscatórias. TL pode partilhar experiências sobre desenvolvimento, democracia, boa governação e sobre reformas políticas.
- Partilha de experiências sobre como gerir recursos naturais, erradicar a corrupção e capacitar instituições públicas melhorar as relações através da cooperação bilateral, no setor económico, capacitação das instituições eleitorais gerais e cooperação ambiental
- Relação histórica, económica e política partilham benefícios no campo das alterações climáticas, deriva benefícios da biodiversidade única e do Desenvolvimento do Turismo Sustentável.

Vê-se pelas respostas dadas interesses na área política (partilha de experiências e desenvolvimento em aspetos das liberdades e da democracia) na área económica (comércio, turismo e pescas), na área da segurança (redução das vulnerabilidades) e benefícios associados à biodiversidade e partilha e intervenção na área das alterações climáticas.

Na verdade, e após uma breve consulta à página oficial da PIF<sup>24</sup>, pode facilmente constatar-se as várias vertentes nas quais Timor-Leste, como membro observador da organização, poderá usufruir de um conjunto de ações relativas a:

- Prioridades Regionais – incluem-se aqui preocupações com a mudança climática e gestão de riscos, especialmente os relacionados com os desastres naturais. No que se reporta às pescas – a expansão os retornos do setor pode ser alcançada por meio de maior aproveitamento e otimização de valor, tanto na esfera pública quanto na privada. É importante garantir a conservação e Gestão dos Oceanos. Desenvolver e dotar de meios a saúde, especialmente na resposta ao “*cervical cancer*”. Garantir direitos das pessoas com deficiência. Estimular o apoio às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Equacionar o Impacto dos testes nucleares na República das

---

<sup>24</sup> <https://www.forumsec.org/>

Ilhas Marshall. Resolver as questões relativas à violação dos direitos humanos e à mobilidade regional.

- Questões económicas e comerciais – negociações pós-Cotonu. Trata-se de um quadro abrangente e juridicamente vinculativo que descreve as relações entre os países da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e da EU. Estimular o desenvolvimento e a integração regional do comércio. Celebração de acordos comerciais sub-regionais. Desenvolver sistemas de comércio multilateral e perfis comerciais do PIF.
- Questões relativas ao desenvolvimento sustentável – Governo e Segurança e as reuniões permanentes no fórum. Permitir o acesso a concursos, compras e vagas de emprego e todo um conjunto de eventos calendarizados para debater e fazer face a problemas comuns dando um contributo para políticas de desenvolvimento de cada país em particular e da região em geral.

#### **4. Síntese do Capítulo II**

No âmbito deste nosso trabalho que analisa a geopolítica de TL e a sua estratégia de *hedeging* face aos seus grandes vizinhos (Austrália e Indonésia), a geopolítica de TL mereceu a nossa primeira atenção, cuja análise se insere neste capítulo. Assim, começamos por abordar os aspetos relativos ao conceito de geopolítica que definimos e explicamos fundamentadamente “tudo o que diz respeito às rivalidades de poder ou influência sobre os territórios e populações” (Boniface, 2016, p. 13 citando Yves Lacoste).

Da geopolítica em termos gerais passamos à geopolítica ao nível particular do sudeste asiático, onde destacamos toda a envolvência política no âmbito da geografia dessa região essencialmente ditada por duas importantes organizações, a ASEAN e o PIF, que identificamos e explicamos a sua grande influência na região. TL é candidato a integrar a ASEAN e é atualmente membro observador do PIF.

Relativamente à ASEAN descrevemos um pouco da sua história, enunciámos os seus objetivos e debruçamo-nos sobre os três pilares fundamentais da sua carta estatutária, o pilar económico, o Pilar sociocultural e o Pilar político e de segurança.



Relativamente ao PIF descrevemos um pouco da sua história desde a sua criação, e as suas áreas de intervenção:

- Economia, desenvolvimento da cultura, do comércio e do turismo.
- Pescas e segurança ambiental e desenvolvimento.
- Defesa, autonomia e liberdade e redução das vulnerabilidades do país.
- Estabelecimento de novas relações económicas.
- Partilha de experiências sobre desenvolvimento, democracia, boa governação e sobre reformas políticas.

Definimos também as prioridades da sua intervenção nomeadamente prioridades regionais, questões económicas e comerciais, desenvolvimento sustentável, governo, segurança, reuniões permanentes no fórum, permitir o acesso a concursos, compras e vagas de emprego e todo um conjunto de eventos calendarizados para debater e fazer face a problemas comuns dando um contributo para políticas de desenvolvimento de cada país em particular e da região em geral.

Da geopolítica no sudeste asiático passamos para a geopolítica de Timor-Leste que dividimos em relações bilaterais, multilaterais e no âmbito da ASEAN e PIF, nas primeiras relativamente às relações de Timor-Leste com a Indonésia por um lado e de Timor-Leste com a Austrália por outro lado, nas segundas nas relações suas trilaterais e por fim as relações com a ASEAN e PIF.

Nas relações bilaterais destacamos, no caso da relação Dili-Jacarta, o comércio e o estabelecimento de comissões de trabalho conjunto (comissões de verdade e reconciliação, comissões de verdade e amizade) para encontrar soluções e resolver problemas comuns. No caso das relações Dili-Camberra destacamos o acesso ao mercado de trabalho, o estabelecimento da fronteira marítima e a cooperação nos domínios militar, polícia e educação.

Nas relações multilaterais destacamos a CPLP e com ela associada, a aprendizagem da língua portuguesa através da formação especializada dos professores para o ensino do Português, como uma das línguas oficiais. Abordamos também as relações trilaterais TL-Austrália-Indonésia (na investigação sobre as águas e biodiversidade do mar – proteção do coral no mar, por exemplo, na cooperação entre universidades, nas telecomunicações, agricultura, transportes, turismo, intercâmbio cultural).

Analisamos, quanto à ASEAN, os benefícios para Timor em se integrar nessa organização. Enunciamos o aspeto comercial, económico, o turismo, o investimento, o acesso a um mercado potencial. Analisámos a defesa nacional, a prevenção do crime, o progresso social, a cooperação, os projetos industriais, o alargamento do leque de possibilidades para respostas rápidas a desastres e catástrofes naturais, a importação, a exportação. Abordámos o fortalecer das posições de negociação com os mercados, assim como a promoção da paz, os acordos de extradição, o acordo de zona livre de armas nucleares e a procura de uma nova centralidade.

Analisamos, quanto ao PIF, as relações com TL e de que forma como beneficia da relação com esta organização, concluindo por importantes contributos na área política (partilha de experiências e desenvolvimento em aspetos das liberdades, da democracia) na área económica (comércio, turismo e pescas), na área da segurança (redução das vulnerabilidades) e benefícios associados à biodiversidade e partilha e intervenção na área das alterações climáticas.

### **III. TIMOR-LESTE E A INDONÉSIA: DO CONFLITO À COOPERAÇÃO**

---

As relações de Timor-Leste com o governo indonésio registaram uma longa história desde a ocupação oficial de Timor-Leste pelos militares indonésios em 7 de dezembro de 1975 (Simpson, 2005, p. 297) até ao referendo de 1999. Muitas foram as histórias tristes e amargas na luta pela independência de Timor-Leste. No entanto, sendo a Indonésia o país vizinho mais próximo, Timor-Leste precisa da sua participação como parceiro no seu desenvolvimento. Analisamos neste capítulo a evolução das relações históricas entre Timor-Leste e a Indonésia atendendo também às relações bilaterais entre estes dois países.

#### **1. Desenvolvimento Histórico das Relações (da Ocupação à Independência)**

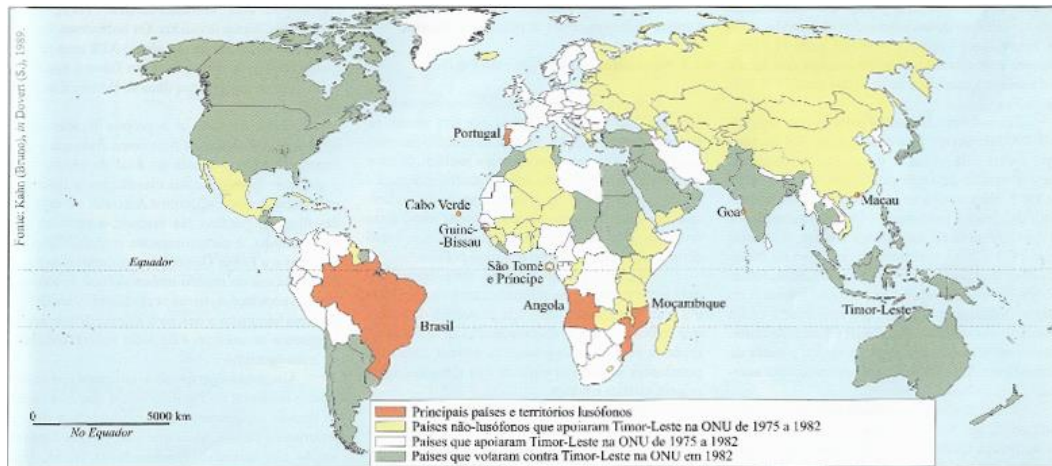
Timor-Leste foi uma Colónia Portuguesa de facto até 1975 e de direito até outubro de 1999. A importância geoestratégica do seu território é incontornável porque se encontra localizado numa movimentada rota do comércio mundial de mercadorias entre o Índico e o Pacífico, mas sobretudo entre dois grandes atores geopolíticos regionais, nomeadamente, a Indonésia e a Austrália, com particular realce para as fronteiras de dois continentes, a Ásia e a Oceânia. Esta situação evidenciou-se no final da Guerra Fria com a sua ocupação pela Indonésia em 1975, após a qual, um movimento timorense com ligações a Moscovo se teria apoderado do poder em Díli.

Timor-Leste foi assim ocupado pela Indonésia entre dezembro de 1975 e outubro de 1999, altura em que foi considerado território não-autónomo na aceção do artigo 73 da Carta, sob Administração das Nações Unidas, em processo da transição para a independência. De acordo com o Preâmbulo da Constituição da RDTL, a independência de TL foi proclamada pela Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) em 20 de novembro de 1975, e viu-se internacionalmente reconhecida apenas a 20 de maio de 2002.

Apesar de serem muitos os países (ver figura/Imagem 4) que apoiaram as diferentes resoluções da ONU que exigiam “o respeito pelo direito inalienável do povo timorense à autodeterminação” foi, no

entanto, a crise financeira de nível mundial que precipitou os acontecimentos que iriam conduzir à independência de TL.

#### Imagem 4 - Países que apoiaram TL na ONU de 1975 a 1982



Fonte: (Durand, 2010, p. 19)

Depois da crise financeira mundial ter afetado a governação da Indonésia, provocando um conjunto de reformas no país, o governo de Suharto não conseguiu resolver esta crise. Assim, o regime Suharto caiu não só motivado pela crise financeira, mas também pelas fortes pressões internacionais que acabariam por culminar com o referendo aos Timorenses para decidir entre um Estado autónomo ou um Estado independente (autonomia *versus* independência). Importa referir que o regime Suharto concordou com o *referendum* e o resultado foi que a maioria da população rejeitou a autonomia, o que significou a independência de Timor-Leste.

***“Freedom goes hand-in-hand with mutual respect”*** – (Gusmão, 2017)

As relações internacionais de TL com a Indonésia têm-se desenvolvido em harmonia, segurança e paz após a independência de 2002, porque a proximidade do território e quase metade das necessidades básicas do povo de TL foram supridas pela Indonésia, em todas as áreas, incluindo as relações internacionais no campo da educação.

Na sequência desse referendo, as Nações Unidas apressaram-se a pedir à Austrália que liderasse a força de manutenção da paz em Timor-Leste porque, por um lado, em termos geográficos, a Austrália encontra-se muito mais perto de Timor-Leste e, por outro lado, porque também possui um considerável poder militar na região.

As Relações Internacionais da RDTL, após a independência, são temas prioritários quer da agenda de diplomacia da RDTL, que tem visado recuperar o ónus da psicologia política de 1975 a 1999, quer dos indonésios que têm dado importantes contributos nesse sentido. Ambos os países consideram que o problema do passado foi uma lição e os líderes timorenses descrevem o novo relacionamento como maduro, com foco no futuro (Sambhi, 2019, p. 4).

É natural que TL, como Estado soberano, garanta a continuidade das relações pacíficas, especialmente para uma região segura e pacífica, portanto Timor-Leste precisava de estabelecer relações saudáveis com qualquer país do mundo e especialmente com o governo indonésio.

Timor-Leste reabriu oficialmente as relações com o governo indonésio após a independência, onde a comemoração do dia da restauração da independência de 20 de maio de 2002 também contou com a presença do 5º Presidente da República da Indonésia na época, Megawati Soekarno Putri que assinalou serem as relações harmoniosas entre os dois países próximos.

Após essa reabertura nas relações entre os dois países, o Governo de Díli decidiu continuar a estabelecer intensamente relações internacionais com Jacarta em todos os campos, especialmente no campo da educação, porque Timor-Leste, como país, ainda precisa muito de recursos humanos para o desenvolvimento futuro do Estado, da nação e da sua estabilidade.

Para concretizar essa estabilidade, desde a formação do governo em 2002, contribui a ocorrência, de maneira ordenada e pacífica de eleições públicas, da eleição por sufrágio universal, livre, direito, igualitário, secreto e pessoal. (RDTL, 2002, Artigo 93º, versículo 1, pp 28-29). O processo de democratização, que se refletiu na série de eleições efetuadas, foi reconhecido como um sinal de bom

desenvolvimento democrático em Timor-Leste, porque a sua implementação foi integrada em princípios e valores de qualidade da democracia internacional e doméstica.

A eleição democrática fez Timor-Leste receber a atenção do mundo e, ao mesmo tempo, reconheceu a sua legitimidade real como o primeiro novo país democrático nascido no século XXI na região do Sudeste Asiático e na comunidade internacional. O sucesso das eleições democráticas fortaleceu a imagem de Timor-Leste como um país novo, mas estável, em termos de democracia e foi capaz de fortalecer e compartilhar através das relações internacionais de Timor-Leste com qualquer outro país do mundo em geral, e especialmente as relações de Timor-Leste com a Indonésia.

De igual modo foram sendo fortalecidas as relações entre Dili e Jacarta materializadas na assinatura de um acordo de cooperação, assinado em Jacarta, que foi oficialmente seguido pela abertura de relações diplomáticas, estabelecidas em 2000, aquando da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET)<sup>25</sup>. Além disso, foi marcado pela primeira reunião do nível ministerial da Comissão Conjunta de Timor-Leste e a Indonésia como uma continuação do Memorando de Entendimento sobre cooperação bilateral assinado entre o governo da República da Indonésia (RI) e o governo da RDTL a 20 de maio de 2002.

A delegação da RI era liderada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros na época, Hasan Wirajuda, e a delegação da RDTL era liderada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Ramos Horta. Esta comissão conjunta teve como objetivo discutir vários esforços para melhorar as relações entre os dois países.

A cooperação entre TL e a Indonésia também se tem verificado a nível militar, o que acontece desde que TL se separou da Indonésia, que era então liderada pelo terceiro Presidente da República da Indonésia, B.J. Habibie. Habibie aceitou a consulta popular (Gomes, 2018, p. 67), ou seja o referendo realizado em TL, onde a decisão desencadeou o término oficial do conflito armado que ocorreu durante

---

<sup>25</sup> Artigo 1: A República da Indonésia abriu um Gabinete de Interesse da República da Indonésia em Dili, Timor Leste, como É um contato ("contato") em colaboração com a UNTAET em Dili. Para confirmar esta resposta, por favor consulta este sito. A decisão escrevia em língua indonésia (KPRI, 2000).  
Artigo 6: Após a transferência de poder da UNTAET para o Novo Governo em Timor-Leste, o Gabinete do Interesse da República da Indonésia pode ser atualizado para o escritório do Representante Diplomático e / ou do Representante Consular da República da Indonésia em Dili, Timor-Leste (KPRI, 2000).

quase 24 anos entre as Forças Armadas da República da Indonésia (FARI) e as Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL).

Em seguida estabeleceu-se a Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação (CAVR) em Timor-Leste e a Comissão da Verdade e Amizade (CVA) foi estabelecida na Indonésia, ambas criadas em 2001, funcionaram de 2002 até fevereiro de 2005 (USIP, 2002). A CAVR é responsável por realizar a tarefa de encontrar a verdade e reconhecimento dos factos (Borges, 2015, p. 144), a fim de restabelecer relações harmoniosas entre os dois países. A CVA tem a mesma missão que a CAVR, que é aceitarem-se um ao outro, negociar com sinceridade e, a fim de facilitar o processo de reconciliação, para que funcione sem problemas, de acordo com os planos e desejos de ambas as partes.

Nessa sequência, o Ministro da Defesa e Segurança de Timor-Leste (Kay Rala Xanana Gusmão) com o Ministro Defesa da Indonésia (Purnomo Yusgiantoro) assinaram em Dili a 19 de agosto de 2011 um memorando de entendimento para o enquadramento das relações políticas internacionais relativamente às atividades de Cooperação na Área da Defesa entre dois países, contendo os seguintes pontos no que tange o diálogo bilateral regular e consultas sobre questões estratégicas militares e de defesa, de interesse comum:

- Troca de informações na área da defesa e outros.
- Promoção da cooperação entre as forças armadas.
- Cooperação em aspetos de suporte logístico.
- Outras áreas de cooperação, mutuamente acordadas pelas partes<sup>26</sup>.

Foi também estabelecido outro padrão de relações entre Dili e Jacarta. O fórum de Amizade Indonésia-Timor Leste (ITLFF), assinado a 11 de agosto de 2005 (KKP, 2008, p. X), é um dos acordos do governo de TL com o governo da Indonésia. Portanto, a comissão de amizade e verdade é o mecanismo certo para formular as relações internacionais de TL com a Indonésia na arena política internacional dos dois países. Basicamente os dois países desejam criar uma sociedade harmoniosa, ordeira e próspera.

---

<sup>26</sup><http://www.dpr.go.id/doksetjen/dokumen/persipar-ruu-RUU-tentang-Pengesahan-Persetujuan-antara-Pemerintah-Republik-Indonesia-dan-Pemerintah-Demokratik-Timor-Leste-tentang-Kegiatan-Kerja-Sama-di-Bidang-Pertahanan-1443411445.pdf>

Uma década e meia passou e as relações internacionais entre os dois países estão a funcionar muito harmoniosamente e a desenvolver-se normalmente. Como salientou Xanana Gusmão, o desenvolvimento das relações internacionais de TL com a RI deve ser realizado de forma intensa e consistente como enfatiza a Constituição da RDTL, artigo 8º versículo 4, onde a RDTL mantém laços especiais de amizade e cooperação com os países vizinhos e os da região (RDTL, 2002).

Para esse bom relacionamento muito contribuiu a criação do Fórum de Amizade Indonésia-TL como um meio de facilitar aos dois governos de se abrirem mais estreitamente as relações políticas, de modo a conquistar o coração dos líderes dos dois países e promover a paz e a solidariedade entre os dois. O Fórum de Amizade entre Indonésia e TL oferece uma oportunidade para os governos e o público expressarem as suas experiências sobre o que aconteceu no passado.

Com os conflitos terminados em contexto da independência de TL, as relações entre os dois países aprofundaram-se e continuam seguras e pacíficas. Os dois países restabeleceram novas relações, convidando os seus povos a esquecer os eventos passados, para que não sejam regulados por sentimentos de infelicidade, vingança e sensação de decepção de ambas as partes.

Para organizar um futuro melhor e apoiarem-se mutuamente em todos os aspetos, o processo de relações conjuntas é complexo, e podem materializar-se obstáculos nas negociações, ou seja, consiste em saber como efetuar a reconciliação entre os governos e os povos dos dois países.

## **2. Relações bilaterais e multilaterais (ASEAN)**

As relações de cooperação entre TL e a RI abrangem sobretudo o período que se estende a partir da independência de TL em 2002. Após o fim do governo da administração indonésia em Dili, foi imediatamente indigitado um governo de transição sob a chancela da ONU, portanto a ONU foi totalmente responsável pela administração de Timor-Leste até à eleição de um governo definitivo.

Após esse período, a nível da relação bilateral com a Indonésia têm-se verificado avanços significativos como, por exemplo, quando “em 21 de agosto de 2011 o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão e o



Ministro indonésio da Defesa, Purnomo Yusgiantoro, assinaram um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa que evidenciando uma clara vontade bilateral na superação de velhas feridas que muitas vezes têm contaminado os laços políticos” (Mendes, 2013, p. 267). Esses programas de cooperação são um bom contributo para a aproximação entre países.

A UNTAET foi investida de competências e de autoridade para celebrar acordos de cooperação, para estabelecer boas relações com qualquer país do mundo e para implementar políticas relacionadas com a existência e o futuro de TL. As relações bilaterais entre TL e a Indonésia começaram desde o início do governo de transição porque os dois países eram vizinhos que partilham fronteiras terrestres e marítimas.

Nesse sentido, desde a independência de TL, o governo de Jacarta tem manifestado interesse em estabelecer uma cooperação bilateral para que TL não represente uma ameaça à segurança e estabilidade de Jacarta e vice-versa, por um lado; por outro, para que a Indonésia não constituísse uma ameaça à segurança e estabilidade de Díli, porque TL é um país pequeno e novo e com grande fragilidade em matéria de estabilidade política e de segurança.

As relações de cooperação entre o governo republicano indonésio e o governo da RDTL, após a restauração da independência, constituíram por isso, a principal agenda da política externa da elite política timorense, obtendo assim uma resposta positiva do governo indonésio que se materializou através da concessão de bolsas de estudo para estudantes timorenses e integraram-se na diretriz para as relações de cooperação e diplomacia de Timor para com os outros países, tendo sido realizada com base nas leis políticas de Timor-Leste, exatamente como está escrito na Constituição da RDTL, artigo 8, parágrafo 2, que diz que a RDTL estabelece relações de amizade e cooperação com todos os outros povos, preconizando a solução pacífica dos conflitos, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva e a criação de uma nova ordem económica internacional, capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

Deste ponto de vista, foi assumido que TL, como um país pequeno e jovem, deveria estabelecer uma relação de cooperação com todos os países, a fim de criar um ordenamento regulamentar económico internacional que pudesse garantir a segurança, a paz e a justiça. Para Jesuíno Alves, Diretor da

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP, países grandes como Indonésia ajudam no crescimento de pequenos países como Timor Leste.

O lema da cooperação em política externa de TL assenta em princípios de “Mais amizade zero inimigo”. Este lema, como fator impulsionador para atores estatais e atores não estatais em TL estimula a cooperação com qualquer país do mundo. Nesta circunstância, TL coopera com a Indonésia no sentido de promover a segurança dos dois países e satisfazer as necessidades dos interesses nacionais de cada país.

A Indonésia é um dos países fundadores da Associação de Nações do Sudeste Asiático, e membro do G20, e a sua influência é vista tanto em termos de progresso económico quanto em influência política, incluindo em relação a Timor-Leste, porque quase 80% dos bens domésticos básicos de Timor-Leste ainda são importados da Indonésia. Os 20% restantes são fornecidos por outros países, como China, Austrália e outros. A Tabela 6 representa as importações totais de Timor-Leste provenientes da Indonésia entre 2013-2015.

**Tabela 6 - Importação Total da Indonésia para Timor-Leste**

<b>País de importação</b>	<b>Ano de Importação</b>	<b>Total de Importações (US\$)</b>
Indonésia	2013	528.823 milhões
	2014	274.700 milhões
	2015	295.460 milhões

**Fonte:** Embaixada da Indonésia em Díli, Timor-Leste, 2016

Por isso, a cooperação bilateral entre Timor-Leste e a Indonésia deve ser preservada porque, geograficamente, a cultura dos dois países não é muito diferente.

A quantidade de exportações feitas por Díli para Jacarta, nos últimos 3 anos, atingiu os montantes que se apresentam na Tabela 7.

**Tabela 7 - Comércio Externo Total de Timor-Leste para a Indonésia**

<b>Ano</b>	<b>Comércio Total (US\$)</b>
2013	581.501 milhões
2014	795.680 milhões
2015	311,161 milhões

**Fonte:** Embaixada da Indonésia em Díli, Timor-Leste, 2016

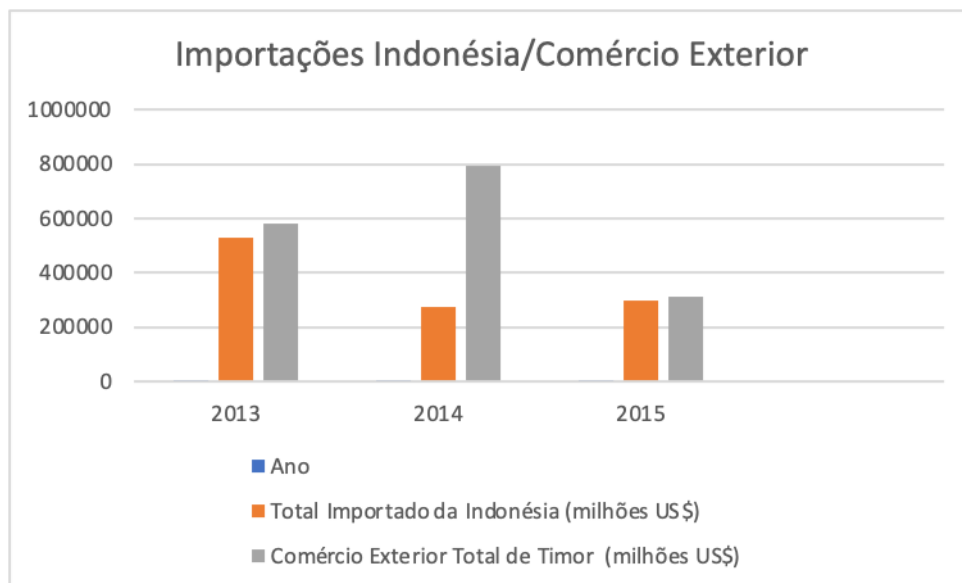
Para efetuarmos a análise comparativa das duas tabelas anteriores fizemos uma nova tabela (Tabela 8), e o gráfico correspondente, que reúne ambas.

**Tabela 8 - Importações Indonésia/Comércio Externo**

<b>Ano</b>	<b>Total Importado da Indonésia (milhões US\$)</b>	<b>Comércio Externo - Total de Timor (milhões US\$)</b>
2013	528.823	581.501
2014	274.700	795.680
2015	295.460	311,161

**Fonte:** Elaboração própria

### Gráfico 1 - Importações Indonésia/Comércio Externo



**Fonte:** Elaboração própria

Com base na tabela pode verificar-se que as importações efetuadas em 2013 foram avaliadas em 528.823 milhões, e as exportações de Timor-Leste aumentaram de 581,501, em 2013, para um valor de 795.680, em 2014. Enquanto o total das importações, em 2014, diminuiu para um valor de 274,7 milhões, em 2015 houve um ligeiro aumento para um montante de 295,460 milhões.

Isto ilustra que o valor do consumo de bens e serviços da Indonésia começou a diminuir, porque o povo de Timor-Leste tem acesso a bens e serviços da Austrália e da China. Da mesma forma, o comércio externo total de Timor-Leste em 2013 diminuiu de um valor de 581,501 milhões em 2013 para um valor de 311,161 milhões em 2015.

A Indonésia também é um país que importa de Timor-Leste sobretudo mercadorias não-petrolíferas. Analisemos a tabela 9.

**Tabela 9 - Exportação de Mercadorias Não-Petrolíferas por País de Destino 2004-2008**

Destinos Países	2004	2005	2006	2007	2008	Média de Participação/1
	(%de participação na exportação de Timor-Leste)					
Austrália	16.2	5.5	3.6	n.a	2.1	6.8
Alemanha	5.6	20.7	24.2	n.a	26.7	19.3
Indonésia	16.2	5.0	13.1	n.a	16.7	12.8
Portugal	7.5	12.0	2.1	n.a	4.5	6.5
Singapura	2.1	1.1	6.3	n.a	11.1	5.2
Estados Unidos	45.4	49.1	40.4	n.a	26.6	40.4
Outro	7.0	6.6	10.3	n.a	12.3	9.1
Total	100	100	100	n.a	100	100

Fonte: As autoridades de Timor-Leste; FMI 2009; TABELA 5,29/1: Média de 2004,2005,2006 e 2008

Com base na tabela 9, pode-se verificar ainda que a Exportação<sup>27</sup> de Mercadorias Não-Petrolíferas entre 2004-2008 de Timor-Leste para a Indonésia aparece em terceiro lugar depois dos Estados Unidos e Alemanha. A exportação de Timor-Leste para a Indonésia aumentou de 2004 (que foi de 16,2%) para 2008 (que foi de 16,7%), enquanto a exportação de Timor-Leste para a Indonésia diminuiu em 2006 com um valor de 13,1% e em 2005 foi de apenas 5,0%. Em 2007 não houve registos devido a uma crise política e militar durante esse período, que provocou um mau funcionamento das atividades económicas.

Para que os interesses dos dois países fossem protegidos uns pelos outros e um país não representasse uma ameaça ao outro, a Indonésia abriu o Gabinete do Interesse Indonésio em Timor-Leste que está agora ao nível da Embaixada da Indonésia em Timor-Leste.

Apesar do passado traumático, a relação de TL com a Indonésia é estável. A Indonésia é o maior parceiro comercial de Timor-Leste e continua a fortalecer-se, pelo que é apropriado que estabeleçam uma boa cooperação entre os dois países.

<sup>27</sup> Importa referir que as exportações principais do Timor-Leste são Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (\$65,9 Milhão), café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; sucedâneos do café contendo café em qualquer proporção (\$26,4 Milhão), artefactos de matérias têxteis, calçados, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados (\$4,58 Milhão), alfarroba, algas, beterraba sacarina e cana-de-açúcar, frescas, refrigeradas, congeladas ou secas, mesmo em pó; caroços e amêndoas de frutos e outros produtos vegetais (incluídas as raízes de chicória não torradas, da variedade *Cichorium intybus sativum*) (\$1,51 Milhão) e sucos e extratos vegetais; matérias pécicas, pectinatos e pectatos; ágar-ágar e outros produtos mucilaginosos e espessantes derivados dos vegetais, mesmo modificados (\$917 Mil), usando o 1992 revisão da classificação HS (Sistema Harmonizado) (OEC, 2017).

Entre os benefícios das relações internacionais TL-RI está o facto de, graças ao apoio da Indonésia e a consequente estabilidade daí decorrente e também da realização de eleições livres e democráticas, ser favorável a TL tornar-se membro da *ASEAN Regional Forum*. TL tornou-se membro observador em 2002, tendo submetido à ASEAN candidatura a membro permanente desta organização regional.

A estabilidade do papel das relações internacionais pacíficas fez com que TL estabelecesse relações diplomáticas com países do Sudeste Asiático integrados na ASEAN, a fim de proteger os seus interesses nacionais. TL constrói a partir daí interesses nacionais, concentrando-se na integração regional com a ASEAN, onde TL é agora um observador. Embora TL ainda seja um observador na ASEAN, em 2007, assinou com a ASEAN a *Treaty on Amity and Cooperation* (para mais detalhes, poder-se-á consultar a tabela a seguir) que ilustra a relação de países envolvidos nesses diversos tratados de diálogo e amizade.

**Tabela 10 - ASEAN Dialogue Partners (DP), Treaty of Amity and Cooperation (TAC)**

**Signatories and East Asian Summit (EAS) Participants**

<b>PAÍSES</b>	<b>ASEAN DP</b>	<b>TAC</b>	<b>EAS</b>
Austrália	1974	2005	√
Bangladesh	–	2007	–
Canadá	1977	–	–
China	1996	2003	√
República da Coreia	–	2008	–
União Europeia	1972	–	–
França	–	2007	–
Índia	1995	2003	√
Japão	1997	2004	√
Mongólia	–	2005	–
Nova Zelândia	1975	2005	√
Paquistão	1997 (sectoral)	2004	–
Papua Nova Guiné	–	1989	–
República da Coreia	1991	2004	√
Federação Russa	1996	2004	–
Sri Lanka	–	2007	–
<b>Timor-Leste</b>	<b>–</b>	<b>2007</b>	<b>–</b>
Estados Unidos da América	1977	–	–

**Fonte:** (Frost, 2008, p. 29)

Deste modo, TL participou nessa instituição regional e tornou-se um membro permanente do ASEAN Regional Forum (ARF), juntamente com várias nações, o que pode ser visto na tabela a seguir.

**Tabela 11 - Participação em instituições regionais**

	ASEAN	ASEAN +3 (China, Japan and South Korea)	East Asian Summit	ASEAN Regional Forum	Asia-pacific economic Cooperation
Brunei	√	√	√	√	√
Indonésia	√	√	√	√	√
Malásia	√	√	√	√	√
Filipinas	√	√	√	√	√
Singapura	√	√	√	√	√
Tailândia	√	√	√	√	√
Camboja	√	√	√	√	–
Lao PDR	√	√	√	√	–
Miamar	√	√	√	√	–
Japão	–	√	√	√	√
China	–	√	√	√	√
República da Coreia	–	√	√	√	√
Austrália	–	–	√	√	√
Nova Zelândia	–	–	√	√	√
Índia	–	–	√	√	–
Bangladesh	–	–	–	√	–
Canadá	–	–	–	√	√
Chile	–	–	–	√	√
República da Coreia	–	–	–	√	–
União Europeia	–	–	–	√	–
México	–	–	–	√	√
Mongólia	–	–	–	√	√
Paquistão	–	–	–	√	√
Papua Nova Guiné	–	–	–	√	√
Perú	–	–	–	–	√
Federação Russa	–	–	–	√	√
Sri Lanka	–	–	–	√	–
Tailândia	–	–	–	–	√
<b>Timor-Leste</b>	–	–	–	<b>√</b>	–
Estados Unidos	–	–	–	√	√

**Fonte:** (Frost, 2008, p. 30)

Embora até agora TL ainda seja um observador na ASEAN, participou em várias atividades desenvolvidas sob a chancela da ASEAN.

Segundo, Isílio Coelho, Diretor para Assuntos Multilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste (ver entrevistas efetuadas na secção 0), a Indonésia é vista como um mercado potencial para TL. Após 44 anos de uma relação inicialmente de ocupação militar, com duas décadas de violência, a Indonésia tornou-se atualmente o principal abastecedor dos timorenses. O Presidente do Parlamento Nacional de Timor Leste, Arão Noé de Jesus, lembra que a relação entre Timor Leste e a Indonésia passou por momentos difíceis, contudo, o nível de bem-estar dos timorenses melhorou, através das políticas de cooperação entre os dois países. O passado de guerra e conflito que opôs a Indonésia a Timor justifica o facto de as relações de cooperação entre os dois países aconteceram após a independência de Timor, que a seguir abordamos.

### **3. Síntese do Capítulo III**

A Indonésia é o país vizinho mais próximo de TL. As relações de Díli com Jacarta registaram uma longa história desde a ocupação oficial de TL pelos militares indonésios em 7 de dezembro de 1975 até ao referendo de 1999. Os indonésios contribuíram decisivamente para que os dois países considerassem que o problema do passado era uma lição. Os líderes timorenses de então descreviam o novo relacionamento como maduro com foco no futuro para o qual os indonésios muito contribuíram.

O histórico da relações bilaterais entre Díli e Jacarta começaram desde o governo de transição porque os dois países eram vizinhos que partilhavam fronteiras terrestres e marítimas e uma grande dependência de TL em relação à Indonésia pelo menos no que refere às importações em que cerca de 80% dos bens domésticos básicos de Timor-Leste ainda são importados da Indonésia. Entre as várias áreas de cooperação destacam-se a concessão de bolsas de estudo para estudantes timorenses.

Para além destas áreas de cooperação, há muitas outras como as várias iniciativas para fomentar o crescimento económico de Timor-Leste, através do desenvolvimento de algumas áreas como a cultural, a económica, a educação, a militar, a saúde e a florestal. Para facilitar essa vasta cooperação, a



Indonésia abriu o Gabinete do Interesse Indonésio em TL que opera ao nível da Embaixada da Indonésia em Timor-Leste.

O histórico das relações bilaterais de TL com a Indonésia, atualmente, em crescente fortalecimento favoreceu também o reforçar da estratégia para o seu crescimento das relações multilaterais de âmbito regional. TL tomou algumas medidas, a saber, ser membro permanente da ASEAN, ser membro da CPLP, e ser observador no Fórum das Ilhas do Pacífico.

#### **IV. TIMOR-LESTE E A AUSTRÁLIA: O MAR DE TIMOR QUE OS SEPARA E APROXIMA**

---

Este capítulo tem o intuito de abordar de forma resumida e de um ponto vista da história “recente” as relações entre Díli e Camberra, permitindo-nos assim fazer um enquadramento das relações político-económicas então estabelecidas com esses países. Muito diferentes e controversas foram as posições defendidas pela Austrália relativamente a TL, desde o apoio à ocupação indonésia, passando depois por um período de apoio à luta timorense pela sua autodeterminação até às atuais boas relações de cooperação, ajuda e respeito mútuo.

##### **1. Histórico das Relações (da II Guerra Mundial à Independência)**

Do ponto de vista da história menos recente, as relações entre o povo de Timor-Leste e a Austrália já vêm desde a Segunda Guerra Mundial, altura em que Timor-Leste era o aliado estratégico da Austrália na Guerra Mundial contra o Japão. De facto, as relações do povo de TL com a Austrália ocorreram desde essa altura. Quando a guerra foi declarada contra o Japão, os aliados australianos usaram TL como parte da linha defensiva contra o movimento japonês: “Allied forces feared that the Japanese would invade Timor to gain a base of operations where attacks against Australia could be easily launched. To stop this from happening, Australia, with limited support from the other Allied forces, committed a force of nearly five-hundred men to the defense of the island.” (Kingston, 2012, p. 3). Nessa altura as tropas australianas juntaram-se ao exército timorense contra os japoneses invasores, para que não pudessem chegar à Austrália (Porter, 2016, p. 11).

Percorrendo a história das relações, será importante referir que, um pouco mais tarde, a década de 70 (1970) representou outro marco importante, devido às preocupações australianas em relação a TL, que tiveram por base razões de orientação política dos responsáveis timorenses. A Austrália tinha preocupações de segurança nacional devido à situação vivida em TL. Nessa altura a Austrália apoiou a Indonésia aquando da invasão de levada a cabo pela Indonésia, tendo por base os motivos de segurança supramencionados, consequência da orientação política de base comunista por parte de TL.

Foi assim que, aquando da invasão indonésia de TL em 1975, quando vários países se insurgiram contra tal ocupação, e mesmo após as Nações Unidas ameaçarem que tomariam as medidas necessárias de modo a não validarem essa mesma ocupação, que a Austrália se tornou o primeiro país do mundo a apoiar a Indonésia, reconhecendo a integração de TL na RI, exatamente com a opinião de Kingsbury: “Australia’s international support for Indonesia’s occupation of Timor-Leste, including de facto and then de jure recognition, and its signing of the Timor Gap Treaty in 1989 were seen by many Timorese as betrayals at best and culpability in the plight of its people at worst.” (Kingston, 2012, p. 11).

Uma vez que a Austrália tinha interesses de segurança que eram uma consequência da Guerra Fria, logo a Austrália não queria que TL fosse uma fonte de instabilidade na região do Sudeste Asiático, porque constituía uma zona de segurança e de obstáculo à inclusão de regimes comunistas, até porque, de acordo com o lado australiano, o comunismo teria entrado em TL.

A Austrália não queria que ocorresse instabilidade em países que são usados como redutos para conter a ameaça de guerra dos efeitos da Guerra Fria, ou seja, que TL fosse usado para esse fim. Mas a atenção da Austrália à segurança nacional nos anos 70, relativa a TL, diminuiu com o estado da Guerra Fria iniciada nos anos 80.

O fim da Guerra Fria indicou que a ameaça de guerra entre os países do bloco oriental e o bloco ocidental começasse a desvanecer-se e a ordem das relações internacionais começou a estabilizar-se, bem como, de igual modo, a situação na região do sudeste asiático. Isso fez com que o foco da Austrália em TL mudasse de interesses de segurança e se tornasse mais dominado por interesses económicos.

Assim, na década de 1980, os interesses nacionais da Austrália em relação a TL transformaram-se em interesses económicos, para mais tarde, na década de 1990, a atitude política da Austrália mudar radicalmente ao apoiar a luta de TL pela independência da Indonésia, quando a Austrália, sob a liderança do Primeiro Ministro John Howard, declarou que TL deve ser independente a longo prazo.

Quando a Austrália, sob o comando do governo do primeiro ministro John Howard, enviou uma carta ao Presidente Habibie (0), explicando essa sua nova posição, o presidente Habibie propôs que a Indonésia concedesse autonomia a TL (Cornnery, 2010, p. 17), o que acabaria por resultar numa consulta popular.

Nessa altura a Austrália mostrou ao povo de TL que realmente apoiava os desejos do povo de TL a obter independência da Indonésia, o que foi entendido como uma forma de melhorar a imagem da Austrália aos olhos do mundo internacional.

Embora as relações passadas de TL com a Austrália tenham sido afetadas por causa das consequências da Guerra Fria e dos interesses económicos e de segurança da Austrália, quando a Austrália passou a ser liderada por John Howard (com Alexandre Doner a Ministro dos Negócios Estrangeiros), o seu governo fez várias mudanças fundamentais, como quando a Austrália se ofereceu para liderar a força de manutenção da paz das Nações Unidas.

Assim, precisamente em 19 de setembro de 1999, uma força de manutenção da paz liderada pela Austrália desembarcou em TL. Foi designada de Força Internacional para TL (INTERFET), provando ter muito sucesso em restaurar a ordem em TL (Cornnery, 2010, p. 75), incluindo dar apoio à Administração de Transição das Nações Unidas em TL (UNTAET) antes da independência em 20 de maio de 2002.

## **2. Relações Bilaterais e Multilaterais (Fórum das Ilhas do Pacífico)**

A cooperação entre Timor-Leste e a Austrália, que antecede a independência timorense, advém do período pós desembarque nipónico no país em 1942, caracterizado por um ciclo muito difícil de TL. Período este descrito por situações de “saques, pilhagens, espancamentos, violações de toda a espécie, incluindo a de mulheres, o que originou a fuga de milhares de residentes de Díli” (Viana, 2008, p. 30). Nesta fase o apoio dos australianos, foi ato decisivo ao combate à guerra contra os japoneses. “o governo australiano exprimia o desejo de os dois países concertarem a defesa futura dos

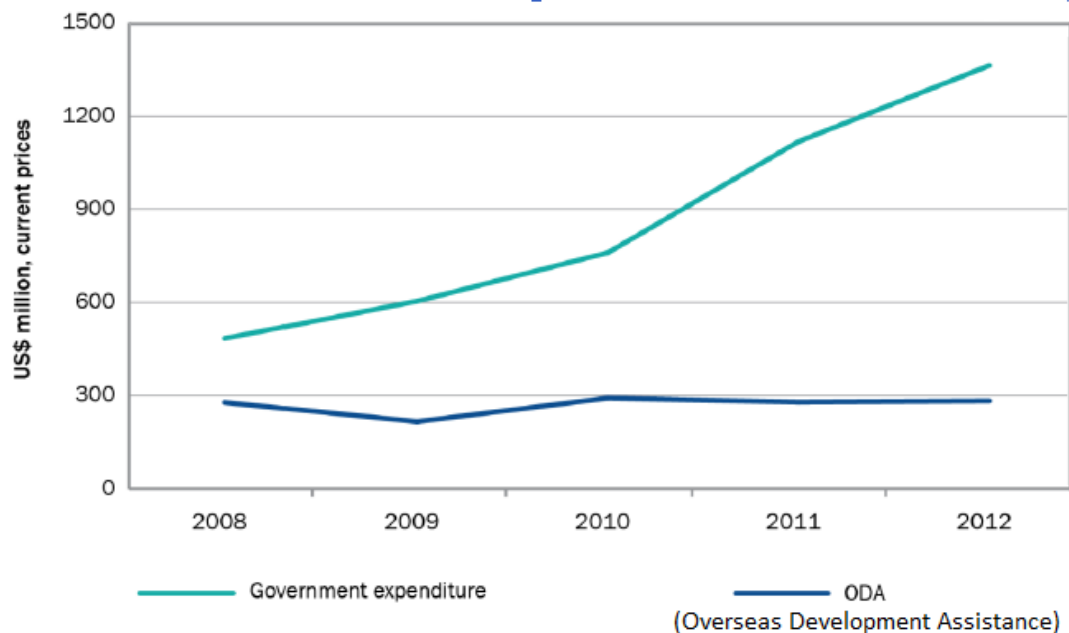
dois territórios contra eventuais agressões externas, bem como preconizava o estreitamento de relações através de um acordo de comércio.” (Viana, 2008, p. 30).

Há várias razões que justificam o apoio Australiano a TL. Uma delas tem a ver com o facto de haver elevados níveis de pobreza. TL, segundo o relatório do Governo australiano está entre os países mais pobres do mundo (ODF, 2014, p. 1), ocupando a posição de 134 dos 187 países no índice de desenvolvimento Humano das Nações Unidas.

Em 2007 o seu índice de pobreza era de 49,9% (ODF, 2014, p. 11). Há outros números que também assombram o país, como: 58% das crianças timorenses são raquíticas e têm um risco de morte na maternidade de uma mulher de 55% (ODF, 2014, p. 59). Índices que impressionam e justificam também o apoio australiano a TL, sendo considerado o seu maior parceiro na última década. Outra determinante razão nesta parceria, é a participação significativa no petróleo e no gás natural e nos recursos naturais no mar de Timor.

Segundo ainda o mesmo relatório australiano, o Governo forneceu apoio financeiro entre 2010-2011 e 2013-2014 de aproximadamente US\$ 1,7 milhão a Timor-Leste (ODF, 2014, p. 10). A Figura 8, ilustra que, conforme o crescimento do orçamento nacional de TL, em virtude do petróleo, o montante do financiamento diminuiu, embora sendo considerado uma grande fonte de receitas.

**Figura 8 - Despesas do Governo de Timor-Leste e Assistência ao Desenvolvimento no Exterior 2008-2012 (US\$ Milhões)**



**Fonte:** ODF (2014, p. 11).

Ainda no âmbito da política global ou nas relações internacionais no mundo contemporâneo, essas relações são cada vez mais complexas e cada vez mais se sente a necessidade da cooperação entre países num mundo cada vez mais globalizado e interdependente.

É importante verificar que “o poder – ou mais precisamente, a potência – dos grandes Estados resulta, dentre outras variáveis, da forma como essa nação interage com outros integrantes do sistema internacional de Estados” (Degaut, 2017, p. 30). Em essência, as relações internacionais enfatizam mais com o foco principal na realização da cooperação internacional. A cooperação é uma das escolhas dos atores para atenderem aos interesses nacionais, portanto, o Estado realiza cooperação bilateral (entre dois países), cooperação trilateral (cooperação entre três países), cooperação multilateral (cooperação com muitos países), cooperação regional (Neto, 2014, p. 121) ou cooperação com os países da região, bem como a cooperação internacional.

Em termos de geopolítica e geoeconomia a relação de cooperação entre TL e a Austrália mostra-se mais fortalecida porque os dois países estabeleceram laços de cooperação fortes depois da restauração da independência de TL em 20 de maio de 2002. A localização geográfica da Austrália e

de TL, caracteriza-se por uma vantagem geoestratégica. Essa cooperação bilateral, tal como já tivemos o ensejo de sublinhar, antecede a independência timorense e tem a sua referência histórica em 1999, quando a Austrália esteve presente no processo de transição e independência de Timor-Leste. Atualmente a relação bilateral entre os países, encontra-se num estágio mais avançado, através de várias assistências financeiras como é o caso do fundo para o desenvolvimento do TL.

Tomando como referência a sua independência em 2002, TL recebeu assistência ao desenvolvimento do governo australiano priorizando este fundo nos sectores da água e saneamento, infraestruturas, agricultura, educação, saúde, capacitação de instituições governamentais, incluindo também o apoio a organizações não-governamentais (ODF, 2014, p. 8). As assistências foram materiais e financeiras, geridas conjuntamente por TL e a Austrália, atravessam *the Asian Development Banks 's* (ADB), *Country Partnership Strategy* (CPS), a fim de alcançar essas prioridades predeterminadas pelos países (ABD, 2014, p. 1).

Dos fundos disponibilizados pela Austrália para assistência a Timor-Leste, o total executado totalizou 248.9 milhões de dólares, no período de 2011-2015 (Tabela 12). Deste montante, 96.0 milhões de dólares americanos em 2011, provêm do desembolso total realizado pela agência doadora (Tabela 12). Tendo sido designada uma comissão australiana que fez a supervisão dos fundos. As agências que fizeram a supervisão do programa da assistência de Austrália em TL foram a Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional (AusADI) e o Departamento de Relações Exteriores e Comércio do Governo da Austrália (DRECA) (ODF, 2014, p. 17).

Do total da ajuda concedida pelas agências doadoras, a saber, a Austrália, que totalizou 96 milhões de dólares, nem todas as doações foram da responsabilidade das instituições implementadoras, cujos agentes apenas utilizaram 67.9 milhões de dólares americanos. Os restantes fundos de ajuda que não foram desembolsados pelo organismo de execução ascenderam a 28.1 ( $96-67.9=28.1$ ) milhões de dólares (ver Tabela 12).

**Tabela 12 - Financiamento da Austrália para Timor-Leste**

<b>Janeiro- dezembro</b>	<b>Desembolsos totais por agência doadora (milhões de USD)</b>	<b>Desembolsos totais por agência executora (milhões de USD)</b>
2011 (Atual)	96.0	67.9
2012 (Atual)	88.0	67.8
2013 (Atual)	69.0	49.0
2014 (Planeado)	66.0	40.0
2015 (Planeado)	35.0	24.2
<b>TOTAL</b>	<b>354</b>	<b>248,9</b>

**Fonte:** (RDTL, 2014a, p. 14)

Fazemos a seguir uma breve abordagem adicional aos números apresentados na tabela anterior (Tabela 12):

- De janeiro a dezembro de 2012, o desembolso total de fundos pelas agências doadoras totalizou 88 milhões de dólares americanos para as agências implementadoras, a agência executora desembolsou fundos de apenas 67.8 milhões de dólares americanos, enquanto os fundos remanescentes que não foram desembolsados totalizaram 20.2 milhões de dólares americanos pelos agentes implementadores.
- De janeiro a dezembro de 2013, o desembolso total de fundos pelas agências doadoras, na forma de milhões de dólares, totalizou 69,0 milhões de dólares americanos para a agência executora. Do total de fundos, a agência implementadora desembolsou fundos no valor de 49,0 para o programa acordado pelos dois países. Fundos no valor de 20 milhões de dólares americanos não foram desembolsados pela agência implementadora porque o portal de transparência da assistência foi bloqueado, por isso os números de desembolso de 2013 não foram finalizados.
- Além disso, de janeiro a dezembro de 2014, os fundos foram desembolsados por agências doadoras de acordo com o plano, especialmente o desembolso total de fundos por instituições



doadoras, nomeadamente a Austrália, no montante de 66 milhões de dólares americanos. Enquanto o desembolso pelo agente implementador foi de 40,0 milhões de dólares, portanto, os fundos remanescentes somavam 26,0, os quais não haviam sido desembolsados pela agência implementadora.

- Considerando que, de janeiro a dezembro de 2015, foi prestada assistência financeira em conformidade com o plano existente, de modo que os fundos desembolsados pela Austrália para Timor-Leste totalizaram 35,0 milhões de dólares americanos, dos quais no total desembolsou 24,2 milhões de dólares americanos, enquanto os restantes fundos não foram desembolsados no valor de 10,8 milhões de dólares americanos.

O apoio Australiano fez-se sentir também através de fundos canalizados via Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB). Em 2015 o ADB apoiava os sectores do transporte rodoviário, transporte de água e transporte aéreo, setor este que não recebia recursos desde 1999. Outro setor que recebeu apoio foi o do saneamento, energia, finanças e educação. Do período de 2011- 2015 o investimento no setor de transportes foi crescente e constante, com um montante de aproximadamente de 250 milhões de dólares australianos. Neste mesmo período, o setor de água e saneamento recebeu aproximadamente 55 milhões de dólares australianos. Setores como Educação e Finanças respetivamente receberam menos de 15 milhões de dólares australianos de investimento (ADB, 2014).

Em seguida, a Tabela 13 apresenta projetos importantes que em 2013 foram apoiados através da cooperação com a Austrália (“Australia is Timor-Leste’s largest development partner” (RDTL, 2014a, p. 13)). Esses projetos estão divididos em duas classificações, a saber, a primeira classificação diz respeito ao projeto, que nesta secção contém cinco (5) projetos, enquanto a segunda categoria diz respeito ao desembolso de projetos reais na forma de milhões de dólares norte-americanos ajustados a projetos existentes.

**Tabela 13 - Principais Projetos em 2013. Desembolsos reais (milhões de dólares)**

<b>Projeto</b>	<b>Desembolsos reais do projeto</b>
Estrada para o desenvolvimento (EPD)	11.0
Programa de Desenvolvimento da Polícia de TL (PDPTL)	10.0
Gasoduto de Timor-Leste (GTL)	8.3
Abastecimento Rural de Água e Saneamento (ARAS)	6.7
Saúde Materna e Infantil e Planeamento Familiar (SMIPF)	5.3

**Fonte:** (RDTL, 2014a, p. 14)

Com base nos dados descritos na tabela acima, pode-se ainda analisar que em 2013 se desenvolveram cinco projetos importantes, tais como Estradas para o desenvolvimento; Programa de desenvolvimento da Polícia de Timor-Leste; Gasoduto de Timor-Leste; Abastecimento Rural de Água e Saneamento; Saúde Materna e Infantil e Planeamento Familiar. Dos cinco projetos, estrada para o desenvolvimento e programa de desenvolvimento da Polícia de TL obtiveram o maior desembolso de fundos em comparação com os fundos para o gasoduto de TL, abastecimento rural de água e saneamento; saúde materna e infantil e planeamento familiar.

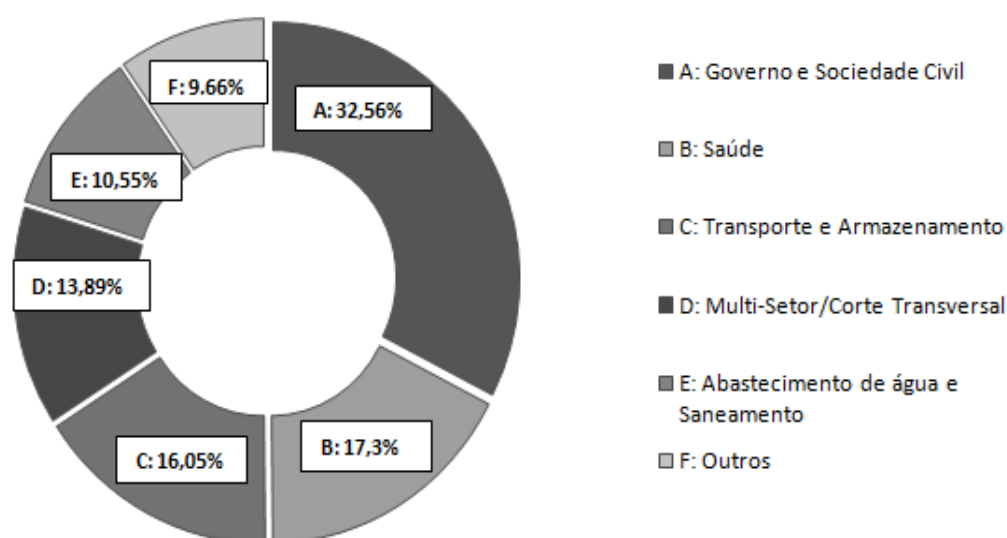
Relativamente ao desembolso de fundos para o projeto real entre estradas para o desenvolvimento, no valor de 11,0 milhões de dólares americanos e o programa de desenvolvimento da Polícia de TL, no valor 10.0 de dólares americanos, a diferença entre os dois projetos é de apenas 1 milhão de dólares americanos quando comparado com os outros, porque após o referendo de 1999 a milícia pró-Jacarta destruiu toda a infraestrutura em TL.

Nesse sentido, o governo de TL necessitou de reconstruir todas as infraestruturas que foram destruídas, além de abrir pontes ou novas rodovias para a comunidade para que o público pudesse aceder ao mercado e, por si só, poder aumentar o nível de renda da comunidade, por um lado, e ao mesmo tempo, aumentar a renda do Estado, por outro lado. Será importante referir o desembolso de fundos para o projeto relativo ao programa de desenvolvimento da Polícia de TL, no valor 10.0 milhões dólares americanos, porque nesse ano as tarefas e funções importantes da polícia nacional de TL

ainda eram assumidas pela polícia internacional, enquanto a polícia nacional de TL apenas cumpria os seus deveres e funções técnicas.

A análise do Gráfico 2 contém o desembolso efetivo de 2013 (em %) de acordo com o setor respetivo e o desembolso por agência doadora, que é focado no setor do Governo e sociedade civil; Saúde; Transporte e armazenamento; Multi-setor / corte transversal; Abastecimento de água e saneamento; e outros. O que pode ser observado de forma detalhada:

**Gráfico 2 - Desembolso Efetivo de 2013 por Setor (%) por Agência Doadora**



**Fonte:** (RDTL, 2014a, p. 15)

Com base no gráfico circular supramencionado, pode-se analisar que o desembolso de recursos em 2013 priorizou o setor do Governo e sociedade civil com o valor 32,56%, porque o governo pretendia melhorar a qualidade institucional em serviços públicos e, ao mesmo tempo, precisava capacitar a sociedade civil como um dos elementos importantes de um país democrático.

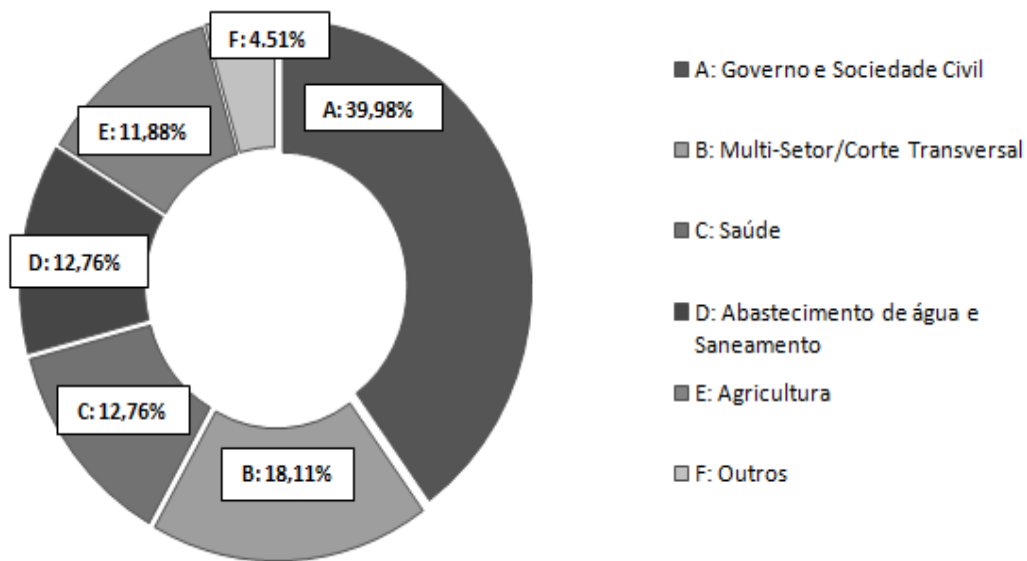
Outro setor priorizado pela agência doadora foi o da saúde, onde nesse setor havia um percentual de 17,3% que indicava que o governo precisava reabilitar, construir hospitais, centros de saúde e comprar medicamentos para as necessidades do povo de TL, porque os serviços de saúde em TL são gratuitos, de modo que todas as necessidades de saúde sejam fornecidas pelo governo.

O terceiro lugar é dominado pela Transporte e armazenagem, com um valor percentual de 16,05%, o que demonstra que o transporte e o armazenamento são prioridades no ano de 2013. O transporte pode ser interno, dentro do próprio significado interno de Timor-Leste, bem como externo, em termos de como se pode estabelecer canais de comunicação de TL ao mundo exterior e vice-versa, enquanto Estado soberano. Além disso, o governo de TL precisa de um local de armazenamento para todos os meios qualificáveis como bens sustentáveis.

Enquanto o multi-setor/corte transversal tem apenas uma percentagem de 13,89%, observa-se ainda que o abastecimento de água e saneamento tem 10,55%, enquanto a categoria outro setor tem apenas 9,66%. Assim, pode-se concluir que o desembolso de fundos efetivos para 2013 é prioritário para o setor, como governo e sociedade civil, saúde, transporte e armazenamento do setor multi-setor/corte transversal, abastecimento de água e saneamento, e outros, onde este é um sinal de que os outros três setores não são tão importantes, sendo o desembolso ajustado para a prioridade.

Já no Gráfico 3 apresenta-se o desembolso pelas agências implementadoras do setor do governo e sociedade civil, multissetorial/corte transversal, saúde, abastecimento de água e saneamento, agricultura, *inter alia*, em forma de percentagem. Para melhor ilustrar, o gráfico apresenta-se o desembolso na forma percentual.

**Gráfico 3 - Desembolso Efetivo de 2013 por Setor (%) por Agência Executora**



**Fonte:** (RDTL, 2014a, p. 15)

Resumindo, os dois gráficos anteriores são passíveis de demonstrar essas avaliações através da tabela a seguir apresentada e que compara os valores disponibilizados pelas agências doadoras com o que foi efetivamente executado pelas agências executoras (leia-se governo e/ou instituições a ele subordinadas).

**Tabela 14 - Comparação entre Doações e Execuções**

	<b>Agência Doadora (1)</b> Gráfico 2	<b>Agência Executora (2)</b> Gráfico 3	<b>Diferença (2-3)</b>
Setor	%	%	%
Governo e Sociedade Civil	32,56	39,98	-7,42
Saúde	17,3	12,76	4,54
Transporte e Armazenamento	16,05		16,05
Multi-Sector/Corte Transversal	13,89	18,11	-4,22
Abastecimento de Água e Saneamento	10,55	12,76	-2,21
Agricultura		11,88	-11,88
Outros	9,66	4,51	5,15

**Fonte:** Elaboração Própria

A partir da Tabela 14 pode-se concluir, que o desembolso por agências implementadoras de governo e sociedade civil totalizou 39,98%, o que significa que essa atividade é uma prioridade que precisa e deve ser realizada porque, com base nos resultados do desembolso efetivo de 2013 (%) e desembolso por agência doadora. são as principais prioridades.

Enquanto o programa multisectorial/corte transversal é classificado como segunda prioridade com uma percentagem de 18,11% pela agência executora (Gráfico 3), o desembolso pela agência doadora (Gráfico 2) multi-sector/corte transversal atingiu apenas uma percentagem de 13,89, pelo que se pode dizer que houve um aumento e uma preocupação na prioridade do governo (agente executor) de Timor-Leste e não a prioridade do desembolso por agência doadora.

Além disso, a saúde ficou em terceiro lugar para o desembolso de recursos pelas agências implementadoras com um 12,76%, enquanto o desembolso por agência doadora teve uma percentagem de 17,3%. Isso mostra que a saúde é uma prioridade do desembolso efetivo de 2013 pela agência doadora, mas não o é para o governo de TL.

O abastecimento de água e saneamento atinge 12,76% de desembolso por agências implementadoras um percentual e o desembolso por agência doadora obteve apenas uma percentagem de 10,55. Além disso, a agricultura apresenta uma percentagem de 11,88 pela agência executora e desembolso não aparecendo, no entanto, entre os setores mais contemplados pela agência doadora, no gráfico apresentado (Gráfico 2). A agricultura é assim, claramente, prioritária para a governação, o que se justifica visto que a agricultura é muito importante, considerando que a maioria das pessoas de TL vive da agricultura. Outros, atingem 4,51% na agência executora, mas no desembolso efetivo de 2013 por setor o desembolso por agência doadora apresenta um valor da ordem dos 9,66%, de modo que se pode dizer que houve um decréscimo drástico, porque uma parte desse setor foi alocado ao setor agrícola.

### **3. Síntese do Capítulo IV**

A Cooperação entre TL e a Austrália já vem desde a cooperação militar aquando da 2ª guerra mundial, em 1942, altura em que TL era o aliado estratégico da Austrália na Guerra Mundial contra o Japão, especialmente no apoio no período pós desembarque nipónico no país, um ciclo muito difícil de TL. Período este descrito por situações de “saques, pilhagens, espancamentos, violações de toda a espécie, incluindo a de mulheres”.

Outro marco importante nessas relações deu-se aquando do seu apoio à Indonésia aquando da invasão de TL tendo por base motivos de segurança, consequência da orientação política de base comunista por parte de Timor, tornando-se o primeiro país do mundo a fazê-lo. Mais tarde a cooperação surge desde 1999 no processo de transição e independência de TL com a presença militar de uma força de paz.

O fim da Guerra Fria, na década de 80, indicou que a ameaça de guerra entre os países do bloco oriental e o bloco ocidental começou a diminuir, e a ordem começou a estabilizar-se. Assim, na década de 1980, os interesses nacionais da Austrália em relação a TL transformaram-se em interesses económicos, para mais tarde, na década de 1990, a atitude política da Austrália se alterar radicalmente ao apoiar a luta de TL pela independência da Indonésia. Após isso, o governo Australiano

fez várias mudanças fundamentais, nomeadamente quando a Austrália se ofereceu para liderar a força de manutenção da paz das Nações Unidas.

As razões da cooperação da Austrália com TL prendem-se com os elevados níveis de pobreza em TL e com a participação significativa no que tange interesses comuns na área do petróleo e no gás natural assim como nos recursos naturais no mar de TL. Para além disso, o Governo Australiano forneceu apoio financeiro a TL entre 2010-2011 e 2013-2014 de aproximadamente US\$ 1,7 milhão a Timor-Leste.

Foram inúmeras as assistências financeiras como é o caso do fundo para o desenvolvimento do TL nos sectores de desenvolvimento de água e saneamento, infraestrutura, agricultura, educação, saúde, capacitação de instituições governamentais, incluindo também o apoio a organizações não-governamentais. Os fundos de assistência australianos para TL totalizaram 248.9 milhões de dólares (fundo executado), no período de 2011-2015.

Essa cooperação também se fez sentir através do Banco Asiático de Desenvolvimento que apoiou sectores como: transporte rodoviário, transporte de água e transporte aéreo, setor este que não recebia recurso desde 1999, e na participação em 5 projetos de execução, a saber, estradas para o desenvolvimento, programa de desenvolvimento da Polícia de TL, gasoduto de TL, abastecimento rural de água e saneamento, e saúde materna e infantil e planeamento familiar.



## **V. POTENCIAL ESTRATÉGICO DE TIMOR-LESTE NO SUDESTE ASIÁTICO**

---

O desenvolvimento deste capítulo constrói um quadro conceitual que ajuda a compreender melhor o âmbito da estratégia de *hedging* entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia, inserido numa região de grande importância estratégica e tendo em conta as forças estabelecidas. Assim, começamos por estabelecer os objetivos estratégicos nacionais, conhecer as suas vulnerabilidades e as suas potencialidades de modo a podermos descrever uma teoria de equilíbrio de poder que sustente e explique uma política de alianças e relacionamentos interestatais.

A teoria do equilíbrio de poder, que procura explicar a formação de alianças, é um dos conceitos duradouros mais fundamentais das relações internacionais e é um princípio central do realismo clássico e do neorealismo. Aliança e equilíbrio de poder – dois conceitos focais de alinhamento política – estão entre os assuntos mais amplamente estudados e frequentemente revisitados na literatura académica sobre assuntos interestatais (Sousa-Santos, 2017).

O equilíbrio do poder e a formação de alianças implica que um país se ajuste não só às suas necessidades como também às necessidades dos outros. É para isso necessário conhecer os objetivos, vulnerabilidades e potencialidades dessas relações. Assim, começamos por conhecer esses aspetos, servindo-nos das entrevistas por nós efetuadas (ver Anexo 0, capítulo 0) e também do estudo até aqui realizado, em função das quais obtivemos a tabela seguinte.

**Tabela 15 - Objetivos, Vulnerabilidades e Potencialidades de Timor-Leste**

<b>Objetivos</b>	<b>Vulnerabilidades de um Novo Estado em Vias de Desenvolvimento</b>
- Ajustar-se às necessidades Internacionais	- Timor-Leste é um país novo, com instalações e infraestruturas fracas e fracos recursos humanos e financeiros.
- Ajustar leis para controle das fronteiras marítimas	
- Melhorar a relação com a Indonésia após uma ocupação militar e superar uma história de conflito e constrangimento aquando da ocupação pela Indonésia	- Instituições governamentais fracas e Dependência Económica
- Ultrapassar as dificuldades nas negociações	- Gestão do Estado e desemprego
- Adesão do Timor-Leste na ASEAN	- Direitos humanos pouco desenvolvido no país
- Virar-se para o mar	Vulnerabilidades de um Pequeno Estado no Meio de dois “Gigantes”
- Desenvolvimento da agricultura	
- Desenvolvimento económico	- As Fronteiras e o seu Controle
<b>Potencialidades</b>	- Timor-Leste ser usado pela máfia no narcotráfico e terrorismo e como uma possível via de trânsito para crime transnacional, tráfico arma ilegal e tráfico humano
- Posição geográfica de Timor-Leste	
- Cooperação Bilateral e Multilateral com Países Lusófonos (CPLP)	- Pesca Illegal
- Uso dos recursos naturais de Timor-Leste	- Instabilidade e Pobreza

**Fonte:** Elaboração própria

Iremos nas secções seguintes desenvolver todos estes tópicos, considerando assim os objetivos estratégicos, as vulnerabilidades e as potencialidades na mesma sequência com que estão apresentados na tabela anterior.

## 1. Objetivos Estratégicos Nacionais

**Do ponto de vista internacional**, as relações Internacionais são um padrão de interação entre atores estatais das mais importantes (Boniface, 2016, p. 1), e um padrão de relações entre um membro da comunidade com outro ator membro da comunidade, que pode atravessar fronteiras nacionais. De acordo com a análise da opinião das entrevistas por nós efetuadas (Ver Anexo 0, Capítulo 0) e também com base no nosso estudo até aqui desenvolvido, consideramos em primeiro lugar a necessidade de os objetivos estratégicos deverem ser ajustados às necessidades não só de TL como também dos seus vizinhos.

**Tabela 16 - Objetivos estratégicos para TL do ponto de vista das relações internacionais**

### Objetivos Estratégicos para TL

- Ajustar-se às necessidades Internacionais
- Ajustar leis para controle das fronteiras marítimas
- Melhorar a relação com a Indonésia após uma ocupação militar e superar uma história de conflito e constrangimento aquando da ocupação pela Indonésia
- Ultrapassar as dificuldades nas negociações
- Adesão do Timor-Leste na ASEAN

**Fonte:** Elaboração Própria

Assim, explicando cada um desses objetivos temos:

Ajustar-se às necessidades Internacionais porque em todos os campos de desenvolvimento as necessidades dos outros países (como é caso por exemplo da Austrália) estão em constante mudança, de modo que a política externa de Timor-Leste tem dificuldade em se ajustar, emagrecendo as suas possibilidades de escolha estratégica.

Ajustar leis para controle das fronteiras marítimas. Podemos servirmo-nos do exemplo das cooperações bilaterais entre Timor-Leste com a Austrália que resolveram o problema das águas territoriais

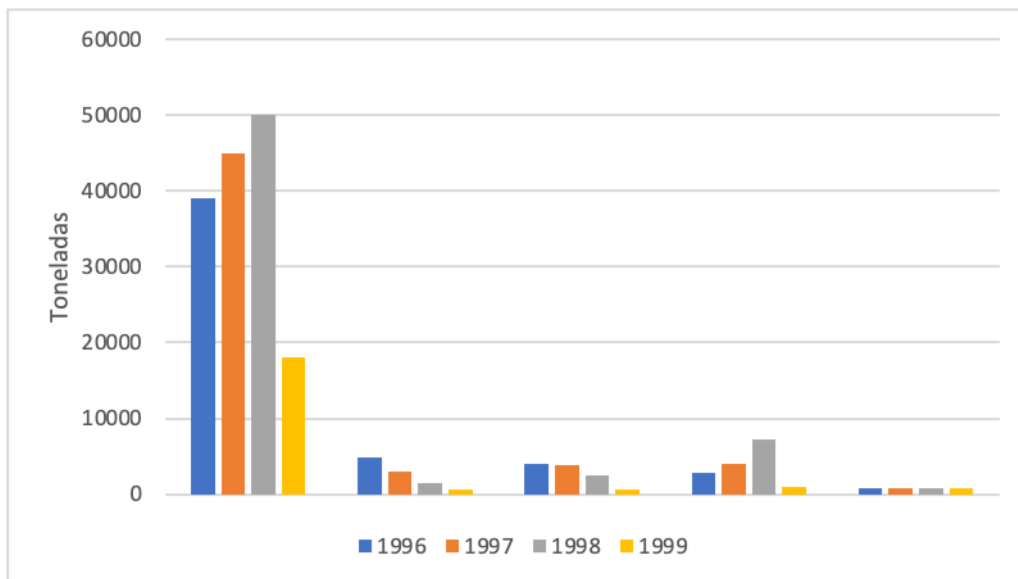
marítimas. Usaram os instrumentos legais internacionais para resolver as fronteiras marítimas entre os dois países (Timor-Leste e Austrália) de uma forma pacífica para que os resultados sejam aceitáveis para todas as partes.

Melhorar a relação com a Indonésia após uma ocupação militar porque a Indonésia hoje é vista como um mercado potencial para TL. Após 44 anos de uma relação inicialmente de ocupação militar, com duas décadas de violência, a Indonésia tornou-se atualmente o principal abastecedor dos timorenses. O presidente do Parlamento Nacional de Timor Leste, Arão Noé de Jesus, na entrevista por nós efetuada (ver Anexo 0, capítulo 0 ), lembra que a relação entre TL e a Indonésia passou por momentos difíceis. Todavia, o nível de bem-estar dos timorenses melhorou, através do desenho de políticas de cooperação entre os países. O passado de guerra e conflito que opôs a Indonésia a Timor justifica o facto de as relações de cooperação entre os dois países e que se estabeleceram após a independência de Timor, que a seguir abordamos.

Ultrapassar as dificuldades nas negociações. Por um lado, TL tem de ser um parceiro forte nas suas negociações com a Austrália e a Indonésia e conseguir defender os seus interesses. Refira-se a título de exemplo o desejo da Austrália pretender que o Inglês fosse a língua oficial em Timor-Leste. Por outro lado, é sabido que as relações políticas e económicas entre os países vizinhos trouxe sucesso às negociações sobre as fronteiras terrestres que podem ser aceites por ambas as partes, havendo ainda algumas questões a serem resolvidas.

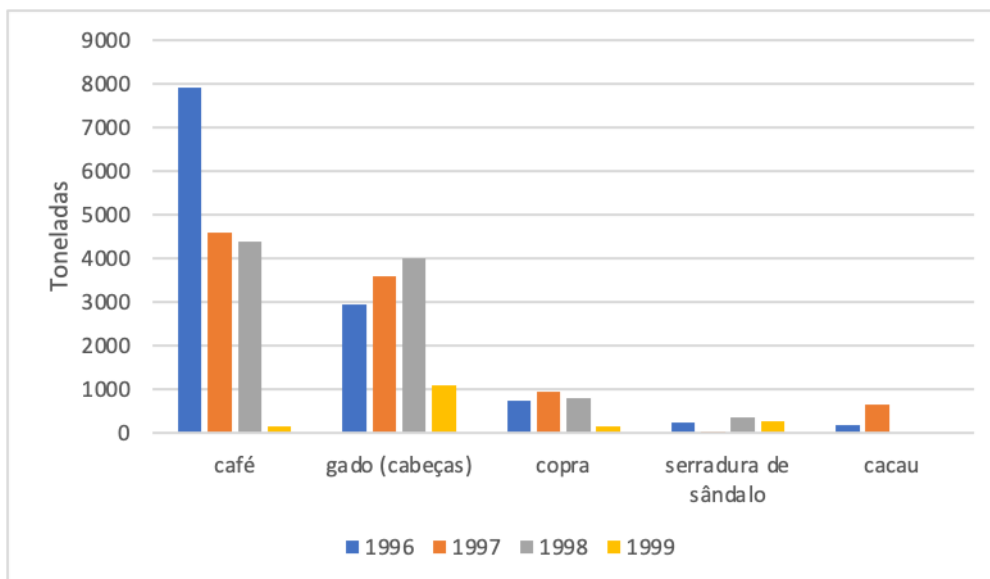
Adesão de Timor-Leste à ASEAN, porque a adesão à ASEAN permite vantagens na importação a preços mais baixos e de alta qualidade de produtos básicos dos países membros da ASEAN. Timor-Leste deriva também vantagens das exportações dos seus produtos para os países membros da ASEAN, podendo isso funcionar como uma motivação para Timor-Leste estimular o desenvolvimento físico e não físico e poder fortalecer a sua posição política na política internacional. Será importante fazer aqui referência aos valores quer das importações quer das exportações de TL.

**Gráfico 4 – Principais produtos importados por TL, 1996-1999**



**Fonte:** Adaptado (FA, 2002, p. 132)

**Gráfico 5 – Principais produtos exportados de TL, 1996-1999**



**Fonte:** Adaptado (FA, 2002, p. 132)

Do ponto de vista da sua posição geográfica TL deve virar-se para o Mar porque serve de fronteira e possui recursos importantes, por isso tem de ter um lugar de relevo na sua estratégia internacional. Primeiramente porque é local de passagem de cardumes de peixes de espécies migratórias tais como o atum, *inter alia*. Depois por que é uma região rica em corais, um autêntico património aquático, inserido na denominada região do “*Coral triangle*”, relevante para o desenvolvimento turístico e para a

investigação científica. Por fim, porque o mar a norte, que materializa a interligação dos Oceanos Índico e Pacífico, é uma importante passagem nas comunicações marítimas (cerca de 80% de passagem do comércio mundial). Regista a maior parte do tráfego marítimo (comércio, produção petrolífera e seus derivados, assim como o transporte de contentores de outras mercadorias) entre o Atlântico e o Pacífico. No que se reporta ao mar a sul, este é servido pelo oceano Índico, oceano rico em recursos energéticos e onde se localiza o *Joint Petroleum Development Area* (JPDA), que transformou TL num país produtor de petróleo e gás natural, que é a principal fonte de receitas do Orçamento Geral do Estado (OGE). É fulcral uma estratégia que aproveite a riqueza desta importante posição geográfica, e, portanto, apostar numa geoestratégia de rendimento para o Estado e o fortalecimento da economia nacional.

Vale a pena referir que o uso da rota marítima de TL pode ser vista como uma estratégia para o comércio mundial, embora possa trazer também desvantagens como as citadas devido à localização do país. Na verdade, TL pode ser utilizado como rota de fuga para crimes transnacionais e servir como ponto, quer de ancoragem quer de passagem, do terrorismo internacional. Segundo o Diretor do Sudeste Asiático no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Lisulado Gaspar (ver entrevistas efetuadas na secção 0, Capítulo 0), não existe ainda um acordo abrangente sobre as fronteiras Marítimas. Contudo, Dionísio Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, aponta que a morfologia geográfica apresenta mais vantagens do que desvantagens para o país.

Do ponto de vista produtivo, incentivar o desenvolvimento da agricultura, e muito especialmente na produção de arroz, um dos seus principais setores da atividade económica é também um dos mais vulneráveis, porque levam à pobreza e às consequências daí resultantes, devido essencialmente à sua baixa produtividade e com fortes implicações económicas e de desenvolvimento.

Do ponto de vista económico, na perspectiva do Fundo Monetário Internacional (FMI), TL precisa de políticas estruturais que ajudem a diversificar a economia, avançando com uma estratégia de reforma fiscal que assegure a sua sustentabilidade a longo prazo. As receitas fiscais relativas à exploração petrolífera, com um peso considerável no PIB do país (Ver Tabela 17), diminuíram de 2013 até 2016

(o valor do último ano, que se situou em 2.24 milhões de USD, é uma estimativa), segundo dados publicados pelo Banco de Portugal.

**Tabela 17 - Principais Indicadores Macroeconómicos**

	<b>2014a</b>	<b>2015a</b>	<b>2016b</b>	<b>2017b</b>	<b>2018c</b>
População	1.158	1.158	1.212	1.240	1.269
PIB a preço de mercado	4.042	3.102	2.703	2,716	2.843
PIB per capita USD	3.492	2.619	2.230	2.190	2.240
Crescimento do PIB	-26,00%	20,90%	1,00%	2,00%	n-d
Crescimento do PIB não petrolífero (%)	4,30%	4,00%	5,00%	4,00%	6,00%

**Fonte:** (AICEP, 2018 Citado por FMI, EIU, P. 8); Notas: (a) valores atuais; (b) Estimativas; (c) previsões; nd-não disponível

Segundo dados publicados pelo Banco de Portugal, TL apresenta uma participação insipiente no comércio internacional, ocupando de acordo com a Organização Mundial de Comércio (OMC) a 194<sup>a</sup> posição no ranking mundial. Apresenta um saldo deficitário nos anos de 2012 a 2016 e regista pouca representatividade nas suas exportações, com um aumento no seu coeficiente de cobertura de 2,8% em 2015 e de 3,6% em 2016, conforme apresentado na Tabela 18.

**Tabela 18 - Evolução da Balança Comercial**

	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Exportação (fob)	33,3	17,7	15,5	18	20
Importação (fob)	671,6	696,2	764,2	652,9	558,6
Saldo	-638,3	-678,5	-748,7	-634,9	-538,6
Coefficiente de Cobertura	5,0%	2,50%	2,00%	2,80%	3,60%

**Fonte:** EIU, OMC (citado por AICEP, 2018, P. 9)

## **2. Vulnerabilidades de Timor-Leste**

Segundo o censo realizado em 2010 pela AIP (Associação Industrial Portuguesa), o processo de urbanização do TL está em franco desenvolvimento, apesar de se tratar de um Estado novo com dimensão territorial pequena.

### **2.1 Novo Estado em Vias de Desenvolvimento**

Com base na interpretação dos dados dos inquiridos nas entrevistas efetuados no âmbito deste estudo e que podem ser consultados em Anexo 0, Capítulo 0, poderemos verificar que há um conjunto de vulnerabilidades, precisamente inerentes ao facto de ser ainda um Estado muito novo que, constituindo obstáculos, desvantagens e ameaças, são também desafios para o futuro e que se apresentam na tabela seguinte.



**Tabela 19 – Vulnerabilidades de Timor-Leste**

**Vulnerabilidades de um Novo Estado em Desenvolvimento**

- Timor-Leste é um país novo, com instalações e infraestruturas fracas e fracos recursos humanos e financeiros.
- Gestão do Estado e desemprego e diminuição da pobreza
- Política de Direitos Humanos pouco desenvolvida no país
- Instituições governamentais fracas e dependência económica

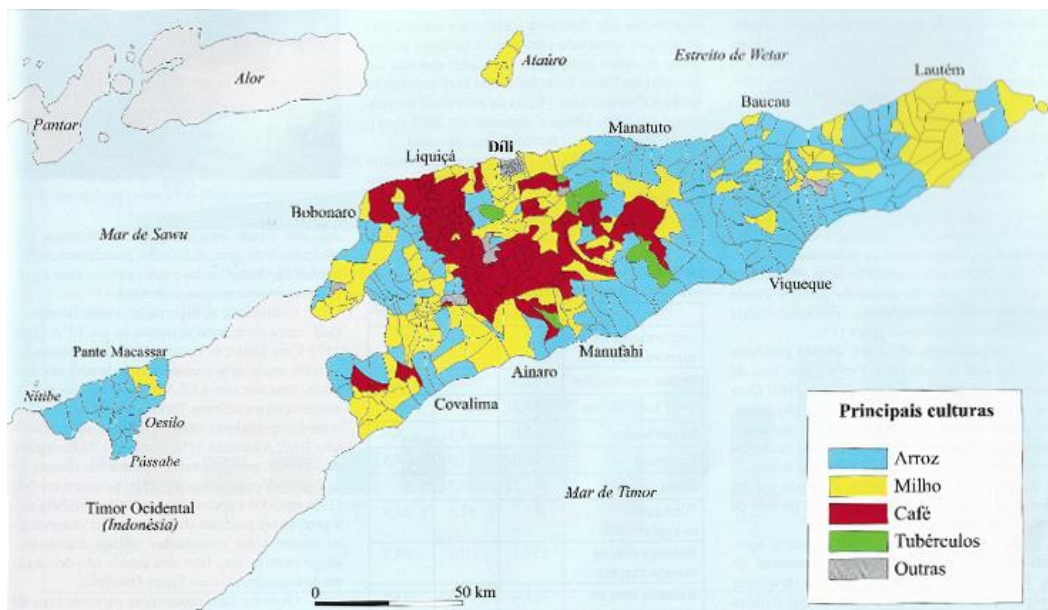
**Fonte:** Elaboração Própria

De facto são várias as vulnerabilidades de TL que reclamam medidas para as combater. Assim, explicando cada uma dessas vulnerabilidades temos:

Timor-Leste é um país novo possui equipamentos/infraestruturas insuficientes e recursos humanos e financeiros não especializados, setores onde essas vulnerabilidades mais se fazem sentir, quer ao nível das instalações, infraestruturas, recursos humanos e financeiros. O apoio ao nível das instituições governamentais prende-se com a agricultura, um dos seus principais setores da atividade económica e que se exige também desenvolvido, especializado e produtivo.

Os principais sectores de atividade económica são a agricultura, o turismo e a indústria petrolífera. A maior parte da população timorense vive da agricultura, sendo atualmente uma economia de subsistência. Segundo a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), o seu principal produto agrícola é o café (AICEP, 2018, p. 12). Sessenta e três por cento das famílias de TL estão envolvidas na produção agrícola do milho, mandioca e vegetais, enquanto, apenas vinte e cinco por cento produz arroz, o alimento que constitui a base da alimentação do timorense, tal como se pode ver na imagem seguinte.

## Imagem 5 - Produção Agrícola dominante por aldeia em 2001



**Fonte:** (Durand, 2010, p. 133)

Os principais distritos produtores de arroz são Viqueque, Baucau, Bobonaro e Manatuto, representando cerca de 77% da produção total (Fernandes, 2016, p. 24). Contudo, atualmente, o país necessita de importar grande quantidade de arroz devido à escassez deste produto. Após a independência, o país investiu em infraestruturas, maquinaria agrícola e no fornecimento de sementes, fertilizantes subsidiados e pesticidas, procurando assim melhorar o setor agrícola do país, estimulando a sua autossuficiência, principalmente, na produção de arroz (AICEP, 2017, pp 28-37).

A vulnerabilidade deste setor é a baixa produtividade, devido à falta de qualificação de muitos agricultores e falta de formação para serem mais inovadores. De referir também que a estação de seca é prolongada e impede um cultivo eficaz em muitas regiões. O governo de Timor-Leste, no intuito de apoiar a expansão do sector agrícola, elaborou algumas ações estratégicas para o país atingir a sua autossuficiência até 2020. “O Governo concede ao desenvolvimento do sector agrícola uma elevada prioridade, apontando como meta a obtenção de níveis suficientes de segurança alimentar até 2020” (AIP-FCE, 2015, p. 9). Esse mesmo relatório da AIP-FCE (2015) refere que na área do arroz algumas estratégias foram estabelecidas.

- ◆ Continuar a promover o uso de sistemas específicos de produção de arroz em TL, Gestão de Colheitas Integradas e Sistema de Intensificação de Arroz.
- ◆ Continuar a investir em pesquisa, desenvolvimento e divulgação relativamente a variedades de culturas de arroz específicas de Timor-Leste.
- ◆ Reduzir as perdas de armazenamento de arroz, nas produções agrícolas, de 20% para cerca de 5% até 2030, por via do apoio a iniciativas de armazenamento de arroz nas explorações.
- ◆ Continuar a subsidiar os produtores de arroz, para a compra de fertilizantes, sementes e pesticidas, de forma a aumentar a produtividade.
- ◆ Melhorar a eficiência do descasque de arroz pós-colheita, através do apoio a um descasque de arroz nas aldeias.
- ◆ Introduzir zonas agrícolas para identificar as áreas mais adequadas ao cultivo de arroz.
- ◆ Dar formação aos produtores de arroz no uso de maquinaria agrícola e técnicas de gestão agrícola, continuando a distribuir tratores manuais e a apoiar o seu uso.
- ◆ Prestar aconselhamento financeiro e assistência de comercialização a produtores de arroz.
- ◆ Formular e promover uma política nacional de importação e preço do arroz, incluindo planos nacionais, de longo prazo, de armazenamento de arroz (AIP-FCE, 2015, p. 11).

Ainda segundo a AIP-FCE (2015), na cesta de alimentos básicos, as famílias timorenses produzem também milho (que é cultivado por 80% destas famílias), raízes/tubérculos, café (que representa aproximadamente 80% das exportações não-petrolíferas), noz-moscada, mandioca e coco que é cultivado por 60% das timorenses.

Instituições governamentais débeis e dependência económica porque o governo dependia de doações porque os seus recursos financeiros e humanos eram limitados são escassos, o que, por vezes, obriga países como por exemplo a Austrália a terem a capacidade de contornar instituições governamentais que ainda não sejam sólidas.

Gestão do Estado e desemprego e diminuição da pobreza está bastante associada a outra das vulnerabilidades que é o narcotráfico e o terrorismo. Segundo o Banco Mundial, 41,8% dos timorenses viviam abaixo do limiar de pobreza em 2014, com taxas estimadas de desemprego entre 25 e 40%.

Isso estimula o risco de conflito entre grupos domésticos, incluindo grupos de crime organizado, gangues e milícias, sobre direitos à terra e acesso a recursos.

Política de direitos humanos pouco desenvolvido no país, praticar e preservar a democracia e os direitos humanos de acordo com as normas legais tanto nacionais como internacionais em matéria laboral, estabilidade, defesa e segurança. No que tange a arena política mundial deverá estar preparado para acomodar o ordenamento jurídico e regulamentos internacionais assim como a consolidação do papel das ONGs como órgãos independentes de fiscalização dos direitos humanos” (Dupont et al., 2002, p. 11)

## **2.2 Pequeno Estado no meio de dois “gigantes”**

Com base na interpretação dos dados dos inquiridos nas entrevistas efetuados no âmbito deste estudo e que podem ser consultados em Anexo 0, Capítulo 0, poderemos verificar que há um conjunto de vulnerabilidades, precisamente inerentes ao facto de ser ainda um Estado muito novo que, constituindo obstáculos, desvantagens e ameaças, são também desafios para o futuro e que se apresentam na tabela seguinte.

**Tabela 20 – Vulnerabilidades de Timor-Leste**

<b>Vulnerabilidades de um Pequeno Estado no Meio de dois “Gigantes”</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>· Controle das fronteiras</li><li>· Timor-Leste ser usado pela máfia no narcotráfico e terrorismo e como uma possível via de trânsito para crime transnacional, tráfico arma ilegal e tráfico humano</li><li>· Pesca ilegal</li><li>· Pobreza e instabilidade de Timor-Leste</li></ul>

**Fonte:** Elaboração Própria

As fronteiras e o seu controlo são locais privilegiados de atuação uma vez que, ainda muito mais nos nossos dias, se vive num mundo cada vez mais global, onde as questões que perturbam um país

ultrapassam rapidamente fronteiras e produzem impactos nos seus países vizinhos. Aliás, completando o que atrás foi dito por Lisulado Gaspar, a propósito das fronteiras marítimas, Sahat Situros (ver 0) reforça e acrescenta que os problemas fronteiriços nem sequer estão resolvidos entre TL e os seus vizinhos diretos. Segundo Sahat Situros, outro obstáculo que necessita de ser resolvido é o que se relaciona também com os problemas fronteiriços. Os acordos fronteiriços terrestres e marítimos com a Indonésia ainda não foram concluídos. Ainda existem dois segmentos terrestres não resolvidos com a Indonésia, em *Iron - Citrana Noel* e *Bijael Sunan - Oben*, assim como a delimitação dos limites marítimos.

Assim, em relação a problemas fronteiriços, constituem-se como obstáculos ao desenvolvimento, a necessidade, em primeiro lugar, de superar as questões que restam da delimitação das fronteiras marítimas e terrestres com os dois países. Segundo Isilio Coelho (ver 0), esses problemas não resolvidos poderão estimular o surgimento de mal-entendidos, como será o caso de TL e Austrália em matéria de fronteiras marítimas e de riqueza marinha em Timor Gap.

Apesar de existir já um acordo entre TL e a Austrália acerca das suas fronteiras marítimas TL continua sempre a assentar essa sua política na lei marítima internacional, ou seja, baseado na lei do mar internacional e não na profundidade do mar. Em relação à Indonésia existem fronteiras terrestres, pelo que haverá sempre constrangimentos latentes.

Timor-Leste pode ser usado pela máfia no narcotráfico e terrorismo. É apontado como uma grande preocupação da Austrália e da Indonésia em relação ao TL, o país ser usado como via de trânsito para o tráfico de drogas, armas, tráfico humano e terrorismo. Com base na interpretação dos dados dos inquiridos (Anexo 0) estar entre os países mais desenvolvidos como Austrália e Indonésia, influencia a política e economia de TL. Segundo os inquiridos, os aspetos geográficos podem trazer vantagens e desvantagens para TL, em comparação com outros países, como a Austrália e a Indonésia.

Se por um lado, segundo Lisulado Gaspar, a geoestratégia de TL traz benefícios económicos, políticos, legais, sociais e culturais; por outro lado, é necessário equacionar possíveis perdas nos acordos a estabelecer. Essa posição geoestratégica, segundo Jesuíno Alves, pode também ser usada como um local de fuga para o crime transnacional, pontos de trânsito de terroristas internacionais e outros, aos

quais poderemos acrescentar o problema do crescimento da ocupação irregular, o tráfico de drogas, o tráfico de seres humanos, e a possibilidade de ser âncora para albergar centros terroristas, o contrabando de mercadorias, as drogas e a fuga criminal.

É importante que os países trabalhem juntos, por exemplo, no combate ao crime transnacional, porque os países desta região estão a tornar-se cada vez mais alvos de sindicatos criminais transnacionais por causa de suas fronteiras porosas, níveis de corrupção e geografia estratégica como uma porta de entrada para os vizinhos mais ricos. TL faz despertar o alerta da rapidez com que os sindicatos transnacionais de narcóticos se podem enraizar em países frágeis e afetados por conflitos (Lekke & Santos, 2015, p. 120).

A pesca ilegal é outro dos problemas a enfrentar e que preocupa os seus vizinhos, especialmente a Indonésia. A pesca ilegal, ou melhor a pesca IUU (*Illegal, unreported and unregulated*), por vezes também designada como pesca INN (ilegal, não declarada e não regulamentada).

Instabilidade e Pobreza. Na verdade, sendo Timor-Leste um país muito pequeno do ponto de vista da sua geografia, com uma economia em construção e com recursos financeiros e humanos escassos, e estando próximo da Austrália e da Indonésia, dois grandes países, é importante impedir e usar todos os meios para que TL não perturbe, nem a si nem aos seus vizinhos, a paz e a estabilidade.

A instabilidade doméstica associa-se a fatores como desemprego e subdesenvolvimento. Ora, sendo TL um Estado muito novo com problemas de financiamento, e, nalguns aspetos, lacunas ao nível de instituições estruturantes, a existência de instituições governamentais pouco sólidas, assim como a carência de equipamentos fundamentais e a existência de uma estrutura legislativa não consolidada, pode alimentar a pobreza das suas gentes e condicionar negativamente a segurança e a estabilidade política, podendo perturbar as relações com os seus países vizinhos. A esse respeito Jesuíno Alves (ver 0) refere que o australiano tem medo da pobreza em TL.

A segurança de Timor-Leste está mais ameaçada pela instabilidade doméstica, impulsionada por fatores como o subdesenvolvimento e o desemprego. Segundo o Banco Mundial, 41,8% dos timorenses viviam abaixo do limiar de pobreza em 2014, com taxas estimadas de desemprego entre 25 e 40%. Isso carrega o risco de conflito entre grupos domésticos, incluindo grupos de crime organizado, gangues e milícias, sobre direitos à terra e acesso a recursos (Sambhi, 2019, p. 2)

O australiano e o Indonésio também têm um forte interesse nacional na prosperidade e paz de Timor-Leste. De facto, como dissemos, TL ocupa uma posição geograficamente estratégica e é preocupação fundamental dos dirigentes políticos, quer de TL quer dos seus vizinhos Austrália e Indonésia, que TL, fruto da instabilidade, decorrente do subdesenvolvimento e do desemprego, se possa tornar num local apetecível ao crime transnacional, tráfico de drogas e tráfico de seres humanos *inter alia*, e não se transforme numa base favorável ao aparecimento e apoio de a terroristas, tornando-se numa plataforma para entradas ilegais quer de pessoas, bens ou materiais para os países vizinhos, tornando-se desse modo uma via de trânsito para a fraude e o crime transnacional transfronteiriço. Dionísio Soares (ver 0) refere também o tráfico de armas ilegais e tráfico humano como um potencial problema, podendo transformar-se no caminho de entrada de drogas e terroristas que vêm da região do Mindanão das Filipinas, Sumatra da Indonésia, Jacarta e Java, prejudicando desse modo a estabilidade interna dos países vizinhos.

Todos estes aspetos, atrás apresentados, estão assentes numa preocupação maior que é o de contribuir para o desenvolvimento do país e assim poder garantir a estabilidade regional, sendo então pertinente o alinhamento de medidas para impedir que TL se torne num paraíso para a criminalidade.

### **3. Potencialidades de Timor-Leste**

A sua localização geográfica, os seus recursos naturais e a possibilidade de estabelecimento de relação bilaterais e multilaterais, como é o caso das relações no âmbito da CPLP são importantes potencialidades a ter em conta no desenvolvimento de TL, pois permite novas centralidades.

### 3.1 Localização geoestratégica

A importância geoestratégica de TL deve-se sobretudo ao facto de um conjunto de fatores decorrentes dos seus dados geográficos tal como se pode ver na figura seguinte.

**Figura 9 - Posição Geográfica de Timor-Leste no Sudeste Asiático**



Fonte: (Mapas, 2020)

TL ocupa a parte leste da ilha leste de Timor e o enclave de Oecusse situado na parte oeste da ilha. TL está geograficamente localizado no arquipélago da Indonésia e o seu mar é um importante componente da sua importância geoestratégica. A estratégia de TL esteve sempre ativamente envolvida no diálogo de forma coletiva e pacífica, porque em termos geoestratégicos está localizado na interseção



do Sudeste Asiático e das Ilhas do Pacífico, onde Timor-Leste realizou a reconciliação política com Jacarta em termos de proximidade, com os desafios do desenvolvimento das ilhas, que reflete a aproximação entre os povos vizinhos do Pacífico (Lekke & Santos, 2015, p. 114). Segundo Xanana Gusmão, economicamente "Os países da Ásia-Pacífico beneficiam da localização estratégica de Timor-Leste como um elo entre duas organizações regionais, a ASEAN e o Fórum das Ilhas do Pacífico, um *nexus* que favorece a criação de oportunidades para o desenvolvimento de um comércio e cooperação mais amplos (Lekke & Santos, 2015, p. 116).

Nos últimos anos Timor-Leste avançou com a proposta de criar um triângulo de crescimento, entre o Pacífico e o Índico, estreitando as relações internacionais entre TL, Austrália e Indonésia. A posição da ilha é considerada como estratégica para a criação de uma relação, valorizando a posição geopolítica do Timor-Leste<sup>28</sup>. Numa estratégia macrorregional, estabelecida entre TL e Austrália, para o desenvolvimento do país, a cooperação territorial torna-se fundamental.

### **3.2 Recursos Naturais**

Na identidade dos timorenses, eles são étnicos melanésios e polinésios, o que por vezes tem levado a um discurso em que para TL é necessária a identificação como um país próximo das ilhas do Pacífico, em oposição ao sudeste da Ásia (Lekke & Santos, 2015, p. 117). Citando um discurso de Xanana Gusmão Lekke & Santos (2015) afirma:

Em Timor-Leste, assim como nas Ilhas do Pacífico, podemos encontrar uma combinação do melhor que a natureza tem para oferecer. Partilhamos a mesma convicção de que os timorenses e todos os povos do Pacífico sabem tirar proveito de uma maneira peculiar de seus precários recursos, transformando-os em grandes realizações (Lekke & Santos, 2015, p. 117).

Tendo por referência o censo realizado em 2010 pela AIP (Associação Industrial Portuguesa), TL possui abundantes recursos naturais como por exemplo o petróleo, gás natural, cobre, bentonite e argilas cerâmicas, mármore, ouro, crómio e manganês.

---

<sup>28</sup> Timor-Leste é um país startup. Expresso.impresa.pt

O Mar de Timor é de vital importância porque aí se encontram os recursos naturais mais importantes para o seu desenvolvimento, constituindo assim a sua riqueza e facilitador de bem-estar económico e social. Mas há outros recursos, tal como referido no parágrafo anterior, sem esquecer que os principais sectores de atividade económica são a agricultura, o turismo e a indústria petrolífera. Timor-Leste estabeleceu acordos de cooperação e de investimento com os países membros da ASEAN para melhor gerir os seus recursos naturais. A ASEAN e o PIF são importantes para uma melhor gestão dos seus recursos.

Os recursos minerais são atualmente fundamentais na geração de emprego no âmbito de criação de receitas e de desenvolvimento em TL. Por isso, as receitas petrolíferas incluindo gás natural representaram 95% das receitas do Estado Timorense (ET), em 2011. A contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) deste recurso foi de USD\$ 4,5 bilhões, dos quais 77% vêm do setor petrolífero (IC, 2012, p. 2/4). Nos anos de 2012 e 2013 o PIB, que reflete a Atividade Económica Timorense (AET), reduziu de forma significativa para 7,8% e 5,4%, respetivamente, devido à diminuição do preço do petróleo a nível mundial.

Por outro lado, sendo previsível que as reservas atuais de hidrocarbonetos se possam esgotar num espaço de tempo relativamente reduzido, não obstante ter sido constituído o fundo petrolífero para mitigar o impacto negativo do esgotamento das reservas de hidrocarbonetos, coloca-se ao país o desafio de encontrar fontes adicionais de receita.

### **3.3 Cooperação Bilateral e Multilateral com Países Lusófonos (CPLP)**

Embora TL seja um país pequeno e novo, conseguiu partilhar e oferecer propostas criativas para a região das Ilhas do Pacífico sobre um entendimento crítico da relação entre desenvolvimento e segurança em países frágeis e afetados por conflitos, e deve encontrar soluções contextuais (Lekke & Santos, 2015, p. 120).

A cooperação com a Austrália e a Indonésia tem ajudado nas áreas da economia, do comércio, dos negócios e do turismo e compreende também a necessidade de interdependência e ações nas

questões de segurança e estabilidade na região. A cooperação com Indonésia tem corrido bem, apesar de Timor-Leste e a Indonésia partilharem fronteiras terrestres e marítimas. A cooperação com a Austrália em áreas como a Defesa e a Educação tem sido benéfica para Timor-Leste. A cooperação com a Austrália é fundamental porque é um país desenvolvido de dimensões continentais. É importante referir que Timor-Leste tem também relações de cooperação com outros países vizinhos além destas duas nações.

Uma das mais importantes fontes adicionais de receita associa-se às relações internacionais com outros países, especialmente no que se refere às trocas comerciais, importações e exportações. Em termos de exportação o principal destino dos produtos de Timor-Leste tem sido (nos últimos dois anos) os EUA. Com uma participação 42,9 % em 2015 e 39% em 2016, um aumento de mais de 300% na participação em relação ao ano de 2014. Na segunda posição vem a Alemanha, com uma participação de 19,5% em 2015 e 17,6% em 2016.

A posição no ranking apresenta oscilações entre os países. O Japão nos anos de 2014-2015 ocupava a 4ª posição, passando em 2016 para a 3ª posição; contudo, com uma redução na participação em relação ao ano de 2014 que foi 6,2% e em 2016 de 3,2%. A Austrália também oscilou a sua 5ª posição em 2014 para 4ª em 2016. Portugal por sua vez, ocupa o 5º lugar no ranking de destino das exportações de Timor-Leste (Ver Tabela 21).

**Tabela 21 - Principais Clientes**

Mercado	Quota %	Posição 2014	Quota %	Posição 2015	Quota %	Posição 2016
EUA	9,8	2ª	42,9	1ª	39	1ª
Alemanha	6,9	1ª	19,5	2ª	17,6	2ª
Japão	6,2	4ª	2.230	4ª	3,2	3ª
Austrália	3	5ª	1,00%	3ª	2,6	4ª
Portugal	9,1	3ª	5,00%	6ª	1,6	5ª

**Fonte:** (AICEP, 2018, p. 10)

Ao nível das importações, o principal fornecedor é a Indonésia, representando 30,8% do montante global das importações em 2016. Seguiram-se a China (19,9%), Singapura (11,7%), o Vietname (6,1%) e a Austrália (2,6%). O valor agregado dos cinco primeiros mercados representou cerca de 71% do total das suas compras de bens ao exterior nesse ano.

Desses países, apenas a Indonésia ocupou sempre a mesma posição de 2014 até 2016. A China e Singapura trocaram de posições em 2016, passando, respetivamente, para o segundo e terceiro lugares. O Vietname ficou na quinta posição em 2014 e 2015 e situou-se no quarto lugar em 2016. A Austrália subiu gradualmente do 8º lugar em 2014 para o sexto em 2015, atingindo a 5ª posição em 2016. As quotas da Indonésia e da China aumentaram no período em análise e diminuíram as percentagens de Singapura e da Austrália e registaram oscilações os valores percentuais do Vietname (Ver Tabela 22).

**Tabela 22 - Principais Fornecedores**

Mercado	Quota %	Posição 2014	Quota %	posição 2015	Quota 20	Posição 2016
Indonésia	28,7	1ª	30,6	1ª	30,8	1ª
China	7,5	3ª	10,3	3ª	19,9	2ª
Singapura	22,6	2ª	18,5	2ª	11,7	3ª
Vietnam	6,1	5ª	6,5	5ª	6,1	4ª
Austrália	3,4	8ª	3,1	6ª	2,6	5ª
Portugal	5,7	6ª	1,7	8ª	1,9	8ª

**Fonte:** Banco de Portugal , (Citado por AICEP, 2018, P. 11)

Em termos de grandeza de Portugal nos fluxos comerciais de Timor-Leste, em 2016 situou-se na 5ª posição no ranking de clientes, como anteriormente referido, com uma quota de 1,6%, e no 8º lugar no de fornecedores, com um valor percentual de 1,9%.

Do ponto de vista dos principais produtos transacionados, os dados mais recentes disponibilizados pela Direção Geral de Estatística de Timor-Leste, relativos a 2015, indicam que o café é o principal produto

de exportação. As vendas deste produto no mercado externo representaram 96,9% do respetivo total em 2015, tendo, no entanto, diminuído 22,1% relativamente a 2014.

No que se refere às importações, os cinco primeiros agrupamentos de produtos, em 2015, foram os combustíveis e óleos minerais (24,5% do respetivo total), veículos automóveis e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (14,2%), máquinas e equipamentos elétricos (9,3%), máquinas e equipamentos mecânicos (6,6%) e cereais (5,0%) (Ver Tabela 23).

Esses agrupamentos representaram, em conjunto, aproximadamente 60% do valor global importado nesse ano. Essas categorias de produtos, aumentaram em 2015, face ao ano anterior, as importações de máquinas e equipamentos elétricos e mecânicos (acréscimos, respetivamente, de 58,8% e 2,0%). O valor dos combustíveis minerais diminuiu (uma variação percentual de -24,6%), verificando-se reduções também nos montantes dos veículos automóveis e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios e dos cereais (variações percentuais, respetivamente, de -7,1% e -23,3%).

**Tabela 23 - Principais Produtos Transacionados em 2015**

<b>Exportação/Setor</b>	<b>%</b>	<b>Importação/Setor</b>	<b>%</b>
Café	96,9	Combustível e Óleos minerais	24,2
		Veículos automóvel e outros veículos terrestres, sua partes e acessórios	14,2
		Máquinas e equipamentos elétricos	9,3
		Máquinas e equipamentos mecânicos	6,6
		Cereais	5

**Fonte:** Banco de Portugal, (Citado por AICEP, 2018, P. 12)

Com base nos dados da UNCTAD - *World Investment Report 2017*, os fluxos de investimento direto do exterior (IDE) em Timor-Leste aumentaram de 2012 para 2013, registando reduções nos três anos seguintes. Assim, o valor do IDE era de 39 milhões de USD em 2012 e passou para 50 milhões de USD em 2013 e situou-se em 49 milhões de USD em 2014 e 43 milhões de USD em 2015, fixando-se em 5 milhões de USD em 2016. O montante médio anual do IDE, de 2012 até 2016, situou-se em 37

milhões de USD. O stock do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) ascendia a 346 milhões de USD em 2016 (Ver Tabela 24).

O IDE de Timor-Leste, em termos anuais, situou-se em cerca de 13 milhões de USD no período em análise (2012-2016). O stock do IDE de Timor-Leste era de 112 milhões de USD em 2016.

**Tabela 24 - Investimento Direto**

	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
IDE em TI	39	50	49	43	5
Investimento de TL no					
Estrangeiro	13	13	13	13	13

**Fonte:** Direção Geral de Estatística de Timor-Leste, (Citado por AICEP, 2018, P. 12)

A TradelInvest Timor-Leste apresenta alguns setores onde poderão existir oportunidades de investimento no país, como sejam o setor petrolífero e os recursos minerais, a agricultura e pescas, o turismo, a indústria e as infraestruturas. Ao nível da indústria, são identificadas algumas áreas com potencial, tais como o cimento, a água mineral, o sal, o mármore, a cerâmica e o vestuário, entre outras.

Os investimentos em Timor surgiram via algumas empresas. Em janeiro de 2018, a Heineken inaugurou uma fábrica de bebidas, junto a Dili, tratando-se da primeira unidade fabril internacional de Timor-Leste, construída com um investimento de 38 milhões de USD. No caso da TL Cement, esta empresa já iniciou os trabalhos de preparação para a construção de uma fábrica de cimento, que se localizará perto de uma vasta zona de calcário, na região de Baucau, e que produzirá cimento em fase básica de fabrico (clínquer) para exportação e cimento para abastecimento da construção civil em Timor-Leste, num investimento estimado em 400 milhões de USD.

Estes são sinais encorajadores para os investidores, em relação a um país onde continuam a haver muitas oportunidades. De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030, face

ao objetivo estabelecido por Timor-Leste em se tornar num país de rendimento médio-alto em 2030, terá de existir um aumento substancial do PIB per capita, o que irá implicar grande investimento público e privado em equipamentos e infraestruturas básicos e produtivos, que constituem a base de uma economia de mercado forte e crescente, atraindo investidores nacionais e internacionais e apoiando as empresas locais.

Do ponto de vista das relações multilaterais, as relações com a CPLP não podem também ser isoladas de um contexto de relações multilaterais, tal como as relações com a ASEAN, o que muito beneficiam TL porque “o multilateralismo favorece os países com menores recursos, uma vez que não ficam dependentes de uma única hierarquia de potências (como resultaria se Timor-Leste se confinasse a um único desses blocos), o que lhe confere maior autonomia estratégica” (Palmeira, 2010, p. 43), uma vez que quer no “plano geopolítico e geoestratégico, a adesão à ASEAN, a partir da sua localização, permite reservar ao país uma cintura de segurança” (Cabral, 2017, p. 70).

A importância dessa localização poderá ser alavancada mediante as relações bilaterais e multilaterais que estabelecer. Nesse sentido, estando TL inserido na CPLP merecem especial realce, no âmbito do seu posicionamento geoestratégico, as relações bilaterais estabelecidas com os países que fazem parte dessa organização. Num estudo levado a cabo por Sousa (2016) a 100 inquiridos dos quais 23% de professores, 46% de estudantes, 11% de políticos, 5% da Sociedade Civil e 15% de Confissões Religiosas, os dados apontam para que “Timor-Leste, como membro de pleno direito da CPLP, com certeza que irá ter maior prestígio, quer político, económico e sociocultural, na cena internacional” (Sousa, 2016, p. 50). Na sequência disso afirma que “É na cooperação que se tornam reais as vantagens estratégicas que TL usufrui de Portugal e Brasil, em áreas tão diversas como a construção de infraestruturas básicas para o povo e para o aparelho de Estado, o desenvolvimento rural, a agricultura, as pequenas e médias tecnologias, os setores da saúde, do ensino e da educação, o setor da justiça e a segurança e defesa” (Sousa, 2016, p. 66).

Uma importante vertente de cooperação é a defesa e especialmente na formação militar, pela criação de centros de excelência vocacionados “para as operações de paz, que exigem segurança cooperativa e capacidade militar para poder intervir nos cenários regionais em que estão inseridos os vários países

da CPLP” (Timor-Leste, 2008, p. 47). É, no entanto, a língua Portuguesa a que desempenha um importante papel na afirmação da nação TL.

A língua Portuguesa, sendo Língua oficial de oito Estados de quatro continentes, o Português é também Língua de comunicação de doze organizações internacionais, nomeadamente na União Europeia, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), MERCOSUL, Organização dos Estados Americanos (OEA), União Latina, Aliança Latino-Americana de Comércio Livre (ALALC), Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), Organização de Unidade Africana (OUA), União Económica e Monetária da África Ocidental, idioma obrigatório nos países do Mercosul e língua oficial da SADC, organização que integra a maioria dos países africanos do hemisfério sul (Timor-Leste, 2008, p. 12).

Portugal é, a seguir à Austrália, o 2º maior doador. Também com o Brasil TL beneficia da cooperação vinda através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). São muitas as áreas de cooperação. Além da cooperação bilateral com Portugal e com o Brasil, a cooperação no seio dos PALOP poderá também ser uma realidade, nomeadamente com Angola, até porque “pelo seu potencial, manifesto ou latente, Portugal-Brasil-Angola formam um “triângulo estratégico lusófono”(Palmeira, 2006, p. 203), “capaz de influenciar o sistema internacional pós-Guerra Fria” (Palmeira, 2015, p. 120).

A um nível geoestratégico mais elevado situa-se a competição global entre a China e os EUA. Desde a independência de Timor em 2002 que Pequim estabeleceu relações com Dili, tornando-se o primeiro país a fazê-lo, tendo a primazia por ter sido o primeiro Estado a ser visitado por Xanana Gusmão. “Nos seus esforços para conquistar Dili, a China empregou uma série de estratégias. Ela engajou habilmente Timor-Leste através da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no uso estratégico de seu território de Macau” (Willis, 2016, p. 241) e ainda, a par de outros países a que já fizemos referência, o Governo chinês, segundo Willis (2016), forneceu ajuda em muitos domínios da sociedade timorense, como por exemplo:

- Ajuda financeira de USD \$52.16 milhões, entre 2006 e 2013
- Construção do Palácio Presidencial, edifício dos Negócios Estrangeiros, quartel-general da Força de Defesa e quartel do Exército, em Dili.
- Apoio às capacidades de Defesa de Timor-Leste
- Construção de um conjunto de radares ao longo da costa norte de Timor-Leste



A opção decorrente da geoestratégia de TL em muito tem contribuído para o desenvolvimento do país, partindo da análise das intrínsecas práticas e teorias da história, geologia, ciências humanas e teorias políticas. Ainda, a inserção do país na economia internacional, verificando a atuação do Estado no cenário mundial, globalização, conflitos, e interpretando assim as relações do Estado com o mercado e suas estratégias entre o poder político e os espaços geográficos, pode criar e estimular importantes potencialidades para a economia timorense.

O oceano Índico constitui também uma prioridade de afirmação política para os EUA, há décadas estabelecidos na região com instalações militares, com a sua preocupação de estabilidade económica e paz global. Também para a China é um local fundamental para afirmar a sua posição no mundo e para o seu abastecimento de recursos minerais, recursos marinhos e fontes de energia, essencialmente petróleo e gás natural para alimentar as suas necessidades industriais.

O controlo dos importantes pontos de passagem estratégicos, os estreitos de Ombai e Wetar são também olhados quer para os EUA quer para a China espaços de interesse estratégico. A isso se devem os exercícios militares no âmbito da cooperação humanitária efetuados pelos EUA em TL e a China com as suas ofertas de empréstimos tipo *soft loan*, de modo a obter a cooperação timorense para poder navegar nesses estreitos com a sua frota naval, isto para já não falar dos inúmeros comerciantes chineses em Timor que chegam mesmo a constituir as denominadas *China towns*. Por fim, mas não menos importante, é a posição da Índia, interessada no seu posicionamento económico, estratégico e militar, que se tem também vindo a afirmar com a sua presença com vista ao domínio dessa região.

#### **4. Síntese do Capítulo V**

Se é verdade que a posição geoestratégica de Timor-Leste o pode favorecer no contexto da sua importância estratégica, não é menos verdade que também a pode prejudicar porque pode ser usada como um local de fuga para o crime transnacional, pontos de trânsito de terroristas internacionais e outros, aos quais poderemos acrescentar o problema do crescimento da ocupação irregular, o tráfico de drogas, o tráfico de seres humanos e a possibilidade de ser âncora para albergar centros terroristas,

o contrabando de mercadorias, as drogas, a fuga criminal e a pesca ilegal entre outros. É importante impedir e usar todos os meios para que Timor-Leste não perturbe, nem a si nem aos seus vizinhos, a paz e a estabilidade. Nesse aspeto é importante o problema da definição e controle de fronteiras.

Com base, em primeiro lugar na nossa investigação e na interpretação dos dados das entrevistas (secção 0 capítulo 0) e também resultado das nossas investigações, enumeramos os objetivos, vulnerabilidades e potencialidades de TL.

a) Objetivos - Ajustar as necessidades internacionais; ajustar leis para a segurança e o controle das fronteiras marítimas; melhorar a relação com a Indonésia após uma ocupação militar e superar uma história de conflito e constrangimentos enfrentados com a ocupação da Indonésia; ultrapassar as dificuldades nas negociações; adesão de Timor-Leste à ASEAN; virar-se para o mar; desenvolvimento da agricultura e desenvolvimento económico.

b) Vulnerabilidades - TL é um país novo em vias de desenvolvimento, com equipamentos e infraestruturas insipientes; possui recursos humanos não especializados e recursos financeiros escassos; as suas instituições governamentais carecem de reforços; carce de uma gestão melhor do Estado e desemprego; os direitos humanos são pouco desenvolvidos. Como pequeno Estado situado entre dois “gigantes”, TL enfrenta vulnerabilidades como as fronteiras e o seu controlo; Timor-Leste poderá ser usado pela máfia no narcotráfico e terrorismo e como uma possível via de trânsito para crime transnacional, tráfico de armas ilegais e tráfico humano; pesca ilegal, instabilidade e pobreza.

c) Potencialidades - A sua posição geográfica é excelente. Possui recursos naturais e tem uma política de cooperação bilateral e multilateral (especialmente com os países da CPLP) que lhe permitem estimular o desenvolvimento enquanto Estado e criar novas e importantes centralidades.

Destaca-se no estudo a não existência de ameaças para TL na relação com Austrália e Indonésia e sim, mais vantagens do que desvantagens bem como o interesse destes países em apoiarem o crescimento de TL. A sua estabilidade é importante primeiramente para o próprio país porque TL dispõe de abundantes recursos naturais, a saber, o petróleo, gás natural, cobre, bentonita e argilas cerâmicas,

mármore, ouro, crómio e manganês. Os principais sectores de atividade económica são a agricultura, o turismo e a indústria petrolífera.

Para fazer face a estes problemas é importante ter presente não só as vulnerabilidades como também as potencialidades de Timor, começando pelos seus principais produtos. Na cesta de alimentos básicos, as famílias timorenses produzem também milho (que é cultivado por 80% destas famílias), raízes/tubérculos, café (o seu principal produto agrícola é o café que representa aproximadamente 80% das exportações não-petrolíferas), noz-moscada, mandioca e coco que é cultivado por 60% das timorenses. Sessenta e três por cento das famílias de Timor-Leste estão envolvidas na produção agrícola de milho, mandioca e vegetais, enquanto, apenas 25% produz arroz, o alimento que constitui a base da alimentação do timorense.

O incremento das potencialidades do país passa pelo estabelecer de relações quer bilaterais quer multilaterais, que possam incentivar e beneficiar o seu crescimento e desenvolvimento. Desta forma e mais concretamente na perspectiva do FMI, TL precisa de políticas estruturais que ajudem a diversificar a economia, avançando com uma estratégia de reforma fiscal que assegure a sua sustentabilidade a longo prazo. Segundo dados publicados pelo Banco de Portugal, Timor-Leste regista uma participação insípida no comércio internacional.

A *TradeInvest* Timor-Leste apresenta alguns setores onde poderão existir oportunidades de investimento no país, como sejam o setor petrolífero e os recursos minerais, a agricultura e pescas, o turismo, a indústria e as infraestruturas.

Timor, “um pequeno Estado inserido numa grande vizinhança” (Willis, 2016, p. 238), insere-se num contexto geopolítico “Entre dois vizinhos gigantes - Indonésia e Austrália - Timor-Leste, de uma perspectiva, pode ser considerado seguro e protegido. Mas Timor-Leste poderia ser facilmente utilizado para servir os interesses desses dois Estados, que geralmente compartilham interesses comuns, mas também diferem em alguns objetivos estratégicos” (ASPI, 2011, p. 22). Nesse sentido, as relações bilaterais de TL quer seja com os países integrantes das organizações como a CPLP quer seja com os seus mais importantes vizinhos. Referimo-nos à cooperação nos mais diversos setores incluindo a segurança e a formação militar, assim como a própria língua portuguesa elemento de ligação de todos

os membros da CPLP e dos PALOP. A um outro nível têm particular importância as relações com a China e os EUA.

As relações com a CPLP supracitada não podem ser isoladas de um contexto de relações multilaterais. Assim as relações estabelecidas com outras organizações como é o caso da ASEAN e a PIF, permite agregar vantagens e benefícios porque o multilateralismo favorece os países com menores recursos, uma vez que não ficam dependentes de uma única hierarquia de potências.

## **VI. ESTRATÉGIA DE *HEDGING* DE TIMOR-LESTE FACE À AUSTRÁLIA E À INDONÉSIA**

TL, território com cerca de 480km de extensão e 105 km de largura, com uma área de cerca de 15.000 km<sup>2</sup>, encontra-se numa “posição geográfica única, com o maior Estado do Sudeste Asiático, a Indonésia, a oeste e norte, os vizinhos do Pacífico Sul a leste e a Austrália a sul” (Sambhi, 2019, p. 2). Situa-se, por isso, numa região de grande interesse geoestratégico por se tratar da passagem entre dois oceanos, o Pacífico e o Oceano Índico. Segundo Filomeno de Jesus (ver 0) a sua geografia confere-lhe uma importância económica, política e militar. Assim sendo, “a emergência de Timor-Leste como nação independente, em Maio de 2002 [...] representa um enorme desafio, não somente pelas tarefas de construção do Estado e da nação, mas também pela acomodação e integração na comunidade regional” (Dupont et al., 2002, p. 3).

A posição estratégica de TL é de relevo e deve-se também ao facto de se situar “entre a Austrália e a Indonésia e perto dos importantíssimos estreitos de Ombei e Wetar, bem como de uma das fossas submarinas mais profundas do mundo através da qual passam os submarinos do Oceano Pacífico para o Oceano Índico” (Mendes, 2013, p. 268 Citando Thayer e Horta (2011)). Sublinhe-se, nesta região, a presença do mar, fator de várias rotas de comunicação marítima (*sea Lines of Communications – SLOC*), sendo de referir o interesse pelo controlo dessas passagens marítimas assim como o fator relativo à exploração de recursos naturais, não apenas para garantir a livre circulação e o acesso das matérias-primas e as movimentações marítimas de barcos de guerra das potências com interesses na região assim como a exploração dos diferentes recursos marítimos.

De entre estes dois países vizinhos de TL, a Austrália é o país mais avançado em todas as áreas, sendo a Indonésia, em termos económicos, o melhor posicionado ao nível dos países membros da ASEAN, e que exerce muita influência entre os países no Sudeste Asiático. Trata-se, segundo Sahat Situros (ver 0) de um país razoavelmente desenvolvido. A Price Waterhouse Coopers (PWC) prevê que a economia da Indonésia se situe em 5º lugar no mundo em 2030, com um Produto Interno Bruto (PIB) de 5,424 bilhões de dólares americanos. Sendo membro influente no seio da ASEAN, é também membro do G20 (grupo de 19 países que, juntamente com a União Europeia, formam o conjunto de países mais influentes do ponto de vista económico-financeiro).

É à luz dessa posição geoestratégica de TL, que se releva que, “à medida que os Estados do Sudeste Asiático crescem em termos económicos e militares, faz sentido que Timor-Leste construa laços mais estreitos com eles” (Sambhi, 2019, p. 1). Assim, na sequência da abordagem ao conceito de *hedging*, mais à frente desenvolvido, que aqui apresentamos num sentido mais genérico, ou seja, *hedging* entendido como “um ato intencional em que um Estado procura assegurar seus interesses de longo prazo, colocando as suas apostas de política em múltiplas opções de compensação que são projetadas para compensar os riscos incorporados nos sistemas internacionais” (Phuc Thi Tran, 2013, p. 170), que pretendemos abordar neste capítulo a estratégia de *hedging* de TL com a Austrália e a Indonésia.

Partindo desses conceitos pretendemos chegar às estratégias de *hedging*, que, para ser útil, precisa de ser definido adequadamente. Para ter um significado coerente, a cobertura deve ser diferenciada de *balancing*, *bandwagoning*, e outras opções estratégicas mais diretas (Goh, 2006, p. 1). Tratam-se de estratégias que podem ser adotadas com base em vários fatores e a diferentes níveis de atuação e que têm por base um ambiente geográfico e político (ambiente geopolítico) no qual os Estados se inserem que nos permite chegar à estratégia de *hedging* que será o tema que a seguir abordaremos.

## **1. Conceito de Hedging**

A competição e a cooperação simultâneas ou o exercício cumulativo do unilateralismo, do bilateralismo, do multilateralismo, do regionalismo e da internacionalização são manifestações de hedging, tal como é a simultaneidade entre o aumento e o aprofundamento das interdependências económicas [...] a proliferação das instituições regionais [...] e o crescimento das despesas e capacidades militares na Ásia Orienta [...] (Tomé, 2010, p. 408).

Começamos esta abordagem de *hedging* dos Estados pela teoria tradicional, que se trata também de uma teoria realista. Essa teoria tradicional realista, sustenta o equilíbrio de poderes partindo do pressuposto que os desequilíbrios ameaçadores para os Estados mais fracos têm em conta que “esses Estados reagirão desenvolvendo alianças defensivas (equilíbrio externo) ou na acumulação de armas (equilíbrio interno), a fim de contrariar o poder superior do líder do sistema” (Tessman & Wolfe, 2011, p. 217 citando Waltz 1993; Levy 2004; Tessman, 2012, p. 197).

“O realismo, ou mesmo o liberalismo, visam explicar os resultados das interações entre os Estados e cuja variável dependente são os padrões de resultado das interações dos Estados” (Antunes, 2018, p. 14). Por outro lado, “os neorrealistas sustentam que, quando confrontados com um poder crescente, os Estados provavelmente optarão por atos de equilíbrio interno e externo, pela função de redução de ameaças” (Kuik, 2008, p. 179). O “neorrealismo, enfatiza a importância primordial dos assuntos de segurança sobre outras preocupações estratégicas numa estrutura internacional anárquica. Ele explora o dilema dos Estados na escolha entre “*balancing*” [...] ou *bandwagoning*” (Yeung, 2016, p. 5) que a seguir explicamos mais em detalhe.

Na perspectiva neorrealista, desenvolvida por Waltz (1978), “são elementos caracterizadores do poder dos Estados, a dimensão da população, a disponibilidade de recursos, a capacidade económica, o poder militar e a estabilidade política” (Antunes, 2018, p. 14). Ainda segundo esta teoria a “distribuição de recursos e poder entre Estados é uma chave para determinar políticas de segurança” (Gunasekara, 2015, p. 216).

Por definição “bandwagoning is a clear policy of alignment with one side and thus cannot meaningfully be combined with a policy of engagement toward the same state” (Goh, 2005, p. 3), assumindo uma intervenção estratégica “as the prevalent pattern of interaction in its relations with great powers” (Fiori & Passeri, 2015, p. 683). Por outro lado, “o conceito de *balancing* ou balanço de poder é central na teoria neorrealista. [...] O equilíbrio do sistema é o que assegura a estabilidade, e, por conseguinte, a paz, internacional. Existindo uma potência que emerge, os demais Estados do sistema adoptam comportamentos que podem consistir no *balancing* ou no *bandwagoning*” (Antunes, 2018, p. 18) ou numa mistura dos dois, ou seja estratégias de meio-termo, de modo à obtenção de um equilíbrio de poder.

Esse equilíbrio de poderes foi durante muito tempo, segundo Fiori & Passeri (2015, p. 683), mais concretamente durante todo o século passado, a teoria usada nas relações internacionais, que oferecia apenas dois padrões de comportamento aos Estados, com as quais faziam face às mudanças de equilíbrio de poderes de Estados a emergir ou em ascensão, à posição de um ator novo e cada vez mais influente. Esses padrões de comportamento de que falamos dos Estados são as estratégias de *bandwagoning* e *balancing*.

Estas estratégias de *bandwagoning* e *balancing* têm sido as estratégias mais comuns e usadas pelos pequenos Estados e derivam da teoria do equilíbrio de poder, a teoria mais influente da escola realista. *Balancing* refere-se ao alinhamento com outro Estado contra um poder crescente ou dominante e que represente uma ameaça, ou seja “a estratégia principal para os Estados de segundo nível na concentração de sistemas unipolares nos quais o Estado líder é cada vez mais dominante” (Tessman, 2012, p. 194), enquanto *bandwagoning* se refere ao alinhamento com o Estado que, segundo Gunasekara (2015, p. 213 citando Walt, 1987, p. 17) representa a fonte de perigo e envolve, por vezes, “cooperação com o Estado líder” (Tessman, 2012, p. 199).

Dito de outro modo, *Bandwagoning* consiste no alinhamento a um Estado ascendente ou dominante, enquanto o *balancing* é a sua rejeição (Goh, 2005, p. 23,24). A ação de *balancing*, motivada principalmente pelo desejo de sobrevivência e segurança, leva ao desenvolvimento e implementação de capacidades militares, ou seja, o “*hard power*”

Embora, de acordo com Mearsheimer (2001), os Estados preferem alinhar com um poder forte, “He concedes that strong states that become partners of weak states disproportionately gain in the spoils they conquer together” (Gunasekara, 2015, p. 217), verifica-se também que, segundo Gunasekara (2015), é a dimensão das ameaças que representa uma pré-condição importante que faz os Estados decidirem se devem optar por integrar na sua estratégia de *hedging* uma estratégia de *bandwagoning* ou *balancing*, estratégia de *hedging*, essa que, segundo Goh (2007) é,

a set of strategies aimed at avoiding (or planning for contingencies in) a situation in which states cannot decide upon more straightforward alternatives such as balancing, bandwagoning, or neutrality. Instead, they cultivate a middle position that forestalls or avoids having to choose one side [or one straightforward policy stance] at the obvious expense of another (Goh, 2007, p. 825).

São precisamente essas ameaças que levam os Estados a tomar posições diferentes no balanceamento do poder, alinhando-se a uns ou a outros.

Segundo Pascall (2013), há dois motivos principais que permitem optar por uma ou outra estratégia no equilíbrio de poderes: “primeiro para evitar ser dominado por um Estado poderoso e segundo, para



aumentar a influência do Estado alinhando-se com os lados mais fracos” (Pascall, 2013, p. 10). No mesmo sentido vai Mearsheimer (2001), quando, segundo Gunasekara (2015) afirma:

Mearsheimer offers two reasons why states balance power: the first reason is that states place their survival at risk if they fail to curb a potential hegemon before it becomes too strong, so they ally with the weaker side. The second important motivation is the belief that by joining the weaker side, new members are more likely to influence the alliance (Gunasekara, 2015, p. 217).

De facto, opta-se geralmente por *bandwagoning* quando os Estados compreendem que, por um lado, os pequenos Estados percebem que podem fazer pouco ou nada para influenciar o sistema internacional, e, por outro lado, porque a disponibilidade de apoio material das grandes potências, em particular a capacidade militar e de defesa, garante que a maioria dos pequenos Estados opte por se alinhar com eles, partindo do reconhecimento que as capacidades militares e de defesa de uma grande potência podem garantir a proteção de uma pequena potência. A crescente preocupação dos Estados pequenos com o ambiente internacional e as questões de segurança, como atrás dissemos, decidem a sua decisão na estratégia a tomar (Gunasekara, 2015, p. 218).

Quanto à estratégia de *balancing*, por exemplo, aquando da época da Guerra Fria, o Sri Lanka escolheu essa estratégia porque a sua segurança estaria garantida mantendo-se como membro não alinhado na Guerra Fria, juntamente com um conjunto de outros países, protegendo assim o Sri Lanka da influência externa e fazendo do Oceano Índico uma região segura e livre de militarização (Gunasekara, 2015, p. 218).

Temos procurado definir os conceitos que suportem as estratégias a seguir pelos Estados. É necessário ter presente que, uma questão comum nas relações internacionais, é a falta de consenso quanto à definição do uso de termos, e *hedging* não foge à diferença, que “é um termo com variadas definições” (Sutter, 2006, p. 8). Este trabalho tem duas opiniões principais sobre como definir *hedging*.

O primeiro grupo vê *hedging* como estratégia de combinação, que inclui elementos de engajamento e integração, mas conjuntamente com medidas de segurança. Os trabalhos importantes neste grupo encontram respaldo científico na investigação de Goh (2005); Tessman & Wolfe (2011).

O segundo grupo vê a *hedging* como uma estratégia de segurança, incluindo a modernização militar e a construção de alianças de segurança e parceria para proteger uma redução da relação com uma força ameaçadora do Estado.

No primeiro grupo, que vê *hedging* como estratégia de combinação, é sugerido que *hedge* pode incluir a diplomacia econômica. A construção conceptual de *hedging* é limitada porque eleva a economia e a estratégia de segurança como entidades separadas que poderiam ser usadas em combinações (Wallace, 2013, p. 504-505).

Para Goh (2005), *hedging* é definida como um conjunto de estratégias destinadas a evitar (ou planejar contingências) uma situação em que os Estados não podem decidir sobre alternativas mais diretas, como *balancing*, *bandwagoning* ou neutralidade. Em vez disso, cultivam uma posição intermediária que evita ter que escolher um lado às custas óbvias de outro, e explica de seguida, esta sua opção:

Hedging behavior in Southeast Asia comprises three elements. First is indirect or soft balancing, which mainly involves persuading other major powers, particularly the United States, to act as counterweights to Chinese regional influence. Second, hedging entails complex engagement of China at the political, economic, and strategic levels with the hope that Chinese leaders may be persuaded or socialized into conduct that abides by international rules and norms. In this sense, engagement policies may be understood as a constructive hedge against potentially aggressive Chinese domination. The third element is a general policy of enmeshing a number of regional great powers in order to give them a stake in a stable regional order. All told, Southeast Asian states are in fact hedging against three key undesirable outcomes: Chinese domination or hegemony; American withdrawal from the region; and an unstable regional order (Goh, 2005, p. viii).

Tessman & Wolfe (2011) explicam como a China e os Estados Unidos se protegem "perseguindo estratégias que, por um lado, enfatizam mecanismos de engajamento e integração e, por outro, enfatizam o equilíbrio de estilo realista na forma de cooperação externa de segurança com os Estados asiáticos. e programas nacionais de modernização militar " (Tessman & Wolfe, 2011, p. 219 citando Medeiros 2005/2006: 145))

No segundo grupo, que vê *hedging* como estratégia de segurança, a razão é a articulação de um país a nível regional (com ênfase, por exemplo, num regime como a Austrália e a Indonésia). Em geral, vê *hedging* como um *hard hedging* (*hard hedging* usa instrumentos competitivos como *balancing* no seu portfolio de *hedging* – O Japão é disso exemplo; em contraponto com o *hard hedging* existe o *soft hedging*, que usa instrumentos estratégicos cooperativos, como engajamento e baixo grau de instrumentos estratégicos competitivos.) que faz enfoque numa aliança de segurança (Roy, 2005, p. 207).

Roy (2005) considera *hedging* como uma estratégia com enfoque na segurança que se centra em torno de relações de construção, em particular com um grande poder como a CPLP, para atuar como contrabalanço ao poder crescente como é o caso da Austrália e da Indonésia. Assim, TL estabeleceu laços fortes com a CPLP como uma grande potência que pode contrabalançar o poder que países como a Austrália e a Indonésia representam.

O problema com esta ampla análise é que cada Estado tem fatores internos e externos diferentes em torno dos quais se constrói a sua estratégia. Claramente, consiste em ver *hedging* como principal foco de aliança de segurança. O Estado pode procurar uma aliança de segurança por vários motivos, como parte de uma estratégia global maior. Por isso, justifica-se esta análise para examinar o *hedging*, particularmente em relação aos usos de instituições bilaterais e multilaterais na política externa. Por isso é que, e de acordo com (Luguusharav, 2011, p. 5), essa hipótese (a hipótese referente à definição associada ao segundo grupo) funciona através da aplicação da economia e segurança sob uma estratégia geral de *hedging*.

Por isso, assumimos como definição de *hedging* a que, sem descurar a segurança, estabelece "um conjunto de estratégias destinadas a evitar (ou planejar contingências), uma situação em que os Estados não podem decidir sobre alternativas mais diretas, como *balancing*, *bandwagoning* ou neutralidade. Em vez disso, cultivam uma posição intermediária que evita ter que escolher um lado às custas óbvias de outro" (Goh, 2005, p. viii).

## 2. Geoestratégia de Timor-Leste

A geoestratégia apresenta-se como um importante fator na definição de uma estratégia política definida pelos Estados tendo em conta a geografia, os territórios que administram, a sua localização, as relações de forças estabelecidas, os seus recursos, a sua história, o seu povo, com a sua cultura, o seu modo de vida e a sua relação com o meio ambiente, integrando-se num conjunto de relações de vários campos disciplinares que vão desde a geografia, ciências humanas, ciências sociais, conjugados de modo a definir uma estratégia geopolítica de atuação no contexto dessas múltiplas relações disciplinares e definição de um conjunto de estratégias de intervenção e alinhamento de um Estado relativamente aos outros Estados, ou seja, a sua estratégia de *hedging* tendo em conta todos esses fatores.

A propósito das estratégias de *hedging*, é importante referir que para os pequenos Estados, como é caso, por exemplo, do Sri Lanka, que referimos atrás (e que tal como Sri Lanka, TL representa também um pequeno Estado), devem manter as suas opções políticas abertas, não se comprometendo com uma estratégia única (Gunasekara, 2015, p. 218), como tivemos já a oportunidade de mencionar.

Esses países não operam nem operaram dentro das dicotomias de estratégias de “*balancing*” ou “*bandwagoning*” rígidas (Goh, 2005, p. 35). Em vez disso, para eles, o envolvimento multinível ou multicamada, numa estratégia geral de longo prazo, com o envolvimento de múltiplas grandes potências no sistema regional foi o caminho seguido.

No que se reporta às geoestratégias dos Estados, estes conceitos, o conceito de *balancing* e/ou *bandwagoning*, tal como também já referimos anteriormente, afirmam que o alinhamento numa coligação poderosa ajudará o país alinhado a apaziguar e alcançar alguma medida de segurança” (Gunasekara, 2015, p. 216), mas, a geoestratégia a seguir não tem de se apoiar, necessariamente, ou uma ou outra qualquer estratégia de *hedging*.

De facto, nas novas teorias realista<sup>29</sup>, e aquando do surgimento do conceito de *hedging*, verificou-se a utilização do “*hedging* como um padrão específico de comportamento nas relações interestaduais [...] que rejeitou a dicotomia tradicional [...], em oposição ao engajamento [...] de empregar um mistura [...] dos dois, como 'seguro' contra as incertas intenções presentes e futuras dos Estados-alvo” (Fiori & Passeri, 2015, p. 684).

É também importante notar que as estratégias de *hedging* identificam um conjunto de políticas multidimensionais de “segurança” e de engajamento adotadas por pequenos atores nas suas relações estabelecidas ou a estabelecer com os grandes poderes que evitam a escolha de um dos lados (Fiori & Passeri, 2015, p. 682), assim como evitam uma postura política mais direta como no caso dos padrões clássicos de comportamento de *bandwagoning* e/ou *balancing* (Goh, 2005, p. 35).

Na verdade, para as estratégias atrás descritas, “não há garantias que sejam as melhores estratégias contra ameaças” (Gunasekara, 2015, p. 218). Por exemplo, ao analisar a estratégia de *hedging* de equilíbrio de poder dos países do sudeste asiático, estes adotaram uma variedade de estratégias de *hedge*, em função de diferentes fatores geoestratégicos, em vez das simples opções *bandwagoning* ou *balancing*, porque, embora a atual distribuição de poder fosse favorável aos Estados Unidos e não se previsse que mudasse a curto prazo, mais fluida e desafiadora é/era a mudança do “equilíbrio de influência” (Goh, 2005, p. 44) no sudeste da Ásia decorrente das relações estabelecidas com a China na região. Segundo Fernandes (2007, p. 16), a teoria do equilíbrio de poder considera que os principais meios à disposição dos Estados são

---

<sup>29</sup> Sem ser nossa pretensão abordar em pormenor as teorias realistas, será importante aqui referir que “Enquanto Waltz considera que os governantes buscam uma quantidade de poder adequada, Mearsheimer postula que os Estados nunca estão satisfeitos com o poder que têm. Destas divergências de entendimento emergiram duas correntes: o realismo defensivo e o realismo ofensivo” (Antunes, 2918, p. 18).

vigilância e intelligence; alianças internacionais (que são, por natureza, móveis e flexíveis, pois a lógica da balança compele os Estados a mudar de coligação quando a origem da preponderância ou a origem da ameaça muda); sanções económicas e outras; e guerra limitada para objectivos limitados / na medida em que o recurso à guerra visa repor a balança de poder (Fernandes (2007, p. 16)

No entanto, mais recentemente, como já referimos atrás, os fatores geoestratégicos não implicam necessariamente essa escolha estrita entre *bandwagoning* e *balancing*. Essas opções têm sido questionadas, o que parece ter estimulado a construção de uma série de estratégias de meio-termo abrangendo um conjunto mais alargado de opções políticas, ou seja, uma geoestratégia que tenha por base uma nova estratégia de *hedging*. “O termo “*hedge*” é entendido assim como um comportamento no qual um país procura compensar riscos, buscando várias opções de políticas que se destinam a produzir efeitos mutuamente contrários, sob a situação de altas incertezas e altos riscos” (Kuik, 2008, p. 163).

Assim, no caso de Timor-Leste, para a indicação da estratégia que tenha por base os fatores atrás descritos que fundamentam a sua geoestratégia, “num ambiente percebido como bastante volátil e em que o rumo dos acontecimentos e o comportamento dos outros é incerto, os atores optam pela prudência e pela ambivalência, não colocando todos os ‘ovos no mesmo saco’, utilizando todo o tipo de instrumentos e jogando em todas as direções, dimensões e canais possíveis” (Tomé, 2010, p. 405). “Os objetivos principais são a sobrevivência dos Estados, a manutenção do próprio sistema de Estados [...] e, naquela que é talvez a dinâmica mais importante, evitar a preponderância de um Estado ou grupo de Estados” (Fernandes, 2007, p. 16).

### **3. Estratégia de *Hedging* de Timor-Leste**

Um século após a sua criação, o estudo geopolítico está presente nos principais estudos da área das relações internacionais, abordando as relações políticas e económicas entre Estados, os fatores geoestratégicos e as disputas territoriais e *hedging* estratégico, *inter alia*.

Com base nas entrevistas efetuadas a personalidades de referência da política timorense e altamente conhecedores da realidade do seu país, elaboramos a Tabela 25 que apresenta as medidas que foram adotadas por Timor-Leste a nível interno e externo, para manter o equilíbrio perante a influência dos dois países, Austrália e Indonésia.

**Tabela 25 - Medidas Tomadas a Nível Interno e Externo por Timor-Leste para Manter o Equilíbrio perante a Influência da Austrália e Indonésia**

Nível Interno	Nível Externo
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Paz e estabilidade na área política e economia, segurança e cooperação bilateral</li> <li>· Quanto a relação Timor-Leste e a Indonésia a medida é esquecer o passado e priorizar o futuro, onde foi formando uma comissão de paz</li> <li>· Normalizou as relações com a Austrália através da política externa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Integrar Nações Unidas</li> <li>· Membro permanente da CPLP</li> <li>· Candidatura a Membro Permanente da ASEAN</li> <li>· Membro do Fórum Regional da ASEAN</li> <li>· Fundador do G7+<sup>30</sup></li> <li>· Embaixadores permanentes na Austrália e Indonésia</li> <li>· Observador no Fórum Económico do Pacífico</li> <li>· Reuniões trilaterais aos vários níveis do Estado</li> </ul>

**Fonte:** Elaboração Própria

Os resultados das entrevistas apontam ainda algumas vantagens de TL pelo facto de ser membro da CPLP e ser observador no Fórum das Ilhas do Pacífico, expressadas do seguinte modo: com a CPLP, segundo Arcanjo da Silva, Diretor Executivo TradInvest de Timor-Leste, o grande benefício é a partilha de uma identidade, história nacional e internacional, nomeadamente de lastro lusófono. Outro benefício

<sup>30</sup> Grupo de 20 países que presta ajuda aos países mais vulneráveis, afetados por catástrofes naturais ou inseridos em ambiente de conflitos, cuja sede europeia se situa em Lisboa e do qual fazem parte países como Afeganistão, Burundi, República Centro Africana, Chade, Comoros, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné Bissau, Haiti, Libéria, Papua Nova Guiné, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Ilhas Salomão, Somália, Sudão do Sul, Timor-Leste, Togo e Iémen.

é o económico, cultural e a educação. Lisulado Gaspar, acrescenta que TL poderá ainda convidar os países membros da CPLP a explorarem em conjunto o petróleo no Timor Gap<sup>31</sup>.

Do ponto de vista externo poderemos afirmar que um dos principais desafios à política externa que Timor-Leste enfrenta associa-se aos domínios da política, segurança e desenvolvimento económico do país porque favorecem a aproximação a outros Estados, a sua participação em importantes organismos e organizações internacionais, aumentando por essa via o seu leque de compromentimentos e relacionamentos internacionais e melhorando o seu prestígio e influência na região.

John Blaxland, num artigo publicado com o nome de “MANIS: Time for a new forum to sweeten regional cooperation” explica isso mesmo. Conjugando a palavra MANIS que em Bahasa (língua Indonésia) significa doce mas que também “significa um agrupamento de parceiros marítimos no extremo sul do sudeste da Ásia: Malásia, Austrália, Nova Zelândia, Indonésia e Singapura” (Blaxland, 2016, p. 2). As orientações políticas internas que permitam a aproximação com países, especialmente os países vizinhos são a base de um bom entendimento (ver secção 0). Depois são apresentadas um conjunto de medidas externas com vista à aproximação a outros países (Ver secção 0). Por fim resumimos aquela que no nosso entender poderá ser a estratégia de *hedging* a seguir.

### **3.1 Políticas Públicas**

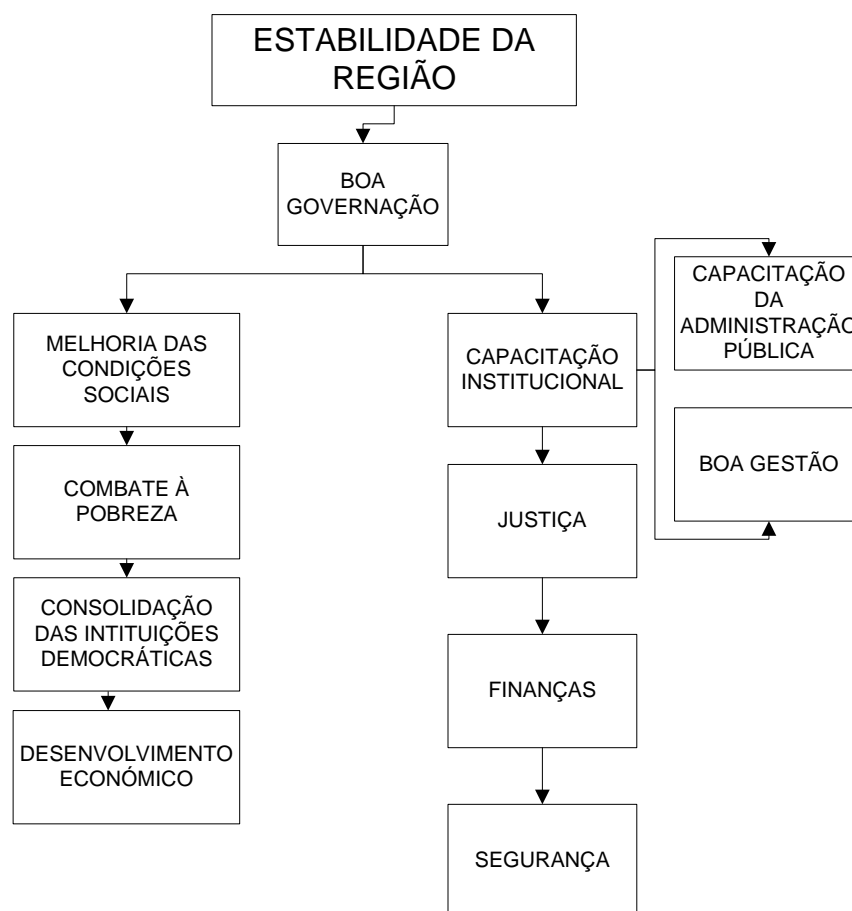
Entre as medidas internas a adotar há que ter em conta as políticas internas que favoreçam a estabilidade na região e a consolidação das instituições democráticas de modo a permitir a aproximação de posições com os seus vizinhos para o qual é fundamental o apoio de uma Boa Governação, Participação e Democracia, além do apoio à melhoria das condições sociais da população, o combate à pobreza e a consolidação das instituições democráticas. A figura seguinte mostra-nos todos esses aspetos que serão tratados a seguir.

---

<sup>31</sup> Timor Gap representa a linha imaginária da fronteira marítima definida por acordo entre a Austrália e a Indonésia em 1972.



**Figura 10 - Desenho das Medidas Internas a adotar**



**Fonte:** Própria.

“O apoio à Boa Governança, Participação e Democracia abarca um conjunto de [...] atividades de capacitação institucional [...], o apoio aos sectores da Justiça, Finanças e Segurança” (IPAD, 2011, p. 29). Por capacitação institucional entende-se “i) Apoiar os processos de capacitação e formação da Administração Pública; ii) Apoiar a boa gestão dos assuntos públicos e elaboração de legislação estruturante para a consolidação da Administração Pública e do Estado de direito;” (IPAD, 2011, p. 29).

Uma boa governação implica dotar TL de uma administração pública eficiente, honesta, transparente, descentralizada, com uma estrutura simplificada, com formação adequada aos serviços que prestem, dotado de recursos humanos competentes, com progressões baseadas no mérito e com auditorias

regulares, recursos materiais e financeiros suficientes, e com leis e equipamentos que permitam e facilitem, por exemplo, um correto recenseamento da população para efeitos eleitorais.

Isso facilitaria, do ponto de vista interno, uma boa gestão da administração pública, a existência e melhoramento na eficácia do estabelecimento de canais de comunicação com as pessoas, de um importante suporte às populações nas prestações de apoio social e conseqüentemente no combate à pobreza, como também facilitaria a cobrança de impostos diretos e indiretos, e conseqüentemente o combate à fraude, melhorando o setor financeiro do país.

No que se refere à justiça, será importante ter em conta a sua capacitação, quer ao nível do ordenamento jurídico quer ao nível dos atores judiciais. Melhorar a justiça implica fomentar a estabilidade político-económica e o ordenamento jurídico de modo a poderem suportar algo que preocupa muito os seus países vizinhos, que são as estratégias de combate ao crime, ou seja, colocar também a justiça ao serviço da segurança internacional.

Neste aspeto da justiça é importante a “relação entre as novas instituições democráticas e as estruturas tradicionais [...] trazê-las para o sistema democrático, com regras claramente definidas” (Dupont et al., 2002, p. 10), uma vez que essas autoridades tradicionais podem desempenhar um importante papel na “manutenção da estabilidade social e na resolução de conflitos na comunidade” (Dupont et al., 2002, p. 10).

A justiça tem também um importante papel a desempenhar no equilíbrio entre, por um lado, a resolução de conflitos provenientes desde o processo da independência, alguns dos quais considerados crimes contra a humanidade, e, por outro, a reconciliação com o passado especialmente no que se refere às relações com a Indonésia e o seu papel desempenhado nessa altura.

Será necessário criarem-se, por um lado relações de confiança, e por outro, a criação de medidas mais apertadas de segurança através de “uma amnistia com regras claras e garantias legais e que, nomeadamente, estabelecesse uma distinção nítida entre os crimes que não serão julgados e aqueles,

mais graves, que serão, poderia ser um mecanismo útil”, (Dupont et al., 2002, p. 11) facilitando desse modo o regresso de milhares de refugiados que ainda se encontram no lado ocidental de Timor.

Relativamente às finanças e segurança, apesar de uma administração pública eficiente, tal como já referimos atrás, será essencial para o melhoramento do financiamento do Estado, no alívio dos fortes constrangimentos financeiros que em Timor representam um dos principais obstáculos ao seu desenvolvimento e ao investimento, contribuindo para um suporte do setor bancário mais eficaz, a promoção de políticas públicas e o financiamento dos partidos políticos, e mais apoio aos custos de financiamento das suas forças de segurança.

Timor-Leste deverá continuar a recorrer (e se possível, reforçar), tal como tem feito, a Programas de Assistência Técnica e de Cooperação Institucional com outros países como é o caso de Portugal, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Japão e China. Nesse aspeto “Timor-Leste continuará também muito dependente do auxílio de instituições como o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), assim como da ajuda de emergência do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)” (Dupont et al., 2002, p. 6).

A segurança interna é outro dos desígnios nacionais que desempenha um papel relevante e também contribui para a estabilidade e para o desenvolvimento. Constitui com a chave para a garantia da defesa dos direitos humanos e permite aplicar as leis vigentes e contribui para estabilidade e defesa de modo a garantir essa mesma segurança interna. Para isso contribuem uma força policial profissional, bem formada, bem treinada, eficiente e dotada de meios e materiais suficientes para a missão a desempenhar, que respeite os direitos humanos e esteja ao serviço do estado de direito.

A criação de um serviço de informações secretas onde se tratem informações confidenciais que possam prevenir e antecipar ameaças através de trocas e recolha de informações privilegiadas na região e também num âmbito mais alargado e internacional o que também incentiva a cooperação com outras forças de segurança noutros países. Neste âmbito será necessária a garantia de que a utilização de armas está restrita apenas às forças policiais e não à população civil. Assim, será importante a recolha de armas nas mãos de civis através, por exemplo, de um esquema de incentivo à sua entrega voluntária.

Inserido ainda no capítulo da segurança interna não se devem descurar a estabilidade política, económica, democrática, os direitos humanos, assim como o desenvolvimento das infraestruturas, a criação de emprego, em especial para os jovens, e o fornecimento de serviços comunitários, como, por exemplo, a educação, a saúde e os transportes públicos. O bem-estar e a paz em Timor são essenciais para os seus países vizinhos. Nesse sentido, a economia, o desenvolvimento tecnológico, a ciência, as comunicações e transportes são problemas que TL deverá solucionar.

A segurança interna e as forças armadas são outro dos aspetos com fortes implicações sociais e para a estabilidade da região. Nesse sentido, Timor-Leste reformou e fortaleceu a capacidade de desenvolvimento institucional, incluindo a reforma do Exército de Defesa de Timor-Leste e da polícia para se tornarem soldados profissionais. A formação da força defesa de Timor-Leste (f-FDTL) e da força de segurança nacional (PNTL), tornando-as cada vez mais profissionais, em conformidade com o respeito pelos direitos humanos e a observância dos princípios e valores da democracia são fatores de primordial importância.

É importante referir que “os militares tinham apenas componentes do exército e da marinha [...]. Em novembro de 2017, a Austrália e Timor-Leste confirmaram a transferência de dois barcos de patrulha australianos no final de 2013, juntamente com o apoio da formação e apoio de tripulação.” (Sambhi, 2019, p. 3). O objetivo de formação/especialização das forças armadas seria de primordial importância para dificultar a proliferação de movimentos de grupos terroristas, radicalismo, traficantes de droga e tráfico de seres humanos.

Importa assinalar que “o governo fez progressos significativos no estabelecimento dos quadros legislativo e político no sector de segurança, particularmente quando relativa à disciplina, uso da força, salários da PNTL, proteção civil, controlo de fronteiras e das empresas de segurança privada” (Mendes, 2013, p. 266). A existência de navios-patrulha é essencial para vigiar as suas águas que são também fronteiras (essa vigilância só se justifica se as fronteiras estiverem bem definidas) com outros países e tornam-se assim fatores essenciais não só à segurança interna como à segurança externa.

É também exemplo desses esforços “a cooperação técnica-militar com Portugal reforçada pela assinatura, em setembro de 2011, de dois protocolos que prevêm a integração de militares FDTL nos

contingentes portuguesas em missões da ONU e União Europeia” (Mendes, 2013, p. 269 citando Portas, 2011). “Neste quadro de cooperação bilateral, a formação da polícia, justiça e educação são as áreas prioritárias de assistência” (Mendes, 2013, p. 269), não esquecendo a área militar com uma “adequada formação das forças policiais, educação cívica e a consolidação do papel das ONGs como órgãos independentes de fiscalização dos direitos humanos” (Dupont et al., 2002, p. 11).

Quanto à melhoria das condições sociais, que estão diretamente associadas à pobreza, e esta por sua vez à economia e às infraestruturas, especialmente as de apoio social. Nesse sentido, será também importante empreender não só a capacidade de contornar e/ou melhorar o funcionamento das instituições governamentais que ainda carecem de ser fortalecidas, como também diminuir as taxas de pobreza.

O combate à elevada taxa de analfabetismo em TL é um dos aspetos essenciais a considerar para combater a pobreza. É fundamental fortalecer a educação, desde o pré-escolar e educação infantil até ao ensino secundário. Para isso, é essencial a formação de recursos humanos/profissionais qualificados, recursos financeiros, institucionais e de equipamentos, especialmente as decorrentes da necessidade da reabilitação física de muitas escolas.

O combate à pobreza também está associado aos níveis de desemprego, à saúde e ao apoio social. A saúde desempenha um lugar central no combate à pobreza. É fundamental garantir os cuidados de saúde primários a toda a população timorense, em todo o território, incluindo, as zonas rurais, muito especialmente o apoio na saúde aos grupos mais vulneráveis, às crianças e idosos. Não podemos omitir a extrema necessidade de profissionais qualificados especialmente médicos. O apoio à saúde tem impacto na diminuição da pobreza e exclusão social de que a SIDA e a prostituição são um exemplo e que afetam outras atividades ilícitas e criminosas. Para este combate é importante o estabelecimento de mecanismos de cooperação técnica com países como por exemplo Portugal, uma vez que, neste combate os recursos humanos são imprescindíveis, e para o qual TL tem fortes limitações.

A consolidação das instituições democráticas de TL passa por colmatar ou pelo menos suavizar as muitas limitações: recursos humanos e recursos financeiros (“cuja despesa pública é financiada quase

totalmente pelo Fundo Petrolífero e traduzida em transferências, subsídios e infraestruturas” (Mendes, 2013, p. 271)), falta de instalações e fortes limitações à capacidade institucional que ainda são débeis. “É de referir ainda a aprovação do Plano de Desenvolvimento Estratégico 2011- 2030 e a ênfase que deu ao crescimento do setor económico não-petrolífero como um passo importante para o desenvolvimento de uma economia sustentável” (Mendes, 2013, p. 272). O estabelecimento de parecerias com ONG’s e com países amigos pode ajudar a melhorar as condições sociais.

Nesse sentido, o reforço das suas línguas oficiais, o português e o tétum, é essencial, não só para a construção de uma identidade nacional como para o diálogo, no caso do português, com uma comunidade com mais de 570 milhões de falantes. Este facto aumenta o prestígio de TL no seio da ASEAN porque abre portas de cooperação e ajuda no que são ainda limitações de TL. A diversidade linguística de TL, com o português e o tétum em plano de igualdade a todos os níveis do Estado timorense não pode também descurar as línguas faladas na Austrália e na Indonésia.

Por isso, se por um lado será importante que todas as leis do país estejam escritas quer em português quer em tétum, não nos podemos esquecer que só uma minoria dos timorenses fala português. Um investimento na diversidade linguística é, pois, essencial quer por motivos históricos e de abertura de portas ao mundo como é o caso do português, quer por motivos de proximidade como é o caso do inglês e do bahasa, facilitando assim o investimento e as relações económicas e comerciais com esses países.

A “construção de uma cultura democrática, baseada na tolerância e no respeito pelas diferenças” (Dupont et al., 2002, p. 11), e, conseqüentemente, a consolidação da capacitação institucional (infraestruturas políticas, económicas, sociais e de segurança) do Estado e das organizações partidárias e dos partidos políticos, rege-se pela separação de poderes, especialmente “o princípio da separação entre o Estado e a Igreja” (Dupont et al., 2002, p. 9) mesmo considerando a importância da igreja em TL, são essenciais.

É também importante garantir a separação de poderes entre o Estado e a justiça, orientando-se esta por normas constitucionais e legais tanto nacionais como internacionais e a questão da subordinação

militar ao poder civil garantindo que os militares, por um lado, estejam às ordens do poder político, e, por outro, que não se intrometam em questões políticas.

Do ponto de vista do desenvolvimento económico e sendo a economia timorense, tal como o próprio país, de pequena dimensão, enfrenta um outro problema que são as magras receitas que o Estado consegue absorver, fruto de uma ineficiente máquina administrativa e dos elevados níveis de pobreza e desemprego (sobretudo nas cidades onde se concentraram as pessoas vindas de zonas rurais – Dili, Baucau, Ermera e Bobonaro), o que é uma ameaça à segurança interna, à estabilidade do país, e consequentemente também à estabilidade da região.

O desenvolvimento económico deve também “resolver as divergências entre direitos adquiridos durante a administração portuguesa, direitos adquiridos durante a administração indonésia e direitos tradicionais de propriedade” (Dupont et al., 2002, p. 19), pelo incentivo ao investimento em setores com a agricultura e a pesca. Na agricultura é importante começar por resolver os problemas associados aos direitos de propriedade e posse da terra.

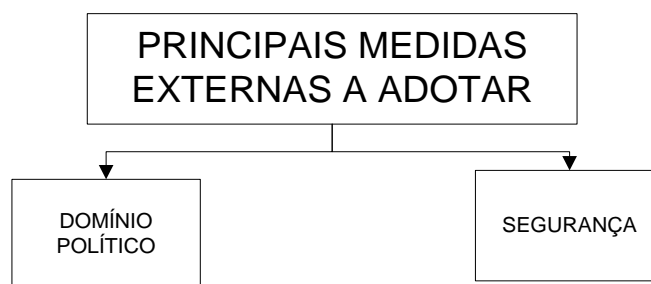
Há, no entanto, culturas que são características de TL e que poderão ser, ainda, muito incentivadas ao crescimento. Falamos mais especificamente da cultura do café que poderá ser uma boa opção de utilização intensiva devido ao baixo investimento envolvido e ao retorno em termos de aumento do emprego e a deslocação de pessoas aos locais de onde vieram, de forma a não sobrecarregar as principais cidades. O café é uma das principais culturas de TL, mas outras serão possíveis de incentivar através de recurso ao crédito para pequenos agricultores para que possam ter condições produtivas e de subsistência.

O turismo e a pesca é outra das atividades a incentivar, começando precisamente pelo combate à pesca ilegal e pela definição das suas fronteiras marítimas. Também a indústria de pequena dimensão e de mão-de-obra intensiva são um chamariz para o aumento do emprego onde os têxteis, o mobiliário e a indústria alimentar poderão desempenhar um importante papel. Há no entanto a necessidade de se criar um grupo de trabalho cuja finalidade seja a de “elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento” (Dupont et al., 2002, p. 18)

### 3.2 Política Externa

No domínio político, as medidas externas a adotar partem de uma orientação política para o estabelecer de boas relações de vizinhança com os seus vizinhos mais diretos, Austrália e Indonésia, depois os países do sudeste asiático como, num primeiro plano as Filipinas, porque há inúmeras afinidades religiosas, num segundo plano a Singapura porque é um dos países mais competitivos do mundo, e num terceiro plano outros países como por exemplo a Tailândia e a Malásia. A figura seguinte mostra-nos os grandes temas das orientações políticas externas que a seguir desenvolvemos.

**Figura 11 - Desenho das Medidas Externas a Adotar**



**Fonte:** Elaboração Própria

Uma política de aproximação a outros países e organizações é estabelecida através de acordos de cooperação, participação em ações conjuntas e integração em organizações regionais e ou outras de nível internacional. Isso daria um importante contributo na facilitação do diálogo e relacionamento institucional, o que facilitaria, por exemplo, a existência de ajudas externas e o estabelecimento e cumprimentos de acordos estabelecidos. Estas medidas são também influenciadas positivamente por uma maior e melhor consolidação da administração pública e do Estado de direito tal como já abordamos atrás.

A estratégia timorense deverá também manter e se possível reforçar as relações com a ONU, que tem desempenhado um papel importante na manutenção de paz e também com Portugal, com quem tem relações históricas e que tem também dado contributos em diferentes níveis e também no aspeto relativo à sua segurança.



Assim sendo, as relações de TL com outros países pode ter pontos de vista e estratégias diferentes de atuação. Primeiro, é preciso ter presente as boas relações a estabelecer com todos. Segundo, é necessário que os acordos bilaterais a estabelecer não perturbem as boas relações com outros países. Finalmente, o estabelecimento de parecerias multilaterais que obriguem ao comprometimento conjunto de vários países num mesmo fim, que pode ser, por exemplo, o combate ao crime, “a pirataria marítima, o tráfico de droga ou a pesca ilegal” (Dupont et al., 2002, p. 37).

Ter boas relações com outros Estados, especialmente os Estados vizinhos, é ter o equilíbrio suficiente para que, se por um lado não se deve, desprezar as boas relações de vizinhança, ainda por cima sendo os seus vizinhos potências militares e económicas, por outro lado, também não é aconselhável o domínio e a exagerada preponderância dessas forças externas. A voz de TL não se deve sobrepor, mas é importante ter uma voz ativa nesse cenário de relações.

A estratégia política a seguir por TL relativamente aos seus vizinhos, Austrália e Indonésia, deverá ser a de evitar qualquer confronto com esses países e desses países entre si na luta por uma maior influência em TL em função de algum interesse particular e estratégico. TL deverá “precaver-se para que não se transforme num peão da geopolítica indonésia-australiana, e para que não ofenda involuntariamente um dos lados em favor do outro, o que complicaria as relações entre aqueles dois países” (Dupont et al., 2002, p. 5).

Assim, qualquer acordo bilateral não deve colocar em causa interesses de outro país, e a cooperação trilateral Jacarta-Camberra-Timor será sempre uma boa opção de cooperação. Podem ser exemplos de cooperação nesse sentido a pirataria marítima, o tráfico de droga ou a pesca ilegal conforme já tivemos o ensejo de mencionar.

A participação em programas conjuntos com outros países deverá ser uma das medidas a adotar. “Refira-se que TL, Austrália, Indonésia, Filipinas e Estados Unidos uniram forças em Suai, TL, para uma assistência humanitária [...] em junho de 2018” (Sambhi, 2019, p. 6). Nesse aspeto será muito importante a discussão e a criação de condições para o “regresso da maioria dos 56 mil refugiados que ainda se encontram em Timor Ocidental [...] terreno fértil para as atividades das milícias” (Dupont et al., 2002, p.10)

TL deverá também participar e incentivar a criação e a participação em organismos de cooperação, através de vários acordos estabelecidos ou a estabelecer, incluindo nos domínios do comércio, investimento, conectividade e de formação/capacitação através da participação em fóruns e instituições de apoio à organização e desenvolvimento social.

A importância da ASEAN na região é um facto incontornável para qualquer um dos seus países membros. Essa importância traduz-se no contributo dessa organização em três importantes aspetos. O facto de pertencer a tão importante organização implica só por si a importância e credibilidade que a ASEAN confere a qualquer país. De igual modo, é inegável o aspeto económico decorrente do facto de poder beneficiar de um conjunto de benefícios comerciais com os outros países integrantes por fazer parte da ASEAN.

A ASEAN tem como principais objetivos acelerar o crescimento económico, o progresso social, fomentar a paz e a estabilidade regional, incentivar a colaboração entre os seus Estado membros e dar assistência aos seus membros especialmente nos aspetos económicos (ASEAN, 2019b). A ASEAN tem acordos com uma grande parte de países do mundo como sejam: Austrália, Canadá, China, Alemanha, Índia, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Turquia e Rússia.

As relações com outros países estendem-se também, dada a sua importância, a a conjunto de ações concretas de incentivo direto a esses relacionamentos. Começaremos assim por referir que é importante a participação, sempre que possível, de TL em reuniões bilaterais ou trilaterais a vários níveis do Estado, desde as Cimeiras de Chefes de Estado, Ministro dos Negócios Estrangeiros até às de Ministros da Defesa, a criação de comissões de paz, a criação de grupos e organizações não governamentais e académicas tornando-se num país seguro, pacífico e prospero que promovam a criação de um clima de paz e amizade entre os países e que abordem “uma série de preocupações compartilhadas, atraindo especialistas dos ministérios de Relações Exteriores, defesa, proteção de fronteira, forças policiais e autoridades ambientais, bem como universidades e centros de estudos” (Blaxland, 2016, p. 2).

John Blaxland sugere a criação de grupos de trabalho, liderados por uma universidade, para debaterem problemas comuns como é o caso da criminalidade transnacional (tráfico de pessoas, drogas, espécies

ameaçadas de extinção e armas), pesca ilegal, desafios ambientais e de recursos naturais e terrorismo. O governo precisa de estabelecer uma cooperação permanente com os países vizinhos e evitar a interferência em assuntos internos de cada um estimulando uma boa política de vizinhança.

Em geral, a Austrália e a Indonésia representam desafios que se relacionam com a estabilidade política, a estabilidade da defesa e segurança, economia e emprego. Tendo em conta esses princípios, esses dois países não só não são uma ameaça, mas, antes protegem TL. Dionísio Soares (ver 0) afirma que TL precisa de reforçar as suas capacidades e os instrumentos de política externa com a Austrália e a Indonésia e optar por uma política de mais amigos e inimigos zero.

Outros problemas que TL enfrenta e que deverão ser resolvidos de modo bilateral e/ou trilateral são a gestão dos recursos marinhos, do ponto de vista da sua sustentabilidade, a prevenção e tratamento da poluição marinha, assim como os problemas decorrentes, em grande medida, das mudanças climáticas (“as alterações climáticas continuam a ser uma ameaça fundamental para a segurança económica e alimentar em Timor-Leste” (Sambhi, 2019, p. 2) e a gestão de desastres naturais. Tal como já referimos, mas importa reforçar, é necessário ter presente a necessidade de haver estabilidade democrática, do governo e do Estado, assim como prover o Estado dos recursos financeiros e humanos essenciais a essa mesma estabilidade. Arão Noé corrobora essas ideias e acrescenta que TL desenvolveu a sua capacidade institucional desde o início da independência, estimulou o desenvolvimento global, melhorando passo a passo os seus recursos humanos, a fim de poder responder às exigências dos novos tempos. Há desafios económicos, políticos, de defesa e segurança, mas todos eles serão superados, afirma Arão Noé (ver 0).

Só assim, tal como afirma Filomeno da Paixão de Jesus, TL livrar-se-á das questões que o amarram ao passado histórico que demarcou a sua fronteira como Estado e poderá, então e finalmente, concentrar-se no seu próprio desenvolvimento e exercer plenos poderes decorrentes do seu direito de soberania sobre os seus recursos naturais. De resto, Timor-Leste continuará a sua relação de amizade com os dois países, adotando, inclusive, uma perspectiva de segurança cooperativa na região. TL deverá manter sempre uma postura de amizade e cooperação com os dois países vizinhos, uma vez que compreende a necessidade de interdependência e ações nas questões de segurança e estabilidade na região. Tendo em conta esses pressupostos, os países vizinhos de TL não são uma ameaça para TL,

mas são países que têm o potencial de fornecer investimento e assistência técnica necessários para o progresso de TL. Estes dois países têm um papel importante no provimento das necessidades económicas, no estímulo do comércio, na garantia de defesa e segurança para assegurar a sua estabilidade assim como a estabilidade regional.

O passado colonial de TL do qual herdou a propagação da religião cristã aos seus habitantes podem favorecer por um lado a sua ligação com as Filipinas e por outro manter, e se possível, aprofundar as relações com Portugal, quer no âmbito da CPLP quer através de um forte relacionamento bilateral, que neste momento cobre diversas áreas, destacando-se a justiça, educação e segurança.

Além das Filipinas TL deve esforçar-se por se aproximar de outros países do Sudeste asiático, “tanto dentro como fora do contexto da ASEAN. As relações bilaterais com membros mais antigos da ASEAN, nomeadamente com Singapura, a Malásia, as Filipinas e a Tailândia, serão particularmente importantes em termos de auxílio, investimento e comércio”. (Dupont et al., 2002, p. 5)

TL continuará a necessitar dos apoios de países e organizações que desde a sua independência têm auxiliado a muitos níveis incluindo apoio financeiro: Austrália, Japão, Portugal e União Europeia, Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), assim como o apoio moral e político das Nações Unidas.

Outro dos aspetos a ter em conta nas relações externas são as questões de segurança. A segurança deve ser entendida no seu sentido mais amplo abrangendo também a segurança externa. É importante ter presente que em caso de agressão externa as forças armadas timorenses não têm por si só capacidade de defesa pelo que teriam sempre de recorrer a apoios de terceiros que poderiam ser, por exemplo a Austrália ou outro/outros dos seus aliados mais próximos. Nesse sentido a diplomacia discreta e sensata tem aqui um papel essencial.

A segurança de Timor-Leste deve basear-se em três building blocks bilaterais. O primeiro diz respeito às relações bilaterais com os dois «grandes» vizinhos, a Austrália e a Indonésia, as relações prioritárias óbvias de Timor-Leste. O segundo nível envolve a região do Sudeste Asiático, particularmente as Filipinas, Singapura, Tailândia e Malásia. O terceiro nível inclui as relações com países fora da região, nomeadamente Portugal,

outros países europeus, os Estados Unidos e o Japão. A melhor estratégia para Timor-Leste será articular estes diferentes círculos e construir relações bilaterais estáveis de forma a alcançar a diversificação, evitando que fique refém das relações com a Indonésia e a Austrália (Dupont et al., 2002, p. 35).

Será, no entanto, importante referir que a Austrália é o maior país doador de TL desde a sua independência e lidera desde essa altura uma força de paz que garante a segurança em TL. A participação em aspetos de segurança pode traduzir-se por ações de apoio de entidades governamentais e institucionais, como são o caso da Austrália, Portugal e a ONU, assim como a participação de forças não governamentais como é o caso da ASEAN-ISIS e CSCAP e pode traduzir-se, em função dos objetivos de cooperação, em apoio financeiro, envolvimento pela cooperação como seja, por exemplo, acordos de formação e participação em ações de vigilância e alerta caso se tratem de violações à integridade territorial e soberania nacional.

Nesse sentido será importante que TL garanta o apoio e, sempre que possível a participação de entidades externas nessa segurança porque, por um lado, pode contar com um importante aliado e por outro porque o país não tem meios nem recursos suficientes para essa missão. Isso deve ter em atenção o não comprometer a sua soberania nacional, a sua integridade territorial e a sua própria segurança enquanto país independente.

O pequeno e recente Estado de Timor-Leste pratica a estratégia de *hedging*. Efectivamente, por um lado, procura vincar a sua independência e individualidade face aos seus dois grandes vizinhos Indonésia e Austrália, mas, por outro, aceita a presença de um importante contingente militar australiano no seu território e é candidato à adesão na ASEAN liderada pela Indonésia. Paralelamente, Timor-Leste mantém-se sob a vigilância das nações e procura desenvolver os seus laços com Portugal e com os restantes parceiros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa / CPLP (Tomé, 2010, p. 408).

A participação de TL como membro permanente das Nações Unidas, membro permanente da CPLP, membro do grupo G7+, observador na Organização Mundial do Comércio, observador no Fórum das Ilhas dos Pacíficos, no estabelecimento e participação no fortalecimento do Fórum para o Desenvolvimento do Pacífico, de comissões de verdade e reconciliação, as comissões de verdade e amizade, assim como ser membro permanente ASEAN Regional Fórum, de nível sub-regional “baseado num conceito de segurança cooperativa e numa abordagem multifuncional à cooperação de segurança

e envolvendo a construção de confiança, diplomacia preventiva e resolução de conflitos” (Dupont et al., 2002, p. 41), e observador no seio da ASEAN, vão nesse sentido do estabelecimento e fortalecimento das boas relações com outros países assim como dão boas garantias de apoio à sua segurança especialmente externa.

#### **4. Síntese do Capítulo 01**

Começamos neste capítulo por explicar o conceito de *hedging* tendo por base uma posição que evita ter que escolher um lado às custas óbvias de outro. abordamos as teorias realistas e norealistas nas relações entre Estados para abordarmos os conceitos de *balancing*, *bandwagoning* e por fim determinamos à volta da estratégia de *hedging* a seguir.

A crescente preocupação dos Estados pequenos com o ambiente internacional e as questões de segurança decidem a sua decisão na estratégia a tomar. É importante referir que esses pequenos Estados devem manter as suas opções políticas abertas, não se comprometendo com nenhuma estratégia única dentro das rígidas dicotomias de estratégias de “*balancing*” ou “*bandwagoning*”, embora a estratégia a seguir não tenha de ser, necessariamente, ou uma ou outra.

É, também, importante notar que as estratégias de *hedging* identificam um conjunto de políticas multidimensionais de “segurança” e de engajamento adotadas por pequenos atores nas suas relações estabelecidas ou a estabelecer com os grandes poderes que evitam a escolha de um dos lados. Assim sendo assumimos neste trabalho *hedging* como um conjunto de estratégias destinadas a evitar (ou planejar contingências) uma situação em que os Estados não podem decidir sobre alternativas mais diretas, como *balancing*, *bandwagoning* ou neutralidade. Em vez disso, cultivam uma posição intermediária.

A razão é a articulação de um país a nível regional, com foco, por exemplo, num regime como a Austrália e a Indonésia. Em geral, vê *hedging* como um *hard hedging*, uma estratégia com foco na segurança que se centra em torno de relações de construção, em particular com grande poder como a CPLP para atuar como contrabalanço ao poder crescente como é o caso da Austrália e da Indonésia.

Assume-se assim que *hedging* abrange: "um conjunto de estratégias destinadas a evitar (ou planejar contingências) uma situação em que os Estados não podem decidir sobre alternativas mais diretas, como *balancing*, *bandwagoning* ou neutralidade. Em vez disso, cultivam uma posição intermediária que evita ter que escolher um lado às custas óbvias de outro.

Depois abordamos a opção geoestratégica de TL tendo em conta a geografia, os territórios que administram, a sua localização, as relações de forças estabelecidas, os seus recursos, a sua história, o seu povo, com a sua cultura, o seu modo de vida e a sua relação com o meio ambiente, integrando-se num conjunto de relações de vários campos disciplinares que vão desde a geografia, ciências humanas, ciências sociais. "Os objetivos principais são a sobrevivência dos Estados, a manutenção do próprio sistema de Estados [...] e, naquela que é talvez a dinâmica mais importante, evitar a preponderância de um Estado ou grupo de Estados" (Fernandes, 2007, p. 16). Por fim analisamos a estratégia de *hedging* de TL dividindo-a em duas medidas, as políticas públicas e a política externa.

Nas políticas públicas começamos pela necessidade de estabilidade da região o que implica uma boa governação, melhor justiça, finanças e segurança. Timor-Leste deverá continuar a recorrer (e se possível, reforçar), tal como tem feito, a Programas de Assistência Técnica e de cooperação institucional com outros países e o apoio do BAD e do ACNUR.

A segurança interna, a democracia e a cultura democrática, o bem-estar e a paz em Timor são essenciais aos timorenses e para os seus países vizinhos, daí a importância da segurança interna e das forças armadas (incentivar a cooperação técnico-militar com outros países incluindo Portugal) assim como as infraestruturas, a consolidação da capacitação institucional (infraestruturas políticas, económicas, sociais e de segurança), o emprego, a educação, saúde e transportes públicos, a melhoria das condições sociais e o combate à pobreza entre muitos outros aspetos (onde também se pode incluir a separação de poderes especialmente entre o Estado e a justiça), que funcionam também como não facilitadores de movimentos de grupos terroristas, radicalismo, traficantes de droga e tráfico de seres humanos.

Na política externa será importante o estabelecimento de boas relações de vizinhança segundo uma ordem de prioridades, partindo num primeiro plano da Austrália e a Indonésia. Estabelecimento de uma política de reforço e de aproximação a outros países amigos e influentes, tal como a instituições como a ONU, a ASEAN e a CPLP. A voz de Timor não se deve sobrepor, mas é importante ter uma voz ativa nesse cenário de relações.

Timor-Leste deverá também incentivar a criação e a participação em organismos de cooperação, quer seja através de vários acordos estabelecidos (como os acordos de formação e participação em ações de vigilância e alerta caso se tratem de violações à integridade territorial e soberania nacional) ou a estabelecer, incluindo nos domínios do comércio, investimento, conectividade e de capacitação através da participação em *fora* e instituições de apoio à organização e desenvolvimento social, assim como incentivos a indústrias como, por exemplo, o café, a pesca e o turismo.



## CONCLUSÃO

---

Timor-Leste é um dos países mais jovens do mundo. Cerca de quinhentos anos de colonização portuguesa e após duas décadas de ocupação pela Indonésia, a sua independência foi restaurada em 20 de maio de 2002. Nos últimos anos TL avançou com a proposta de criar um triângulo de crescimento, entre o Pacífico e o Índico, estreitando as relações internacionais entre Díli, Camberra e Jacarta. A posição da ilha é considerada como estratégica para a criação de uma relação, valorizando a posição geopolítica de TL.

Sendo TL um país novo, com instalações e infraestruturas ainda insípidas, apresentando limitações para o seu desenvolvimento político, económico, cultural e social, devido a um histórico de conflitos e ocupação militar da Indonésia, a sua independência trouxe novos desafios especialmente no relacionamento com os seus mais importantes vizinhos. TL construiu laços de cooperação visando o seu crescimento. A sua localização geográfica é considerada uma vantagem para o fortalecimento da sua relação com a Austrália e Indonésia.

Propusemo-nos neste trabalho fazer uma análise geopolítica à estratégia de *hedging de* Timor-Leste face à Austrália e à Indonésia durante o espaço temporal pós-independência, abrangendo o período de quinze anos que começa em 2002 e se prolonga até 2017, que nos permitisse responder à questão colocada na pergunta que conduziu a nossa investigação:

Uma estratégia de *hedging* de Timor-Leste face à Indonésia e à Austrália é congruente com a sua geopolítica no sudeste asiático?

Assim, neste trabalho começamos por identificar os principais pontos de interesses conjuntos entre Díli, Jacarta e Camberra, tendo por base um conjunto de estudos decorrentes da aplicação de um inquérito (sob a forma de entrevista semiestruturada) e de uma pesquisa bibliográfica e documental. Vale a pena aqui referir que, quanto às limitações da presente pesquisa, destacam-se as limitações tradicionais, como a redução do número de inquéritos, visando contemplar membros de organizações de referência vinculadas a Timor-Leste, assim como a ainda escassa documentação bibliográfica sobre este tema de estudo.

Neste estudo e na sua análise, abordamos numa primeira fase a geopolítica de TL, que combinou uma esquematização geográfica das relações diplomático-estratégicas com uma análise geoeconómica dos recursos e uma interpretação das atitudes diplomáticas de acordo com o modo de vida e o meio, que nos conduziu, em primeiro lugar, à caracterização das duas mais importantes e representativas organizações nessa região, a ASEAN e o PIF.

Depois analisamos a situação timorense no contexto do sudeste asiático, especialmente no que concerne às suas relações bilaterais (essencialmente as que se referem quer à Indonésia, quer à Austrália), às relações trilaterais entre estes três países, e às relações no âmbito da ASEAN e ao PIF, atrás referidas.

A seguir abordamos as relações multilaterais de TL, nas quais nos mereceram especial realce as relações estabelecidas e a estabelecer (porque se pretendem aprofundar), por um lado as relações trilaterais entre Dili-Camberra-Jakarta e por outro lado as relações com a CPLP.

Nas relações com a ASEAN, organização de primordial importância na região onde TL se insere, visível essencialmente através da sua carta estatutária e dos seus pilares de atuação - económico, sociocultural, político e de segurança -ressaltam como potenciais benefícios a criação de condições para um maior investimento na economia, na cultura, no comércio, no desenvolvimento do turismo sustentável, na defesa nacional, na segurança, na prevenção do crime, na boa governação, nas reformas políticas, na partilha de experiências, na gestão dos recursos naturais e na cooperação ambiental.

TL beneficiará particularmente da cooperação no domínio comercial, no turismo, no investimento, no acesso a um mercado mais vasto, no progresso social, na cooperação nos projetos industriais, no alargamento do leque de possibilidades para respostas rápidas a desastres e catástrofes naturais, assim como na promoção da paz, nos acordos de extradição, no acordo de zona livre de armas nucleares e na procura de uma nova centralidade. Não poderemos, no entanto, esquecer os aspetos relativos ao estabelecimento de comissões de trabalho conjunto, como por exemplo as comissões de verdade e reconciliação, comissões de verdade e amizade, constituídas para encontrar soluções e resolver problemas comuns.

Quanto às relações com o PIF há importantes contributos na área política (partilha de experiências e desenvolvimento em aspetos das liberdades, da democracia), na área económica (comércio, turismo e pescas), no setor da segurança (redução das vulnerabilidades) e benefícios associados à biodiversidade e partilha e intervenção na âmbito das alterações climáticas.

O PIF, tal como a ASEAN, é também de primordial importância na região, pelas possibilidades de desenvolvimento que integra, em setores tão vastos como os da economia, comércio e turismo, pescas e segurança ambiental, segurança e defesa, cultura, democracia, boa governação e reformas políticas.

Estas duas organizações representam importantes apostas para TL. Por essa razão TL é candidato a integrar a ASEAN e é atualmente membro observador do PIF. Essa aposta facilita também o triângulo de relações Díli-Jacarta-Camberra, quer através, de relações bilaterais Díli-Jacarta já em curso e atrás referidas como no comércio, na educação, no emprego e no estabelecimento de equipas conjuntas de trabalho, e nas relações Díli-Camberra, também em curso e disponíveis para o aprofundamento em domínios como o mar e a cooperação nos domínios militar, polícia e educação.

No caso das relações com a CPLP, é primordial o aprofundamento da aprendizagem da língua portuguesa através da formação especializada dos professores para o ensino do Português como uma das línguas oficiais. É fundamental promover e incentivar a cooperação na investigação, sobre as águas e biodiversidade do mar – proteção do coral, por exemplo -, na cooperação entre universidades, nas telecomunicações, agricultura, transportes, turismo, intercâmbio cultural.

Sendo a estratégia de *hedging de* TL com a Austrália e Indonésia o tema principal deste trabalho, também o histórico das relações com a Austrália e a Indonésia mereceram a nossa atenção. As razões da cooperação da Indonésia com TL apontam para várias áreas de cooperação onde se destaca a educação, com a concessão de bolsas de estudo para estudantes timorenses. Para além desta área de cooperação há muitas outras como as várias iniciativas para fomentar o crescimento económico de TL, através do desenvolvimento de algumas áreas: cultural, económica, educação, militar, saúde e florestal. Para facilitar essa vasta cooperação, a Indonésia abriu o Gabinete do Interesse Indonésio em TL que está agora ao nível da Embaixada da Indonésia em Timor-Leste.

São muitos os desafios (realça-se a segurança interna, em especial nas relações fronteiriças) e os obstáculos (especialmente ao nível das infraestruturas, recursos financeiros e humanos) a enfrentar para superar as ameaças (a dependência económica, a pobreza, o crime transnacional, tráfico de arma ilegal e tráfico humano) e tirar partido das vantagens oferecidas pela sua posição geográfica e os seus recursos naturais, e pelas oportunidades resultantes da próxima adesão de Timor à ASEAN e pelos tratados de cooperação em especial com a Austrália e a Indonésia.

As razões da cooperação da Austrália com TL prendem-se com os elevados níveis de pobreza em TL e com a participação significativa em interesses comuns na área do petróleo e no gás natural assim como nos recursos naturais especialmente os do mar de TL. Para além disso, o Governo Australiano tem fornecido importante apoio financeiro. Foram inúmeras as assistências financeiras como é o caso do fundo para o desenvolvimento do TL nos sectores de desenvolvimento de água e saneamento, infraestruturas, agricultura, educação, saúde, capacitação de instituições governamentais, incluindo também o apoio a organizações não-governamentais.

Partindo da importância dessas relações históricas transportadas para os momentos atuais, fazendo ressaltar os aspetos positivos que já houve, e que atrás apresentamos, com qualquer um desses países, e que justificam uma estratégia já assente no respeito mútuo entre todos, consideramos que isso configura uma estratégia de *hedging* de TL face aos dois vizinhos e é congruente com a sua geopolítica no sudeste asiático que passa pela integração na ASEAN, onde Jacarta desempenha um papel importante, e na manutenção do seu vínculo ao PIF, onde Camberra tem especial influência.

A geopolítica de TL no sudeste asiático está relacionada com um conjunto de objetivos e é condicionada pelo potencial estratégico do país que, como analisamos, apresenta vulnerabilidades e potencialidades.

Entre os objetivos dessa estratégia sobressaem a necessidade de TL se adaptar ao sistema internacional hodierno, ajustando as suas leis para o controle das fronteiras marítimas, melhorar a sua relação com a Indonésia e superar uma história de conflito e constrangimentos, e ultrapassar as dificuldades das negociações para a sua integração como membro de pleno direito da ASEAN. Deve apostar na economia do mar, tirando partido dos recursos da sua zona económica exclusiva e da

posição geoestratégica do seu território, além de promover o desenvolvimento de setores económicos vitais, como a agricultura

Entre as vulnerabilidades de TL destacam-se, desde logo, aquelas que resultam do facto de ser um Estado recente (dezoito anos), com debilidades ao nível das infraestruturas e dos recursos humanos e financeiros. As instituições políticas ainda estão em fase de consolidação, deparando-se o Estado com uma forte dependência económica do exterior, dificuldades na gestão de crises, como a que resulta de uma elevada taxa de desemprego. Isso tem reflexos na salvaguarda dos Direitos Humanos, no controlo das fronteiras terrestre, marítima e aérea do território e no risco de o mesmo ser usado pela máfia internacional, no narcotráfico e terrorismo e como uma possível via de trânsito para crime transnacional, tráfico de armas e de seres humanos, para além da pesca ilegal, acarretando com isso instabilidade política e pobreza económica e social.

Entre as suas potencialidades realça-se a sua posição geoestratégica, num dos corredores do tráfego internacional de mercadorias, entre o Índico e o Pacífico; a sua cooperação bilateral e multilateral, designadamente com os países lusófonos (CPLP); e as reservas e o aproveitamento de recursos naturais, designadamente o petróleo e o gás natural, no Mar de Tímore.

No âmbito da estratégia de *hedging* de TL destacamos a intrínseca conexão entre as políticas públicas e a política externa. Nas políticas públicas começamos pela necessidade de estabilidade da região, o que implica uma boa governação, melhor justiça, finanças e segurança. TL tem necessidade de continuar a recorrer (e se possível, reforçar), tal como tem feito, a Programas de Assistência Técnica e de cooperação institucional com outros países e ao apoio do BAD e do ACNUR. A segurança interna, a democracia e a cultura democrática, o bem-estar e a paz são essenciais aos timorenses e aos países vizinhos, daí a importância da segurança interna e das forças armadas (incentivar a cooperação técnico-militar com outros países, incluindo Portugal), assim como as infraestruturas, a consolidação da capacitação institucional (infraestruturas políticas, económicas, sociais e de segurança), o emprego, a educação, saúde e transportes públicos, a melhoria das condições sociais e o combate à pobreza entre muitos outros aspetos (onde também se pode incluir a separação de poderes, especialmente entre o poder político e o poder judicial), que funcionam também como não facilitadores de movimentos de grupos terroristas, radicalismo, traficantes de droga e tráfico de seres humanos.

Na política externa será importante o estabelecimento de relações de boa vizinhança, seguindo uma ordem de prioridades que privilegia a Austrália e a Indonésia. O estabelecimento de uma política de reforço e de aproximação a outros países amigos e influentes, bem como a organizações, caso das Nações Unidas, da ASEAN e da CPLP. A voz de Timor não se deve sobrepor, mas é importante ter uma voz ativa nesse cenário de relações. Timor-Leste deverá também incentivar a criação e a participação em organismos de cooperação, quer seja através de vários acordos estabelecidos (como os acordos de formação e participação em ações de vigilância e alerta, caso se tratem de violações à integridade territorial e soberania nacional) ou a estabelecer, incluindo nos domínios do comércio, investimento, conectividade e de capacitação através da participação em fóruns e instituições de apoio à organização e desenvolvimento social, assim como incentivos a indústrias como, por exemplo, o café, a pesca e o turismo.

Com base em todos os pressupostos anteriores e respondendo diretamente à nossa pergunta de investigação, apresentada no início desta seção, a estratégia de *hegging* de TL face à Austrália e à Indonésia tem sido congruente com a sua geopolítica no sudeste asiático, porque vai no sentido da sua integração nas importantes organizações regionais como a ASEAN e o PIF, tirando partido de todos os seus benefícios e incentivos, da cooperação, cada vez mais estreita e aprofundada com Camberra e Jacarta, na investigação, na cooperação entre as universidades, nas telecomunicações, agricultura, transportes, turismo e intercâmbio cultural. As preocupações de Díli têm ido, também, no sentido do aprofundamento das relações no seio da CPLP e da utilização da língua portuguesa.

O multilateralismo, mais do que o bilateralismo, tende a ser um aliado dos atores que constituem o elo mais fraco dos sistema. A diversificação das alianças permite a um Estado ganhar autonomia estratégica, dado que não fica refém de uma única hierarquia de potências. É aqui que ganha relevância a pertença de TL à CPLP, dado que esta organização, pela influência dos seus membros a nível regional e global, reforça o poder de TL cujo território está “entalado” entre dois vizinhos poderosos. A geopolítica analisa a perspetiva espacial das relações de poder e permite avaliar a geoestratégia mais adequada para a prossecução do chamado “interesse nacional”. Trata-se de maximizar as suas potencialidades, de modo a minimizar as suas vulnerabilidades.

É de referir, complementando a resposta à nossa pergunta de investigação, que é necessário um maior aprofundamento em todas essas dimensões de intervenção geopolítica de TL. Nesse sentido o trabalho aponta, numa primeira abordagem, para uma diversidade de conceitos, para a estratégia de *hedging*, com foco na segurança, intensificando as relações quer no âmbito da CPLP quer, essencialmente, nas relações bilaterais Dili-Jacarta e Dili-Camberra e trilaterais Dili-Jacarta-Camberra, podendo neste caso vislumbrar-se o embrião de um “triângulo de desenvolvimento” entre os Estados. Assumindo uma posição de *balancing*, equilíbrio entre os diferentes atores regionais, e de neutralidade face às suas rivalidades, TL evita situações de *bandwagoning* que lhe limitariam a soberania. Cultiva, assim, através de uma estratégia de *hedging*, uma posição intermediária que evita ter que escolher um lado às custas óbvias de outro.

As relações bilaterais e multilaterais estão em crescente fortalecimento no sudeste asiático. Para marcar o seu posicionamento no sistema internacional, o Estado timorense tornou-se membro da ONU, da CPLP e solicitou a sua adesão à ASEAN, para além de ser observador no PIF e no Fórum Económico do Pacífico, de ser fundador do G7+, participar de reuniões trilaterais e manter embaixadores na Austrália e na Indonésia. A nossa investigação também constatou que a nível interno o país priorizou a paz e estabilidade política e económica, focando-se mais no futuro e menos no passado. No plano externo tem promovido relações de boa vizinhança e com outros atores internacionais, regionais e globais, tendo em vista os seus objetivos de paz, estabilidade e desenvolvimento.

Como síntese final consideramos que são muitos os desafios que se colocam a esta jovem nação. A maior parte da população timorense vive da agricultura e de uma economia de subsistência e o seu principal produto agrícola é o café. Sessenta e três por cento das famílias de TL estão envolvidas na produção agrícola de milho, mandioca e vegetais. Enquanto, apenas vinte e cinco por cento produzem arroz, o alimento básico dos timorenses. A sua riqueza natural é apontada como um grande ponto forte de TL. Essa mesma população anseia por melhores condições de vida resultantes do desenvolvimento do seu país.

Esta investigação mostrou-nos que esse processo de desenvolvimento está em curso, impulsionado por abundantes recursos naturais do país, como petróleo, gás natural, cobre, bentonita e argilas

cerâmicas, mármore, ouro, crómio e manganês, mantendo-se, no entanto, como principais setores de atividade económica, a agricultura, o turismo e a indústria petrolífera.

Compete aos decisores políticos saber aproveitar a margem de soberania do Estado e delinear a estratégia que melhor sirva o interesse nacional, tendo em conta os contextos regionais e globais. Como esta investigação revelou, a estratégia de *hedging* face à vizinhança próxima é coerente com a geopolítica de Timor-Leste no sudeste asiático, dado ser aquela que melhor se adequa ao potencial estratégico de TL.

Como uma investigação procura ser linear, mas descobre pontas que poderão alimentar outras pesquisas, afigura-se-nos pertinente que trabalhos futuros possam tratar do impacto para a economia timorense da sua (próxima) integração na ASEAN, um estudo setorial (agricultura, indústria, comércio) para avaliar quais os investimentos que se antevêem mais reprodutivos no contexto regional e um outro sobre o futuro das relações internacionais de Timor-Leste, tendo em conta a evolução da conjuntura, num contexto atualmente marcado pelas consequências de uma pandemia.



## VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

### Livros:

- Abrantes, M. S., Cardoso, V. R., Guterres, J. A., Amaral, J., Borges, H. L., & Dias, J. (2008). A Língua Portuguesa. Um Património Comum. Um Futuro Global. Sétima Conferência da CPLP, Divisão de Imprensa, Imagem e Comunicação da Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Portugal. *Revista Cultural, Económica e Diplomática*. Lisboa: Edições Técnicas.
- Bell, J. (1998). *Como realizar um projecto de investigação* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Boniface, P. (2019). *La Géopolitique* (7ª ed.). Paris: Eyrolles.
- Centeno, R., & Novais, R. (2006). *Timor-Leste da Nação ao Estado*. Porto: Afrontamento.
- Cornnery, D. (2010). *Crisis Policymaking Australia and the East Timor Crisis of 1999*. Camberra: ANU Press.
- Coutinho, C. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Cunha, R. S. (2010). *A realidade constitucional Timorense na relação com a alteridade*. Paper presented at the Proceedings of the Understanding Timor-Leste Conference, Edited by Michael Leach, Nuno Canas Mendes, Antero B.da Silva, Alarico da Costa Ximenes and Bob Boughton. Melbourne: Swinburne University.
- Degaut, M. (2017). Anuario Política Internacional & Política Exterior 2016-2017, Sacudones ciudadanos, rupturas del mundo anglo-sajón e incertidumbres globales. In C. D. Star (ed.), *O Recuo Americano e a Emergência de uma Ordem Tripolar*. Montevideú: Programa de Estudos Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de La República Uruguay.
- Durand, F. (2010). *Timor-Leste País no Cruzamento da Ásia e do Pacífico Um Atlas Histórico-Geográfico*. Lisboa: Lidel - Edições Técnicas.
- Faculdade de Arquitetura - Universidade Técnica de Lisboa (2002), *ATLAS de Timor Leste*. Lisboa: LIDEL - Edições Técnicas.
- Feijó, R. G. (2010). *Os nomes dos Timorenses: Resistência à Indonésia e Construção de Identidade Nacional*. Paper presented at the Proceedings of the Understanding Timor-Leste Conference, Edited by Michael Leach, Nuno Canas Mendes, Antero B.da Silva, Alarico da Costa Ximenes and Bob Boughton. Melbourne: Swinburne University.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). São Paulo: ASA.
- Gomes, J. J. P. (2018). *Regresso a Timor*. Porto: Afrontamento.
- Guedes, A. M. (2010). *Power-sharing in the Tropics and the ubiquitous 'presidential drift': the mechanics and dynamics of unstable equilibrium in the 'semi-presidentialism' of East Timor*. Paper presented at the Proceedings of the Understanding Timor-Leste Conference, Edited by Michael Leach, Nuno Canas Mendes, Antero B.da Silva, Alarico da Costa Ximenes and Bob Boughton. Melbourne: Swinburne University.
- Hermenegildo, R. S. (2010). *A Política Externa de Portugal para a PESC: o Caso de Timor-Leste*. Paper presented at the Proceedings of the Understanding Timor-Leste Conference, Edited by Michael Leach, Nuno Canas Mendes, Antero B.da Silva, Alarico da Costa Ximenes and Bob Boughton. Melbourne: Swinburne University.
- Instituto Português da Juventude (1997). *A História de Timor e a Presença Portuguesa na Insulíndia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Kingston, E. (2012). *Perpetuating Genocide: International Neglect in the East Timor Crisis*. Michigan: Grand Valley State University.
- Kjeellén, R. (1917). *Der staat als lebensform*. Leipzig: S. Hirzel Verlag.
- Leach, M. (2019). Australian – Timor-Leste Relations are Back on Track. Australia, Diplomacy, International Relations, East Timor. *Swinburne University of Technology Australia*. Obtido de

- <http://www.eastasiaforum.org/2019/australia-timor-leste-relations-are-back-on-track/>. Acedido em 20-02-2020.
- Lekke, J. K., & Santos, S. (2015). Acting West, Looking East: Timor-Leste's Growing Engagement with the Pacific Islands Region. In E. C. Cramer (ed.), *Regionalism, Security & Cooperation in Oceania*. pp. 171. Honolulu: Asia-Pacific Center for Security Studies.
- MacQueen, N. (2014). United Nations Transitional Administration in East Timor-UNTAET. In Joachim A. Koops, Thierry Tardy, Norrie MacQueen and Paul D. Williams (eds.). *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operation*. Obtido de <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199686049.001.0001/oxfordhb-9780199686049-e-58>. Acedido em 17-04-2018.
- Marston, H. (2019). *Despite the Odds: TL's Quest to Avoid a Debt Trap Dilemma and Achieve Democratic Stability*. Rhode Island: Pell Centre for International Relations and Public Policy, Salve Regina University.
- Matos, A. (2001). *Povos e Culturas. Centro de Estudo dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- McIntyre, K. G. (1977). *The Secret Discovery of Australia: Portuguese Ventures 200 Years before Captain Cook*. London: Souvenir Press.
- Mearsheimer, J. J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton.
- Mendes, N. C. (2010). *Dilemas identitários e fatalidades geopolíticas: Timor-Leste entre o Sudeste Asiático e o Pacífico-Sul*. Paper presented at the Proceedings of the Understanding Timor-Leste Conference, Edited by Michael Leach, Nuno Canas Mendes, Antero B.da Silva, Alarico da Costa Ximenes and Bob Boughton., Universidade Nacional Timor-Lorosa'e, Dili, Timor-Leste. Melbourne: Swinburne University.
- Palmeira, J. (2006). *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.
- Palmeira, J. (2010). O Potencial de Timor – Leste na Geopolítica da CPLP. Paper presented at the Proceedings of the Understanding Timor-Leste Conference, Edited by Michael Leach, Nuno Canas Mendes, Antero B.da Silva, Alarico da Costa Ximenes and Bob Boughton. Melbourne: Swinburne University.
- Pardal, L., & Correia, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores.
- Porter, A. (2016). *Windows of Opportunity East Timor and Australia Strategic Decision Making (1975-1999)*. Alabama: Air University Press.
- Ramos, S. T. C., & Naranjo, E. S. (2014). *Metodologia da Investigação Científica*. Luanda: Escolar Editora.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (1991). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill .
- Sousa-Santos, J. L. (2017). *Achieving a 'Delicate Equilibrium: 'Are Southeast Asia's Maritime States Indonesia and the Philippines Hedging China?'* Wellington: Victoria University of Wellington.
- Teles, M. G. (2000). Separata do II Suplemento do Dicionário Jurídico da Administração Pública. Obtido de <http://www.direito.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/direito/docs/TimorLeste.pdf>. Acedido em 15-02-2020.
- Vasconcelos, P. B., Araújo, A. C., Baptista, A. R., Oliveira, A. S., Moura, B. M., Almeida, B., . . . Moreira, R. P. (2011). *Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste*. Braga: Direitos Humanos - Centro de Investigação Interdisciplinar.
- Waltz, K. N. (1978). *Theory of International Politics*. Berkeley: Wesley Publishing Company.
- Willis, D. (2016). *Timor-Leste's Complex Geopolitics: the Local, the Regional and the Global* (Sarith Smith, Nuno Canas Mendes, Antero B. da Silva, Alarico da Costa Ximenes, Clinton Fernandes and Michael Leach eds.). Melbourne: Swinburne University Press.

## Artigos:

- Avustin, J. (2020). The United Nations and Self-Determination in the Case of East Timor. *E-International Relations Publishing*.
- Bento, A. V. (2012). Como Fazer uma Revisão da Literatura: Considerações Teóricas e Práticas. *Revista JA* (Associação Académica da Universidade da Madeira), VII (65), pp. 42-44.
- Blau, S., & Fondebrider, L. (2010). Dying for Independence: Proactive Investigations into the 12 November 1991 Santa Cruz Massacre, Timor Leste. *The International Journal of Human Rights*, 15(8), 1249-1274.
- Blaxland, J. (2016). MANIS: Time for a new forum to sweeten regional cooperation. *Centre of Gravity series, Strategic and Defence Studies Centre (SDSC)*, based at The Australian National University's College of Asia and the Pacific.
- Brown, C. (2004). Indonesia, East Timor and Australia. *Taiwanese Journal of Australian Studies*. IV, 37-73.
- Correia, P. P. (2012). Geopolítica e Geoestratégia. *Nação e Defesa*. V (131), pp. 229-246. Obtido de [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7670/1/NeD131\\_PedroPezaratCorreia.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7670/1/NeD131_PedroPezaratCorreia.pdf). Acedido em 16-02-2020.
- Coutinho, C. (2006). Aspectos Metodológicos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal (1985-2000). *AFIRSE, Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique en Education*. Obtido de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6497/1/Clara%20Coutinho%20AFIRSE%202006.pdf>. Acedido em 7-02-2020.
- Dupont, A., Vasconcelos, Á. d., Hernandez, C., Hassan, D., Godement, F., Dias, J. A., . . . Huxley, T. (2002). A Segurança de Timor-Leste no Contexto Regional: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais-IEEI. Obtido de [http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r\\_lusofonos/r\\_timor\\_lestes\\_seguranca\\_tl\\_contexto\\_regional.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_lusofonos/r_timor_lestes_seguranca_tl_contexto_regional.pdf). Acedido em 6-04-2020.
- Feijó, R. G. (2008). Língua, Nome e Identidade Numa Situação de Plurilinguismo Concorrencial: O Caso de Timor-Leste. *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 12 (1).
- Fernandes, L. L. (2007). Teoria das Relações Internacionais. De Tucídides a Guicciardini, Factores Perenes do Realismo em Relações Internacionais e a Ascensão dos Novos Colossos Asiáticos. *Relações Internacionais*, 16, pp. 007-019.
- Fiori, A., & Passeri, A. (2015). Hedging in search of a new age of non-alignment: Myanmar between China and the USA. *The Pacific Review*.
- Freitas, W. R. S., & Jabbour, C. J. C. (2011). Utilizando Estudo de caso(s) como Estratégia de Pesquisa Qualitativa: Boas Práticas e Sugestões. *Estudo & Debate*, 18 (12), pp. 07-22.
- Frost, F. (2008). ASEAN's Regional Cooperation and Multilateral Relations: Recent Development and Australia's Interests. *Foreign Affairs*. Obtido de [https://www.apf.gov.au/About\\_Parliament/Parliamentary\\_Departments/Parliamentary\\_Library/pubs/rp/rp0809/09rp12](https://www.apf.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/rp/rp0809/09rp12). Acedido em 23-03-2020.
- Goh, E. (2019). Meeting the China Challenge: The U.S. in Southeast Asian Regional Security Strategies. *East-West Center*. Obtido de <https://www.eastwestcenter.org/publications/meeting-china-challenge-us-southeast-asian-regional-security-strategies>. Acedido em 15-08-2019.
- Goh, E. (2006). Understanding "Hedging" in Asia-Pacific Security. *PacNet - Pacific Forum CSIS*, 43.
- Goh, E. (2007). Southeast Asian Perspectives on the China Challenge. *Journal of Strategic Studies*, 30(4).
- Gorjão, P. (2004). O legado e as lições da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste. Vol. XXXIII, pp. 1043-1067. Obtido de

- <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218650917Z6cTL7sm2Gw77GW1.pdf>. Acedido em: 13-12-2019.
- Gunasekara, S. N. (2015). Bandwagoning, Balancing, and Small States: A Case of Sri Lanka. *Asian Social Science*, 11(28), 212-220.
- Gusmão, X. (2017). Timor Timur Dalam Kenangan...: pinterpolitik. Obtido de <https://www.pinterpolitik.com/timor-timur-dalam-kenangan/>. Acedido em 18-03-2020.
- Hutt, D. (2018). Will TL become China's next debt trap? Obtido de <https://asiatimes.com/2018/11/will-timor-leste-become-chinas-next-debt-trap/>. Acedido em 15-02-2020.
- Ishizuka, K., & Lloy, S. (2008). Japan's Development Assistance in Timor-Leste. Obtido de <https://core.ac.uk/download/pdf/228685753.pdf>. Acedido em 15-02-2018.
- King, D. Y. (2003). East Timor Founding Election and Emerging Party System. *Asian Survey*. *University of California Press*. Vol. 43, pp. 745-757. Obtido de <http://www.jstor.org/stable/>. Acedido em 15-02-2020.
- Kripka, R. M. L., Scheller, M., & Bonotto, D. L. (2015). Pesquisa Documental na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Caracterização. *Investigaciones UNAD*, 14 (2), pp. 55-73.
- Kuik, C.-C. (2008). The Essence of Hedging: Malaysia and Singapore's Response to a Rising China. *Contemporary Southeast Asia A Journal of International and Strategic Affairs*, 30 (2), pp. 159-185. Obtido de [https://www.researchgate.net/publication/265754648\\_The\\_Essence\\_of\\_Hedging\\_Malaysia\\_and\\_Singapore's\\_Response\\_to\\_a\\_Rising\\_China](https://www.researchgate.net/publication/265754648_The_Essence_of_Hedging_Malaysia_and_Singapore's_Response_to_a_Rising_China). Acedido em: 13-06-2018.
- Londay, P. (2020). Australia and Peacekeeping. Peace Keeper in Indonesia-then and now. Obtido de [https://www.awm.gov.au/articles/indonesia\\_peacekeeping](https://www.awm.gov.au/articles/indonesia_peacekeeping). Acedido em: 27-05-2018.
- Margesson, R., & Bruce, V. (2019). East Timor: Political Dynamics, Development, and International Involvement. Paper presented at the Congressional Research Service. Prepared for Members and Committees of Congress. June 17, 2019. Obtido de: [www.crs.org](http://www.crs.org). Acedido em 25-03-2019.
- Mendes, N. C. (2013). Dimensões da Segurança de Timor-Leste: Balanço e Perspetivas. *Nação e Defesa*, V (134), pp. 263-278.
- Neto, W. (2014). A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Como Uma Expressão Específica da Cooperação Internacional: Um Levamento Teórico Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 13 (2). Obtido de [www.ode.dfat.gov.au](http://www.ode.dfat.gov.au); <https://www.oecd.org/derec/australia/Timor-leste-eval-report-2014.pdf>. Acedido em: 15-02-2020.
- Niue, & Alofi. (2008). Thirty-Ninth Pacific Island Forum. Obtido de [https://web.archive.org/web/20080910183500/http://www.forumsec.org/\\_resources/article/files/FINAL%202008%20Comunique%20-%202020%20Aug%2008.pdf](https://web.archive.org/web/20080910183500/http://www.forumsec.org/_resources/article/files/FINAL%202008%20Comunique%20-%202020%20Aug%2008.pdf). Acedido em 13-02-2020.
- Palmeira, J. (2015). The sea in Geopolitics of Portugal. *Biblos*, 3 (2).
- Pascall, L. (2013). Are US Allies Japan and South Korea Hedging China? Massey University, Manawatu, New Zealand.
- Peter, C., & Cabral, R. (2002). Indonésia e Timor: dois caminhos para a independência. *Análise Social*, 36 (161), pp. 1061-1077.
- Phuc Thi Tran, A. V. G. V., Laura Pereira. (2013). Vietnam's strategic hedging vis-à-vis China: the roles of the European Union and Russia. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56, pp. 163-182.

- Raimundo, A. (2014). Mapping the Agency of Small, Former Colonial Power: Portugal and EU Political Conditionality in Sub-Saharan Africa. *Perspectives on European Politics and Society*. Obtido de <http://dx.doi.org/10.1080/15705854.2014.945274>. Acedido em 14-03-2019.
- Roy, D. (2005). Southeast Asia and China: Balancing or Bandwagoning? *Contemporary Southeast Asia. Journal of International and Strategic Affairs*, 27 (2).
- Russell, H. (2009). China Debate Forex Reserves, Boosts Strategic Petroleum Reserves. *China Brief - Journal of Analysis and Information*. IX (6).
- Sahin, S. B. (2014). Timor-Leste's Foreign Policy: Securing State Identity in the Post-Independence Period. *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 33.2.3-25.
- Sambhi, N. (2019). Finding Partners: Timor-Leste's Evolving Security Ties with Southeast Asia. *Pell Center For International Relations and Public Policy*.
- Serra, A. (2004). Timor-Leste: os Caminhos do Desenvolvimento e a Cooperação Lusófona. Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Obtido de <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/serra%20aulp2a.pdf>. Acedido em 12-05-2019.
- Shoesmith, D. (2020). Party System and Factionalism in Timor-Leste. *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, 39 (1), pp. 167–186.
- Simpson, B. (2005). Illegally and Beautifully: The United States, The Indonesia Invasion of East Timor and the International Community, 1974-76. *Routledge*, 5 (3), pp. 281-315.
- Sutter, R. G. (2006). China's Rise: Implications for U.S. Leadership in Asia. *Policy Studies*, 2.
- Tessman, B., & Wolfe, W. (2011). Great Powers and Strategic Hedging: The Case of Chinese Energy Security Strategy. *International Studies Review*, 13, pp. 214–240.
- Tessman, B. F. (2012). System Structure and State Strategy: Adding Hedging to the Menu. *Security Studies*, 21 (2).
- Timor-Leste. (2008). A Língua Portuguesa: Um Património Comum, Um Futuro Global. Paper presented at the *Sétima Conferência da CPLP, Lisboa*. Acedido em 12-11-2018.
- Tomé, L. (2016). Multilateralismo e regionalismo na Ásia-Pacífico *JANUS*. Obtido de [https://www.janusonline.pt/images/anuario2015/3.15\\_LuisTome\\_RegionalismoAsia.pdf](https://www.janusonline.pt/images/anuario2015/3.15_LuisTome_RegionalismoAsia.pdf). Acedido em 30-05-2020.
- Vasconcelos, P. B. (2002). O nascimento de um novo Estado: a experiência original de Timor. *Janus 2002*. UAL.
- Wallace, C. (2013). Japan's strategic Pivot south: diversifying the dual hedge. *International Relations of the Asia-Pacific*, 13 (3), pp. 479-517.

## Teses:

- Antunes, C. V. F. (2018). *A Indonésia e a ASEAN: Interesses Nacionais e Compromissos Regionais no Período Pós-Suharto (1998-2017)* (Mestrado). Universidade Nova de Lisboa.
- Bitencourt, C. C. (2001). *A Gestão de Competências Gerenciais – A Contribuição da Aprendizagem Organizacional* (Doutoramento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Obtido de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1793/000308546.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Borges, T. V. (2015). *Direito à Verdade e Justiça de Transição: a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (2002-2005)* (Mestrado). Universidade de São Paulo - Brasil.
- Cabral, I. S. (2017). *Os Desafios do Processo de Adesão de Timor-Leste à ASEAN* (Mestrado). Universidade de Aveiro.
- Lamarca, C. (2003). *A Política Externa Australiana para Timor Leste (1975-1999)* (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Brasil. Obtido de [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4246/4246\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4246/4246_3.PDF).
- Fernandes, J. (2016). *Adesão de Timor-Leste à ASEAN, Panorama nacional, internacional e consequências económicas da entrada neste bloco* (Mestrado). Universidade de Évora. Obtido de [https://www.academia.edu/28509120/Timor\\_Leste\\_Asean](https://www.academia.edu/28509120/Timor_Leste_Asean).
- Figueiredo, F. A. (2004). *Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)* (Doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Luguusharav, B. (2011). *Soft Power the Context of South Korea* (Mestrado). Universidade de Budapeste - Hungria.
- Tomé, L. (2010). *A geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental: Questões Teóricas e Conceptuais* (Doutoramento). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Viana, G. (2008). *O Papel das Alfândegas no desenvolvimento do Estado. O caso de Timor-Leste* (Mestrado). ISCTE - Lisboa. Obtido de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1010>
- Tavares, J. A. V. B. (2017). *O Império Português na Insulíndia. A governação de Timor no século XVIII. Lifau (1702-1769)* (Mestrado). Universidade Nova de Lisboa. Obtido de <https://run.unl.pt/handle/10362/20751>.
- Sousa, L. (2016). *Potencial Geopolítico da Língua Portuguesa para Timor-Leste* (Mestrado). Universidade do Minho.
- Yeung, M. K. (2016). *Balancing versus Bandwagoning: the Strategic Dilemma of Australia's China Policy* (Mestrado). Lingnan University - Hong Kong. Obtido de [http://commons.ln.edu.hk/cgi/viewcontent.cgi?article=1017&context=pol\\_etd](http://commons.ln.edu.hk/cgi/viewcontent.cgi?article=1017&context=pol_etd).

## Sítios de Internet:

- ABD (2014). Asian Development Bank`s, Timor-Leste Country Partnership Strategy. Final Review Validation, 2011–2015. Obtido de <https://www.adb.org/documents/timor-leste-country-partnership-strategy-final-review-validation>. Acedido em 17-03-2020.
- AICEP (2017). Timor-Leste - Oportunidade e Dificuldade do Mercado. Obtido de <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=69>. Acedido em: 17-03-2020.
- AICEP (2018). Timor-Leste, Ficha de Mercado. Obtido de <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/TimorLesteFichadeMercado.aspx>. Acedido em 18-03-2020.
- AIP (2015). Timor-Leste - Estudo de Mercado. Obtido de <https://www.ceso.pt/pdfs/Timor.pdf>. Acedido em 18-03-2020.
- ASEAN (2019). ASEAN Member States. Obtido de <https://asean.org/asean/asean-member-states/>. Acedido em 18-03-2020.
- ASEAN (2019). ASEAN Overview. Obtido de <https://asean.org/asean/about-asean/overview/>. Acedido em 17-03-2020.
- CPLP (2007). Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Obtido de [https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos\\_CPLP\\_REVLIS07.pdf](https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf). Acedido em 15-02-2020.
- CPLP (2014). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Timor-Leste: Integração Regional na ASEAN e Relacionamento com os Países da CPLP. Lusofonia Económica. Obtido de <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acedido em 16-02-2020.
- CPLP (2016). I Fórum Económico Global da CPLP - A CPLP e a Globalização, “Timor-Leste Como Plataforma Para a Cooperação Empresarial entre a CPLP e a Ásia-Pacífico”. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste. Obtido de <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/timor-leste/timor-leste-primeiro-forum-economico-global-da-cplp/>. Acedido em 15-02-2020.
- Guia Geográfico, M. A. (2019). Mapa de Timor Leste. Obtido de <http://www.mapas-asia.com>; <http://www.guiageo.com/asia/timor-leste.htm>. Acedido em 15-02-2020.
- IEEI (2002). A Segurança de Timor-Leste no Contexto Regional. Obtido de [http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r\\_lusofonos/r\\_timor\\_leste\\_seguranca\\_tl\\_contexto\\_regional.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_lusofonos/r_timor_leste_seguranca_tl_contexto_regional.pdf). Acedido em 17-03-2020.
- IPAD (2011). Avaliação Conjunta do Programa Indicativo de Cooperação Portugal - Timor-Leste (2007-2010). Obtido de <https://www.oecd.org/countries/timor-leste/49817908.pdf>. Acedido em 15-02-2020.
- KKP (2008). The Commission of Truth and Friendship (CTF) Inodnesia - Timor-Leste. Obtido de <https://www.unsw.adfa.edu.au/school-of-humanities-and-social-sciences/sites/default/files/documents/final%20ctf%20eng210508.pdf>. Acedido em 08-02-2020.
- KPRI (2000). Pembukaan Kantor Urusan Kepentinagn Republik Indonesia. Obtido de <http://ditjenpp.kemendikham.go.id/arsip/ln/2000/kp28-2000.pdf>. Acedido em 08-02-2020.
- Mapas (2020). Guia Geográfico: Mapas da Ásia. Obtido de <http://www.guiageo.com/asia/timor-leste.htm>. Acedido em 28-02-2020.
- ONU (2020). UN in our Region. Obtido de <https://un.org.au/un-in-our-region/>. Acedido em: 19-02-2020.
- Timor-Leste (2020). Site da República Democrática de Timor - Leste. Obtido de <http://timor-leste.gov.tl/?p=547>. Acedido em 18-03-2020.

UNILAB (2012). Conheça Timor - Leste: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Obtido de <http://www.unilab.edu.br/noticias/2012/03/26/conheca-mais-o-timor-leste/>. Acedido em: 16-02-2020.

USIP (2002). Truth Commission: Timor-Leste. Obtido de <https://www.usip.org/publications/2002/02/truth-commission-timor-leste-east-timor>. Acedido em 08-02-2020.



## Documentos:

- ADB (2014). Asian Development Bank – Country Partnership Strategy. Final review. July 2014.
- ASPI (2011). Australian Strategic Policy Institute, Annual Report (Vol. 39). Obtido de [https://s3-ap-southeast-2.amazonaws.com/ad-aspi/2017-07/ASPI-AR\\_1112.pdf](https://s3-ap-southeast-2.amazonaws.com/ad-aspi/2017-07/ASPI-AR_1112.pdf). Acedido em 19-03-2020.
- AusAID (2009). Austrália – Estratégia para Timor-Leste 2009 a 2014. Australian Government. Obtido de <https://dfat.gov.au/about-us/publications/Documents/timor-country-strategy-port.pdf>. Acedido em 19-02-2020.
- AusAID. (2012). Republica Democratica de Timor-Leste Annual - Program Performance Report 2011. Australian Government. Obtido de <https://dfat.gov.au/about-us/publications/Documents/east-timor-appr.pdf>. Acedido em: 19-02-2020.
- CEDSN (2016). Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional de Timor-Leste. Jornal da República, Série I, N° 48, 14 de dezembro.
- IC. (2012). Instituto-Camões-PT, Lusofonia: Indicadores Socioeconómico dos Países de Língua Portuguesa. Obtido de [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt) e [bcplp.org](http://bcplp.org). Acedido em 26-03-2019.
- ODF (2014). Office of Development Effectiveness, Evaluation of Australian aid to Timor-Leste (pp. 74). Canberra: Department of Foreign Affairs and Trade, Obtido de <https://www.oecd.org/derec/australia/Timor-este-eval-report-2014.pdf>. Acedido em 16-02-2020.
- OEC (2017). The Observatory of Economic Complexity. Obtido de <https://oec.world/pt/profile/country/tls/>. Acedido em 08-02-2020.
- PIF (2017). Pacific Islands Forum, Climate Change and Disaster Risk Management. Obtido de <https://www.forumsec.org/>. Acedido em 16-02-2020.
- RDTL (2002). Constituição da República Democrática de Timor-Leste, 20 de maio de 2002. Obtido de <http://www.dpr.go.id/doksetjen/dokumen/persipar-ruu-RUU-tentang-Pengesahan-Persetujuan-antara-Pemerintah-Republik-Indonesia-dan-Pemerintah-Demokratik-Timor-Leste-tentang-Kegiatan-Kerja-Sama-di-Bidang-Pertahanan-1443411445.pdf>. Acedido em 10-09-2019.
- RDTL (2014). Development Cooperation Report For Timor-Leste (pp. 98): Ministério das Finanças, República Democrática de Timor-Leste. Obtido de [www.mof.gov.tl](http://www.mof.gov.tl). Acedido em 03-09-2019.
- RDTL (2014). Development Partnership Management Unit, Ministry of Finance, Government of The Democratic Republic of Timor-Leste. Obtido de [https://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/2013\\_DCR\\_Donor\\_Profile.pdf](https://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/2013_DCR_Donor_Profile.pdf). Acedido em 20-02-2020.

## **VIII. ANEXOS**

---

### **Anexo 1 – Carta do Primeiro Ministro Australiano ao Presidente Habibie**

Text of Prime Minister Howard's Letter to President Habibie:

Prime Minister Canberra 19 December 1998

My dear President,

It was good to meet you in Kuala Lumpur and hear of the progress you are making with your political and economic reform programme. I have followed with particular interest the development of your plans for elections next year and am pleased that our Electoral Commission has recently been in Indonesia discussing ways in which we can help you with them.

You have an enormous amount on your agenda and East Timor is just one of many pressing issues. But I hope that, recognizing our goodwill towards you personally and towards Indonesia, you will permit me to make some suggestions about the East Timor situation.

Your offer of autonomy for East Timor was a bold and clear-sighted step that has opened a window of opportunity both to achieve a peaceful settlement in East Timor and to resolve an issue that has long caused Indonesia difficulties in the international community. A settlement would enable you to put the issue behind you. It would make a substantial difference to Indonesia's standing in the world, with the benefits that could bring.

I want to emphasize that Australia's support for Indonesia's sovereignty is unchanged. It has been a longstanding Australian position that the interests of Australia, Indonesia and East Timor are best served by East Timor remaining part of Indonesia. We would of course welcome any peaceful settlement that had the support of both Indonesians and East Timorese and met the interests and aspirations of both.

Observing developments since your offer of autonomy, however, I fear that the boldness of your offer has not been matched with the degree of progress in negotiations, which might have been expected. My concerns are that the UN process are not producing the desired results quickly enough, and that, with

heightened expectations, attitudes in East Timor are hardening. It would be a real tragedy if the opening you have created is not taken advantage of and the situation worsens in East Timor.

In our view, one reason for the difficulties is that negotiations with the Portuguese do not give an adequate role for the East Timorese themselves. In the end, the issue can be resolved only through direct negotiations between Indonesia and East Timorese leaders. If you can reach agreement directly with the East Timorese, then the international dimensions would take care of themselves, or at least be much easier to deal with.

I would urge you to take this course, and to focus on winning acceptance for your offer from the East Timorese themselves. The best way of achieving this may be for you to enter into direct negotiations with representative leaders from East Timor, including the two East Timorese bishops and Xanana Gusmão.

On the substance of negotiations, the advice I am receiving is that a decisive element of East Timorese opinion is insisting on an act of self-determination. If anything, their position—with a fair degree of international support—seems to be strengthening on this.

It might be worth considering, therefore, a means of addressing the East Timorese desire for an act of self-determination in a manner, which avoids an early and final decision on the future status of the province. One way of doing this would be to build into the autonomy package a review mechanism along the lines of the Matignon Accords in New Caledonia. The Matignon Accords have enabled a compromise political solution to be implemented while deferring a referendum on the final status of New Caledonia for many years. The successful implementation of an autonomy package with a built-in review mechanism would allow time to convince the East Timorese of the benefits of autonomy within the Indonesian Republic. I take the liberty of making these suggestions, knowing the matter is complex and not pretending to have the solutions. I hope, however, that some of these outside perspectives might be useful to you in your efforts to reach a settlement.

Australia wants very much to see a just and lasting solution to the problem. We believe that a solution is within your grasp if the visionary lead you have given can be followed up effectively and directly with the East Timorese. If you see any merit in these thoughts, I would be happy to talk with you directly about them or have someone discuss them discreetly with you.

We are very willing to do what we can to help.

Yours sincerely (John Howard)

His Excellency Dr B.J. Habibie President

Jakarta

Republic of Indonesia

(*Source: Department of Foreign Affairs and Trade, East Timor in Transition, pp. 181–82.*)

## Anexo 2 – Modelo da Entrevista

Geopolítica de Timor-Leste no Sudeste Asiático: Estratégia de *hedging* de Timor-Leste *vis-à-vis* a Austrália e a Indonésia

Entrevistado ____	
Data: __ / __ / __	
Dia: _____	
Horas: ____ - ____	
No.	Perguntas e Respostas
<b>a.</b>	<b>Relações Timor-Leste/Austrália e Timor-Leste/Indonésia:</b>
1.	De que forma é que a geografia de Timor-Leste influencia a posição política e económica do país? De que modo é que os aspetos geográficos podem trazer vantagens ou desvantagens para Timor-Leste, em comparação com outros países, como seja a Austrália e a Indonésia? <b>Respostas:</b>
2.	Desde a independência de Timor-Leste, qual é a natureza da sua relação económica e política com a Austrália e com a Indonésia? De que forma é que esta evoluiu desde a independência de Timor-Leste até 2017? <b>Respostas:</b>
3.	Que tipos de desafios são colocados pela Austrália e pela Indonésia a Timor-Leste? Poderão estes dois países ser considerados ameaças para Timor-Leste? Por outro lado, poderá Timor-Leste ser visto como uma potencial ameaça para a Austrália e a Indonésia? <b>Respostas:</b>
4.	Quais são os principais desafios da política externa de Timor-Leste em relação à Austrália e à Indonésia? Quais têm sido os principais obstáculos nas relações entre estes países, desde a independência de Timor-Leste? <b>Respostas:</b>
5.	Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível interno para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e da Indonésia? <b>Respostas:</b>
6.	Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível externo para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e da Indonésia?

	<b>Respostas:</b>
7.	De que forma é que Timor-Leste pode beneficiar de uma melhoria das relações bilaterais com a Austrália e com a Indonésia? <b>Respostas:</b>
8.	Quais são as perspectivas das cooperações bilaterais entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia no futuro? <b>Respostas:</b>
<b>b.</b>	<b>Timor-Leste e Organizações Regionais/Internacionais:</b>
9.	Qual o tipo de cooperação que se estabelece entre os países membros da ASEAN? <b>Respostas:</b>
10.	Quais as vantagens para Timor-Leste em ser parte da ASEAN? Por outro lado, pode dizer-se que a ASEAN beneficia com a contribuição de Timor-Leste? <b>Respostas:</b>
11.	Quais as vantagens para Timor-Leste em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)? Por outro lado, pode dizer-se que a CPLP beneficia com a contribuição de Timor-Leste? <b>Respostas:</b>
12.	Qual a relação entre Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico? De forma é que Timor-Leste beneficia da relação com esta organização? <b>Respostas:</b>
13.	Os acordos de cooperação bilateral e multilaterais estabelecidos entre os três países (Timor-Leste, Austrália e Indonésia) têm sido benéficos para todos eles? <b>Respostas:</b>

### Anexo 3 – Os Entrevistados

Tabela 26 - Entrevistas Realizadas e Respetivos Entrevistados

	<b>Entrevistado</b>	<b>Função</b>	<b>Data</b>	<b>Duração</b>
1	Armindo Maia	Ex. Ministro da Educação, Cultura e Juventude de Timor-Leste	06/02/2019	50 minutos
2	Isilio Coelho	Diretor para Assuntos Multilaterais - Ministério dos Negócios estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste	30/01/2019	50 minutos
3	Jesuino Alves	Diretor da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) de Timor-Leste	02/10/2018	45 minutos
4	Arão Noé de Jesus	Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste	20/11/2018	45 minutos
5	Dionisio da Costa Soares Babo	Ministro dos Negócios estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste	09/01/2019	1 hora
6	Sahat Situros	Embaixador da Indonésia em Timor-Leste	08/11/2018	50 minutos
7	Filomeno da Paixão de Jesus	Ministro da Defesa de Timor-Leste	21/11/2018	50 minutos
8	Lisuado Gaspar	Diretor Sudeste Asiático e Oceânia no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste	23/11/2018	40 minutos
9	Arcanjo da Silva	Diretor Executivo TradeInvest de Timor-Leste	09/10/2018	50 minutos

**Fonte:** Elaboração própria

## Anexo 4 – Entrevistas Efetuadas

Geopolítica de Timor-Leste no Sudeste Asiático: Estratégia de *hedging de Timor-Leste vis-à-vis a*

Austrália e a Indonésia

Guia de Entrevista

Entrevistado 1	
Data: 6 de fevereiro de de 2019	
Dia: Quarta-feira	
Horas: 10h00 – 10h50	
No.	Perguntas e Respostas
<b>a.</b>	<b>Relações Timor-Leste/Austrália e Timor-Leste/Indonésia:</b>
1.	<p>De que forma é que a geografia de Timor-Leste influencia a posição política e económica do país? De que modo é que os aspetos geográficos podem trazer vantagens ou desvantagens para Timor-Leste, em comparação com outros países, como seja a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Em termos geopolíticos e geoeconómicos, Timor-Leste situa-se entre os dois países gigantes a nível mundial, influenciando indiretamente tanto a sua política como a sua economia de, para poder ajustar a sua política ao desenvolvimento e progresso destes dois países vizinhos de forma a não ter um impacto negativo. Geograficamente, tem vantagens políticas e económicas, sendo o mais importante que tem competência para a gestão desta posição geográfica e no desenvolvimento da cooperação económica e comercial.</p>
2.	<p>Desde a independência de Timor-Leste, qual é a natureza da sua relação económica e política com a Austrália e com a Indonésia? De que forma é que esta evoluiu desde a independência de Timor-Leste até 2017?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Após a restauração da sua independência em 20 de maio de 2002, Timor-Leste estabeleceu imediatamente relações de cooperação com a Austrália e com a Indonésia como seus vizinhos mais próximos. Construiu boas relações com a Austrália e com a Indonésia desde o início da independência até ao momento presente. Embora tenha</p>



	<p>uma história difícil com a Indonésia, Timor-Leste nunca olhou para trás. Atualmente, elabora estratégia para melhorar o nível de bem-estar das pessoas através de políticas de cooperação com a Austrália e com a Indonésia.</p>
3.	<p>Que tipos de desafios são colocados pela Austrália e pela Indonésia a Timor-Leste? Poderão estes dois países ser considerados ameaças para Timor-Leste? Por outro lado, poderá Timor-Leste ser visto como uma potencial ameaça para a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os desafios que Timor-Leste enfrenta agora são, por exemplo, a incerteza da economia, o tráfico de drogas, o tráfico de seres humanos, e os centros terroristas. Podemos ainda acrescentar o problema do crescimento da ocupação irregular, o desemprego, etc.</p> <p>A Austrália e a Indonésia não são uma ameaça. Estes dois países têm um papel na defesa dos seus interesses políticos, do provimento das necessidades económicas, o estímulo do comércio, a garantia de defesa e a segurança para assegurar a estabilidade dos três países e a estabilidade regional.</p>
4.	<p>Quais são os principais desafios da política externa de Timor-Leste em relação à Austrália e à Indonésia? Quais têm sido os principais obstáculos nas relações entre estes países, desde a independência de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A Austrália e a Indonésia são nações vizinhas de Timor-Leste e precisam de políticas mutuamente benéficas. Os principais desafios são a estabilidade do governo e do Estado, dos recursos financeiros e humanos. Timor-Leste desenvolveu a sua capacidade institucional desde o início da independência, estimulou o desenvolvimento global, melhorando os seus recursos humanos, a fim de poder responder às exigências dos novos tempos. Há desafios económicos, políticos, de defesa e segurança, mas todos eles serão superados.</p>
5.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível interno para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e da Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Timor-Leste estabeleceu boas relações com a vizinha Austrália e com a Indonésia, conseguiu estabilidade económica e política no país, criou empregos, estabeleceu uma</p>

	<p>cooperação bilateral com cada país na proteção dos interesses nacionais de cada país, capacitação institucional e desenvolvimento económico. Assim, pode garantir a implementação de modelos de governos democráticos e garantir a defesa dos Direitos Humanos</p>
6.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível externo para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e da Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Para manter o equilíbrio externo face à Austrália e à Indonésia de várias formas, para melhor se relacionar a Austrália, Timor-Leste criou organizações regionais e internacionais. Por exemplo, tornou-se um Estado observador no Fórum de Ilhas Passivas, tornou-se membro do Fórum Regional da ASEAN, onde têm assento a Austrália e a Indonésia. Timor-Leste é membro permanente da CPLP. No caso da Indonésia, Timor-Leste prepara-se agora para se tornar um Estado membro da ASEAN, onde a Indonésia apoia fortemente a adesão de Timor-Leste a esta organização regional. Refira-se ainda a cooperação TRILATERAL entre Timor-Leste, a Austrália e a Indonésia.</p>
7.	<p>De que forma é que Timor-Leste pode beneficiar de uma melhoria das relações bilaterais com a Austrália e com a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A localização de Timor-Leste entre a Austrália e a Indonésia derivou benefícios da cooperação bilateral que beneficiaram grandemente Timor-Leste em termos de exportações e importações. Timor-Leste não tinha uma indústria de qualidade com padrões internacionais, pelo que a cooperação com estes dois países ajudou nas áreas da economia, do comércio, dos negócios e do turismo. Através desta colaboração, conseguiu criar um lastro de conhecimento facilitador de experiências económicas, estimulando o comércio de ambos os países, melhorando assim a sua economia.</p>
8.	<p>Quais são as perspetivas das cooperações bilaterais entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia no futuro?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A cooperação bilateral entre Timor-Leste e a Austrália, ou a cooperação bilateral entre Timor-Leste e a Indonésia, deve continuar no sentido de estimular o bem-estar e a prosperidade das populações dos três países. Os esforços conjuntos dos três países</p>

	podem impedir os movimentos terroristas, o tráfico de seres humanos, o tráfico de drogas, prevenir o radicalismo, vetores de insegurança nos três países.
<b>b.</b>	<b>Timor-Leste e Organizações Regionais/Internacionais:</b>
9.	<p>Qual o tipo de cooperação que se estabelece entre os países membros da ASEAN?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A cooperação nas organizações da ASEAN está em quase todas as áreas de desenvolvimento entre os países membros da ASEAN. Para Timor-Leste e ASEAN existem bons fatores económicos e políticos a derivar de relações de boa vizinhança/proximidade. Timor-Leste sempre construiu relações harmoniosas com os países membros da ASEAN porque a ASEAN é muito benéfica, especialmente nos aspetos económicos. O conceito geral da ASEAN é a estabilidade, o desenvolvimento económico e social</p>
10.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em ser parte da ASEAN? Por outro lado, pode dizer-se que a ASEAN beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os benefícios da ASEAN, são especialmente os económicos, a estabilidade e o desenvolvimento. Timor-Leste e a Indonésia tiveram relações próximas e em todos os campos económicos. Outra vantagem é que recebe produtos importados dos países membros da ASEAN, neste caso da Indonésia, a um preço baixo, para que possa melhorar o nível de vida do povo de Timor-Leste. Economicamente, ainda não conseguiu obter experiência dos países membros da ASEAN, mais avançados em termos económicos. Além disso, pode contribuir para a campanha de paz, a estabilidade, como por exemplo a resolução de problemas internos com procedimentos legais internacionais.</p>
11.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)? Por outro lado, pode dizer-se que a CPLP beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Timor-Leste tem uma ligação histórica com os Estados membros da CPLP, especialmente com Portugal porque Portugal esteve em Timor-Leste durante 450 anos. Por isso, adotou o Português como língua oficial, além de Tétum. A Língua Portuguesa é a língua oficial da CPLP. Mesmo que Timor-Leste se localize</p>

	<p>geograficamente no Sudeste Asiático e seja por alguns considerado como um dos pequenos países em termos físicos dessa região, ser membro da CPLP torna Timor-Leste grande aos olhos de todos os países do mundo, tanto em face dos desafios e vantagens de Timor-Leste, no coração da CPLP e vice-versa. Por outro lado, ajudou a aumentar a população que fala língua Portuguesa, a língua pode ser desenvolvida em um vocabulário que pode enriquecer a língua portuguesa e vice-versa, o vocabulário da CPLP pode enriquecer a língua tradicional em Timor-Leste. Estamos a falar dos benefícios da reciprocidade.</p>
12.	<p>Qual a relação entre Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico? De forma é que Timor-Leste beneficia da relação com esta organização?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A relação entre Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico tem geralmente uma relação cultural e histórica comum, além de relações económicas e de desenvolvimento. Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico partilham experiências nos campos da economia e do desenvolvimento e Timor-Leste mantém relações especiais com Vanuatu. Vanuatu na história do país do Fórum das Ilhas do Pacífico sempre apoiou a luta pela independência de Timor-Leste. Com esta ligação, as duas partes beneficiarão uma da outra, especialmente para Timor-Leste, como os benefícios dos estudos nas áreas da economia, desenvolvimento da cultura, do comércio e do turismo.</p>
13.	<p>Os acordos de cooperação bilateral e multilaterais estabelecidos entre os três países (Timor-Leste, Austrália e Indonésia) têm sido benéficos para todos eles?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A cooperação entre estes três países sob a forma de cooperação bilateral e multilateral é muito benéfica. Timor-Leste tem cooperação bilateral com a Austrália nos domínios da educação, emprego, petróleo e tem cooperação bilateral com a Indonésia no campo da educação, da saúde e da agricultura. A Austrália e a Indonésia enviaram uma equipa de especialistas em saúde para Timor-Leste, concederam bolsas de estudo a jovens timorenses para escolas na Austrália e na Indonésia. Além disso, Timor-Leste, a Austrália e a Indonésia trabalham em conjunto no campo das águas marinhas limpas, e na colaboração entre as universidades nestes três países no campo do desenvolvimento.</p>

Entrevistado 2	
Data: 30 – 01 – 2019	
Dia: Quarta-feira	
Horas: 05h00 – 05h50	
<b>No.</b>	<b>Perguntas e Respostas</b>
<b>a.</b>	<b>Relações Timor-Leste/Austrália e Timor-Leste/Indonésia:</b>
1.	<p>De que forma é que a geografia de Timor-Leste influencia a posição política e económica do país? De que modo é que os aspetos geográficos podem trazer vantagens ou desvantagens para Timor-Leste, em comparação com outros países, com a Austrália e com a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Em primeiro lugar, quero sublinhar que em termos geográficos, Timor-Leste tem influência na posição política e económica, porque Timor-Leste se situa entre dois países grandes. Por um lado, a Austrália é o país mais avançado em todas as áreas; por outro, a Indonésia, em termos económicos, é o mais avançado ao nível dos países membros da ASEAN, então pode ter influencia política e económica.</p> <p>No aspeto geográfico que Timor-Leste situada entre dois países grandes relativamente geograficamente mais vantagens para Timor-Leste do que desvantagens, porque no âmbito geográfico Timor-Leste bem protegido pelas Austrália e Indonésia no qual Austrália representa Pacífico e Indonésia representa os países no Sudeste Asiáticos.</p>
2.	<p>Desde a independência de Timor-Leste, qual a natureza da sua relação económica e política com a Austrália e com a Indonésia? De que forma é que esta evoluiu desde a independência de Timor-Leste até 2017?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Desde a restauração da independência de Timor-Leste, Timor-Leste tem relações de cooperação entre a Austrália e a Indonésia. Timor-Leste mantém relações políticas com a Austrália desde o início da restauração da independência até aos dias de hoje, porque a Austrália lidera uma força de paz em Timor-Leste. Acresce</p>

	<p>que muitos timorenses vivem na Austrália. Além disso, Timor-Leste também tem relações económicas com a Austrália desde a restauração da independência. A Austrália é também o maior país que presta assistência financeira a Timor-Leste.</p> <p>A relação entre Timor-Leste e a Indonésia na esfera política foi mais forte porque se estabeleceu uma comissão de paz e amizade para resolver os problemas remanescentes entre Timor-Leste e a Indonésia. A Indonésia apoia a adesão de Timor-Leste à ASEAN.</p> <p>As relações económicas entre Timor-Leste e a Indonésia são ainda mais fortes porque quase metade da informação básica é importada da Indonésia e os preços dos bens indonésios são mais baixos do que os australianos, permitindo uma aquisição de mais bens. Essa relação estabeleceu-se desde a restauração da independência, que também contou com a presença do Presidente da Indonésia, Megawati Soekarno.</p>
3.	<p>Que tipos de desafios são colocados pela Austrália e pela Indonésia a Timor-Leste? Poderão estes dois países ser considerados como uma ameaça para Timor-Leste? Por outro lado, poderá Timor-Leste ser visto como uma potencial ameaça para a Austrália e para a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Timor-Leste pode tomar-se num lugar propício ao crime transnacional, ao tráfico de droga e constituir-se como uma plataforma de entrada ilegal na Austrália. Outro desafio que é colocado pela Indonésia a Timor-Leste. Timor-Leste pode desenvolver-se como o caminho de entrada de drogas e terroristas que vêm da região do <i>Mindanao</i> das Filipinas, <i>Sumatra</i> da Indonésia em Jacarta e Java.</p> <p>Penso que Timor-Leste poderá ser visto como uma ameaça, mas não é como uma potencial ameaça aos dois vizinhos, porque é um país pequeno e democrático. Mas o que é certo é que Timor-Leste poderá ser considerado como uma ameaça para a Austrália e a Indonésia, por causa dos terroristas, e dos drogados, etc. Estes indivíduos poderão beneficiar da posição geográfica de Timor-Leste para desenvolver as suas atividades em território australiano e indonésio. Timor-Leste poderá ser uma via de trânsito para o crime transnacional, tráfico de armas ilegais, tráfico humano, etc. Outras ameaças são a defesa, a economia, a educação,</p>

	<p>todavia, Timor-Leste terá prosperidade e pode gerir os seus recursos naturais. Timor-Leste precisa de reforçar as suas capacidades e os instrumentos de política externa com a Austrália e a Indonésia e optar por uma política de mais amigos e inimigo zero (<i>Podemos escolher os amigos, vizinhos são permanentes</i>).</p>
4.	<p>Quais são os principais desafios da política externa de Timor-Leste em relação à Austrália e Indonésia? Quais têm sido os principais obstáculos nas relações entre estes países, desde a independência de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Em relação à Austrália, para Timor-Leste não houve desafios significativos porque a Austrália era um país desenvolvido e ativo no processo do referendo em Timor-Leste em 1999. É um país de dimensões continentais com densidade populacional baixa. Pelo contrário, Timor-Leste com a Indonésia tinha um passado complexo. Timor precisou de lutar para a sua libertação da Indonésia na altura da independência. Apagar o passado xenófobo de Timor-Leste e a Indonésia (que se desenvolveu durante a ocupação indonésia) não foi fácil, mas os dois países têm-se relacionado bem devido aos recursos financeiros, humanos, e à qualidade das instituições públicas.</p>
5.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível interno para manter o equilíbrio da influência da Austrália e da Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Timor-Leste é um país novo e pequeno pelo que precisa de garantir relações de equilíbrio com os principais países vizinhos. Precisa de criar e garantir a estabilidade, especialmente a estabilidade política, preservar a democracia e respeitar os direitos humanos e aplicar as leis vigentes em matéria laboral, estabilidade, defesa e segurança. No que tange a arena política mundial deverá estar preparado para acomodar o ordenamento jurídico e regulamentos internacionais.</p>
6.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível externo para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e da Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Para manter o equilíbrio externo face à Austrália e à Indonésia como para cooperar com qualquer país do mundo na medida em que tenham os mesmos interesses,</p>

	<p>Timor-Leste tem um “princípio de muitos amigos e inimigos nulos”. Timor-Leste tem uma política de vizinhança com a Austrália e com a Indonésia, tem relações especiais com a CPLP, <i>ASEAN Regional Forum</i>.</p>
7.	<p>De que forma é que Timor-Leste pode beneficiar de uma melhoria nas relações bilaterais com a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Com as relações bilaterais de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia, Timor-Leste tem beneficiado no sector económico, incluindo a assistência ao desenvolvimento da Austrália. Timor-Leste deve usar esta relação para promover o desenvolvimento nacional e melhorar a dignidade do povo de Timor-Leste, melhorar a saúde pública, melhorar os recursos humanos, estimular os programas de bolsas de estudo de ambos os países, etc.</p>
8.	<p>Quais são as perspetivas das cooperações bilaterais entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia no futuro?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A cooperação bilateral entre Timor-Leste e a Austrália no futuro é melhor porque analisamos os aspetos positivos e negativos da experiência das relações entre os dois países. É importante procuramos alternativas para uma cooperação melhor para beneficiar ambos os países. Como Timor-Leste e a Austrália têm proximidade geográfica e histórica entre as duas comunidades, deve continuar com a cooperação, especialmente no campo económico. A cooperação com a Indonésia precisa ser melhorada porque Timor-Leste tem fronteiras terrestres e marítimas com a Indonésia, talvez até agora Timor-Leste esteja focado nas relações entre os dois Estados, a nível governamental, mas no futuro a cooperação também deve estimular a relação entre e a comunidade e a sociedade.</p>
<b>b.</b>	<b>Timor-Leste e Organizações Regionais/Internacionais:</b>
9.	<p>Qual o tipo de cooperação que se estabelece entre os países membros da ASEAN?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Como todos nós sabemos, o tipo de cooperação que se estabelece entre os países membros da ASEAN, em princípio segundo o estatuto desta organização, é económica, política de segurança, social e cultural entre os países membros da ASEAN <i>per se</i>, mas também se preocupa com aspetos relacionados com a</p>



	<p>cooperação bilateral entre Timor-Leste e a Indonésia. A cooperação entre países membros é importante e atende às necessidades de cada país, mas principalmente na área económica.</p>
10.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em ser parte da ASEAN? Por outro lado, pode dizer-se que a ASEAN beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Timor-Leste já tinha submetido a proposta oficial à ASEAN para a integrar como membro permanente, para reforçar a ASEAN. As vantagens para Timor-Leste em ser parte da ASEAN são inegáveis. A ASEAN permite o acesso a um mercado potencial no século XXI e a possibilidade de acesso à China, à Índia, ao Japão, e outros países. A ASEAN constitui-se como um mercado de grandes dimensões ao qual Timor-Leste pode aceder para exportação e importação de bens. Outras vantagens são na área agricultura, do comércio, pescas e turismo. A contribuição de Timor-Leste para a ASEAN não é grande e não vai ser grande. Mas Timor-Leste no século XXI vai partilhar a sua experiência dado o seu lastro histórico. Timor-Leste pode ser uma fonte de cooperação entre os membros dos países da ASEAN e da CPLP. Pode construir centralidades novas e interessantes em termos geopolíticos.</p>
11.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)? Por outro lado, pode dizer-se que a CPLP beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>As vantagens que Timor-Leste tem em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): a língua portuguesa integra Timor-Leste na comunidade lusófona que constitui a CPLP e de grande importância global. A par da Língua Portuguesa, Timor-Leste estabeleceu o Tétum, o que permitirá dinamizar as duas línguas na região. Reintroduzir a língua portuguesa em Timor-Leste e o Acordo ortográfico da língua portuguesa aos países membros da CPLP foi muito importante para Timor-Leste. A Língua portuguesa também teve peso na histórica da luta de libertação de Timor-Leste, e também no peso da economia de Timor-Leste, por disso, Timor-Leste teve mais vantagens com a CPLP desde luta da independência até agora do que desvantagens. A contribuição de Timor-Leste para a CPLP é que</p>

	<p>esta organização – a CPLP – tem um único país membro situado no Pacífico e Sudeste Asiático onde a língua oficial é portuguesa. Timor-Leste desenvolve e dissemina a língua portuguesa nas duas regiões e constitui-se como uma nova centralidade da lusofonia na região. Aquando da cimeira do Brasil, Timor-Leste tomou a iniciativa de realizar o fórum sobre desenvolvimento económico na CPLP, só o Brasil não concordou com esta iniciativa. Timor-Leste também contribui para e estabilidade, a democracia, e os direitos humanos no quadro da CPLP, constituindo-se então como um aspeto benéfico para a CPLP. Timor-Leste está bem posicionado pelas relações sólidas que constrói na região do Pacífico e do Sudeste Asiáticos para ajudar a expandir as relações dos Países da CPLP nesta área do mundo, construindo-se assim como uma nova centralidade da Língua Portuguesa.</p>
12.	<p>Qual a relação entre Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico? De forma é que Timor-Leste beneficia da relação com esta organização?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Desde a restauração da independência de Timor-Leste em 2002, e nesse mesmo ano, Timor-Leste estabeleceu relações diretas com o Fórum das Ilhas do Pacífico, onde tem o estatuto de observador no fórum. Além disso, há uma semelhança histórica com um dos países do Fórum das Ilhas do Pacífico, Vanuatu, que sempre apoiou a luta pela independência de Timor-Leste contra a ocupação militar indonésia.</p> <p>Dada esta relação, Timor-Leste beneficia da experiência do Fórum das Ilhas do Pacífico em termos de pescas e segurança ambiental, e a partilha de experiências sobre segurança e desenvolvimento.</p>
13.	<p>Os acordos de cooperação bilateral e multilaterais estabelecidos entre os três países (Timor-Leste, Austrália e a Indonésia) têm sido benéficos para todos eles?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Timor-Leste tem cooperação bilateral com a Austrália e com a Indonésia desde a independência de Timor-Leste desde a sua independência. Esta cooperação tem sido benéfica para três países. A cooperação entre Timor-Leste e a Austrália verifica-se na educação, acesso ao mercado de trabalho e traduz-se ainda em investimento. A cooperação de Timor-Leste com a Indonésia desenvolve-se</p>

	<p>também na área da educação, do comércio, e dos negócios. Além disso, existem cooperações multilaterais ou trilaterais entre os três países. De referir a cooperação na área da investigação sobre a água, a biodiversidade do mar, e o estímulo das relações económicas entre os três países. Em suma, a cooperação entre Timor-Leste-Austrália e Indonésia na área economia nomeadamente: investimento e o comércio visa melhorar a relação entre os cidadãos dos três países através do desenvolvimento e inovação das telecomunicações e dos transportes, como é o caso das Rotas de voo de Kupang-Díli-Austrália para incrementar a área do turismo e da cultura.</p>
--	--

Entrevistado 3	
Data: 2 de outubro de 2018	
Dia: Terça-feira	
Horas: 3h00 – 3h45	
<b>No.</b>	<b>Perguntas e Respostas</b>
<b>a.</b>	<b>Relações Timor – Leste/Austrália e Timor-Leste/Indonésia:</b>
1.	<p>De que forma é que a geografia de Timor-Leste influencia a posição política e económica do país? De que modo é que os aspetos geográficos podem trazer vantagens ou desvantagens para Timor-Leste, em comparação com outros países, com a Austrália e a com a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A posição geográfica da TL é na região do Sudeste Asiático e é o vizinho mais próximo da Indonésia – partilham uma fronteira terrestre e marítima. A proximidade geográfica influencia muito a posição política e económica de TL. A Indonésia é um país razoavelmente desenvolvido, a Price Waterhouse Coopers (PWC) prevê que a economia da Indonésia se situe em 5º lugar no mundo em 2030 com um Produto Interno Bruto (PIB) de 5,424 bilhões de dólares americanos.</p> <p>O crescimento económico da Indonésia não é apenas reconhecido na ASEAN, mas também no mundo, como prova, a Indonésia foi nomeada anfitriã da reunião do FMI, com ampla participação de 34 mil pessoas, e a Indonésia é o único membro da ASEAN. É membro do G20. A Indonésia tem recursos humanos desenvolvidos, sendo um importante exportador de bens de consumo, agrícolas e industriais (incluindo aeronaves, navios, caminhões de bombeiros, etc.). Além disso, a Indonésia, com uma população de 262 milhões, de habitantes é considerado um país poderoso no mercado mundial. Em termos de política externa, o papel e a posição da Indonésia são cada vez mais considerados no cenário global. A Indonésia demonstrou sua liderança na ASEAN, na conferência</p>

	<p>da África da Ásia e no Movimento dos Não-Alinhados, bem como na IORA e na ONU (a Indonésia foi membro permanente do Conselho de Segurança por 4 vezes).</p> <p>A vizinhança da Indonésia deve beneficiar a posição política e económica de TL. A estreita relação entre TL e a Indonésia precisa de ser desenvolvida com base em valores de igualdade, confiança e benefício mútuo. A visita do Presidente de TL em junho de 2018 à Indonésia reafirmou o nível de boas relações de cooperação entre os dois países. Durante a visita, os dois países concordaram em cooperar em vários campos, como a educação, a agricultura, o comércio, o investimento e a conectividade - incluindo a construção de pontes que ligariam os dois países. Espera-se que a partir dessa colaboração, TL possa beneficiar das relações de boa vizinhança com a Indonésia, para estimular mais rapidamente o seu desenvolvimento e, assim, ajudar o seu povo a prosperar, continuando a desempenhar um papel ativo no cenário político global junto com a Indonésia.</p>
2.	<p>Desde a independência de Timor-Leste, qual a natureza da sua relação económica e política com a Austrália e com a Indonésia? De que forma é que esta evoluiu desde a independência de Timor-Leste até 2017?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Após a independência de TL, o processo de reconciliação com a Indonésia transcorreu sem problemas sem problemas. Observadores internacionais notam que esta reconciliação é a mais bem-sucedida na história moderna das nações. Embora ainda pareçam haver lesões traumáticas em um pequeno número de certos segmentos da comunidade de TL, os dois países continuam a esforçarem-se no sentido de melhorarem as relações de cooperação, o que pode ser verificado pela visita frequente de altos funcionários de ambos os países e pelo crescente valor do investimento e do comércio. Pode-se notar que até agora os dois países produziram pelo menos 70 memorandos de entendimento (MoU) que mostram a alta intensidade da cooperação entre os dois países.</p> <p>No campo político, observa-se que ambos os países fornecem apoio mútuo para a ocupação de determinadas posições em organizações internacionais. Entre os parlamentos dos dois países também é notado que eles têm uma relação de apoio mútuo. A Indonésia é o país líder que apoia TL para se tornar um membro</p>

	da ASEAN.
3.	<p>Que tipos de desafios são colocados pela Austrália e pela Indonésia a Timor-Leste? Poderão estes dois países ser considerados ameaças para Timor-Leste? Por outro lado, poderá Timor-Leste ser visto como uma potencial ameaça para a Austrália e a para Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>É algo natural que os países vizinhos que fazem fronteira terrestres e marítimas tenham um grande desafio. Como ilustração, pode-se afirmar que os países vizinhos terão mais problemas do que entre a Indonésia e TL (TL com países do continente europeu/americano que estão distantes). No entanto, esses desafios devem ser capazes e precisam de ser abordados como parte do relacionamento rotineiro entre os países com laços estreitos, que devem ter um mecanismo padrão de cooperação e sinergias orientado para a dinâmica dos últimos desenvolvimentos.</p> <p>A Indonésia e TL são interdependentes, enquanto nações independentes precisam uma da outra e de trabalharem juntas para lidar com problemas comuns como o crime transfronteiriço que ocorre nas áreas fronteiriças dos dois países, tais como violações transfronteiriças, contrabando de mercadorias ilegais, tráfico de drogas, fuga criminal, pesca IUU, etc. Os países vizinhos de TL não são uma ameaça para TL, mas são países que têm o potencial de investimento e assistência técnica necessários para o progresso de TL.</p>
4.	<p>Quais são os principais desafios da política externa de Timor-Leste em relação à Austrália e à Indonésia? Quais têm sido os principais obstáculos nas relações entre estes países, desde a independência de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Com a Indonésia, é quase o mesmo que outros países que têm fronteiras diretas, desafios enfrentados especialmente com problemas de fronteira. Além do crime transfronteiriço que deve ser superado nas áreas fronteiriças dos dois países, como violações transfronteiriças, contrabando de mercadorias ilegais, tráfico de drogas, corredores criminosos, pesca INN, etc. Além disso, a gestão sustentável de recursos marinhos, a prevenção da poluição marinha, a gestão de desastres naturais e a mudança climática também são coisas que devem ser resolvidas em</p>

	<p>conjunto.</p> <p>O principal obstáculo para os problemas fronteiriços que devem ser enfrentados pela Indonésia é que ainda existem dois segmentos terrestres não resolvidos em <i>Iron - Citrana Noel</i> e <i>Bijael Sunan - Oben</i>, e a delimitação dos novos limites marítimos será discutida após a resolução de dois segmentos não resolvidos. Se os dois segmentos não resolvidos forem resolvidos, o potencial de cooperação na região de fronteira será mais aberto e desenvolvido para melhorar o bem-estar das duas comunidades nessa região.</p>
5.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível externo para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e da Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Diante da influência indonésia, TL deve esforçar-se para melhorar os seus recursos humanos, bem como fornecer serviços comunitários, como educação, saúde e transportes públicos, trabalhando com a Indonésia, para que possa ajudar a aumentar a competitividade de TL na região.</p>
6.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível externo para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e da Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>De acordo com a política externa de TL, que afirma a necessidade, entre outros, de:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Respeito da soberania, integridade territorial e igualdade de posição entre os países e não-interferência com problemas domésticos em outros países.</li> <li>Desenvolver relações de caridade e colaborar com outras nações para resolver conflitos pacificamente, criar um sistema de segurança coletiva e criar uma ordem económica internacional que garanta a paz e a justiça nas relações entre as nações.</li> <li>Escolhendo relações especiais de amizade e cooperação com países vizinhos e países da região.</li> </ol> <p>Referindo-se a isso, a fim de manter o equilíbrio ao enfrentar a influência indonésia, TL mantém uma relação de amizade e cooperação especificamente com a Indonésia. TL e a Indonésia constroem e desenvolvem as suas relações de cooperação através de vários acordos, incluindo nos domínios do comércio,</p>

	investimento, conectividade e capacitação.
7.	<p>De que forma é que Timor-Leste pode beneficiar de uma melhoria nas relações bilaterais com a Austrália e com a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Um dos benefícios TL pode obter com o aumento das relações bilaterais, especialmente com a Indonésia, é melhorar a economia. Como a localização dos dois países é muito próxima e direta, referindo-se à resposta número 1, ponto 2, do ponto de vista económico, TL utiliza a capacidade da Indonésia de atender às necessidades de bens de consumo baratos e de alta qualidade, e a sua existência é sustentável e ajuda a construir infraestruturas públicas para melhorar bem-estar da comunidade.</p> <p>Além disso, a Indonésia fornece muita assistência técnica, especialmente capacitação para TL. Segundo Lisualdo Gaspar, Diretor do Sudeste Asiático e da Oceânia, Ministério das Relações Exteriores e Cooperação TL, a “Indonésia é o parceiro mais confortável para treinamento”, principalmente porque não tem problemas de linguagem (muitas pessoas em TL ainda falam o indonésio). A proximidade com a Indonésia é certamente capaz de melhorar a cooperação ao nível da engenharia que é capaz de agregar benefícios para TL, especialmente na melhoria de seus recursos humanos.</p>
8.	<p>Quais são as perspetivas das cooperações bilaterais entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia no futuro?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A Indonésia quer ser um parceiro confiável de TL (Presidente <i>Joko Widodo</i>, 28 de junho de 2018 em <i>Bogor</i>).</p> <p>A Equipa de Cooperação Técnica (KST) da Indonésia, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Secretaria de Estado, está a elaborar uma estratégia de Parceria com o País para mapear a forma e o sistema da cooperação técnica que pode ser feita com TL. A partir do levantamento preliminar realizado, notou-se que TL realmente precisava de capacitação na área de aumento de recursos humanos.</p> <p>No futuro, ambos os países precisam de continuar a explorar forma de cooperação e a trabalhar juntos para concluir projetos de desenvolvimento de</p>



	<p>infraestruturas, como o plano de construir um centro de processamento de petróleo e gás em <i>Beaco</i>, que processará os resultados do Greater Sunrise, bem como projetos na zona económica especial em <i>Oecusse</i>.</p>
<b>b.</b>	<b>Timor-Leste e Organizações Regionais/Internacionais:</b>
9.	<p>Qual o tipo de cooperação que se estabelece entre os países membros da ASEAN?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A cooperação entre os países membros da ASEAN está dividida em 3 pilares:</p> <p>a. Pilar económico: com o objetivo de eliminar as barreiras económicas, uma das maneiras é fomentar a unidade económica na região, incluindo a formação da Sociedade Económica da ASEAN (MEA) em 2016, que visa fortalecer a cooperação que existe até agora. A abertura económica e o envolvimento em diversas estruturas de cooperação económica podem fornecer um valor agregado às economias nacionais de seus países membros, com maior acesso aberto a produtos de exportação e aumentar a competitividade das indústrias domésticas. A cooperação realizada abrange vários domínios, como a indústria, o comércio e a criação de zonas de comércio livre da ASEAN.</p> <p>b. Pilares socioculturais: a cooperação realizada neste pilar abrange os campos da educação, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, gestão de desastres naturais, emprego, desenvolvimento social, redução da pobreza, empoderamento das mulheres, controle de drogas e administração pública e civil.</p> <p>c. Pilares políticos e de segurança: A colaboração através deste pilar visa criar / manter a segurança, a estabilidade e a paz nos países membros da ASEAN, em particular, e no mundo em geral. A cooperação em política e segurança é realizada através de instrumentos como Paz, Liberdade e Neutralidade (Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade-ZOPFAN), Tratado de Amizade e Cooperação-TAC e Áreas Livres de Armas Nucleares. Tratado sobre Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático - SEANWFZ). Além desses três instrumentos, há também um fórum de cooperação em política e segurança chamado ASEAN REGIONAL FORUM - ARF.</p>
10.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em ser parte da ASEAN? Por outro lado, pode dizer-se que a ASEAN beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p>

	<p>Respostas:</p> <p>Uma das prioridades políticas do governo de TL é tornar-se membro pleno, ativo, responsável e construtivo da ASEAN. O governo de TL apresentou um pedido para se tornar um país membro da ASEAN em 2011 e tem o apoio de vários países membros da ASEAN, incluindo a Indonésia.</p> <p>O governo de TL considera que a aceitação de TL como um membro da ASEAN apoiará TL na obtenção de estabilidade da segurança e estimulará o desenvolvimento económico, social e comercial no país. Em preparação para se tornar um membro da ASEAN, o Ministério das Relações Exteriores e Cooperação TL estabeleceu uma Unidade de Trabalho da ASEAN sobre cooperação.</p> <p>Se TL se une à ASEAN, uma das contribuições que mais tarde pode ser sentida é a estabilidade na área onde TL irá socorrer-se do instrumento de cooperação nos campos políticos e de segurança mencionados na resposta número 9 c.</p>
11.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)? Por outro lado, pode dizer-se que a CPLP beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas: -</b></p>
12.	<p>Qual a relação entre Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico? De forma é que Timor-Leste beneficia da relação com esta organização?</p> <p><b>Respostas: -</b></p>
13.	<p>Os acordos de cooperação bilateral e multilaterais estabelecidos entre os três países (Timor-Leste, Austrália e Indonésia) têm sido benéficos para todos eles?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os acordos de cooperação, bilaterais e multilaterais, não serão ratificados por um país se não beneficiarem o país. A cooperação entre os três países da região é benéfica tanto política como economicamente.</p> <p>Várias reuniões trilaterais foram realizadas nos últimos 3 anos, incluindo interconexões terrestres, marítimas e aéreas relacionadas, assuntos marítimos, agricultura, turismo e intercâmbios culturais. Espera-se que as agendas discutidas sejam realizadas/executadas através de uma cooperação mais concreta que possa ser sentida pelas comunidades dos três países.</p>

Entrevistado 4	
Data: 20 de novembro de 2018	
Dia: Terça-feira	
Horas: 14h00 – 14h45	
No.	Perguntas e Respostas
a.	Relações Timor-Leste/Austrália e Timor-Leste/Indonésia:
1.	<p>De que forma é que a geografia de Timor-Leste influencia a posição política e económica do país? De que modo é que os aspetos geográficos podem trazer vantagens ou desvantagens para Timor-Leste, em comparação com outros países, como sejam a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Conforme descrito no Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, aprovado em dezembro de 2016 através da Resolução do Governo N.º 43/2016, de 14 de dezembro, Timor-Leste situa-se na parte oriental da ilha de Timor, a maior das pequenas ilhas de Sonda. O território tem cerca de 480 km de extensão e 105 km de largura, encontrando-se a cerca de 430 km da ilha-continente, a Austrália. Tem uma fronteira terrestre com a Indonésia (província de <i>Nusa Tenggara</i> Timor) a oeste e ao longo da fronteira com <i>Oe-Cusse</i> (Ambeno), com um total de 220 km, uma linha de costa de 700 km, uma área de águas territoriais de 16.000 km<sup>2</sup>. A noroeste é limitado pelo Mar de <i>Savu</i>, que separa Timor das ilhas de Alor, <i>Sumba</i> e Flores, pelo Estreito de <i>Ombai</i> e a norte pelo Mar de <i>Wetar</i>, que a separa da ilha do mesmo nome. A sul, Timor-Leste é banhado pelo Mar de Timor, que o separa da Austrália.</p> <p>A sua posição geográfica é, sem dúvida, fator determinante para a sua influência política e económica na região. Está situado numa região de grande interesse geoestratégico: a passagem entre dois oceanos, o Pacífico e o Oceano Índico, com crescente importância a nível mundial. Trata-se de uma importância económica, política e militar, sublinhando-se ainda a existência nesta região de</p>

	<p>várias rotas de comunicação marítima (<i>sea Lines of Communications</i> – SLOC), aumentando o seu valor estratégico na região e o interesse pelo controlo dessas passagens, não apenas para garantir a livre circulação e o acesso das matérias-primas, mas também para as movimentações das marinhas de guerra das potências com interesses na região. Do mesmo modo, o mar a norte do país é especialmente importante, pela natureza da sua profundidade, para a passagem de meios navais de interesse estratégico. Igualmente, a sua posição geográfica é de grande interesse económico, uma vez que, a Sul, o Mar de Timor é de vital importância porque aí se encontram os recursos naturais mais importantes para o seu desenvolvimento, constituindo assim a sua riqueza e facilitador de bem-estar económico e social. Estes aspetos geográficos são vantajosos ao país, para a sua economia e para seu desenvolvimento, mas, por outro lado, sabemos que é razão de cobiça dos países da região, principalmente as nações vizinhas.</p>
2.	<p>Desde a independência de Timor-Leste, qual a natureza da sua relação económica e política com a Austrália e com a Indonésia? De que forma é que esta evoluiu desde a independência de Timor-Leste até 2017?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Desde a independência (mais precisamente desde o resultado do referendo de 30 de agosto de 1999), TL tem adotado uma política da amizade e de boa vizinhança nas relações externas. Como determina o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, “é dever do governo de Timor-Leste estabelecer e manter as melhores relações possíveis com os governos de todos os países no mundo, independentemente do tamanho, localização ou ideologia.” Demonstrando uma capacidade incomensurável de perdão institucional, o discurso dos líderes da Nação desde os primórdios da independência, foi (e tem sido) o da amizade e da cooperação com a Indonésia e com a Austrália. Para se compreender a capacidade de perdão da Nação Timorense à Indonésia é preciso entender, juntamente com a história de Timor-Leste, a história da Indonésia e os acontecimentos sucedidos durante o Governo de Suharto em ambos os países.</p> <p>Do ponto de vista estratégico, consta no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, esta posição: “Como pequena Nação, num local muito estratégico geograficamente, a segurança de Timor-Leste dependerá do estabelecimento de</p>

	<p>fortes relacionamentos com nossos vizinhos e amigos, contribuindo positivamente para a estabilidade e paz da região, participando em missões de paz globais e em <i>fora</i> e iniciativas de cooperações internacionais”.</p> <p>Esse compromisso partilhado em prol da paz foi assumido pela Nação Timorese desde a sua independência e é o que possibilita que possua excelentes relações (políticas, económicas, militares, etc) tanto com a Indonésia como com a Austrália, permitido a esses países que avancem juntos, rumo ao desenvolvimento e em garantia da paz e estabilidade regional. Timor-Leste tem consciência desse seu contributo e é assim que se assume como Estado: da paz e para a paz internacional.</p>
3.	<p>Que tipos de desafios são colocados pela Austrália e pela Indonésia a Timor-Leste? Poderão estes dois países ser considerados como ameaças para Timor-Leste? Por outro lado, poderá Timor-Leste ser visto como uma potencial ameaça para a Austrália e para a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Como dito na resposta anterior, TL adotou uma política de boas vizinhanças nas relações externas com a Austrália e com a Indonésia. Deseja e pretende continuar a desenvolver relações de amizade com todos os Estados em prol da paz e segurança nacional, regional e internacional. O discurso da `ameaça`, portanto, deve ser relativizado neste contexto. É preciso ter em consideração três fatores fundamentais: <i>1) que já não vivemos os tempos da Guerra Fria; 2) que as relações internacionais são baseadas, por força da Carta das Nações Unidas, na resolução pacífica dos diferendos, e 3) que Timor-Leste se assumiu, desde a independência, como Estado da paz e para a paz, adotando uma política da amizade nas relações externas, tendo verdadeiros anseios de contribuir para a paz internacional.</i> Portanto, para se considerar o discurso da `ameaça`, é preciso que o `puzzle` geoestratégico da região mude de tal forma (e com a influência das grandes potências – Estados Unidos da América, China – e remotamente Rússia) e que as relações se deteriorem de uma tal maneira até que um desses países passe a ser real ameaça para o outro.</p> <p>Sendo assim, em termos de Defesa Nacional, não descarta o discurso da `ameaça` - sendo certo que, conforme o artigo 146º da Constituição, as F-FDTL</p>

	<p>devem estar em prontidão para qualquer caso de agressão ou ameaça externa para a defesa da sua integridade territorial, independência nacional e soberania (sendo essa a sua função principal) -, por outro, nas relações externas, empenha-se para que a ameaça não se venha a configurar. Aliás, esta posição é clara no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030. No desenvolvimento de uma F-FDTL forte e profissional, seremos guiados pelos objetivos da Constituição de Timor-Leste de adoção de uma estratégia de defesa, que se baseia na diplomacia e na discussão como formas de prevenir e resolver conflitos. Esta estratégia inclui a aliança com os países vizinhos e amigos, contribuindo para discussões de defesa regional e global, participar em <i>fora</i> e integrar forças internacionais de manutenção da paz. A nossa postura estratégica será essencialmente defensiva e baseada no respeito pelo Estado de Direito. No entanto, esta postura não renunciará ao uso da força para garantir a independência da nossa Nação: estaremos preparados para defender a nossa Nação, quando a diplomacia, a discussão, e as negociações se revelarem infrutíferas.</p>
4.	<p>Quais são os principais desafios da política externa de Timor-Leste em relação à Austrália e à Indonésia? Quais têm sido os principais obstáculos nas relações entre estes países, desde a independência de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Em termos de obstáculos ao desenvolvimento, é preciso, em primeiro lugar, superar as questões que restam da delimitação das fronteiras marítimas e terrestres com os dois países. A partir daí, Timor-Leste livrar-se-á das questões que o amarram ao passado histórico que demarcou a sua fronteira como Estado e poderá, então e finalmente, concentrar-se no seu próprio desenvolvimento e exercer plenos poderes decorrentes do seu direito de soberania sobre os seus recursos naturais. De resto, Timor-Leste continuará a sua relação de amizade com os dois países, adotando, inclusive, uma perspectiva de segurança cooperativa na região.</p>
5.	<p>Que tipo de medidas foram adaptadas por Timor-Leste a nível interno para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e da Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Precisamos de manter a estabilidade política e económica, favorecer a</p>

	<p>capacitação da força defesa de Timor-Leste (f-FDTL) e da força de segurança nacional (PNTL), tornando-a mais profissional, em conformidade com o respeito pelos Direitos Humanos e a observância dos princípios e valores da democracia.</p>
6.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível externo para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e da Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Timor-Leste tem consciência da sua importância estratégica na região. Tem consciência também do que representa no <i>puzzle</i> geoestratégico regional. Desta forma, como estatuído no Conceito Estratégico de defesa e Segurança Nacional, “as relações de Timor-Leste com os países vizinhos são excelentes. Dado o carácter de proximidade, de partilha de interesses e de preocupações comuns no âmbito da segurança e com o propósito de reforçar a confiança mútua, foram realizadas com os vizinhos da Indonésia e da Austrália reuniões trilaterais aos vários níveis do Estado, desde as Cimeiras de Chefes de Estado, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação até às de Ministros da Defesa. Timor-Leste tem em comum uma extensa área marítima e fronteiras com estes países, onde se manifestam diversas atividades com influência na segurança e tem também um interesse comum na defesa dos recursos naturais. Assim, adotam-se com especial interesse medidas que possam ajudar a reforçar a capacidade e de controlo e defesa dos recursos e da segurança. O contínuo esforço de cooperação entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia é assim, crucial para a estabilidade e segurança da região.</p>
7.	<p>De que forma é que Timor-Leste pode beneficiar de uma melhoria nas relações bilaterais com a Austrália e com a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Como estatuído no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, Timor-Leste mantém uma relação positiva com a Indonésia, país vizinho, amigo e parceiro comercial mais próximo – duas Nações que pretendem consolidar as respetivas jovens democracias e enfrentam os desafios deste processo em conjunto. O relacionamento com a Indonésia continuará a basear-se em relações de reconciliação e espírito de amizade, solidariedade e cooperação. A relação de Timor-Leste com a Austrália permanecerá forte e positiva. Timor-Leste pode</p>

	<p>beneficiar do relacionamento com este país vizinho que tem uma economia avançada, com um excelente sistema de educação e de saúde excelente e de oportunidades de comércio. Desta forma, manterá sempre uma postura de amizade e cooperação com os dois países vizinhos, uma vez que compreende a necessidade de interdependência e ações nas questões de segurança e estabilidade na região.</p>
8.	<p>Quais são as perspectivas das cooperações bilaterais entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia no futuro?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A cooperação entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia são importantes e assim precisam de continuar porque são países mais desenvolvidos. São também os países vizinhos de Timor-Leste!</p>
<b>b.</b>	<b>Timor-Leste e Organizações Regionais/Internacionais:</b>
9.	<p>Qual o tipo de cooperação que se estabelece entre os países membros da ASEAN?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Como estatuido pela <i>Asean Declaration, a Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)</i> tem por objetivo principal acelerar o crescimento económico, o progresso social e o desenvolvimento cultural na região por meio de esforços conjuntos, em espírito de igualdade e parceria a fim de fortalecer os alicerces de uma comunidade próspera e pacífica das Nações do Sudeste Asiático, promover a paz e a estabilidade na região, através do respeito permanente pela justiça e pelo Estado de direito no relacionamento entre os países da região e a adesão aos princípios da Carta das Nações Unidas, promover a colaboração ativa e a assistência mútua em assuntos de interesse comum nos campos económicos, social, cultural, técnico, científico e administrativo, prestar assistência mútua na forma de instalações de treinamento e pesquisa nas esferas educacional, profissional, técnica e administrativa, colaborar de forma mais eficaz para a maior utilização de sua agricultura e industrias, a expansão de seu comércio, incluindo o estudo dos problemas do comércio internacionais de mercadorias, a melhoria de suas instalações de transporte e comunicações e a elevação do nível de vida de seus povos, promover estudos no Sudeste Asiático, manter uma cooperação</p>



	<p>estreita e benéfica com as organizações internacionais e regionais existentes, com objetivos e propósitos semelhantes, e explorar todas as vias para uma cooperação ainda mais estreita entre si.</p>
10.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em ser parte da ASEAN? Por outro lado, pode dizer-se que a ASEAN beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A ASEAN foi constituída em 1967 com o objetivo de desenvolver o crescimento económico, progresso social e desenvolvimento cultural da região, através de esforços conjuntos e no espírito da igualdade e cooperação, fortalecendo as bases para uma comunidade próspera e pacífica das Nações do Sudeste Asiático. Presentemente, Timor-Leste é a única Nação do Sudeste Asiático que não é membro da ASEAN. Em julho de 2005 Timor-Leste tornou-se membro do Fórum Regional da ASEAN e, em 2007, signatário do Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN. O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 fornece uma visão clara sobre a aspiração de Timor-Leste em aderir à ASEAN, que assenta na localização geográfica, no anseio dos líderes e cidadãos e na afinidade cultural com os países vizinhos. Em março de 2011 Timor-Leste formalizou oficialmente o seu pedido de adesão à ASEAN, cujo intuito continuará como uma das metas prioritárias da sua política externa, fomentado os interesses estratégicos a longo prazo.</p> <p>Do ponto de vista económico, com cerca de 600 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente 2 biliões, a ASEAN fornece um grande potencial de mercado para Timor-Leste. Do ponto de vista da Defesa Nacional, esta organização é um importante fórum de intervenção para a resolução de problemas que afetam a segurança regional, especialmente no âmbito das novas ameaças, e de reforço de cooperação com os Estados membros. É, portanto, objetivo nacional criar e adquirir as capacidades exigidas para fazer parte desta organização. Como estatuido no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, as prioridades para a defesa também refletem o continuo compromisso de Timor-Leste com a segurança regional e global coletiva. Assim, a participação em outras organizações de âmbito global e regional, especialmente vocacionalmente para a cooperação na área da segurança, visando a prevenção e o combate aos diversos</p>

	tipos de ameaças e a promoção da estabilidade internacional, o aumento da confiança e do diálogo entre os Estados, é objetivo fundamental do Estado.
11.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)? Por outro lado, pode dizer-se que a CPLP beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Por questões históricas, a Constituição da RDTL determina que o Estado mantenha relações privilegiadas com os países de Língua Portuguesa. Isto é conseguido através da sua participação ativa na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A CPLP é uma organização intergovernamental de amizade e cooperação entre as Nações onde o Português é uma língua oficial: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Timor-Leste aderiu à CPLP em 2002 e está comprometido na participação continua nos programas e atividades da Comunidade.</p> <p>Como esclarece o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, a CPLP é um espaço de enorme importância para o relacionamento entre países ligados pela história, pela língua e pela cultura, que em conjunto procuram efetivar uma comunidade ligada por interesses económicos, culturais e de segurança. Como espaço de grande importância estratégica para Timor-Leste, merece o total empenhamento do país na sua revitalização e dinamização, sobretudo, no âmbito da segurança e defesa. Timor-Leste dá profundidade e centralidades estratégicas à CPLP por alargar o seu raio de influência ao Sudeste Asiático e à Oceânia, e desde modo continuará a reforçar os laços com essa organização.</p>
12.	<p>Qual a relação entre Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico? De forma é que Timor-Leste beneficia da relação com esta organização?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>O Conceito estratégico de Defesa e Segurança Nacional estatui que, no domínio das políticas setoriais e da política externa e da diplomacia, Timor-Leste deverá garantir a participação, à medida das efetivas capacidades do país, na afirmação do país como membro responsável da comunidade internacional. Assim, Timor-Leste tem vindo a consolidar o seu esforço no sentido de desempenhar um importante papel nas diversas organizações regionais, por exemplo o fórum das</p>

	<p>Ilhas do Pacífico, onde tem o estatuto de observador. A participação nesses diversos fóruns permite-lhe consolidar as relações diplomáticas no domínio da Defesa, garantir que os seus interesses sejam adequadamente representados e que se constituam novas oportunidades de inserção de Timor-Leste na economia regional e internacional, o que contribuirá para alargar o espaço de autonomia e liberdade e reduzir as vulnerabilidades do país, consolidando, do mesmo modo, a sua participação plena como sujeito de direito na sociedade internacional de Estados.</p>
13.	<p>Os acordos de cooperação bilateral e multilaterais estabelecidos entre os três países (Timor-Leste, Austrália e Indonésia) têm sido benéficos para todos eles?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Com certeza quem sim. Como afirmado anteriormente, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional 2011-2030 estatui que “é dever do governo de Timor-Leste estabelecer e manter as melhores relações possíveis com os governos de todo os países no mundo, independentemente do tamanho, localização ou ideologia”. Timor-Leste, pelo seu sofrido passado de guerra, leva essa sua política adiante com muita seriedade. Manter boas relações com a Austrália e a Indonésia, e aprofundá-las, é imprescindível para a segurança nacional bem com regional e internacional.</p>

Entrevistado 5	
Data: 09-01-2019	
Dia: Quarta-feira	
Horas: 03h00 – 04h00	
<b>No.</b>	<b>Perguntas e Respostas</b>
<b>a.</b>	<b>Relações Timor-Leste/Austrália e Timor-Leste/Indonésia:</b>
1.	<p>De que forma é que a geografia de Timor-Leste influencia a posição política e económica do país? De que modo é que os aspetos geográficos podem trazer vantagens ou desvantagens para Timor-Leste, em comparação com outros países, com a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Quanto à questão da localização da geopolítica de Timor-Leste, diz-se que do ponto de vista da sua geopolítica e geoeconomia foi muito estratégico para Timor-Leste política e economicamente, o que teve um impacto positivo em Timor-Leste com muitas intervenções, mas estes dois países poderiam prestar assistência a Timor-Leste, especialmente na vertente política. Outra vantagem é a economia porque Timor-Leste e a Indonésia dividem a fronteira terrestre, a Indonésia tem uma grande densidade populacional constituindo-se como um mercado potencial para Timor-Leste. A Austrália tem também grande proximidade com Timor-Leste. A Austrália integra os países membros do G20 que podem ajudar Timor-Leste no campo dos recursos humanos e naturais.</p>
2.	<p>Desde a independência de Timor-Leste, qual a natureza da sua relação económica e política com a Austrália e com a Indonésia? De que forma é que esta evoluiu desde a independência de Timor-Leste até 2017?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Desde a independência, as relações económicas e políticas com a Austrália e a Indonésia têm precedência, porque são os países vizinhos mais próximos e há cidadãos timorenses que vivem nestes dois países. Timor-Leste estabeleceu boas</p>

	<p>relações com a Austrália, especialmente na esfera política, porque a Austrália liderava uma força de paz em Timor-Leste, além de prestar ajuda económica através das ações da <i>AusAid (Australian Aid)</i> em Timor-Leste, e a Fundação da Ásia em Timor-Leste. Pode-se dizer que o desenvolvimento decorre com normalidade, mas a sua implementação precisa de coordenação e negociação.</p>
3.	<p>Que tipo de desafios são colocados pela Austrália e pela Indonésia a Timor-Leste? Poderão estes dois países ser considerados como ameaças para Timor-Leste? Por outro lado, poderá Timor-Leste ser visto como uma potencial ameaça para a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Na minha opinião, os desafios que preocupam a Austrália são a capacidade de contornar instituições governamentais que ainda são fracas, taxas de pobreza, estabilidade política e económica e o crime transnacional. Estes dois países não representam uma ameaça para Timor-Leste, exceto no que se reporta a alguns problemas remanescentes que não foram resolvidos e que poderão vir a estimular o surgimento de mal-entendidos, como será o caso Timor-Leste e Austrália em matéria de fronteiras marítimas e de riqueza marinha em Timor Gap. Quanto a Timor-Leste e à Indonésia e existem fronteiras terrestre, pelo que haverá sempre constrangimentos latentes.</p>
4.	<p>Quais são os principais desafios da política externa de Timor-Leste em relação à Austrália e Indonésia? Quais têm sido os principais obstáculos nas relações entre estes países, desde a independência de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>De acordo com o meu ponto de vista, o principal desafio de Timor-Leste com a Austrália na época era resolver questões de fronteiras marítimas, especialmente em relação a <i>Timor Gap</i>. A Austrália não queria aceitar as fronteiras marítimas de Timor-Leste e Austrália baseadas na lei marítima internacional. A Austrália queria acordos de fronteira marítima entre os dois países apenas sem atender à lei marítima internacional vigente, enquanto que Timor-Leste quer um acordo de fronteira marítima baseado na lei do mar internacional e não na profundidade do mar. Por outro lado, a Austrália é o maior país doador de Timor-Leste desde o início da independência.</p>

	<p>Enquanto que Timor-Leste e a Indonésia tiveram de repatriar os refugiados timorenses que viviam na Indonésia, Timor-Leste e a Indonésia tinham uma história de conflito e de constrangimentos. Assim, Timor-Leste teve de superar tudo isso para que pudesse derivar benefícios. Os principais obstáculos nas relações de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia, tais como coordenação, negociações, etc., não estavam a correr bem porque naquele tempo Timor-Leste ainda tinha limitações no que tange os recursos humanos, recursos financeiros, instalações, capacidade institucional que ainda é fraca nos nossos dias.</p>
5.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível interno para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Para garantir o equilíbrio e enfrentar a influência da Austrália, Timor-Leste normalizou as relações com a Austrália através da política externa e na Austrália existem grupos de organizações não governamentais e académicos que apoiam Timor-Leste. Timor-Leste como Estado soberano deve garantir estabilidade política e económica e garantia de segurança, tornando-se num país seguro, pacífico e próspero.</p> <p>Quanto à relação entre Timor-Leste e a Indonésia desde a sua independência, o seu governo pôs imediatamente em prática a política externa orientada para o futuro e esqueceu o passado e deu prioridade ao futuro. O Governo de Timor-Leste e da Indonésia formaram imediatamente uma comissão de paz e amizade entre os dois países. Os dois países não interferem nos interesses nacionais um do outro.</p>
6.	<p>Que tipo de medidas foram adaptadas por Timor-Leste a nível externo para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A ação tomada por Timor-Leste foi dar prioridade às boas relações com os países vizinhos, a Austrália e a Indonésia. Além disso, para que Timor-Leste possa ser considerado politicamente de novo pelos dois países, Timor-Leste tornou-se um membro permanente da CPLP e prepara-se para se constituir com um dos membros permanentes da ASEAN que são fortemente apoiados pela Indonésia. No que tange o Fórum das Ilhas do Pacífico, Timor-Leste tornou-se membro do</p>

	<p>Fórum Regional da ASEAN, onde estão a Austrália, a Indonésia e Timor-Leste, para que, se houver problemas, possam ser mediados e resolvidos através deste fórum.</p>
7.	<p>De que forma é que Timor-Leste pode beneficiar de uma melhoria nas relações bilaterais com a Austrália e Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>As relações bilaterais entre Timor-Leste e a Austrália e a Indonésia, foram muito importantes. Havia já relações bilaterais com a Austrália sob a forma de cooperação nos campos do desenvolvimento, da economia e dos recursos humanos. Da mesma forma, as relações bilaterais com a Indonésia desenvolveram-se no domínio da cooperação na educação, comércio e turismo. Estas relações de cooperação foram muito benéficas para Timor-Leste no início da independência até aos nossos dias.</p>
8.	<p>Quais são as perspetivas das cooperações bilaterais entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia no futuro?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Na minha opinião, devemos continuar a trabalhar os três países (Timor-Leste - Austrália e Timor-Leste com a Indonésia). Esta cooperação está adaptada às necessidades de Timor-Leste para que em contextos de cooperação futura para que dê prioridade ao estabelecimento de relações bilaterais. Não precisamos de cooperar com os dois países em todos os domínios, mas deve aprofundar ainda mais a cooperação na qual Timor-Leste seja capaz e tenha a competência para que possa haver transferência e troca conhecimento. É importante referir que é necessário a cooperação com outros países vizinhos além destas duas nações.</p>
<b>b.</b>	<b>Timor-Leste e Organizações Regionais/Internacionais:</b>
9.	<p>Qual o tipo de cooperação que se estabelece entre os países membros da ASEAN?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Em primeiro lugar, deve-se saber que a base para o estabelecimento da ASEAN nos três pilares principais é o pilar da economia política, da segurança e da cultura social. No quadro da própria ASEAN existem várias formas de cooperação,</p>

	<p>como sejam a cooperação bilateral e a multilateral. Seja qual for a forma de cooperação entre os países membros da ASEAN, deveremos reforçar três pilares da ASEAN. Para que a cooperação seja estabelecida entre os países membros da ASEAN, nomeadamente reforçar a cooperação na esfera política, cooperação no campo económico, cooperação na área social, cooperação na área da cultura, cooperação na área militar. Todas as formas de cooperação são vislumbram harmonizar as relações mutuamente benéficas entre elas e evitar interferir em certos assuntos do outro Estado.</p>
10.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em ser parte da ASEAN? Por outro lado, pode dizer-se que a ASEAN beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>As vantagens em fazer parte da ASEAN é que pode fortalecer a posição de negociação política e económica, garantir a estabilidade económica, política e de segurança, a paz entre os países membros da ASEAN. Timor-Leste pode contribuir para a ASEAN em termos de erradicação e prevenção do crime transnacional, movimentos terroristas, tráfico de drogas e preservação dos valores democráticos e dos direitos humanos.</p>
11.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)? Por outro lado, pode dizer-se que a CPLP beneficia com a contribuição de Timor – Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A vantagem obtida com o facto de Timor-Leste ser um país membro da CPLP é a língua portuguesa, pelo que a cooperação está centrada no português. Importa reforçar as vantagens políticas durante a luta pela independência, que constituiu sempre o reforço e apoio material e não material. Timor-Leste é o único país membro da CPLP localizado em espaços geográficos interessantes, e Timor-Leste possa expandir e desenvolver o Português com os países da região e constituir-se como uma nova centralidade da lusofonia no Sudeste Asiático e Oceânica</p>
12.	<p>Qual a relação entre Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico? De forma é que Timor-Leste beneficia da relação com esta organização?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A relação entre Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico é de natureza</p>



	<p>histórica, económica e piscatória. Timor-Leste pode partilhar experiências sobre desenvolvimento, democracia, boa governação e sobre reformas políticas. Timor-Leste é um dos países fundadores da Organização para o Desenvolvimento das Ilhas Pacíficas, que beneficia os países do Fórum das Ilhas do Pacífico.</p>
13.	<p>Os acordos de cooperação bilateral e multilaterais estabelecidos entre os três países (Timor-Leste, Austrália e Indonésia) têm sido benéficos para todos eles?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Digo racionalmente que a cooperação entre esses três países, tanto em termos de cooperação bilateral quanto de cooperação multilateral, é benéfica para os três países, embora um grande país desenvolvido obtenha mais valor, mas ainda beneficie todos. Os três países estão localizados próximos uns dos outros, portanto, se houver uma cooperação infeliz, isso certamente romperá a relação entre os dois países ou os três países, de modo que a cooperação realizada até agora se baseia numa solução em que todos derivam benefícios.</p>

Entrevistado 6	
Data: 08 de novembro de 2018	
Dia: Quinta-feira	
Horas: 03h00 – 03h50	
<b>No.</b>	<b>Perguntas e Respostas</b>
<b>a.</b>	<b>Relações Timor-Leste/Austrália e Timor-Leste/Indonésia:</b>
1.	<p>De que forma é que a geografia de Timor-Leste influencia a posição política e económica do país? De que modo é que os aspetos geográficos podem trazer vantagens ou desvantagens para Timor-Leste, em comparação com outros países, com a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A restauração da independência de Timor-Leste foi importante para a Austrália porque havia representantes australianos em Timor-Leste. O Tratado de Timor-Leste é muito importante para Timor-Leste porque geograficamente é vizinho da Austrália e estão geograficamente limitados pela fronteira marítima. Timor-Leste tem influência na Indonésia porque muitos refugiados timorenses vivem na Indonésia, especialmente nas fronteiras de Timor-Leste e da Indonésia. A política diplomática de Timor-Leste tem boas relações com a Austrália, embora as relações de Timor-Leste com a Indonésia tenham gradualmente se tornado boas porque tiveram uma crise num passado recente que foi superado. Tanto a política como a economia geográfica são muito estratégicas para o comércio mundial, enquanto Timor-Leste tem petróleo no <i>Timor Gap</i> que pode ser um motor para o desenvolvimento. Esta geografia geoestratégica traz benefícios económicos, políticos, legais, sociais e culturais; por outro lado, é necessário equacionar possíveis perdas porque não existe ainda um acordo abrangente sobre as fronteiras marítimas com a Austrália. Os acordos fronteiriços terrestres e marítimos com a Indonésia ainda não foram concluídos.</p>
2.	Desde a independência de Timor-Leste, qual a natureza da sua relação

	<p>económica e política com a Austrália e com a Indonésia? De que forma é que esta evoluiu desde a independência de Timor-Leste até 2017?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Após a restauração da independência, Timor-Leste estabeleceu uma relação cooperativa e económica com os dois países mais próximos, porque a Austrália é um país desenvolvido e tem uma economia sólida. A relação entre Timor-Leste e a Austrália desde o início da independência até agora tem sido normal, embora existam politicamente alguns problemas, como as diferenças de opinião em relação às fronteiras marítimas, mas isso não afeta as relações entre Timor-Leste e a Austrália. De modo a evitar o antagonismo, Timor-Leste persegue uma rota legal internacional na resolução das fronteiras marítimas de Timor-Leste e da Austrália, para que terceiros tomem decisões com base nas realidades existentes. Por outro lado, as relações económicas, a política de Timor-Leste com a Indonésia não tem escolha, porque quase metade das necessidades básicas do povo de Timor-Leste se satisfazem através da importação de bens da Indonésia a um preço mais barato, e o desenvolvimento decorre com normalidade para os dois países. As relações políticas e económicas entre os países vizinhos trouxe sucesso às negociações sobre as fronteiras terrestres que podem ser aceites por ambas as partes, havendo ainda algumas questões a serem resolvidas.</p>
3.	<p>Que tipos de desafios são colocados pela Austrália e pela Indonésia a Timor-Leste? Poderão estes dois países ser consideradas ameaças para Timor-Leste? Por outro lado, poderá Timor-Leste ser visto como uma potencial ameaça para a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Em geral, os tipos de desafios apresentados pela Austrália e pela Indonésia são desafios relacionados com conflitos políticos ou com a estabilidade da defesa e segurança, política e economia, emprego, desemprego. Os dois países não são uma ameaça, mas protegem Timor-Leste. Por outro lado, também podem ser vistos como uma ameaça, por exemplo, Timor-Leste é usado por pessoas ou grupos irresponsáveis para prejudicar a estabilidade interna dos dois países.</p>
4.	<p>Quais são os principais desafios da política externa de Timor-Leste em relação à Austrália e Indonésia? Quais têm sido os principais obstáculos nas relações entre</p>

	<p>estes países, desde a independência de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os desafios que Timor-Leste enfrenta em relação aos australianos e indonésios, especialmente em termos de políticos, é a dificuldade de negociar com os seus dois maiores vizinhos. Timor-Leste tem de ser um parceiro forte nas suas negociações com a Austrália e a Indonésia e conseguir defender os seus interesses. Refira-se a título de exemplo o desejo da Austrália desejar que o Inglês fosse a língua oficial em Timor-Leste. Timor-Leste e a Indonésia tinham um problema passado, os ativos do governo indonésio foram abandonados, nomeadamente os empregados timorenses reformados que trabalhavam para o governo indonésio naquela altura. Apesar dos obstáculos enfrentados por Timor-Leste naquele período, as infraestruturas indonésias do período da ocupação foram completamente destruídas. No início da independência, as instituições governamentais ainda eram fracas. O governo era de transição e dependia de doações porque os seus recursos financeiros e humanos eram limitados, o conhecimento da língua inglesa ainda era insuficiente e a capacidade de construção do país era fraca. As fronteiras marítimas de Timor-Leste e da Austrália não foram discutidas, as fronteiras terrestres e marítimas com a Indonésia estavam apenas a ser agendadas.</p>
5.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível interno para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Para garantir o equilíbrio destes dois, Timor-Leste reformou e fortaleceu a capacidade de desenvolvimento institucional, incluindo a reforma do Exército de Defesa de Timor-Leste e da polícia para se tornarem soldados profissionais. O Estado e o governo são responsáveis pela garantia da estabilidade política e económica. O governo precisa de estabelecer uma cooperação permanente com os dois países, a fim de evitar a interferência dos dois países em assuntos internos e estimular uma boa política de vizinhança.</p>
6.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível externo para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e a Indonésia?</p> <p>Para garantir o equilíbrio externo, Timor-Leste tornou-se um número de</p>

	<p>organizações mundiais, como o Fórum Regional da ASEAN, a CPLP, Fórum das Ilhas dos Pacíficos, que em breve se tornará membro permanente da ASEAN. Existem vários grupos de solidariedade de Timor-Leste que vivem na Austrália e na Indonésia que ainda existem hoje, que frequentemente fazem campanha e defendem os interesses de Timor-Leste nestes dois países. Timor-Leste fundou o G7, o Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico.</p>
7.	<p>De que forma é que Timor-Leste pode beneficiar de uma melhoria nas relações bilaterais com a Austrália e Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Timor-Leste beneficia das relações entre os dois países através da cooperação bilateral e multilateral. Os benefícios da cooperação mais sentida são a cooperação na esfera da economia, do comércio, do turismo, da capacitação humana e instituições, desde a independência até hoje: Timor-Leste e Austrália colaboram na exploração e distribuição de produtos petrolíferos em Timor-Leste, entre outros. Timor-Leste e a Indonésia cooperam principalmente no campo da economia no setor das importações porque até agora quase 80 necessidades básicas do povo de Timor-Leste foram providas pela Indonésia.</p>
8.	<p>Quais são as perspectivas das cooperações bilaterais entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia no futuro?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A cooperação de Timor-Leste com estes dois países manteve-se, mas foi adaptada às necessidades de Timor-Leste. Timor-Leste não precisa de cooperar em todos os campos, mas priorizar campos que, de acordo com Timor-Leste, são urgentes e Timor-Leste tem tanto competências “hard” como competências “soft” no âmbito da cooperação. A cooperação com a Austrália é fundamental porque é um país desenvolvido de dimensões continentais. A Indonésia é importante porque é limitada apenas pelas fronteiras terrestres e marítimas.</p>
<b>b.</b>	<b>Timor-Leste e Organizações Regionais/Internacionais:</b>
9.	<p>Qual o tipo de cooperação que se estabelece entre os países membros da ASEAN?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Em primeiro lugar, é de referir que a cooperação entre os países membros da</p>

	<p>ASEAN está mais centrada em três pilares da ASEAN, o pilar económico, o pilar das políticas de segurança e o pilar sociocultural. Basicamente, a cooperação é baseada no estatuto da ASEAN, onde tudo foi escrito na carta. A cooperação nos campos de segurança política, economia, cultural e social é, em princípio, a cooperação mutuamente benéfica para todas as partes e, dos três pilares, é detalhada a cooperação mais detalhada aos domínios técnicos de cada país.</p>
10.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em ser parte da ASEAN? Por outro lado, pode dizer-se que a ASEAN beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A vantagem verifica-se na esfera económica, e podemos importar produtos básicos dos países membros da ASEAN a preços baratos e de alta qualidade. Podemos exportar produtos para os países membros da ASEAN num curto período de tempo. A ASEAN pode ser usada como uma motivação para Timor-Leste estimular o desenvolvimento físico e não físico e pode fortalecer a nossa posição política em matéria de política internacional. Por outro lado, a ASEAN, especialmente os países membros da ASEAN, pode beneficiar de Timor-Leste, uma vez que podemos contribuir para manter e garantir a estabilidade da região. Timor-Leste pode contribuir para a partilha de experiências na resolução de problemas entre países usando instituições internacionais, democracia, direitos humanos</p>
11.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)? Por outro lado, pode dizer-se que a CPLP beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p>Respostas:</p> <p>Os benefícios que TL pode derivar da CPLP são muitos, desde a luta pela independência até à independência a CPLP sempre foi vital para Timor-Leste, e ajudaram na formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2011-2030. As Falintil-FDTL participam em forças de paz mundiais em nome da CPLP neste caso Portugal, formação militar entre os países membros da CPLP em cada país durante um ou dois anos. Escolheu-se o Português como língua oficial e identidade do povo timorense. E os benefícios que a CPLP obteve de Timor-Leste é que a CPLP adicionou outro país localizado na região da Ásia e Pacífico. É único</p>

	<p>país que adotou o Português como língua oficial no sudeste asiático, e aumentou automaticamente o número de falantes de Português no mundo. Timor-Leste pode ser usado como uma ponte entre a CPLP e a ASEAN. Timor-Leste poderá ainda convidar os países membros da CPLP a explorar em conjunto o petróleo no Timor Gap.</p>
12.	<p>Qual a relação entre Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico? De forma é que Timor-Leste beneficia da relação com esta organização?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>O relacionamento de Timor-Leste com o Fórum das Ilhas do Pacífico tem mais a ver com as relações históricas e a partilha de experiências sobre como gerir recursos naturais, erradicar a corrupção e capacitar instituições públicas. Além disso, há um relacionamento político porque existem vários países do Fórum das Ilhas do Pacífico que sempre apoiaram a luta pela independência de Timor-Leste. Por isso, o governo de Timor-Leste deseja fortalecer as suas relações no quadro deste Fórum e melhorar as relações através da cooperação bilateral, no setor económico, capacitação das instituições eleitorais gerais e cooperação ambiental. E claramente Timor-Leste beneficiou porque através desta cooperação, Timor-Leste pode promover os valores que Timor-Leste defendeu durante a luta contra o inimigo. Timor-Leste motiva vários países do Fórum das Ilhas do Pacífico para formar fóruns económicos que beneficiem ambos os países. Outros benefícios serão na esfera da cultura, educação e ciência.</p>
13.	<p>Os acordos de cooperação bilateral e multilaterais estabelecidos entre os três países (Timor-Leste, Austrália e Indonésia) têm sido benéficos para todos eles?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Na minha experiência desde a independência de Timor-Leste houve cooperação multilateral e bilateral com os dois países (Austrália e Indonésia) e toda a cooperação beneficiou terceiros porque antes de entrar no conteúdo da cooperação houve discussões, reuniões da equipa técnica dos três países. Podemos dizer que, até agora, esta cooperação tem sido benéfica para que Timor-Leste possa estabelecer a fronteira marítima e territorial com a Austrália e com a Indonésia sem conflito. Timor-Leste pode resolver as fronteiras terrestres com a Indonésia sem conflito e agora os negociadores de Timor-Leste e Indonésia</p>

	<p>estão novamente a lidar com as fronteiras marítimas sem quaisquer problemas. É importante cultivar-se entre os três países o estabelecimento de uma relação harmoniosa para melhor se executar o acordo de cooperação entre os três países para que todos colham benefícios.</p>
--	---



Entrevistado 7	
Data: 21 novembro de 2018	
Dia: Quarta-feira	
Horas: 03h00 03h50	
No.	Perguntas e Perguntas
a.	Relações Timor – Leste/Austrália e Timor-Leste/Indonésia:
1.	<p>De que forma é que a geografia de Timor-Leste influencia a posição política e económica do país? De que modo é que os aspetos geográficos podem trazer vantagens ou desvantagens para Timor-Leste, em comparação com outros países, com a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Geograficamente, Timor-Leste situa-se entre a Austrália e a Indonésia, que tem um desenvolvimento único na posição política externa de Timor-Leste ao trabalhar com os dois países. A posição da geografia como um pequeno país novo, é claro, entre os dois países, os líderes desta nação e do Estado devem ser bons no desenvolvimento de estratégias para que pequenos países e países em desenvolvimento possam se beneficiar especialmente das economias dos dois países vizinhos. Para enfatizar novamente que Timor-Leste está entre esses dois países gigantes pró-ocidentais, Timor-Leste se beneficia dos vários aspetos, pode-se dizer que Timor-Leste é muito protegido, para que mais Timor-Leste possa se beneficiar. esta localização geográfica. Considerando que a perda é geograficamente no sentido de que Timor-Leste pode ser usado como um local de fuga para o crime transnacional, pontos de trânsito para terroristas internacionais e outros.</p>
2.	<p>Desde a independência de Timor-Leste, qual a natureza da sua relação económica e política com a Austrália e com a Indonésia? De que forma é que esta evoluiu desde a independência de Timor-Leste até 2017?</p> <p><b>Respostas:</b></p>

	<p>Desde a independência de Timor-Leste, as relações económicas e políticas de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia têm sido muito importantes porque são os países vizinhos mais próximos de Timor-Leste, tanto a Austrália como a Indonésia ajudaram a reconstruir e a destruir instituições públicas, a agricultura e o aumento de recursos humanos. Todas as relações económicas e políticas entre Timor-Leste e os dois países estão em consonância com os acordos existentes e mutuamente benéficos até hoje.</p>
3.	<p>Que tipos de desafios são colocados pela Austrália e pela Indonésia a Timor-Leste? Poderão estes dois países ser considerados ameaças para Timor-Leste? Por outro lado, poderá Timor-Leste ser visto como uma potencial ameaça para a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os desafios que dizem respeito aos dois países, nomeadamente a Austrália e a Indonésia a Timor-Leste, são principalmente segurança e estabilidade política e económica, democracia, direitos humanos, direito, desenvolvimento, infraestrutura, desemprego, emprego. E foi como eu disse que os dois países (Austrália e Indonésia) não eram uma ameaça para Timor-Leste, mas Timor-Leste estava protegido em termos de economia e política. Timor-Leste pode ser uma ameaça para ambos os países (Austrália e Indonésia), por exemplo, traficantes de drogas, as fronteiras ilegais podem beneficiar Timor-Leste a entrar na Austrália e na Indonésia porque as facilidades de comunicação, leis fracas podem ser utilizadas. O desenvolvimento da democratização em Timor-Leste pode ser uma ameaça para outras províncias indonésias. A falta de segurança e a estabilidade política podem perturbar as relações entre os três países. O australiano tem medo da pobreza em Timor Leste. O australiano também tem um forte interesse nacional na prosperidade e paz de Timor-Leste.</p>
4.	<p>Quais são os principais desafios da política externa de Timor-Leste em relação à Austrália e Indonésia? Quais têm sido os principais obstáculos nas relações entre estes países, desde a independência de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os desafios da política externa para a Austrália e a Indonésia variam, onde os desafios são enfrentados em relação à Austrália e especialmente aos países</p>

	<p>desenvolvidos da Austrália em todos os campos: economia, tecnologia, ciência, comunicação e transporte. A Austrália lidera uma força de paz que garante a segurança em Timor-Leste para que Timor-Leste tenha dificuldade em ajustar as políticas às necessidades australianas. Considerando que o desafio de Timor-Leste com a Indonésia é sobre a história do passado, em que a Indonésia ocupou Timor-Leste por aproximadamente 24 anos, depois de um referendo timorense que rejeitou a independência de Timor-Leste, refugiados de Timor-Leste na fronteira indonésia com Timor -Estudo, é o foco da política externa de Timor-Leste sobre a Indonésia como resolver estas diferenças de pontos de vista e história para que não se tornem obstáculos para o futuro. Falta de recursos humanos, falta de financiamento, instituições governamentais ainda são fracas.</p>
5.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível interna para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Para evitar o conflito e manter o equilíbrio face às influências australianas e indonésias em geral e isto é muito importante, Timor-Leste é tanto um líder político, um líder religioso, uma sociedade civil, um líder não-político, os quatro órgãos de soberania do governo de Timor-Leste como o Conselho Presidencial, o Parlamento Nacional, os tribunais desempenham as suas funções de forma adequada para que possam construir uma estabilidade económica e política, abrir oportunidades de emprego para os jovens, praticar a democracia e os direitos humanos de acordo com as normas legais tanto nacionais como internacionais.</p>
6.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível externo para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Externamente, para equilibrar a influência da Austrália e da Indonésia, Timor-Leste defendeu-se ao juntar-se a organizações regionais como a ASEAN e Timor-Leste como observadores no Fórum das Ilhas do Pacífico, Timor-Leste tornou-se um membro permanente: as Nações Unidas, A CPLP, Fórum Regional da ASEAN, Timor-Leste também se iniciou como fundador do G7, o Fórum Económico do Pacífico, o Conselho de Turismo da Organização Turismo do Pacífico Sul. Timor-Leste tem cooperação bilateral com os países membros da ASEAN, Timor-Leste</p>

	tem embaixadores permanentes na Austrália e na Indonésia.
7.	<p>De que forma é que Timor-Leste pode beneficiar de uma melhoria nas relações bilaterais com a Austrália e Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Timor-Leste beneficiou de um aumento nas relações de Timor-Leste com a Austrália, especialmente nas áreas da economia, comércio e investimento, saúde, água e saneamento e educação. A Austrália ajudou Timor-Leste a superar a pobreza e estimulou o crescimento económico, a cooperação militar, a preparação das forças policiais. Enquanto os benefícios das relações de Timor-Leste com a Indonésia nos domínios da economia, comércio, turismo, infraestruturas, investimento, educação, recursos humanos</p>
8.	<p>Quais são as perspetivas das cooperações bilaterais entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia no futuro?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A cooperação de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia será continuada, mas precisa de ser renegociada em conformidade com as necessidades e interesses de Timor-Leste. Deve concentrar-se mais na cooperação mais produtiva, pode ajudar a desenvolver e melhorar a economia de Timor-Leste. Esta profunda cooperação entre os dois países a não acontece em todos os domínios, mas é adaptada às necessidades de curto, médio e longo prazo. Entre a Austrália e a Indonésia não há problema nas relações bilaterais, porque desde o início da independência já tivemos cooperação até agora. É possível haver mais desenvolvimento e devemos analisar mais as vantagens e desvantagens da cooperação até agora para as melhorarmos no futuro. A Austrália e a Indonésia têm potencial económico, comercial e de investimento para Timor-Leste, pelo que haverá mais cooperação.</p>
<b>b.</b>	<b>Timor-Leste e Organizações Regionais/Internacionais:</b>
9.	<p>Qual o tipo de cooperação que se estabelece entre os países membros da ASEAN?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os países membros da ASEAN trabalham juntos com base na Carta da ASEAN, que coloca mais ênfase nas prioridades económicas, políticas de segurança,</p>

	<p>cultura social. A colaboração entre os países membros da ASEAN concordou em acelerar o crescimento económico, o progresso social para fortalecer uma comunidade ASEAN tornando-a mais próspera e pacífica, permitindo melhorar a paz e a estabilidade na região e ajudar-se mutuamente no campo económico e prestar assistência mútua.</p>
10.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em ser parte da ASEAN? Por outro lado, pode dizer-se que a ASEAN beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os benefícios que Timor-Leste derivou da ASEAN foram económicos, onde Timor-Leste pôde obter materiais importados dos países membros da ASEAN, de forma fácil, barata e rápida. Outros benefícios são de setores como a agricultura, comércio, indústria, comunicação e investimento. Timor-Leste contribuiu para os valores da reconciliação e da democracia em termos porque se preocupou em resolver as diferenças de opinião entre países de forma pacífica. Timor-Leste pode contribuir para a segurança e a estabilidade política da ASEAN porque geograficamente está próximo dos países membros da ASEAN.</p>
11.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)? Por outro lado, pode dizer-se que a CPLP beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>As vantagens para Timor-Leste em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: é membro oficial da organização da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa desde 20 de maio de 2002, o dia da restauração independência de Timor-Leste. Mas, antes da independência, a CPLP já tinha reconhecido Timor-Leste como está escrito na nossa Constituição da RDTL. O estatuto da CPLP é um instrumento legal que esta organização internacional ratificou, tal como Acordo otográfico Comum em 2009. Em 2002, Timor-Leste, enquanto membro da CPLP, passa a integrar uma comunidade sobre circulação livre das pessoas. Em 2002, na cimeira no Brasil institui-se o Passaporte Diplomático etc., que Timor-Leste ainda não ratificou, mas os países membros da CPLP já reconheceram o Passaporte da CPLP. No outro acordo entre CPLP e Timor-Leste, também nas áreas transitórias e setoriais, o objetivo geral da CPLP</p>

	<p>relativamente aos aspetos políticos e diplomáticos, é tornar os seus membros mais fortes, tornando possível a candidatura de um lusófono à liderança organização das Nações Unidas. A CPLP e Timor-Leste cooperaram na educação e outras áreas, como ministério do comércio (empresas da CPLP, Asia, Africa). A CPLP esteve sempre ao lado de Timor-Leste na luta da independência de Timor-Leste.</p> <p>A CPLP beneficia com a contribuição de Timor-Leste: A contribuição de Timor-Leste na CPLP nomeadamente a língua portuguesa na Ásia, Timor-Leste como uma porta ou uma fonte de entrada para os países membros da CPLP na Ásia nas várias áreas do comércio, etc. Timor-Leste constitui a ligação para disseminação da língua e do comércio lusófonos na Ásia e no Pacífico.</p>
12.	<p>Qual a relação entre Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico? De forma é que Timor-Leste beneficia da relação com esta organização?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A principal relação de Timor-Leste com o Fórum das Ilhas do Pacífico é a relação histórica, económica e política. Com esta relação os dois países têm relações recíprocas, onde Timor-Leste é um novo país que pode melhorar a economia do país para que amigos de vários países do Pacífico possam experimentar. Timor-Leste é o país fundador do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico, que transformou as economias de vários países avançados do Pacífico. Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico partilham benefícios no campo das alterações climáticas, deriva benefícios da biodiversidade única e do Desenvolvimento do Turismo Sustentável.</p>
13.	<p>Os acordos de cooperação bilateral e multilaterais estabelecidos entre os três países (Timor-Leste, Austrália e Indonésia) têm sido benéficos para todos eles?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os acordos de cooperação bilateral e multilaterais estabelecidos entre os três países (Timor-Leste, Austrália e Indonésia) têm sido benéficos para todos eles. Em geral, existem cooperações bilaterais e multilaterais entre os três países. A cooperação com Austrália em áreas como a defesa, educação, etc. têm sido benéfica para Timor-Leste. Todavia, não podemos omitir problemas como o</p>

	<p>Timor-Gap e a fronteira marítima. Interessa a Timor-Leste uma resolução pacífica porque a Austrália é um país poderoso no Pacífico e também Sudeste Asiático. A cooperação com Indonésia correu bem, porque Timor-Leste e Indonésia partilham fronteira terrestres e mar. Timor-Leste, Austrália e Indonésia também têm cooperações multilaterais nas áreas da educação e da proteção da biodiversidade (proteção do coral no mar, por exemplo).</p>
--	---

Entrevistado 8	
Data: 23 de novembro de 2018	
Dia: Sexta-feira	
Horas: 03h00 – 03h40	
<b>No.</b>	<b>Perguntas e Respostas</b>
<b>a.</b>	<b>Relações Timor-Leste/Austrália e Timor-Leste/Indonésia:</b>
1.	<p>De que forma é que a geografia de Timor-Leste influencia a posição política e económica do país? De que modo é que os aspetos geográficos podem trazer vantagens ou desvantagens para Timor-Leste, em comparação com outros países, com a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A localização de Timor-Leste é muito estratégica entre a região da Ásia e do Pacífico, perto da Austrália e da Indonésia, traduzindo-se em benefícios políticos e económicos, do interesse nacional de Timor-Leste. Permite aumentar o desenvolvimento interno de Timor-Leste. Esta localização geográfica estratégica traz vantagens económicas, de investimento e políticas para Timor-Leste, em comparação com outros países. A Austrália e a Indonésia têm empresas que têm as maiores importações para Timor-Leste. Entre 2007-09 a Indonésia ficou em primeiro lugar e a Austrália ficou em terceiro, enquanto que em termos de exportação, a Indonésia permaneceu em primeiro lugar e em segundo a Austrália. Este é um sinal de que os benefícios geográficos de Timor-Leste, e os aspetos negativos podem não ser a estabilidade política ou económica, porque são muito dependentes de outros países.</p>
2.	<p>Desde a independência de Timor-Leste, qual a natureza da sua relação económica e política com a Austrália e com a Indonésia? De que forma é que esta evoluiu desde a independência de Timor-Leste até 2017?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A relação económica e política com a Austrália corre muito bem, especialmente</p>



	<p>na área económica. Timor-Leste e a Austrália tinham um tratado, lei e regulamento sobre a cooperação entre ambos no que tange a exploração de petróleo e gás no mar de Timor até à determinação da fronteira marítima. Relativamente à relação política entre os dois países desde a independência até à data, esta é estável, embora se percecionem alguma diferença de opinião sobre a sabotagem dos Serviços Secretos da Austrália no que se refere aos dados da fronteira marítima, (mas depois foi resolvido).</p> <p>A cooperação entre Timor-Leste e Indonésia evoluíram tanto económica como politicamente, porque há partilha de fronteira terrestres que facilitam a entrada de bens que satisfazem as necessidades básicas de Timor-Leste.</p> <p>Timor-Leste não se preocupa com o passado, mas com o futuro. O passado foi uma consequência e futuro será a esperança, por disso, a Indonésia sempre apoiou a adesão Timor-Leste na ASEAN incondicionalmente.</p>
3.	<p>Que tipos de desafios são colocados pela Austrália e pela Indonésia a Timor-Leste? Poderão estes dois países ser consideradas ameaças para Timor-Leste? Por outro lado, poderá Timor-Leste ser visto como uma potencial ameaça para a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os desafios que estão no centro da atenção da Austrália e Indonésia para Timor-Leste estão particularmente preocupados com o bem-estar e a paz em Timor-Leste que podem afetar ambos os países (Austrália e Indonésia como vizinhos mais próximos, outras coisas desemprego, falta de instituições governamentais, fuga transnacional). Por enquanto, os dois países (Austrália e Indonésia) não foram classificados como uma ameaça a Timor-Leste, mas até agora temos diferentes visões e interesses nacionais que existem, mas ainda são resolvidos através de instrumentos institucionais internacionais. radicalismo ou ideologia irresponsável ou religiosa para entrar na Austrália e na Indonésia, porque Timor-Leste ainda carece de instalações, recursos humanos.</p>
4.	<p>Quais são os principais desafios da política externa de Timor-Leste em relação à Austrália e Indonésia? Quais têm sido os principais obstáculos nas relações entre estes países, desde a independência de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p>

	<p>O desafio fundamental da política externa de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia verifica-se nos domínios político e económico. O desafio enfrentado pela política externa de Timor-Leste com a Austrália foi a política. Este é um dos países desenvolvidos, o Estado que garantiu a estabilidade da segurança em 1999 em Timor-Leste. No campo económico desde 1999 e o começo da independência recebeu mais assistência da Austrália porque a economia de Timor-Leste é muito fraca. Enquanto a política externa com a Indonésia foi bastante difícil porque Timor-Leste e a Indonésia tiveram problemas de 1975 a 1999, tornando difícil para os dois países esquecer o passado, muitos refugiados timorenses que foram deslocados, outros regressaram e outros optaram por não regressar a Timor-Leste e estabeleceram-se na Indonésia.</p> <p>Quanto aos constrangimentos nas relações de Timor-Leste e a Austrália e a Indonésia são a falta de recursos humanos, falta de recursos financeiros, infraestruturas, instituições institucionais fracas de Timor-Leste.</p>
5.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível interna para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Para manter o seu equilíbrio interno e evitar a interferência da Austrália e da Indonésia, Timor-Leste melhorou a economia nacional através do desenvolvimento do bem-estar da população. Timor-Leste pode dotar os seus cidadãos de educação política no sentido de estabelecer a paz sob a forma de paz política e paz económica, a paz jurídica. O governo procura fomentar o emprego especialmente para os jovens, erradicar ou impedir a proliferação de movimentos de grupos terroristas, radicalismo, traficantes de droga e tráfico de seres humanos.</p>
6.	<p>Que tipo de medidas foram adotadas por Timor-Leste a nível externo para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Para garantir o equilíbrio e evitar a interferência da Austrália e da Indonésia, Timor-Leste tornou-se membro de organizações internacionais e regionais como a CPLP, o Fórum Regional da ASEAN, e prepara-se para ser membro permanente da ASEAN e é observador no Fórum das Ilhas do Pacífico.</p>

7.	<p>De que forma é que Timor-Leste pode beneficiar de uma melhoria nas relações bilaterais com a Austrália e Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Timor-Leste beneficiou da melhoria das relações bilaterais entre a Austrália e a Indonésia, porque estão geograficamente perto e facilitam o comércio, os negócios e o investimento, o que pode ajudar a melhorar o seu crescimento económico. Tem cooperação militar, educacional e económica com a Austrália e coopera com a Indonésia nos campos da educação, economia, turismo, agricultura e indústria.</p>
8.	<p>Quais são as perspetivas das cooperações bilaterais entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia no futuro?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A visão da cooperação de Timor-Leste com a Austrália e a Indonésia espelha-se nas necessidades e necessidades futuras e deve ser melhorada e ajustada às necessidades das áreas prioritárias. Timor-Leste deve analisar os sucessos e fraquezas da cooperação bilateral entre Timor-Leste e os australianos e os indonésios a fim de encontrar uma solução que seja um pouco melhor, mais focada e tenha maior valor acrescentado. É importante a continuação da cooperação no sentido do desenvolvimento de recursos humanos, investimentos, turismo, negócios e economia.</p>
<b>b.</b>	<b>Timor-Leste e Organizações Regionais/Internacionais:</b>
9.	<p>Qual o tipo de cooperação que se estabelece entre os países membros da ASEAN?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>O tipo de cooperação entre os países membros da ASEAN é basicamente focado na aceleração do crescimento económico para criar prosperidade entre os países membros da ASEAN. Deve ser mais focada na cooperação técnica entre os países membros da ASEAN na solução de problemas e respostas rápidas a desastres naturais, por exemplo.</p>
10.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em ser parte da ASEAN? Por outro lado, pode dizer-se que a ASEAN beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p>

	<p>Os benefícios para Timor-Leste, se se tornar país membros da ASEAN, são benefícios económicos, políticos, de defesa e segurança, turismo, investimento e negócios. Timor-Leste estabeleceu acordos de cooperação e de investimento com os países membros da ASEAN para melhor gerir os seus recursos naturais.</p>
11.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)? Por outro lado, pode dizer-se que a CPLP beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os benefícios que Timor-Leste deriva da CPLP é a partilha de uma identidade, história nacional e internacional, nomeadamente de lastro lusófono. Geograficamente, Timor-Leste pode ser um país pequeno e distante de outros países membros da CPLP, mas Timor-Leste está politicamente próximo e mais familiarizado com a CPLP. Outra vantagem são benefícios económicos, educação e cultura. Timor-Leste contribui para o desenvolvimento da língua portuguesa, preservando a cultura, a política e a economia da CPLP.</p>
12.	<p>Qual a relação entre Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico? De forma é que Timor-Leste beneficia da relação com esta organização?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Há uma em relação histórica com o Fórum das Ilhas do Pacífico na luta independência de Timor-Leste. O Fórum sempre deu o apoio Timor-Leste. Agora é o membro observador deste fórum. Timor-Leste fundou uma Organização para o Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico, de natureza económica, em Bangkok – Tailândia.</p>
13.	<p>Os acordos de cooperação bilateral e multilaterais estabelecidos entre os três países (Timor-Leste, Austrália e Indonésia) têm sido benéficos para todos eles?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A colaboração entre os três países (Timor-Leste, Austrália e Indonésia) tem sido mutuamente benéfica. Estimula o crescimento, o desenvolvimento e o investimento Timor-Leste. E a cooperação desde o início da independência de Timor-Leste com os dois países foi mutuamente benéfica para eles e nenhum país regista desvantagens desta cooperação.</p>

Entrevistado 9	
Data: 09 de outubro de 2018	
Dia: Terça-feira	
Horas: 11h00 – 11h50	
<b>No.</b>	<b>Perguntas e Respostas</b>
<b>a.</b>	<b>Relações Timor – Leste/Austrália e Timor-Leste/Indonésia:</b>
1.	<p>De que forma é que a geografia de Timor-Leste influencia a posição política e económica do país? De que modo é que os aspetos geográficos podem trazer vantagens ou desvantagens para Timor-Leste, em comparação com outros países, com a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>O seu posicionamento geográfico permite-lhe favorecer as ligações entre a população nomeadamente entre as áreas rurais e urbanas e o governo facilitando assim a integração nacional e o desenvolvimento económico. O facto de Timor-Leste pertencer à região da Ásia oriental, permite-lhe ainda contacto com algumas das grandes economias emergentes tais como a China ou a Indonésia. Timor-Leste tem vantagens também na área economia, política e de segurança porque se situa entre dois países grandes nomeadamente a Austrália e a Indonésia.</p>
2.	<p>Desde a independência de Timor-Leste, qual a natureza da sua relação económica e política com a Austrália e com a Indonésia? De que forma é que esta evoluiu desde a independência de Timor-Leste até 2017?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Resposta:</p> <p>Desde o início da independência, Timor-Leste garantiu relações económicas e políticas com a Austrália e a Indonésia e, já então, já não olhava para os problemas passados de relações menos harmoniosas. Continuou a estabelecer relações económicas e políticas com a Austrália e a Indonésia porque os dois países eram muito próximos e quase metade da economia e materiais eram</p>

	<p>importados da Austrália e da Indonésia. Com esta boa relação, a Austrália também apoiou a adesão de Timor-Leste à ASEAN. E todas essas relações são harmoniosas e correram tranquilamente desde a independência até agora.</p>
3.	<p>Que tipos de desafios são colocados pela Austrália e pela Indonésia a Timor-Leste? Poderão estes dois países ser consideradas ameaças para Timor-Leste? Por outro lado, poderá Timor-Leste ser visto como uma potencial ameaça para a Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Em geral, tanto a Austrália como a Indonésia queriam a paz em Timor-Leste, porque fomentam estabilidade política e social, a segurança, desenvolve a economia e combate o desemprego.</p> <p>Se os dois países dizem que a ameaça a Timor-Leste é relativa, é porque, em geral, estamos preocupados com a segurança uns dos outros e com a segurança partilhada. Há ainda o respaldo da ASEAN, que oferece um enquadramento regional para resolver os nossos problemas. Pode ser uma ameaça se as fronteiras marítimas e terrestres entre Timor-Leste e a Austrália e Timor-Leste com a Indonésia não se resolverem completamente e podem ser usadas por organizações nacionais ou internacionais da máfia para fazer coisas ilegais.</p> <p>Por outro lado, Timor-Leste é um país novo, as instalações e infraestruturas ainda são fracas, a sua economia precisa de ser desenvolvida. Pode ser usada pelos grupos da máfia do narcotráfico e de terrorismo como entrada nos países asiáticos e no Pacífico Sudeste da Ásia</p>
4.	<p>Quais são os principais desafios da política externa de Timor-Leste em relação à Austrália e Indonésia? Quais têm sido os principais obstáculos nas relações entre estes países, desde a independência de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os desafios da política externa de Timor-Leste em relação à Austrália e à Indonésia foram mais para as políticas de interesse nacional de ambos os países (Austrália e Indonésia), do que para Timor-Leste. Os desafios enfrentados por Timor-Leste com a Austrália na definição das suas políticas externa é a dificuldade de negociar os seus interesses porque a Austrália é um país desenvolvido. Em todos os campos de desenvolvimento as necessidades da Austrália estão em constante</p>

	<p>mudança, de modo que a política externa de Timor-Leste tem dificuldade em se ajustar, emagrecendo as suas possibilidades de escolha estratégica. Considerando que a política externa mais difícil de Timor-Leste na Indonésia, na história de Timor-Leste, foi uma política para melhorar as relações dos dois países complicados, devido à ocupação militar indonésia de Timor-Leste.</p> <p>Os principais obstáculos que Timor-Leste enfrentou durante este tempo foram os recursos humanos, os recursos financeiros, a clivagem interna, Timor Leste teve que construir o edifício do Estado ou a construção da nação primeiro ou simultaneamente.</p>
5.	<p>Que tipo de medidas foram adaptadas por Timor-Leste a nível interno para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e a Indonésia a nível interno, Timor-Leste precisa de criar e garantir os seguintes requisitos importantes, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Paz e estabilidade na área da Política</li> <li>○ Paz e estabilidade no âmbito do Económico</li> <li>○ Paz e estabilidade na parte da Segurança</li> <li>○ Paz e estabilidade na área da cooperação bilateral entre Timor-Leste com Austrália e Timor-Leste com Indonésia nas áreas necessárias</li> </ul>
6.	<p>Que tipo de medidas foram adaptadas por Timor-Leste a nível externa para manter o equilíbrio perante a influência da Austrália e a Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Timor-Leste é membro permanente das Nações Unidas</p> <p>Timor-Leste é membro permanente da CPLP</p> <p>Timor-Leste é membro permanente ASEAN Regional Fórum</p> <p>Timor-Leste obteve o estatuto de observador no seio da ASEAN</p> <p>Timor-Leste fundou G7+</p> <p>Timor-Leste obteve o estatuto de observador na Organização Mundial do Comércio</p> <p>Timor-Leste obteve o estatuto de observador no Fórum das Ilhas dos Pacíficos</p> <p>Timor-Leste estabeleceu Fórum para o Desenvolvimento do Pacífico</p> <p>Timor-Leste já estabeleceu as comissões de verdade e reconciliação e as</p>

	comissões de verdade e amizade.
7.	<p>De que forma é que Timor-Leste pode beneficiar de uma melhoria nas relações bilaterais com a Austrália e Indonésia?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>O aumento das relações bilaterais entre Timor-Leste e Austrália e Timor-Leste com a Indonésia ajudou a desenvolver e a aumentar as suas receitas económicas através de investimentos e negócios entre os três países, de modo a aumentar a renda do Estado e o bem-estar dos cidadãos timorenses. Além disso, pode importar bens de ambos os países para satisfazer as necessidades domésticas e, ao mesmo tempo, Timor-Leste pode exportar bens domésticos para ambos os países, como o café.</p>
8.	<p>Quais são as perspetivas das cooperações bilaterais entre Timor-Leste a Austrália e a Indonésia no futuro?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>A cooperação bilateral entre Timor-Leste e a Austrália e a cooperação de Timor-Leste com a Indonésia continuaram porque Timor-Leste beneficiou desta colaboração e agora é a era da globalização. Um país não tem produção suficiente para satisfazer as suas necessidades básicas. Todos os países interdependentes. No entanto, a Austrália e a Indonésia são os parceiros e os vizinhos de Timor-Leste para o desenvolvimento futuro.</p>
<b>b.</b>	<b>Timor-Leste e Organizações Regionais/Internacionais:</b>
9.	<p>Qual o tipo de cooperação que se estabelece entre os países membros da ASEAN?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Em primeiro lugar, é de referir que a cooperação dos países membros da ASEAN se baseia na própria Carta da ASEAN, nomeadamente na cooperação económica, nas políticas de segurança e na sociocultura. A cooperação no domínio económico inclui a cooperação no domínio da abertura de centros de promoção. A promoção é realizada através do setor do comércio, do setor do turismo e do setor do investimento. Existe a cooperação no fornecimento de reservas alimentares quando um país da ASEAN sofre uma crise alimentar devido a um desastre. Existe cooperação na implementação de projetos industriais como</p>



	<p>fertilizantes, cobre, vacinas, carbonato de sódio, colaboração em áreas de livre comércio, como a eliminação de impostos, pode aumentar o investimento diretamente para os países da ASEAN. Existe a cooperação no domínio das cooperativas da ASEAN, a fim de melhorar o bem-estar dos países membros da ASEAN.</p> <p>A ASEAN estimula a cooperação no domínio da segurança política realizada no campo político com base no sistema jurídico internacional, de modo que a cooperação não pode causar disputas internacionais devido a diferenças nos sistemas políticos em vários países. Os Ministros da Defesa reúnem com regularidade com os Ministros da Segurança nos países membros da ASEAN para discutir a cooperação política e diplomacia no setor de defesa e segurança dos países da ASEAN. A nomeação de Embaixadores e Representantes consulares é importante entre os países da ASEAN. O Acordo de extradição da ASEAN em que a cooperação no campo político lida com suspeitos de crimes que fugiram para os países da ASEAN. O acordo de zona livre de armas nucleares é sobre a proibição de armas nucleares nos países da ASEAN. E os acordos regionais são pacíficos, livres e neutros para manter cada país em paz.</p> <p>A cooperação ASEAN no campo social fomenta o desenvolvimento do bem-estar social, a redução de problemas sociais, o desenvolvimento de recursos humanos e a melhoria do bem-estar. Além disso, há cooperação da ASEAN em outros campos sócio culturais, como cooperação na esfera da cultura e informação, educação, juventude e desportos, direitos das mulheres e igualdade de género, direitos das crianças, bem-estar social, desenvolvimento de grupos desfavorecidos, redução da pobreza e desenvolvimento rural, trabalho, meio ambiente, gestão de desastres naturais e assistência humanitária, saúde.</p>
10.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em ser parte da ASEAN? Por outro lado, pode dizer-se que a ASEAN beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Timor-Leste beneficia no setor económico, comercial, do turismo, investimento, negócios, defesa e segurança, bem como das importações e exportações. Beneficia da estabilidade do desenvolvimento económico e cooperações regionais. Além disso Timor-Leste pode contribuir para os esforços de promoção da paz e da</p>

	estabilidade na ASEAN.
11.	<p>Quais as vantagens para Timor-Leste em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)? Por outro lado, pode dizer-se que a CPLP beneficia com a contribuição de Timor-Leste?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>As vantagens para Timor-Leste em fazer parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é a língua portuguesa, porque oferece um património comum e um futuro mais global. A CPLP também apoiou Timor-Leste na cooperação para reintroduzir a língua portuguesa. A CPLP apoia o desenvolvimento e a implementação da língua portuguesa através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa. Há uma lastro político-diplomático, a partilha de memória e história comum através da língua, um valor universal, um fator identitário, um equilíbrio geopolítico regional, uma projeção da economia, a instituição de um acordo ortográfico.</p>
12.	<p>Qual a relação entre Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico? De forma é que Timor-Leste beneficia da relação com esta organização?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>As relações de Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico concentram-se nas relações políticas, económicas, históricas e turísticas. Os dois países (Timor-Leste e o Fórum das Ilhas do Pacífico) trabalham em conjunto na área das alterações climáticas, e cooperação em áreas de biodiversidade, turismo. Portanto, Vanuatu apoiou a luta pela independência timorense; Timor-Leste e as ilhas do Pacífico partilham questões de vulnerabilidade e fragilidade; Timor-Leste participou nas reuniões do Estado Pacífico das Pequenas Ilhas; Timor-Leste é um parceiro doador do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico incrementando-se a Cooperação em matéria de segurança e desenvolvimento, pescas e cooperação em matéria de segurança ambiental.</p>
13.	<p>Os acordos de cooperação bilateral e multilaterais estabelecidos entre os três países (Timor-Leste, Austrália e Indonésia) têm sido benéficos para todos eles?</p> <p><b>Respostas:</b></p> <p>Os acordos de cooperação entre Timor-Leste e Austrália e Indonésia beneficiaram os três países, pelo que a cooperação bilateral de Timor-Leste com a Austrália em</p>

vários domínios, como militar, polícia, educação e outros campos ainda é útil. As cooperações bilaterais entre Timor-Leste com a Austrália resolveram o problema das águas territoriais marítimas. Usaram os instrumentos legais internacionais para resolver as fronteiras marítimas entre os dois países (Timor-Leste e Austrália) de uma forma pacífica para que os resultados sejam aceitáveis para todas as partes.

Enquanto a cooperação bilateral entre Timor-Leste e a Indonésia transcorreu sem obstáculos significativos, como indicaram que Timor-Leste e a Indonésia podem esquecer a história do passado, outros benefícios indicaram que alguns pontos de fronteira de Timor-Leste com Indonésia foram resolvidos pacificamente. Essas boas relações levaram a outros resultados, como Timor-Leste e a Indonésia, a concordar e a estabelecer comissões de verdade e reconciliação e amizade.

Embora a cooperação multilateral entre os dois países se tenha estabelecido nas áreas das mudanças climáticas, existem também outras cooperações entre os três países na área da biodiversidade, há cooperação no campo da investigação científica conjunta sobre água entre as universidades dos três países.

## **Anexo 5 – Acordo entre Portugal e a Indonésia sobre a questão de Timor-Leste**

### **Acordo entre Portugal e a Indonésia sobre a questão de Timor-Leste<sup>32</sup>**

Os Governos da Indonésia e de Portugal, Lembrando as resoluções da Assembleia Geral 1514 (XV), 1541 (XV), 2625 (XXV) e as resoluções e decisões relevantes aprovadas pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral quanto à questão de Timor Leste; Tendo em mente os esforços continuados dos Governos da Indonésia e de Portugal, desde Julho de 1983, através dos bons ofícios do Secretário-Geral, para encontrar uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor Leste; Lembrando o acordo de 5 de Agosto de 1988 para levar a cabo, sob os auspícios do Secretário-Geral, negociações sobre um estatuto especial baseado numa ampla autonomia para Timor Leste sem prejuízo das posições de princípio dos respectivos Governos quanto ao estatuto final de Timor Leste; Tendo discutido um enquadramento constitucional para uma autonomia de Timor Leste com base num projecto apresentado pelas Nações Unidas, com as alterações introduzidas pelo Governo Indonésio; Tomando devida nota da posição do Governo da Indonésia de que a autonomia especial proposta deveria ser posta em prática apenas como uma solução final da questão de Timor Leste com total reconhecimento da soberania indonésia sobre Timor Leste; Tomando devida nota da posição do Governo de Portugal de que um regime de autonomia deveria ser transitório, não exigindo o reconhecimento da soberania indonésia sobre Timor Leste nem a retirada de Timor Leste da lista de Territórios Não Autónomos da Assembleia Geral, enquanto não existir uma decisão final quanto ao estatuto de Timor Leste por parte do povo timorense através de um acto de autodeterminação sob os auspícios das Nações Unidas; Tendo em conta que apesar dos Governos da Indonésia e de Portugal manterem as suas posições de princípio quanto à proposta de autonomia especial elaborada, ambos concordam que é essencial fazer avançar o processo e que, portanto, os Governos da Indonésia e de Portugal concordam que o Secretário-Geral consulte o povo de Timor Leste sobre o enquadramento constitucional para autonomia que se encontra anexo a este documento;

Tendo em mente que os Governos da Indonésia e de Portugal pediram ao Secretário-Geral que concebesse o método e os procedimentos para a consulta popular mediante votação directa, secreta e universal; acordam o seguinte:

---

<sup>32</sup> <http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/1999/historia/acordos.htm>. Acedido a 23-04-2020

#### Artigo 1º

Solicitar ao Secretário-Geral para pôr a proposta de enquadramento constitucional em anexo, que concede uma autonomia especial a Timor Leste dentro da República unitária da Indonésia, à consideração do povo de Timor Leste, tanto dentro como fora do território, para que possa aceitá-lo ou rejeitá-lo por meio de uma consulta popular com base numa votação directa, secreta e universal.

#### Artigo 2º

Solicitar ao Secretário-Geral que, imediatamente após a assinatura deste Acordo, estabeleça uma missão das Nações Unidas para Timor Leste, de forma a permitir-lhe levar a cabo eficazmente a consulta popular.

#### Artigo 3º

O Governo da Indonésia será responsável pela manutenção da paz e segurança em Timor Leste de forma a garantir que a consulta popular se realize de uma forma justa e pacífica numa atmosfera livre de intimidação, violência e interferência de qualquer lado

#### Artigo 4º

Solicitar ao Secretário-Geral que comunique o resultado da consulta popular ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral, bem como que informe os Governos da Indonésia e de Portugal e o povo de Timor Leste.

#### Artigo 5º

Se o Secretário-Geral apurar, com base no resultado da consulta popular e em conformidade com o presente acordo, que o enquadramento constitucional para uma autonomia especial proposto é aceite pelo povo de Timor Leste, o Governo da Indonésia tomará as medidas constitucionais necessárias para a entrada em vigor do enquadramento constitucional, e o Governo de Portugal dará início, no âmbito das Nações Unidas, aos procedimentos necessários para a retirada de Timor Leste da lista de Territórios Não Autónomos da Assembleia Geral e para a eliminação da questão de Timor Leste das ordens de trabalho do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral.

#### Artigo 6º

Se o Secretário-Geral apurar, com base no resultado da consulta popular e em conformidade com o presente acordo, que o enquadramento constitucional para uma autonomia especial proposto não é aceite pelo povo de Timor Leste, o Governo da Indonésia dará todos os passos necessários, em termos constitucionais, para pôr termo ao seu vínculo com Timor Leste, restaurando desse modo, nos termos da lei indonésia, o estatuto detido por Timor Leste antes de 17 de Julho de 1976, e os Governos da Indonésia e de Portugal e o Secretário-Geral acordarão os moldes de uma transferência pacífica e ordeira da autoridade em Timor Leste para as Nações Unidas.

O Secretário-Geral dará início, nos termos de mandato legislativo apropriado desde que disponha de mandato legislativo para esse fim, ao procedimento que irá permitir a Timor Leste iniciar um processo de transição para a independência.

#### Artigo 7º

Durante o período de transição entre a conclusão da consulta popular e o início da execução de qualquer das opções, as partes requerem ao Secretário-Geral que mantenha uma presença adequada das Nações Unidas em Timor Lest